

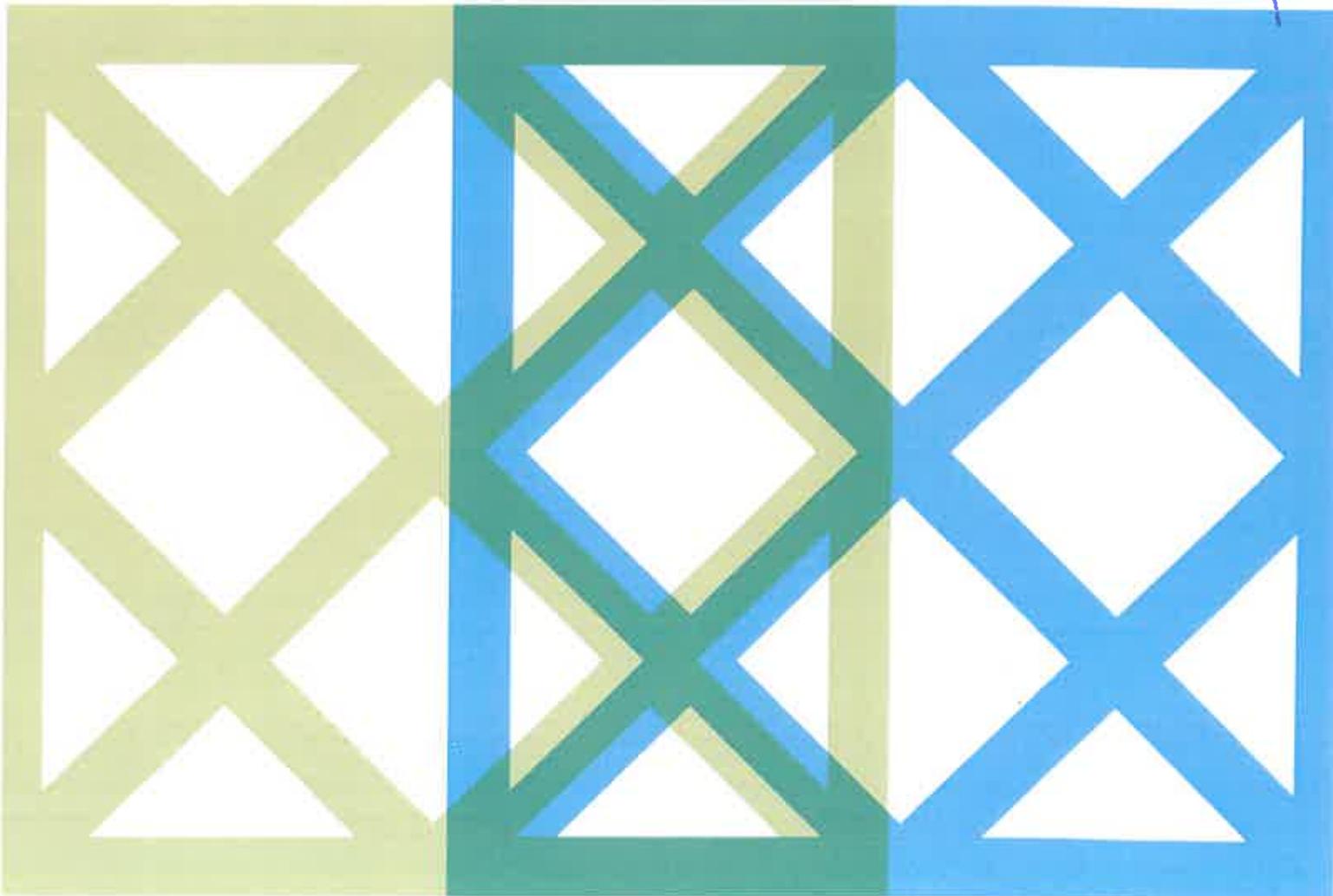


OVAR
CÂMARA
MUNICIPAL

Handwritten signatures and names in blue ink:
F. J. Vitor
L. C. A. J.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO MUNICÍPIO DE OVAR_ 2018

Handwritten signature in blue ink:
A. J. M.





CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR
 REUNIÃO DE 28/03/2019
DELIBERAÇÃO
 N.º 181/2019
 Deliberado, por maioria, com os votos
 contra dos Senhores Vereadores Vitor Amador
 e Artur Duarte, aprova o Relatório de Gestão
 e Prestação de Contas de 2018, e seu anexo 2.
 Assesores: ~~...~~

- a) A Comissão Especializada de Finanças, Economia e Emprego, para a aprovação;
 - b) A Assembleia Municipal.
- Pedro Braga da Cruz
 190411

Handwritten signatures and initials in blue ink, including '917', 'Vitor', and 'G. Cruz'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OVAR
 REUNIÃO DE 17/04/2019
DELIBERAÇÃO
 Deliberado Aprovar, por maioria, com 20 votos favoráveis, do GM PSD e 1 voto Contra do GM PCP, o "Relatório de Gestão de Contas do Município de Ovar 2018" dos 24 presentes. Estavam ausentes da sala no momento da votação, 9 Deputados Municipais do GMPS, incluindo o Senhor Presidente da UFG, Bruno Manuel Martins Oliveira e Silva e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilaça, Jaime Duarte de Almeida, 1 Deputado Municipal do GM BE e 1 Deputado Municipal do GM CDS-PP.

Handwritten initials in blue ink, including 'A', 'B', and 'M'.

(Esta página destina-se aos carimbos da Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Ovar)





Lista de Siglas e Abreviaturas

- ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, IP
- AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.
- AMA – Agência para a Modernização Administrativa
- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
- APMCH – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico
- CEI - Contratos Emprego-Inserção
- CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
- CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
- CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
- CRP – Constituição da República Portuguesa
- DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais
- DGAI - Direção Geral da Administração Interna
- DGESTE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
- ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
- FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo
- FAM – Fundo de Apoio Municipal
- FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro
- FSM - Fundo Social Municipal
- IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP
- IHPC - Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor

SM
Victor

Ar.

Ar.



IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis

IMT – Instituto de Mobilidade e Transportes, I.P.

INE - Instituto Nacional de Estatística

IRC - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

IUC - Imposto Único de Circulação

LCPA - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso

LOE - Lei do Orçamento do Estado

PAEL - Programa de Apoio à Economia Local

PIB – Produto Interno Bruto

POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

RASMO – Regulamento de Ação Social do Município de Ovar

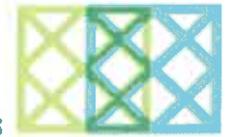
RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais

RLE - Resultado Líquido do Exercício

SIIAL - Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais

GH
J
Victor
J
Ar
J

A
ze
hi



Mensagem do Presidente

A prestação oficial de contas por parte de quem, eleito pelos seus concidadãos, gere dinheiro que pertence a todos, é talvez o momento mais nobre, mais alto e de maior responsabilidade durante um ano de gestão autárquica.

Vivemos hoje num mundo onde o escrutínio e a avaliação acontecem quase de forma contínua e permanente, fruto da revolução que as redes sociais, como meios de comunicação individual e corporativa de grande alcance, subverteram a forma como as pessoas e as organizações comunicam entre si, com a sua audiência ou com os seus públicos.

Com frequência, se confunde, nos dias de hoje, informação com conhecimento. Democracia com anarquia. Vontade com tendência. Interesse público com ambições privadas. E, neste contexto, muitas das vezes a Verdade perde-se no meio de tanta informação e tanta contrainformação.

Toda esta realidade atual vem relevar ainda mais a importância do presente documento, que constitui o Relatório de Gestão e Contas de Gerência de 2018 do Município de Ovar. Merece ser lido com atenção, sobretudo por todos os que procuram o conhecimento, os que se preocupam seriamente com a gestão do erário público e por todos os que querem saber a Verdade. Trata-se de um documento que sintetiza, sob o ponto de vista financeiro, a atuação da autarquia, respeitando todos os imperativos legais. É um documento detalhado, transparente e com qualidade técnica.

E, sem mais delongas, os Municípes de Ovar podem ficar tranquilos, porque a nossa Câmara teve uma boa *performance* financeira no ano de 2018. Continuamos a ser um Município de contas certas. Cumprimos escrupulosamente a Lei dos Compromissos. Gastámos menos do que aquilo que conseguimos arrecadar, atingindo um saldo do exercício superior a 1 Milhão de Euros. Terminámos o ano de 2018 com cerca de 5,9 Milhões de Euros em depósitos em instituições bancárias e com uma dívida de médio e longo prazo inferior a 0,9 Milhões de Euros. Melhorámos todos os indicadores de curto, médio e longo prazo. Temos hoje melhor liquidez (geral, reduzida e imediata). Melhor indicador de tesouraria. Maior autonomia financeira. Maior solvabilidade. Maior capacidade de endividamento. E um prazo médio de pagamentos menor.

Transitámos, para 2019, um saldo de gerência de cerca de 6 Milhões de Euros não deixando de executar. Ao nível das receitas apresentámos uma taxa de execução superior a 88%. No tocante às despesas executámos o nosso orçamento com uma *performance* superior a 75%. Tratam-se de números que

EM
Vitor
JL
am
A.
J.

A
32
m



satisfazem bastante quando comparados com exercícios anteriores e que demonstram, de forma cabal, que os orçamentos apresentados por esta Câmara são realistas, sérios e não empolados.

2018 foi o primeiro ano, por inteiro, do mandato 2017-2021. Todos identificamos este novo mandato como um novo ciclo, com um plano de ação bem definido que mereceu a validação e a aprovação por parte do povo vareiro de forma inequívoca, perentória e nunca vista no Município de Ovar. Mas, para que este novo ciclo, onde as prioridades se orientam para os grandes projetos estruturantes (materiais e imateriais), com o intuito de afirmar o Município de Ovar, se possa concretizar com sucesso no terreno é necessário planear, prever e garantir fundos e receitas para os mesmos. As obras estruturantes obrigam a um aturado trabalho de projeto e planeamento. Neste cenário, 2018 para além de um ano de grandes concretizações, como são exemplo a Alameda Padre Manuel, a USF de Válega, o início das obras no EsmorizTur, o saneamento em Arada, as obras na Praia do Furadouro (norte e sul) ou a Requalificação da N327 em São João de Ovar, será sempre um ano marcado por um grande esforço ao nível do projeto, do planeamento e da apresentação de candidaturas a fundos comunitários.

O sucesso, quase garantido, dos próximos anos ao nível das grandes obras municipais vai dever-se muito à boa *performance* conseguida em 2018 na preparação e apresentação de candidaturas a fundos da União Europeia de projetos individuais integrados no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. À interação e discussão técnica desta Câmara Municipal com as Infraestruturas de Portugal na execução do projeto da Requalificação da Linha Ferroviária do Norte. Ao diálogo e participação pró-ativa com o Ministério do Ambiente, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Sociedade Pólis Litoral Ria de Aveiro na resolução do problema da erosão costeira e valorização das nossas riquezas naturais (Barrinha e Ria).

2018 será também um ano que ficará marcado por uma fortíssima interação com Ministério da Saúde no que concerne ao futuro do nosso Hospital e das nossas USF's e com o Ministério da Economia para a construção das vias para a competitividade (Maceda/Arada).

Muito mais haveria a referir nesta mensagem inicial, mas não se pretende fazer desta pequena missiva um sumário executivo deste Relatório e Contas 2018. A qualidade do documento merece que se oriente o Município para uma leitura detalhada dos dados que se apresentam.

O Futuro também se preparou e planeou durante o ano de 2018, onde fomos verdadeiros agentes de desenvolvimento económico, social e ambiental da nossa comunidade, contribuindo para a melhoria do índice de felicidade de todo o Povo Vareiro.

Para terminar quero agradecer os contributos recebidos pelos cidadãos, membros dos órgãos executivo e deliberativo municipais, colaboradores da Câmara, executivos das Juntas de Freguesia, coletividades e instituições vareiras e de todas nossas as empresas participadas.

SM
Victor

A
E
L

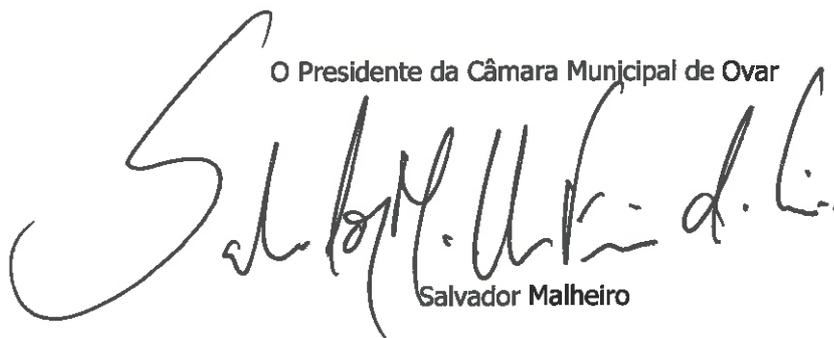


O sucesso do nosso Município deve-se ao verdadeiro e sério trabalho de equipa, que tem sido realizado nos últimos anos, onde todos sem exceção têm a sua especial importância.

Um agradecimento final a toda a Divisão Financeira e ao Gabinete de Apoio à Presidência.

Viva o Município de Ovar.

O Presidente da Câmara Municipal de Ovar


Salvador Malheiro





ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. Principais Atividades – Eixos Estratégicos	6
3. Recursos Humanos.....	13
3.1. O Capital Humano	13
3.2. Distribuição do Capital Humano por Carreira.....	14
3.3. Trabalhadores por Carreira e Género	15
3.4. Trabalhadores por Tipo de Vínculo e Género	16
3.5. Segurança e Saúde no Trabalho	17
4. Execução Orçamental	19
4.1. Alterações e Revisões Orçamentais	19
4.2. Execução Orçamental da Receita	23
4.3. Execução Orçamental da Despesa.....	30
4.4. Equilíbrio corrente	36
4.5. Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's).....	38
5. Análise Económico – Financeira.....	42
5.1. Balanço	43
5.1.1. Análise do Ativo	47
5.1.2. Análise do Passivo.....	58
5.1.3. Análise dos Fundos Próprios	67
5.1.4. Indicadores de Análise	68
5.2. Demonstração de Resultados por Natureza.....	70
5.2.1. Custos e Perdas	72
5.2.2. Proveitos e Ganhos	89
6. Movimentos Financeiros.....	120
6.1. Fluxos de Caixa	120
6.2. Saldo da Gerência de Operações Orçamentais	121
7. Endividamento	123
8. Contabilidade de Custos.....	128
9. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício.....	131
Anexos às Demonstrações Financeiras.....	132
Certificação Legal de Contas.....	149

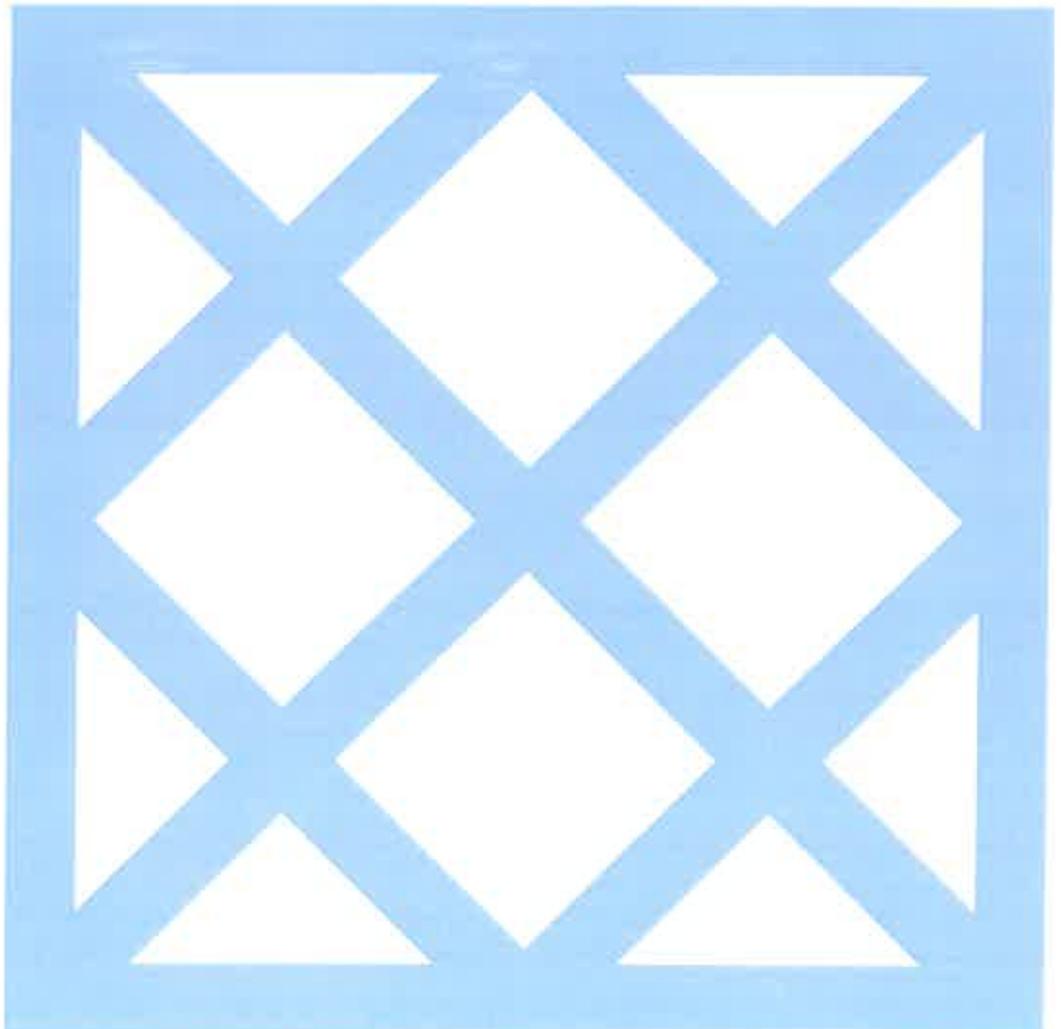
Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Introdução

SM
de AF
Vitor
de
de



de AF



1. Introdução

Na Administração Pública, as Autarquias Locais destacam-se como entidades públicas previstas na Constituição da República Portuguesa (CRP), dotadas de autonomia financeira e administrativa. As Autarquias Locais visam a prossecução de interesses próprios da população residente na respetiva circunscrição concelhia, mediante órgãos representativos eleitos, que, ao longo dos anos, assumem uma elevada relevância histórica, política, administrativa, financeira e jurídica, no contexto das políticas públicas locais.

A atuação das Autarquias Locais é regulada, especificamente, no quadro de transferência de atribuições e competências consagrado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por um conjunto de princípios fundamentais e estruturantes que garantem de um considerável grau de autonomia na prossecução dos seus objetivos e na gestão dos seus recursos. As atribuições municipais, conforme legalmente previsto no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, têm subjacentes os princípios da descentralização administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado (artigo 4.º).

Nestes termos e tendo em conta a organização dos Municípios e o respetivo quadro de atribuições e competências, a Lei prevê a existência de órgãos locais próprios, em concreto, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal constitui o órgão deliberativo do Município, ou seja, o órgão que fiscaliza e acompanha a ação do Município (constando as respetivas competências do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação). A Câmara Municipal é o órgão de execução das políticas públicas (artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação).

O regime financeiro das Autarquias Locais é atualmente regulado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação vigente e recentemente alterada, que estabelece os princípios de orientação sobre os quais as Autarquias Locais se devem reger no exercício das suas funções, em matéria financeira.

O presente documento, relativo à Prestação de Contas do ano 2018 do Município de Ovar, é elaborado em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro – atual normativo contabilístico em vigor, para as Autarquias Locais e obedece aos princípios orientadores da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Apesar do modelo de contabilidade das Autarquias Locais ainda se basear no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCAL), existe evidência que demonstra a desatualização, fragmentação e inconsistência da normalização contabilística atual.



GM
Victor

AS
A
D

A
BE
W



A necessidade de adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), bem como o facto de existirem entidades do setor público que adotam o SNC (p. ex. empresas públicas) e entidades que adotam o POCAL (fatores que colocam um problema de inconsistência técnica, na eficiência da consolidação das contas públicas), revelaram a necessidade urgente de se desenvolver o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Neste contexto e na procura de um sistema contabilístico que responda às exigências de um adequado planeamento, relato e controlo financeiro, foi aprovado o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e a nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que abrem caminho a um movimento de reforma da gestão pública.

O SNC-AP vem revogar o POCAL e os planos de contas setoriais, estabelecendo um novo referencial contabilístico que seria, genericamente, aplicável a partir do dia 1 de janeiro de 2017. Porém, o prazo estabelecido no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, foi prorrogado por dois anos consecutivos, iniciando previsivelmente a respetiva produção de efeitos em janeiro de 2020, para o subsector da Administração Local.

No decurso de 2018, o Município de Ovar desenvolveu todas as tarefas técnicas necessárias, inerentes ao processo de transição para o SNC-AP. No entanto, e caso venha a ocorrer, de novo, o adiamento do prazo para entrada em vigor do SNC-AP, que se encontra previsto para janeiro de 2020, o Município continuará, no exercício de 2019, a desenvolver as tarefas de análise e preparação de integração para o novo sistema contabilístico, com vista a uma transição serena do subsistema de contabilidade orçamental (que visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental), do subsistema de contabilidade financeira (que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, designadas por IPSAS, e que permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa) e do subsistema de contabilidade gestão (que permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos, em termos de serviços a prestar aos cidadãos).





Enquadramento Macroeconómico

Em termos gerais, o enquadramento da economia portuguesa permaneceu favorável em 2018. Segundo as estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em dezembro de 2018¹, prevê-se uma desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB), traduzida num decréscimo de 0,7 pontos percentuais face ao verificado no ano de 2017, devido, essencialmente, à diminuição das exportações. As exportações e as importações variam em 3,6% e 4,1% em 2018, face a 2017, respetivamente. Nas exportações, destaca-se o acréscimo de material de transporte, maioritariamente automóveis para transporte de passageiros. Ao nível das importações, destaca-se também, o material de transporte a registar um aumento significativo, em resultado principalmente da aquisição de outro material de transporte e peças separadas e acessórios (dos quais, aviões e suas partes). O défice da balança comercial de bens totalizou 1 615 milhões de euros em dezembro de 2018, evidenciando um aumento de 122 milhões de euros relativamente ao mês homólogo de 2017. No ano de 2018, a taxa de desemprego situou-se em 7,0%, menos 1,9 pontos percentuais (p.p) que o valor do ano anterior.

A manutenção do produto interno bruto (PIB) português, a descida dos juros da dívida pública e a aceleração do consumo privado, continuam a criar um ambiente favorável para Portugal diminuir o peso da dívida. De acordo com as previsões do Banco de Portugal, para 2019, é expectável que a economia nacional consolide o PIB nos 1,8%, uma desaceleração face a 2018, todavia mantendo a tendência crescente desde 2013.

Projeções da Economia Portuguesa 2018-2021

No horizonte temporal 2018-2021, de acordo com as projeções do Banco de Portugal, prevê-se que a economia portuguesa prossiga uma trajetória de crescimento moderado da atividade. A projeção efetuada corresponde a uma fase de maturação do ciclo económico, em que o hiato do produto, após um valor aproximadamente nulo em 2017, será positivo nos anos seguintes. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da Zona Euro, nomeadamente as estatísticas apresentadas pelo Banco Central Europeu (BCE). O horizonte de projeção

¹ Dados obtidos a partir do portal do Instituto Nacional de Estatística (INE): https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais2010&perfil=220674402&INST=220616736&contexto=am (dados consultados a 18-03-2019).





do Banco de Portugal antecipa, pela primeira vez, uma desaceleração da economia para 1,8 em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021.

Q1. Projeções do Banco de Portugal: 2018-2021 | Taxa de variação anual, em percentagem. ²

	Pesos 2017	BE dezembro 2018					BE outubro 2018	BE junho 2018		
		2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾	2021 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾
Produto Interno Bruto	100	2,8	2,1	1,8	1,7	1,6	2,3	2,3	1,9	1,7
Consumo privado	65	2,3	2,3	2,0	1,5	1,6	2,4	2,2	1,9	1,7
Consumo público	18	0,2	0,7	0,1	0,0	0,2	0,7	0,8	0,1	0,2
Formação bruta de capital fixo	17	9,2	3,9	6,6	5,9	4,9	3,9	5,8	5,5	5,4
Procura interna	99	3,0	2,4	2,4	2,2	2,0	2,4	2,5	2,2	2,1
Exportações	43	7,3	3,6	3,7	4,0	3,6	5,0	5,5	4,6	4,3
Importações	42	8,1	4,1	4,7	4,9	4,2	5,1	5,7	5,0	5,0
Contributo para o crescimento do PIB, líquido de importações (em pp) ^(*)										
Procura interna		1,3	1,2	1,2	1,0	1,0	1,2	1,1	1,0	0,9
Exportações		1,5	0,9	0,7	0,7	0,6	1,1	1,2	0,9	0,8
Emprego ^(*)		3,3	2,2	1,2	0,9	0,4	2,3	2,6	1,2	0,9
Taxa de desemprego		8,9	7,0	6,2	5,5	5,3	7,0	7,2	8,2	5,6
Balança corrente e de capital (% PIB)		1,4	1,3	1,3	1,3	1,6	1,4	1,8	1,9	1,8
Balança de bens e serviços (% PIB)		1,8	1,5	1,1	0,9	0,7	1,3	0,9	1,0	0,9
Índice harmonizado de preços no consumidor		1,6	1,4	1,4	1,5	1,6	1,4	1,4	1,5	1,4

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page, including 'GM', 'Vitor', and 'R'.

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2017 e 2018, o comércio internacional deverá apresentar, no horizonte de projeção, uma evolução mais próxima da do PIB mundial, implicando estabilidade no crescimento da procura externa dirigida a Portugal em 2019-2021. As principais variáveis de enquadramento externo também deverão apresentar uma evolução relativamente favorável. A recuperação económica que se seguiu a partir do ano 2013 caracterizou-se pela continuação do aumento do peso das exportações no PIB, tendência extensível para várias componentes, com destaque para o

² Adaptado de: Banco de Portugal - https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/be_dez2018_p.pdf (dados acedidos em 18-03-2019).





turismo. A previsão para a FBCF apresenta uma aceleração desde 2013, conduzindo a uma previsão de 6,6% em 2019, 5,9% em 2020 e 4,95 para 2021. O peso do consumo privado no PIB irá manter um crescimento relativamente estável, justificado pelo aumento do rendimento disponível real influenciado por um crescimento moderado dos salários reais e pela continuação da recuperação do mercado de trabalho. As projeções para as importações e exportações revelam que estas se vão manter ligeiramente constantes para os anos de 2019, 2020 e 2021. A economia Portuguesa revela uma tendência de manutenção da capacidade líquida de financiamento face ao exterior. O saldo das balanças corrente e de capital deverá situar-se em média em 1,3% do PIB, em 2018-2020. A redução do défice da balança de rendimento primário reflete o perfil projetado para os juros da dívida pública, enquanto o aumento do saldo da balança de capital em 2018-2020 traduz a evolução esperada dos recebimentos de fundos comunitários, no quadro do Programa Portugal 2020 e, em 2021, um recebimento pontual do Fundo Europeu de Estabilização Financeira. A taxa de desemprego irá manter uma tendência decrescente de 6,2, 5,5 e 5,3, em 2019, 2020 e 2021, respetivamente. Apesar da trajetória de desaceleração do emprego, este deverá permanecer o principal fator contributivo para o crescimento do PIB *per capita* em média no horizonte de projeção. No que respeita à inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá manter-se em níveis relativamente estáveis e contidos, comparativamente às estimativas para a Zona Euro.

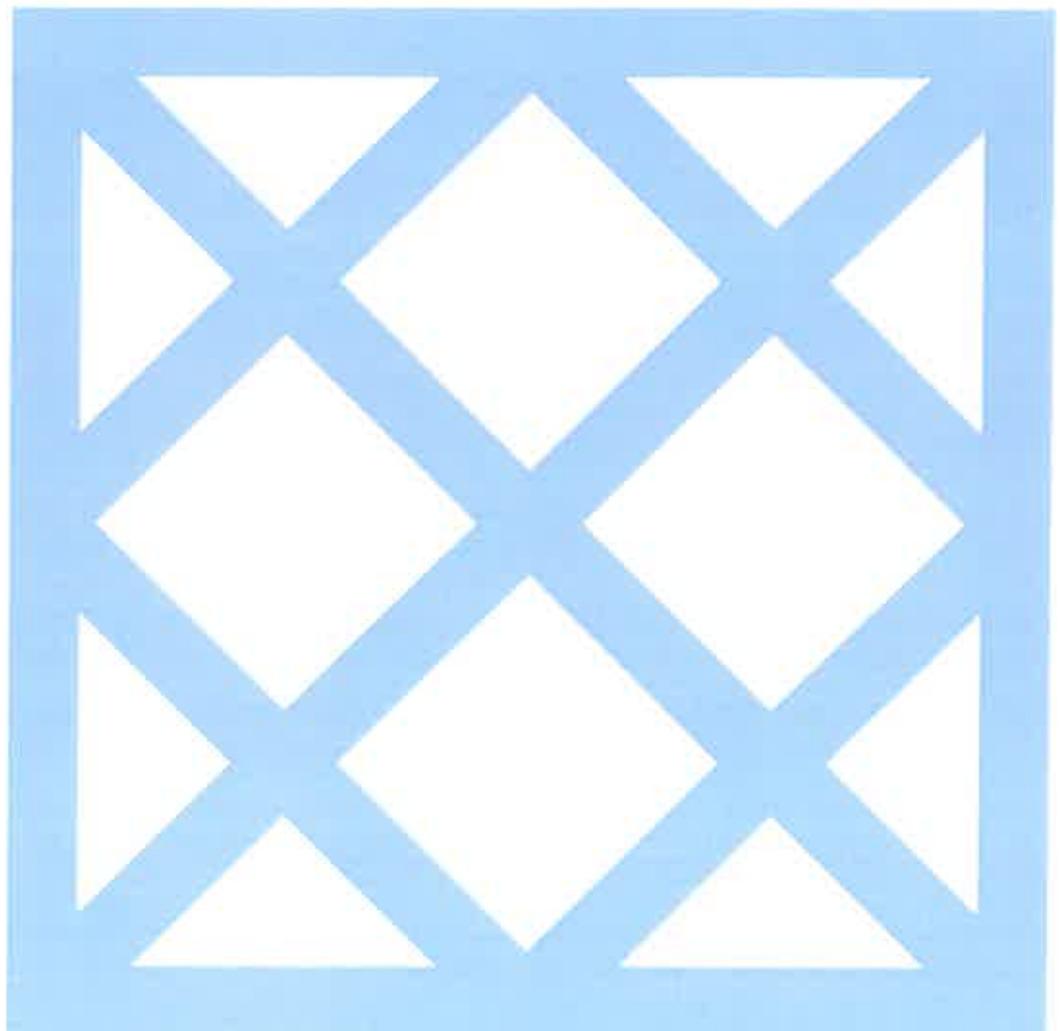
No horizonte de projeção, a expansão da economia portuguesa acompanhará a tendência a nível mundial, que deverá continuar a um ritmo mais moderado, num contexto de maturação do ciclo económico e de diminuição gradual dos estímulos de política monetária e orçamental nas principais economias avançadas, em particular nos EUA, bem como de desaceleração gradual da economia chinesa.



Eixos Estratégicos

GM
Véctor
A
f

P
h





2. Principais Atividades – Eixos Estratégicos

Pensar, Agir e Fazer continua a ser o nosso lema.

Nas contas, apresentamos números certos. Nas ações, prestamos contas com o trabalho diário, com os projetos realizados e com o investimento que concretizamos.

A prestação de contas é uma obrigação legal e um dever para quem governa. Com essa certeza e vontade assumida, queremos prestar contas certas. O presente documento, organizado de forma clara e transparente, reflete e acomoda as nossas contas e confirma a nossa priorização de áreas como o Desenvolvimento Social e Económico, o Ambiente e Proteção Civil, a Educação, o Desporto e Cultura, o Associativismo, assim como as Infraestruturas e a Rede Viária.

Afirmar Ovar como um Território Mais Empregador e Empreendedor, transformar Ovar num Município Mais Coeso Territorialmente, construir em Ovar um Território com Valores, Mais Inclusivo e Socialmente Mais Justo, concretizar Ovar como um Território de Emoções e promover Ovar como um Território Mais Verde e Sustentável continua a ser a nossa missão maior. É hora de prestar contas do que foi feito e continuar a concretizar diariamente a nossa missão.

Tal como já referimos, reitera-se que "acreditamos que só existe uma via credível para termos sucesso nesta missão de serviço público: estarmos absolutamente concentrados em objetivos estratégicos definidos, ponderarmos as sugestões e contributos de todos, avaliarmos e compararmos o resultado de experiências e modelos de gestão já experimentados, e trabalharmos afincadamente, de forma eficaz e eficiente ousando concretizar, fazendo diferente sempre que necessário, ambicionando inovar na gestão diária da autarquia, incrementando a motivação e espírito de equipa dos nossos funcionários, não desperdiçando nem tempo, nem recursos, em questões acessórias, em pormenores desgastantes ou episódios encenados, que apenas nos desviam do essencial da nossa tarefa: promover o desenvolvimento concelhio, reforçar a coesão territorial e o bem-estar da população vareira, afirmar Ovar no contexto regional e nacional, capacitando o Concelho dos equipamentos e infraestruturas públicas para que esta seja a primeira escolha de cada vez mais pessoas viverem, investirem e empreenderem, para estudarem e investigarem, para praticarem desporto, para usufruir do nosso singular Concelho de Ovar".





Imbuídos deste espírito, que nos acompanha desde 2013, o ano de 2018 marcou o início de um ciclo que contempla um conjunto de grandes investimentos que queremos concretizar neste mandato, pensados e adequados às exigências dos meios urbanos do século XXI.

Ambiente, Economia Circular, Mobilidade Sustentável e Urbanismo são algumas das áreas priorizadas, no contexto mundial, neste século.

Assim, sem prejuízo dos números que ficam espelhados no Relatório de Gestão e Contas do Município de Ovar que a seguir se apresenta, é legítimo e adequado destacar algumas das inúmeras ações que nos moveram no último ano.

Com efeito, e como tem vindo a ser prática, mantivemos o contacto institucional junto de diversas entidades públicas e privadas e com órgãos de decisão governamentais e políticos. É com base no diálogo, construtivo e cooperante, que conseguimos encontrar as melhores soluções e, até, tomar as melhores decisões.

E, 2018, foi um ano de muitas e grandes decisões.

Foi um ano em que definimos e concluímos a elaboração de vários projetos estratégicos com candidaturas aprovadas e com financiamentos consignados, no âmbito do Portugal 2020, do PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, do Pacto da Região de Aveiro, do POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, entre outros.

Foi um ano que exigiu um grande esforço e o empenho de recursos humanos para concluir uma série de procedimentos técnicos e administrativos, que antecedem e dão corpo à elaboração de projetos, tendentes à sua subsequente materialização.

Paralelamente, foi efetuado um acompanhamento direto das intervenções em curso no nosso território, promovidas por entidades externas, nomeadamente pela Sociedade Polis Litoral da Ria de Aveiro, SA, pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente e pela AdRA - Águas da Região de Aveiro, SA, complementadas, sempre que necessário, por obras efetuadas pela Câmara Municipal.

Destaca-se o investimento da AdRA, SA no território de Ovar, ao nível da execução das redes de abastecimento de água e saneamento, ao longo do ano de 2018, complementado com o investimento





municipal na rede de águas pluviais e na pavimentação dos vários arruamentos intervencionados, dotando as Freguesias de infraestruturas há muito reclamadas. Relevam as intervenções de Maceda e de Arada, e as empreitadas de beneficiação e ampliação da rede de saneamento em Válega e no Torrão do Lameiro.

São obras que causam muitos transtornos à população, mas são obras muito importantes. O acesso a infraestruturas básicas traduz-se em mais e melhor qualidade de vida. Se pretendemos uma economia circular e a diminuição da pegada ecológica, não podemos esquecer o que são os problemas de primeira geração em termos ambientais.

Merece, igualmente, destaque a articulação profícua com o Ministério do Ambiente, a APA e a ARH-Centro - Administração da Região Hidrográfica do Centro, com reflexos diretos na defesa da Orla Costeira.

No momento certo, substituímo-nos à Administração Central, criando condições para garantir a realização de investimentos prementes de defesa da nossa costa e que farão a diferença quanto às soluções técnicas até aqui preconizadas.

Mas não ficamos por aqui: Da articulação que tem vindo a ser efetuada junto da APA, já foi remetida a esta entidade a minuta do Protocolo de colaboração a celebrar com o Município de Ovar, tendo em vista a fixação dos termos de cooperação entre as partes outorgantes no que respeita à elaboração dos projetos de execução de obras de proteção costeira complementares nas praias do Furadouro e de Cortegaça, no Concelho de Ovar, e à elaboração dos estudos de avaliação de impacte ambiental dos referidos projetos, prevendo-se o reembolso dos pagamentos efetuados e a efetuar pelo Município de Ovar.

Neste capítulo, importa salientar o balanço positivo da organização dos espaços praia, que nos permite, ano após ano, hastear a Bandeira Azul nas Praias do Torrão do Lameiro, Furadouro, São Pedro de Maceda, Esmoriz e Cortegaça, a Bandeira Qualidade de Ouro nas Praias do Torrão do Lameiro, Furadouro e Cortegaça e a Bandeira Praia acessível nas praias do Furadouro, Esmoriz e Cortegaça.

Em 2018, também foi reforçada a vigilância e segurança das praias do Concelho, assumindo-a como uma missão própria, em articulação estreita com as Corporações de Bombeiros, mediante a outorga de Protocolo de Colaboração, com a participação financeira da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia de Esmoriz, Cortegaça e Maceda. É um investimento que se faz na segurança e proteção das pessoas e que queremos continuar a assumir e reforçar.





Desta articulação e trabalho conjunto entre entidades, impõe-se também realçar as intervenções que têm vindo a ser realizadas pela Lusitâniagás, SA., no Concelho de Ovar.

Nota positiva também para os contactos frequentes junto da EDP, que nos permitem resolver, dentro da brevidade possível, os vários problemas que se prendem com a iluminação pública e respetivas colunas de iluminação, com particular ênfase no Furadouro, na Avenida do Emigrante, e na Zona da Habitovar, e a instalação de leds ao longo da EN 109 e na envolvente da Igreja Paroquial de Cortegaça.

Com a Infraestruturas de Portugal, IP, ao longo de 2018, foram realizadas diversas reuniões de trabalho. Em cima da mesa, duas questões de extrema importância: a requalificação da Linha do Norte e a jurisdição da EN 109. Tudo fizemos e continuaremos a fazer, de forma construtiva, dialogante e empenhada, para assegurar que as soluções reclamadas para o nosso Concelho serão as mais adequadas à satisfação das necessidades da população, numa ótica de modernidade e, acima de tudo, de segurança.

2018 também fica marcado pela recuperação ambiental da Barrinha de Esmoriz, que há tanto se esperava. Através de outorga oportuna de protocolo de colaboração, foi possível garantir que, no nosso território, sejam realizadas as obras complementares à empreitada da Barrinha de Esmoriz, que consistem na colocação de mobiliário urbano, requalificação da estação da AdRA, SA e uma pequena melhoria na entrada principal e na interface do percurso pedonal, assim como a beneficiação da Rua do Cais da Barrinha, que acompanham a conclusão da obra de desassoreamento.

O norte do Concelho também recordará 2018 como o ano do arranque da tão esperada reabilitação do edifício do Esmoriztur.

2018, igualmente, será lembrado como o ano da concretização da obra da Alameda Padre Manuel Dias da Silva e Arranjos Urbanísticos Envolventes, em Cortegaça. A realização desta empreitada veio conferir nova centralidade à zona envolvente à Igreja Matriz e permitiu abrir a freguesia ao turismo religioso, conferindo a devida importância à Igreja Matriz de Cortegaça, cuja fachada, em tons de azul, pode ser agora devidamente admirada por todos que por ali passam.

Com uma visão responsável e alargada, pensando no território a longo prazo e numa perspetiva de mobilidade urbana e sustentável, em 2018 foram concluídos os projetos e os procedimentos necessários à realização de novas pistas pedonais e clicáveis, em Ovar, as quais já se encontram em curso, através de





duas empreitadas: o Lote 1 - Empreitada de "Construção de pistas pedonais e cicláveis – Ovar (Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, Ligação da Habitovar à EN 327 (Ecopista Florestal) e ligação da Habitovar à EN 327 (Rua Dr. António Manarte)", e o Lote 2 – Empreitada de "Construção de Pista Pedonal e Ciclável – Ovar (Avenida do Emigrante)".

Ainda em matéria de política ambiental, pensada para o futuro, no ano 2018, releva também a revisão do projeto do Ecocentro de Ovar, garantindo-se o lançamento do concurso público, a outorga do contrato e a ulterior realização da obra.

De referir que, o Ecocentro de Ovar tem por objetivo a valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem. Uma obra que será comparticipada em 85%, pelo POSEUR, e que permitirá ao Município e à região envolvente dar um salto qualitativo em termos de política ambiental, promovendo a economia circular.

Com a mesma perspetiva de preparação do futuro, em 2018, foram desencadeados os procedimentos tendentes à elaboração do Plano de Pormenor do "Parque Empresarial Ovar Sul", no âmbito das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão definidas no Plano Diretor Municipal de Ovar. Vamos avançar com a elaboração de um Plano de Pormenor, na área junto ao nó Ovar-Sul da A29, localizada no espaço de transição entre os aglomerados urbanos de Válega, S. Vicente de Pereira e São João de Ovar, tirando partido da grande acessibilidade e visibilidade do local. A área de intervenção do plano contempla uma superfície de cerca de 131 ha, sem ocupação urbana, e está enquadrada por uma rede viária estruturante, que permitirá criar um importante polo de centralidade, com potencial competitivo para o desenvolvimento de projetos estratégicos de atividades económicas.

No ano de 2018, também mantivemos a articulação permanente com as entidades participadas pelo Município de Ovar, com impacto municipal, intermunicipal, regional ou nacional, abrangendo a participação nas reuniões dos respetivos órgãos e a prática de atos associados ou conexos, nomeadamente e com mais frequência, em sede da CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e da AdRA, SA. Sempre na tutela dos interesses de Ovar, sem descuidar a perspetiva partilhada supramunicipal.

No quadro da CIRA, estivemos na linha da frente na defesa dos projetos municipais e intermunicipais que reforçam a competitividade do nosso território e da região. No que ao Município de Ovar se refere, os projetos incluídos no Pacto Intermunicipal da Região de Aveiro, sobretudo no que aos edifícios escolares diz respeito – e no qual, para além das escolas do 1º ciclo, se inclui a Escola Secundária Júlio Dinis, cujas





obras já tiveram início –, foram concluídos, permitindo, a curto prazo, dar satisfação às muitas reivindicações que a comunidade escolar tem vindo a demonstrar, há vários anos.

Neste ciclo que se iniciou em 2018, em matéria de Saúde, destaca-se o trabalho que tem vindo a ser realizado, tendo em vista a criação pioneira e como projeto piloto, a nível nacional, de um Sistema Local de Saúde em Ovar, que passa pela integração dos Cuidados Primários, Continuados e Hospitalares, esclarecendo-se, definitivamente, a vocação do nosso Hospital de Ovar como de proximidade, tudo em estreita articulação com o Ministério da Saúde.

De referir, também, a conclusão e abertura à população do novo edifício da Unidade de Saúde de Válega, em que a Câmara Municipal se substituiu à Administração Central, na comparticipação nacional, para garantir a concretização deste longo e tão necessário anseio da população local.

No pilar do associativismo, foram contratualizados os apoios com as nossas associações recreativas e culturais, os clubes desportivos e as instituições sociais, assim como com as associações de pais e os agrupamentos de escolas, no reconhecimento da importância do esforço e do trabalho coletivo que desenvolvem, enquanto elementos de construção identitária e de potenciação do próprio desenvolvimento local. A atividade associativa, no ano em referência, foi evidente e sempre presente e atuante, sendo inúmeras e diversificadas as ações realizadas, a que a Câmara Municipal, sempre que possível, se associou. Destaca-se pelo seu impacto e dimensão, a realização do Acampamento da Região do Porto (Acareg) do Corpo Nacional de Escutas, com a presença dos 4 Agrupamentos de Escuteiros do Concelho de Ovar, que, durante uma semana, reuniu no Buçaquinho, em Cortegaça, cerca de 2.000 Escuteiros.

É um investimento continuado que tem vindo a ser assumido pela Câmara Municipal, considerando-se um investimento no território, no desenvolvimento das várias dimensões das pessoas e na qualidade vida da população.

No âmbito dos eventos municipais, o ano de 2018 traduziu e experienciou a afirmação da aposta municipal numa programação diversificada, através de iniciativas e eventos diferenciadores, dirigidos a vários públicos. A programação regular do Centro de Arte de Ovar, ao longo de todo o ano, é reforçada pelas várias iniciativas municipais e de índole supramunicipal, onde se incluem a extensa programação de animação de Verão, nas nossas praias, as festas populares e religiosas, assim como os expressivos festivais de folclore que, em diferentes espaços, continuam a ser a tradução da memória coletiva vareira. O Carnaval





continua a ser o nosso ex libris, atraindo dezenas de milhares de pessoas a Ovar, à procura da descoberta da cidade e do melhor e mais característico Carnaval do país.

A afirmação de Ovar através do Turismo, associado às amenidades naturais e construídas do território, continua a revelar-se uma realidade, assinalando-se o incremento progressivo e impressionante do número de visitas guiadas e de visitantes oriundos de vários países da Europa e do mundo. Os pontos turísticos mais visitados são o Percurso da Rua do Azulejo e Experiência de Pintura, a Igreja de Ovar, a Igreja de Válega, a Igreja de Cortegaça, as Unidades de produção e confeção de Pão de ló de Ovar, o Museu Etnográfico de Válega, a Tanoaria, o Parque Ambiental do Buçaquinho e a Barrinha de Esmoriz.

No capítulo do Desenvolvimento Social, e num quadro de proximidade e sensibilidade, continuamos a apoiar as famílias que nos procuram e que precisam de ajuda, através de uma política social integrada.

Os números dos últimos 5 anos falam por si.

Reforçamos medidas estratégicas e asseguramos vários serviços, em parceria com as Instituições Sociais do nosso Território, que se quer Mais Justo e Mais Inclusivo.

Procuramos dar resposta às necessidades dos mais desprotegidos e mais vulneráveis. Com esforço, boa vontade e consciência social, alicerçados nas normas regulamentares vigentes, conseguimos dar pequenos contributos, mas de grande valor na construção de uma vida melhor, atenuando problemas socioeconómicos existentes no nosso Concelho.

2018 foi um ano de muito trabalho.

Trabalho de concretização do que queremos e que sabemos ser o melhor caminho a seguir.

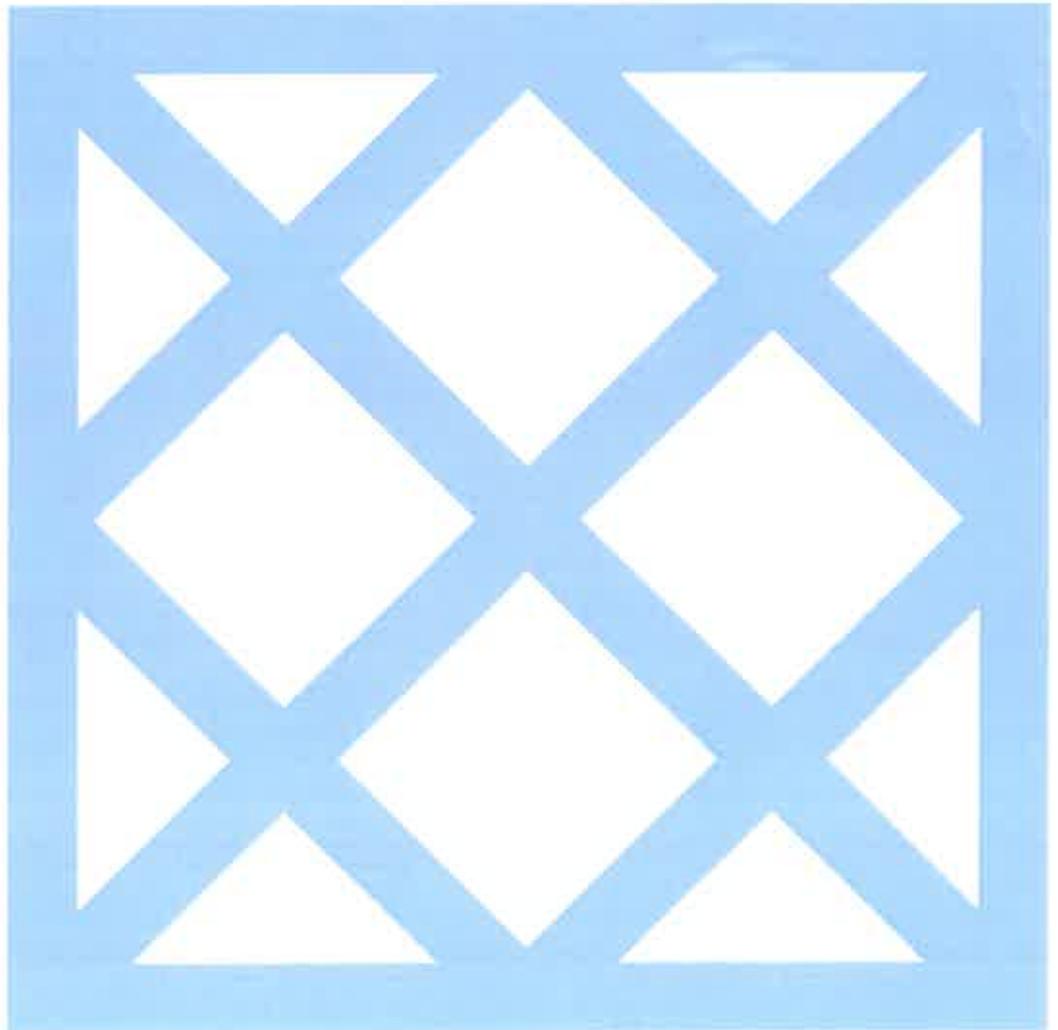
Em 2019, continuaremos a caminhar no mesmo sentido. Porque sabemos que o caminho somos todos nós.

E, assim, continuaremos a abrir as portas do Município a TODOS e para TODOS.



Recursos Humanos

CS
GM
A
Viter
L
A
D.



A
32
h



3. Recursos Humanos

3.1. O Capital Humano

A gestão do Capital Humano no Município de Ovar, ao longo dos anos, tem estado focada em três vetores essenciais: o aumento da eficácia dos serviços prestados; o cumprimento das normas legais em vigor; e a compatibilização das necessidades de recursos humanos com a eficácia financeira do Município.

Em face da necessidade de contribuir para a prossecução dos objetivos estratégicos da organização, uma eficiente rentabilização dos recursos humanos será aquela que mais contributos dá para um bom desempenho, sem comprometer as ações ao nível do investimento, o que tem sido uma permanente preocupação, tal como se verifica com os aumentos de custos a serem especial e fundamentalmente influenciados por alterações legislativas, nomeadamente por força do descongelamento das carreiras, com elevado impacto nos anos de 2018 e 2019 e com as atualizações salariais, nomeadamente ao nível do salário mínimo.

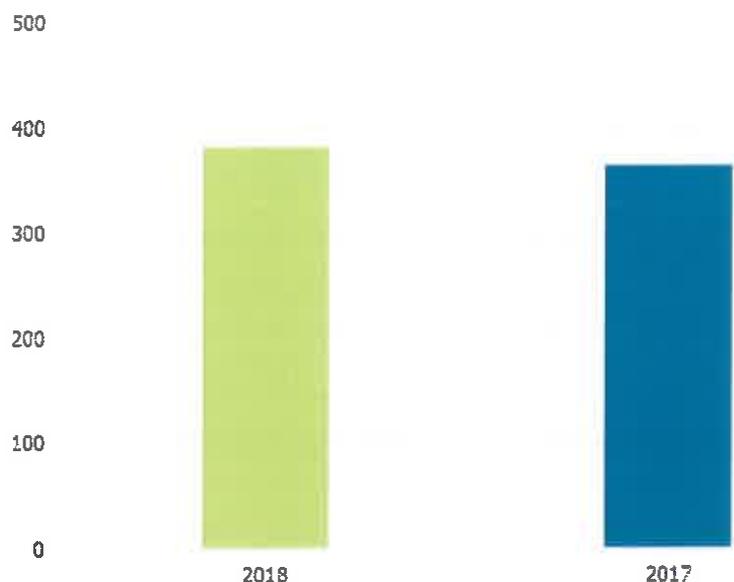
Não obstante as obrigações legais a assegurar pelo Município, é, no âmbito da gestão de recursos humanos do Município, necessário adequar as aptidões das pessoas às novas exigências e potenciar e garantir o seu aproveitamento, de forma a que, pelas novas competências ou habilitações adquiridas, possam contribuir de forma mais eficaz para as metas a atingir na organização, recorrendo-se a modalidades de gestão como a mobilidade interna e, fazendo face a mais de uma década de limitações à contratação, permitindo realizar as contratações *em linha* com o levantamento de necessidades de recrutamento, em função dos perfis de competências previamente definidos e cujas ações vêm sendo aprovadas pelos órgãos autárquicos.

No âmbito da recuperação do número de recursos humanos que permitam satisfazer as necessidades de realização, estabelecemos uma análise comparativa entre o número de trabalhadores a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, verificando-se um aumento de 5% do número de trabalhadores.





G1. Número Total de Trabalhadores



Handwritten notes in blue ink:
 QJ
 94
 P
 Vitor
 P
 A
 Q

3.2. Distribuição do Capital Humano por Carreira

Por força das atribuições do Município e da relação de proximidade com os cidadãos, constata-se uma elevada necessidade de trabalhadores com a categoria de Assistente Operacional, categoria predominante, com menor grau de tecnicidade e maior grau de operacionalidade. A predominância deve-se, essencialmente, a três áreas de intervenção, a saber: as áreas da educação, da conservação e manutenção de equipamentos e do ambiente.

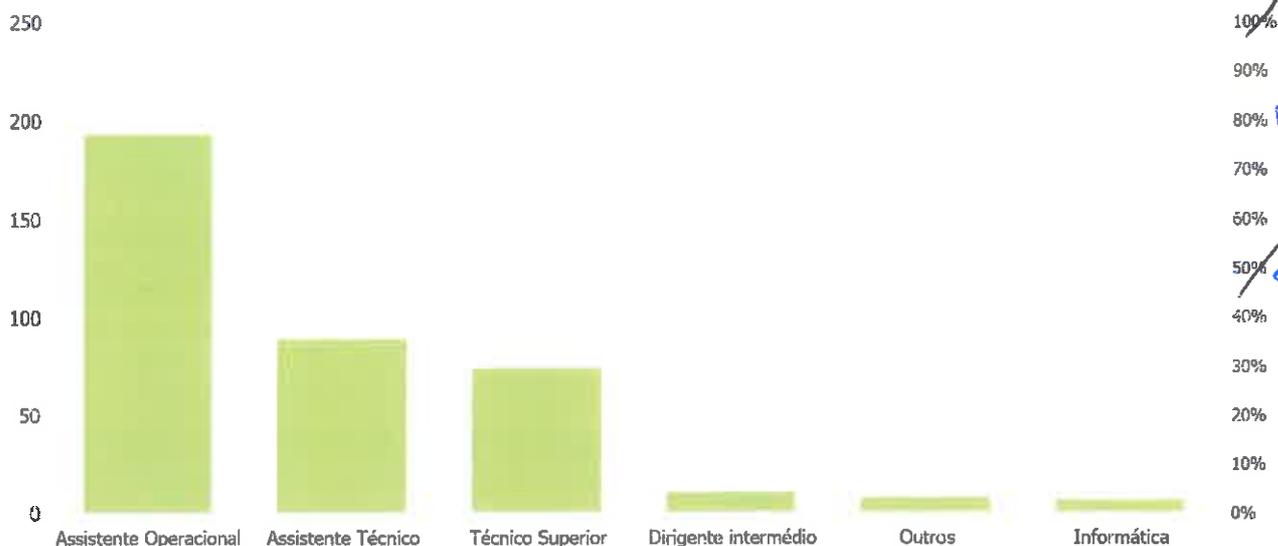
Não obstante a operacionalidade exigida ao Município, mantém-se uma gestão equilibrada no sentido de dotar os serviços de conhecimentos técnicos e administrativos, não descurando a melhor qualificação dos trabalhadores, seja por via da certificação académica e profissional proporcionada pelo programa "QUALIFICA", seja pela formação contínua com cerca de 150 ações de formação realizadas e um número de formandos superior a 400.

Handwritten notes in blue ink:
 P
 E
 h





G2. Trabalhadores por carreira



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CM', 'V. Lopes', 'A.', 'J.', 'A', 'Be', and 'M'.

3.3. Trabalhadores por Carreira e Género

A igualdade de género é e tem sido um tema a valorizar por parte do Município de Ovar, que, salvaguardando o mérito e o cumprimento da legalidade no que concerne à contratação de trabalhadores, pugna por proporcionar igualdade de acesso e de oportunidades a todos os cidadãos.

Neste sentido, constatamos um total equilíbrio entre homens e mulheres na carreira com maior grau de tecnicidade (técnicos superiores) e uma predominância de homens no setor operacional que, pela tipologia dos candidatos a procedimentos concursais, se prende com a natureza das atividades a desenvolver, sendo que, dentro deste grupo, há uma grande predominância de mulheres na área de auxiliar de ação educativa.

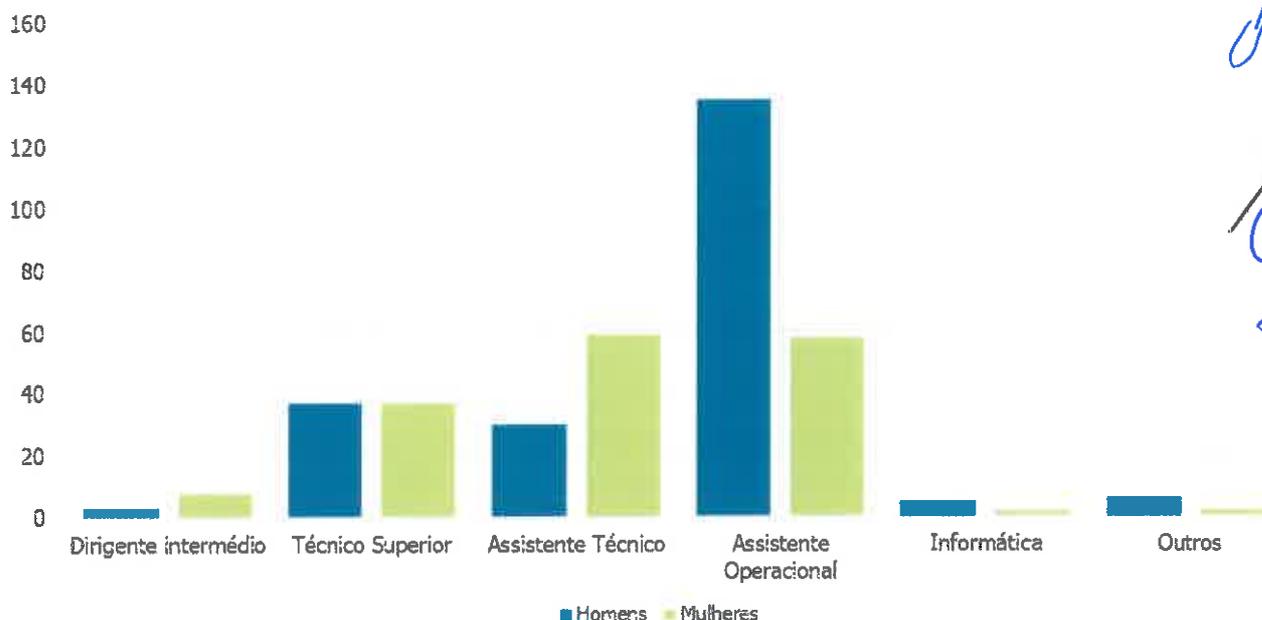
Realçamos, no entanto, o facto de existir uma predominância de mulheres em cargos dirigentes, sendo esta uma posição na estrutura correspondente a uma chefia de topo.

No global, há ainda um desequilíbrio, fruto do mencionado registo ao nível de assistentes operacionais, com predominância de homens, que correspondem a cerca de 62% do total dos trabalhadores municipais.





G3. Trabalhadores por carreira e género



Handwritten signatures and notes in blue ink, including the name 'Vitor'.

Handwritten initials 'A', 'El', and 'm' in blue ink.

3.4. Trabalhadores por Tipo de Vínculo e Género

Tal como já foi possível verificar no gráfico anterior, há, na globalidade, uma ligeira predominância de homens, sendo que esta se verifica mais ao nível das relações jurídicas por tempo indeterminado, com maior equilíbrio nas carreiras de maior grau de tecnicidade.

Apesar disso, importa reforçar a predominância de mulheres nos cargos de chefia, exercidos em regime de comissão de serviço.

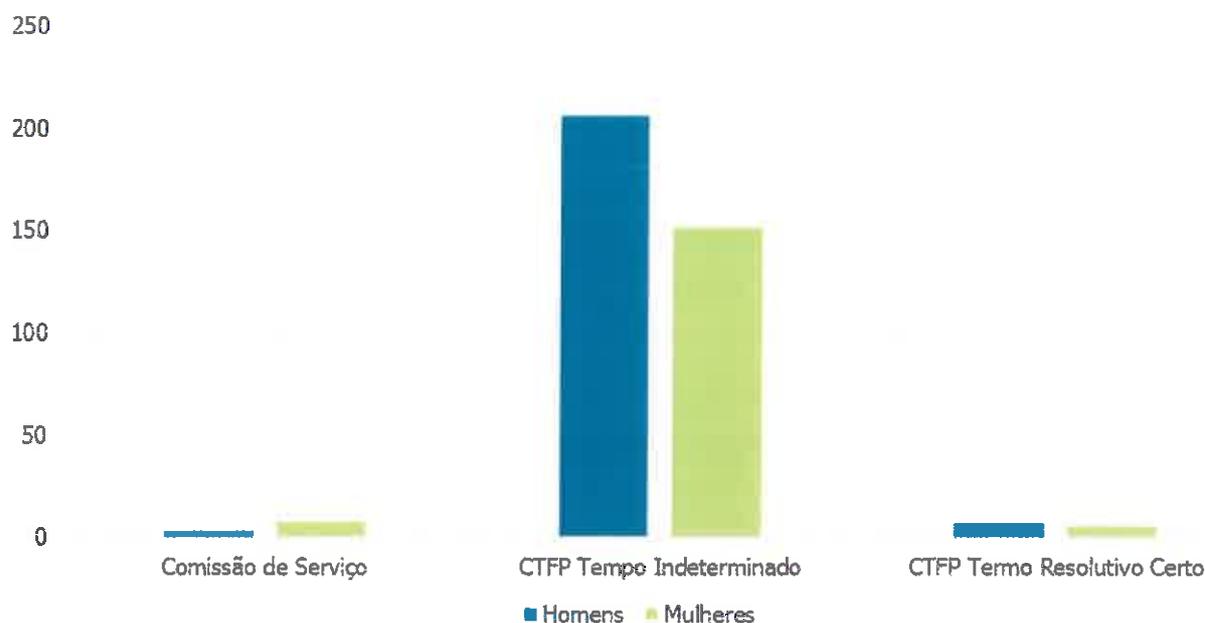
Outro dos traços reveladores e caracterizadores do Município é a valorização da estabilidade no emprego, sendo os vínculos resultantes de contratos de trabalho a termo resolutivo residuais e quase insignificantes, pois são apenas um recurso para situações absolutamente claras de aumento temporário de atividade e direcionados para as tarefas a concretizar, em determinado período de tempo.

Apesar desta opção pela estabilidade no emprego, não é possível deixar de valorizar contratos de trabalho de outra natureza, desde que absolutamente imprescindíveis e justificados.





G4. Trabalhadores por tipo de vínculo e género



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Victor' and 'Ana'.

Handwritten initials in blue ink.

3.5. Segurança e Saúde no Trabalho

A Segurança e Saúde no Trabalho tem sido, ao longo dos últimos anos, uma prioridade do Executivo Municipal, em matéria de Recursos Humanos.

Trata-se de uma área fulcral na defesa do bem-estar dos trabalhadores e de um elevado índice de produtividade, que pode ser seriamente comprometida pela inércia destes serviços.

Neste sentido, existiu um forte investimento na saúde, com a contratação de serviços médicos, com a criação de um gabinete médico de saúde laboral e ocupacional e de um serviço de nutricionismo.

Foi objeto de investimento o aumento dos Equipamentos de Proteção Individual, que atualmente estão disponibilizados a todos os trabalhadores, com especial incidência no grupo de assistentes operacionais, com atividades com elevado grau de perigosidade.

A sensibilização e a formação nas áreas da segurança contra incêndio, operação de máquinas e viaturas e manuseamento de máquinas e ferramentas, foram fundamentais para a prossecução dos objetivos definidos.

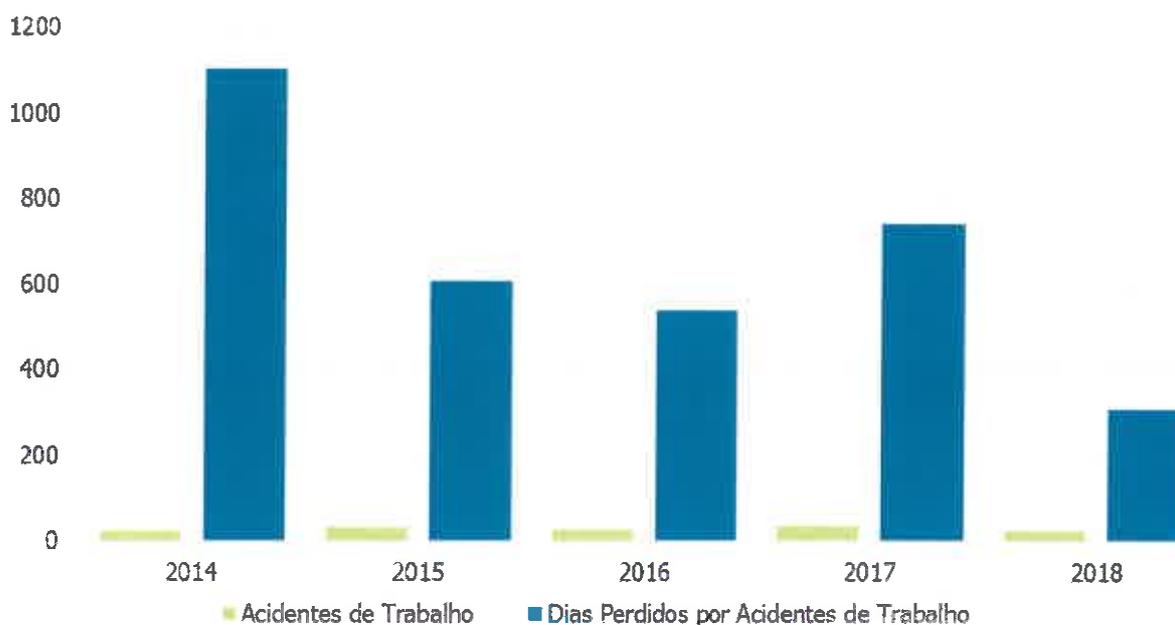




Como resultado desta preocupação e investimento, verificamos que os efeitos da sinistralidade estão em níveis nunca antes alcançados. Não tanto pelo número de acidentes ou incidentes, mas pela redução da sua gravidade e dos seus efeitos.

Assim, no ano de 2018, registamos 309 dias de ausência por acidente de trabalho, contrastando com 1102 dias de ausência por acidente de trabalho, no ano de 2014.

G5. Acidentes de trabalho e dias perdidos

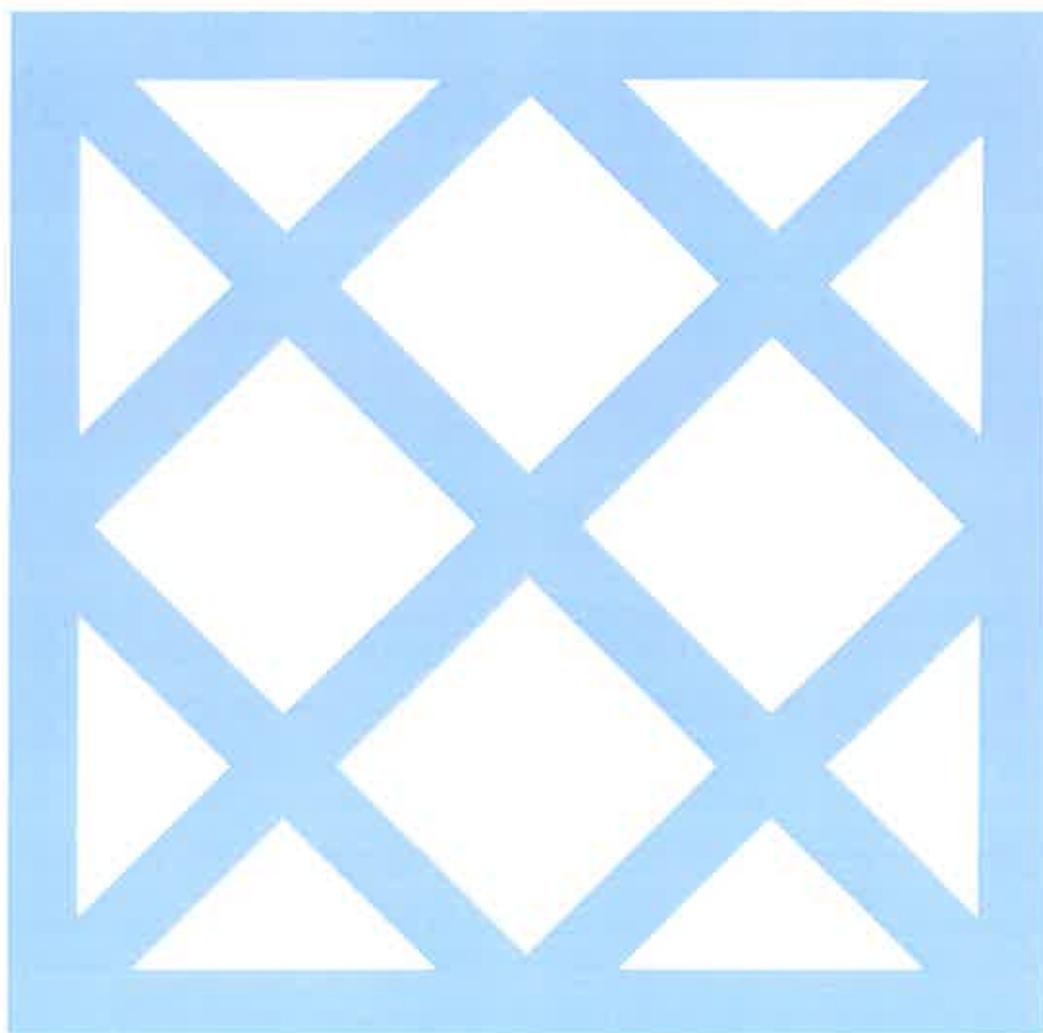


44
 JF
 Vello
 P
 C
 A
 J
 P
 R
 M



Execução Orçamental

SM
Vitor
L
S
A



P
L
M



4. Execução Orçamental

O presente capítulo inclui os principais aspetos relacionados com a contabilidade orçamental, cuja natureza é a ótica de caixa, que pressupõe o registo de recebimentos e pagamentos com base num orçamento previsional.

De notar que, os recebimentos e pagamentos apresentados poderão não apresentar uma relação direta com os montantes e variações relativos a proveitos e custos, especializados por exercício económico, resultantes da contabilidade patrimonial/financeira.

Tais desvios ocorrem pela abordagem particular de cada uma destas óticas contabilísticas, sendo explicada quer pela amortização de dívida de anos anteriores, com impacto nos pagamentos, quer pela aplicação do princípio do acréscimo utilizado na contabilidade patrimonial/financeira.

Em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras. Tais mapas permitem acompanhar, de forma sintética, todo o processo de realização das despesas e arrecadação das receitas, devendo, para tal, ser respeitados os princípios e regras definidos no ponto 2.3.4.2 do referido diploma.

4.1. Alterações e Revisões Orçamentais

Os documentos previsionais das Autarquias Locais consubstanciam-se nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento.

Nas Grandes Opções do Plano são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do Município, que incluem o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR) da gestão da Autarquia.

O PPI apresenta os projetos e ações a realizar no âmbito das linhas estratégicas estabelecidas, para um horizonte móvel de quatro anos. Por último, o Orçamento do Município apresenta a previsão anual das receitas e das despesas, de acordo com o quadro e código de contas descritos no POCAL.



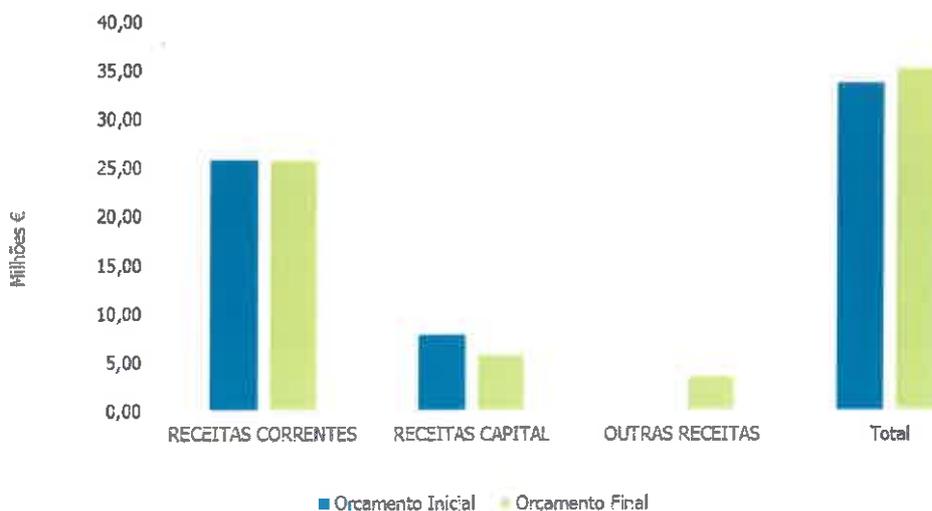
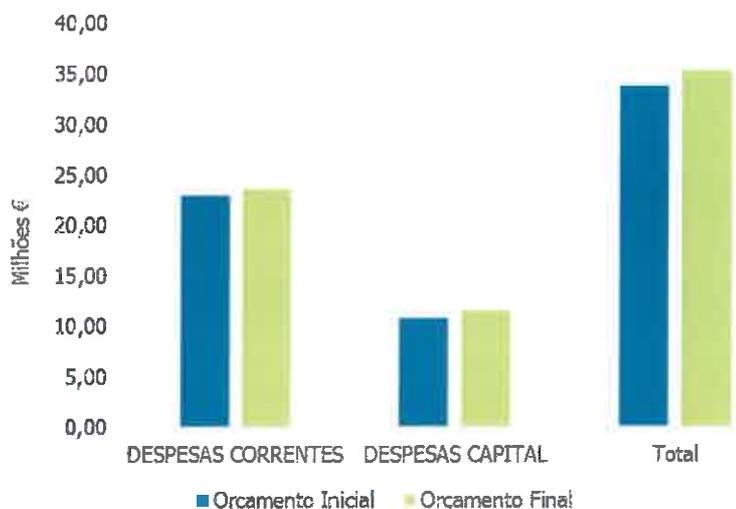


Na execução dos documentos previsionais são tidos em conta os princípios de utilização racional das dotações, sendo que a assunção de custos/despesas é sempre justificada quanto à sua economia, eficiência e eficácia.

Com base no ponto 8.3.1.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano das Autarquias podem sofrer ajustamentos e mudanças, nos termos da Lei, permitindo, a cada momento, acomodar as receitas e as despesas previstas, resultantes do plano de ação implementado e das prioridades assumidas pelo Órgão Executivo, devidamente aprovadas pelo Órgão Deliberativo, quando aplicável.

Em 2018, o Município de Ovar realizou uma revisão orçamental e catorze alterações, cada uma delas devidamente fundamentada e aprovada pelo órgão competente.

G6. Orçamento Inicial vs Orçamento Final





A revisão orçamental teve como principal intenção a incorporação do saldo de gerência de 2017, no montante de 3 597 152,14 euros, e o reajustamento de verbas da receita proveniente de projetos cofinanciados por fundos comunitários, que foram recebidas entre a elaboração do orçamento (outubro/novembro de 2017) e o final do exercício do próprio ano, num montante de 2 046 048,00 euros, o que justifica uma variação positiva, entre o orçamento final e o inicialmente aprovado, de cerca de 1 551 104,14 euros.

Q2. Alterações ao Orçamento da Receita

(euros)

Rubricas da Receita	Orçamento Inicial 2018	Aumentos	Diminuições	Orçamento Final 2018
RECEITAS CORRENTES				
Impostos Directos	12 072 089,00			12 072 089,00
Impostos Indirectos	312 396,00			312 396,00
Taxas, multas e outras Penalidades	538 609,00			538 609,00
Rendimento de Propriedade	1 271 467,00			1 271 467,00
Transferências correntes	8 130 792,00			8 130 792,00
Venda de Bens e Prestações de serviços correntes	3 501 090,00			3 501 090,00
Outras Receitas Correntes	80 000,00			80 000,00
Total Receita Corrente	25 906 443,00	0,00	0,00	25 906 443,00
RECEITAS CAPITAL				
Venda de Bens de Investimento	135 522,00			135 522,00
Transferência de Capital	7 743 589,00		2 046 048,00	5 697 541,00
Passivos Financeiros				0,00
Outras Receitas de Capital	20 000,00			20 000,00
Total Receita de Capital	7 899 111,00	0,00	2 046 048,00	5 853 063,00
OUTRAS RECEITAS				
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	100,00	0,00		100,00
Saldo da Gerência Anterior		3 597 152,14		3 597 152,14
Total Geral da Receita	33 805 654,00	3 597 152,14	2 046 048,00	35 356 758,14

No que à despesa se refere, as modificações orçamentais ocorridas durante o ano de 2018 tiveram principal impacto nas despesas de capital, com um aumento líquido de 874 106,00 euros, sendo que as aquisições de bens de capital aumentaram mais de 709 milhares de euros, as transferências de capital aumentaram mais de 215 milhares de euros, as quais foram compensadas pelos ativos financeiros em cerca de 51 milhares de euros, devido à redução dos montantes anuais a realizar pelos Municípios, relativos ao Fundo de Apoio Municipal, por aplicação do art.º 303º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2018.

Como reflexo das modificações orçamentais, as despesas correntes aumentaram num montante líquido de 676 998,14 euros, permitindo o reforço das principais despesas de funcionamento do Município, através da rubrica de aquisição de bens e serviços, num montante superior a 698 milhares de euros, bem como





das outras despesas correntes, num montante próximo dos 319 milhares de euros, para fazer face a um acordo judicial em processo que poderia ser concluído, definitivamente, em desfavor do Município.

Em sentido inverso, as despesas com pessoal sofreram uma diminuição, num montante acima dos 356 milhares de euros, no mês de dezembro de 2018, por não se ter verificado alguns dos pressupostos admitidos aquando da elaboração do orçamento, conforme resumo no quadro abaixo apresentado.

Q3. Alterações ao Orçamento da Despesa

(euros)

Rubricas da Despesa	Orçamento Inicial 2018	Aumentos	Diminuições	Orçamento Final 2018
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal	8 700 000,00		356 438,50	8 343 561,50
Aquisição de bens e serviços	10 047 326,00	698 662,50		10 745 988,50
Juros e outros encargos	40 218,00	5 000,00		45 218,00
Transferências correntes	3 853 418,00	10 836,14		3 864 254,14
Subsídios	0,00			0,00
Outras despesas correntes	390 910,00	318 938,00		709 848,00
Total Despesa Corrente	23 031 872,00	1 033 436,64	356 438,50	23 708 870,14
DESPESAS CAPITAL				
Aquisição de bens de capital	9 522 759,00	709 761,00		10 232 520,00
Transferências de capital	752 141,00	215 690,00		967 831,00
Ativos Financeiros	205 782,00		51 445,00	154 337,00
Passivos Financeiros	292 000,00	100,00		292 100,00
Outras despesas de capital	1 100,00			1 100,00
Total Despesa Capital	10 773 782,00	925 551,00	51 445,00	11 647 888,00
Total Geral da Despesa	33 805 654,00	1 958 987,64	407 883,50	35 356 758,14





4.2. Execução Orçamental da Receita

A execução orçamental no formato da classificação económica das receitas, encontra-se detalhada no quadro resumo a seguir transcrito, o qual também permite acompanhar a evolução de cada componente das receitas correntes e de capital, nos anos de 2017 e 2018, bem como apresentar o seu contributo no cômputo global das receitas arrecadadas pelo Município de Ovar, no ano a que se refere a presente prestação de contas.

Q4. Execução do Orçamento da Receita

Rubricas	Orçamento Inicial 2018	Orçamento Final 2018	Receita Cobrada Líquida 2018	Taxa de Execução	Valor Relativo	Receita Cobrada Líquida 2017	Varição 2018/2017
(euros)							
RECEITAS CORRENTES							
Impostos directos	12 072 089,00	12 072 089,00	13 055 198,44	108,14%	41,79%	12 571 635,50	3,85%
Impostos indirectos	312 396,00	312 396,00	748 838,87	239,71%	2,40%	387 496,33	93,25%
Taxas, multas e outras penalidades	538 609,00	538 609,00	488 850,64	90,76%	1,56%	674 394,16	-27,51%
Rendimentos de propriedade	1 271 467,00	1 271 467,00	1 225 062,78	96,35%	3,92%	1 205 015,15	1,66%
Transferências correntes	8 130 792,00	8 130 792,00	8 019 171,72	98,63%	25,67%	7 806 835,21	2,72%
Venda de bens e prestações de serviços correntes	3 501 090,00	3 501 090,00	2 763 081,42	78,92%	8,84%	2 296 272,46	20,33%
Outras receitas correntes	80 000,00	80 000,00	64 201,46	80,25%	0,21%	23 572,96	172,35%
Total	25 906 443,00	25 906 443,00	26 364 405,33	101,77%	84,38%	24 965 221,77	5,60%
RECEITAS CAPITAL							
Venda de bens de investimento	135 522,00	135 522,00	221 793,21	163,66%	0,71%	172 578,97	28,52%
Transferência de capital	7 743 589,00	5 697 541,00	789 704,32	13,86%	1,53%	2 948 182,47	-73,21%
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Outras receitas de capital	20 000,00	20 000,00	257 930,12	1289,65%	0,83%	363 412,03	-29,03%
Total	7 899 111,00	5 853 063,00	1 269 427,65	21,69%	4,06%	3 484 173,47	-63,57%
OUTRAS RECEITAS							
Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00	100,00	12 084,79	12084,79%	0,04%	7 394,66	63,43%
Saldo de gerência anterior	0,00	3 597 152,14	3 597 152,14	100,00%	11,51%	5 507 781,54	-34,69%
Total Geral da Receita	33 805 654,00	35 356 758,14	31 243 069,91	88,37%	100,00%	33 964 571,44	-8,01%

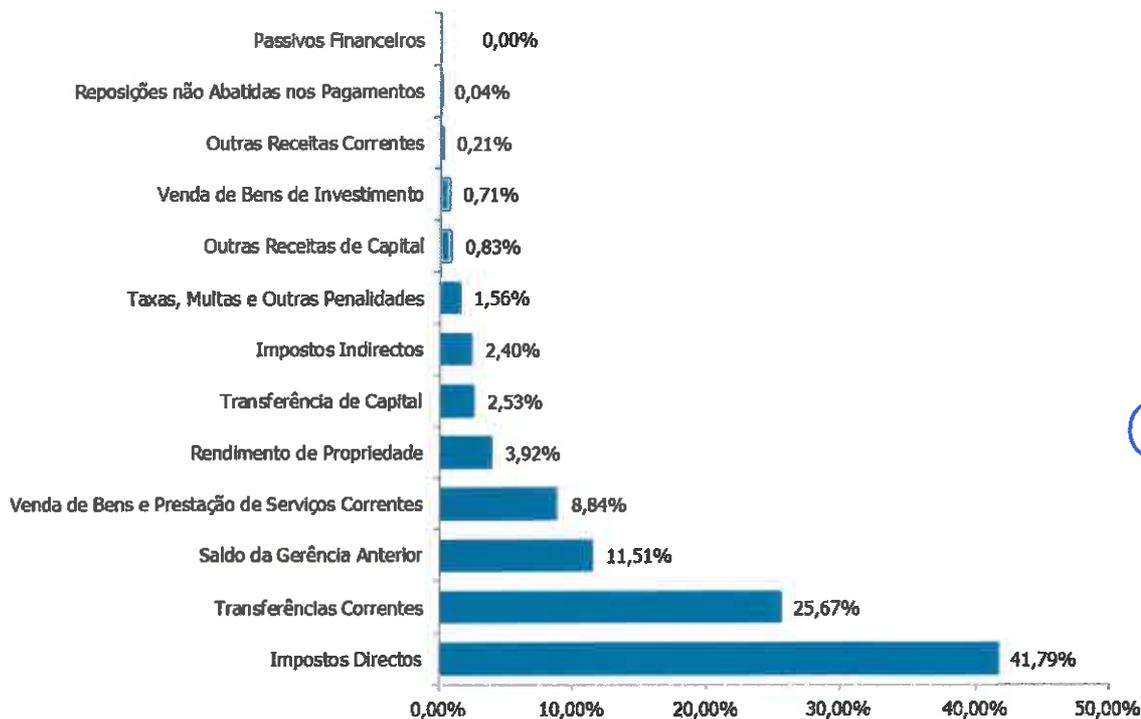
Durante o exercício de 2018, o Município de Ovar arrecadou receita líquida no montante de 31 243 069,91 euros, sendo que 26 364 405,33 euros se reportam a receitas correntes, 1 269 427,65 euros se referem a receitas de capital, o saldo de gerência do ano anterior ascendeu a 3 597 152,14 euros, e as reposições não abatidas nos pagamentos ascenderam a 12 084,79 euros.

Em 2018, a composição da estrutura das receitas municipais alterou-se ligeiramente, com as receitas correntes a consolidarem o seu contributo para o total da receita arrecadada, com um peso de 84,38% no total da receita. Em sentido inverso, as transferências de capital diminuiram o seu peso por reprogramação dos principais projetos cofinanciados no âmbito do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Ovar e do PACTO da Região de Aveiro. O saldo de gerência anterior continua a representar mais de 11% do total da receita arrecadada.





G7. Receita Cobrada Líquida 2018



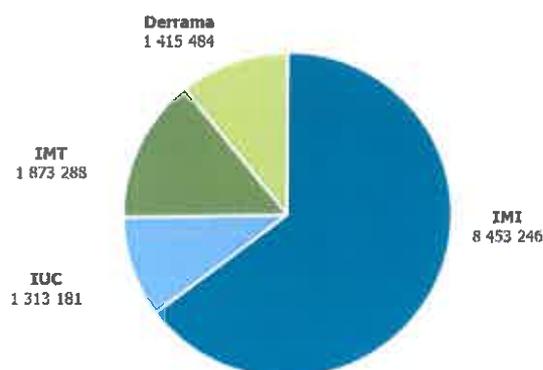
Handwritten notes in blue ink:
 SM
 J
 BF
 receita
 LL
 C
 H
 A.

Em termos globais, a receita diminui face ao ano anterior, em 8,01%, influenciada pela redução das receitas de capital que decresceram 63,57%, bem como, pela diminuição do saldo da gerência anterior em 34,69%.

Handwritten notes in blue ink:
 A
 3L
 h

Na especialidade, a receita corrente cobrada apresenta um incremento de 5,6% face ao ano anterior, sendo que as receitas fiscais mantêm o seu papel de destaque, representando os impostos directos (IMI, IMT, Derrama e IUC) cerca de 41,79% da receita global arrecadada, distribuídos conforme gráfico seguinte:

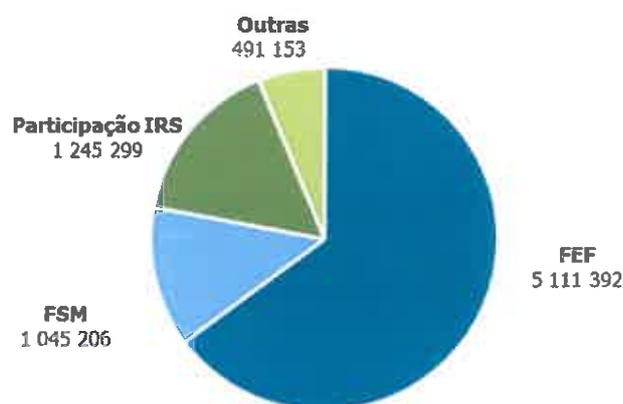
G8. Impostos Directos (€)





Como segunda grandeza, as transferências correntes arrecadadas (FEF, FSM, Participação Fixa no IRS e outros) apresentam um peso de 25,67% do valor global da receita, distribuídas da seguinte forma:

G9. Transferências Correntes (€)



SM
[Handwritten signature]
Vitor
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O saldo da gerência anterior, num montante acima dos 3,5 milhões de euros, representa a terceira grandeza no total da receita arrecadada, com um peso de 11,51%.

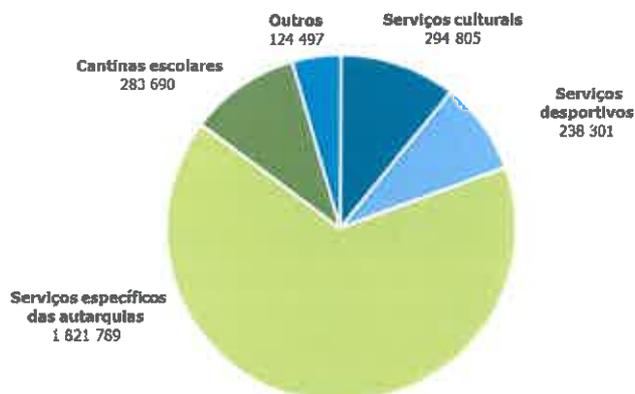
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

A quarta grandeza no cômputo geral das receitas arrecadadas, com um peso de 8,84%, é ocupada pela Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes, que incluem serviços específicos das Autarquias Locais, com destaque para os resíduos sólidos, os serviços culturais, os serviços escolares (refeições em cantinas escolares e apoio às famílias, quer no prolongamento de horário para 1º ciclo, quer atividades de apoio para o ensino pré-escolar) e ainda os serviços desportivos.





G10. Vendas de Bens e Prestações de Serviços Correntes (€)



SM
[Handwritten signature]
Vitor
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

De salientar, em 2018, o aumento da rubrica de impostos indiretos, essencialmente justificada pelo aumento da receita arrecadada com loteamentos e obras, com um incremento de cerca de 350 milhares de euros, face ao ano anterior.

A receita de capital ascendeu a 1 269 427,65 euros, traduzindo um decréscimo de 63,57% face ao montante arrecadado em 2017. Tal variação justifica-se, essencialmente, pela receita arrecadada com a comparticipação comunitária em projetos cofinanciados, quer pelo PEDU, quer pelo PACTO, que viram a sua conclusão adiada para exercícios futuros, por alguns fatores externos ao Município. Em sentido inverso, de destacar o aumento das vendas de terrenos face ao ano de 2017.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Em 2018, a taxa de execução das receitas globais do Município de Ovar atingiu 88,37% das receitas previstas em sede de orçamento corrigido (com 101,77% correspondente a receitas correntes e 21,69% a receitas de capital), sendo que, em 2017, havia sido de 96%.

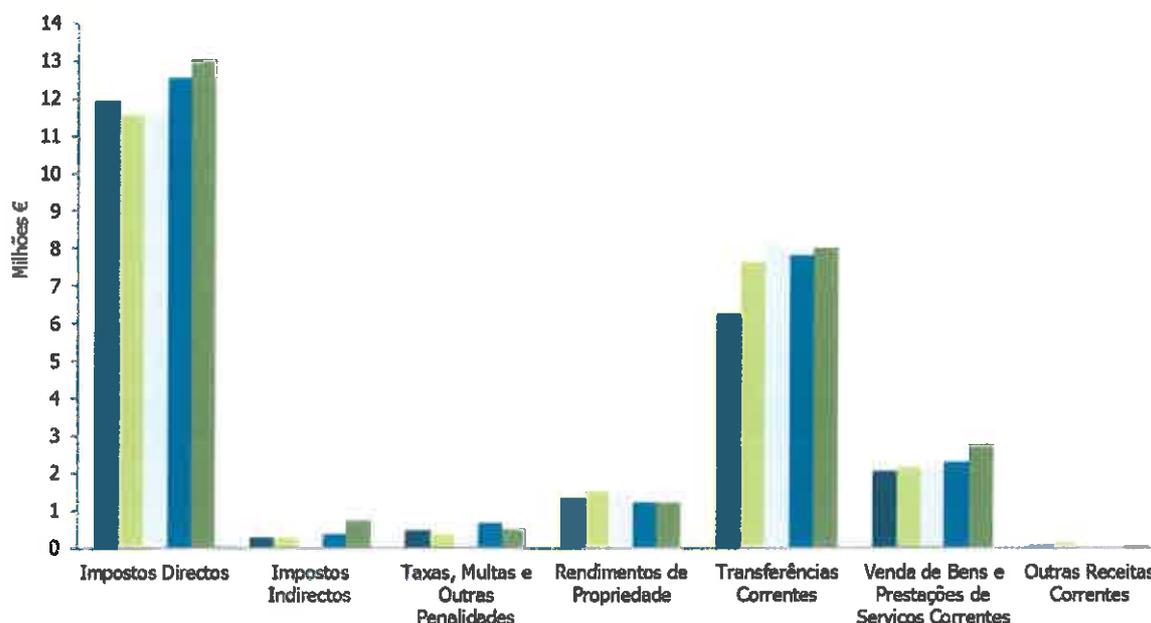
Nos termos do nº 3 do art.º 56º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os Municípios não poderão apresentar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista inferior a 85%. No que respeita ao Município de Ovar foi dado cumprimento ao estabelecido na Lei.

O gráfico seguinte apresenta a evolução de cada uma das componentes da Receita Corrente nos últimos 5 anos, ou seja, no período de 2014 a 2018, evidenciando-se a estabilidade e importância de cada uma das rubricas já mencionadas na estrutura global, com destaque para os Impostos Diretos, as Transferências Correntes, as Venda de Bens e Serviços Correntes e os Rendimentos de Propriedade.





G11. Receita Corrente Cobrada Líquida



2014
2015
2016
2017
2018

Em suma, entre 2014 e 2018, verifica-se que:

- Os impostos directos vêm sendo a principal fonte de receita do Município de Ovar, consolidando o seu peso relativo, perto dos 42% do total da receita arrecadada em 2018, num montante global acima dos 13 milhões de euros. Pese embora os ajustamentos decididos nas taxas do IMI, na fórmula de cálculo da Derrama e da deliberação sobre a percentagem de participação do Município no IRS, com vantagens para as famílias e investidores no Município, a estrutura da receita manteve-se sólida, imperando o princípio da cautela e da prudência na gestão municipal.
- As transferências correntes têm vindo a crescer, ultrapassando os 8 milhões de euros em 2018, correspondendo a cerca de 7,4 milhões a transferências do Estado, descritas no nº 1 do art.º 25º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e os restantes montantes respeitam à comparticipação do Ministério da Educação nos custos com pessoal, prolongamento de horário e refeições escolares, decorrente da transferência de competências nesta área para o Município.
- As vendas de bens e serviços correntes têm vindo a manter-se próximas dos 2,2 milhões de euros, entre 2014 e 2017, com um acréscimo substancial em 2018, o que permitiu aproximar-se dos 2,8 milhões de euros, fortemente influenciada pelo aumento verificado na receita arrecadada com resíduos sólidos, por atualização do tarifário e da taxa de gestão de resíduos (TGR).

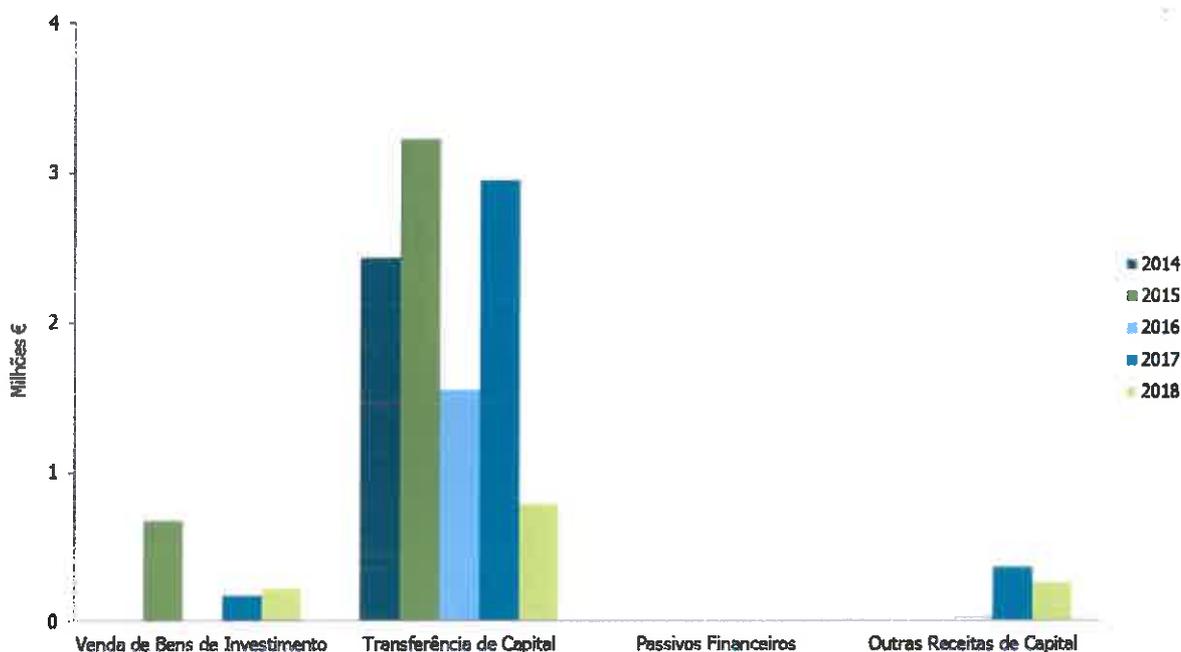




- No que se refere a rendimentos de propriedade, o montante arrecadado e consolidado nos últimos 5 anos, superior a 1 milhão de euros, refere-se, essencialmente, à renda de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão à EDP Distribuição, conforme preceituado no art.º 20º do Decreto-Lei nº 230/2008, de 27 de novembro.
- No computo geral, as restantes rubricas, que incluem as taxas multas e outras penalidades, os impostos indiretos e as outras receitas correntes, têm oscilado entre os 700 milhares de euros e o 1 milhão de euros, entre 2014 e 2017. Em 2018, apresentaram um aumento de mais de 200 milhares de euros, influenciado pelo incremento verificado na rubrica de loteamentos e obras, entretanto atenuado pelos juros de mora da cobrança coerciva de impostos diretos, efetuada pela Autoridade Tributária, expressivos em 2017.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Santos' and various initials.

G12. Receita de Capital Cobrada Líquida



Handwritten notes and signatures in blue ink.

Por último, no gráfico que representa a evolução das Receitas de Capital, cobradas no período de 2014 a 2018, verifica-se:

- A especial importância das transferências de capital, com predominância para as verbas provenientes dos fundos comunitários, as quais foram importantes na concretização de uma parte do plano de investimentos dos mandatos autárquicos. De notar que, a sua evolução se encontra





indexada aos ciclos dos fundos estruturais do período. Em 2018, o Município reformulou um conjunto de candidaturas ao Portugal 2020 (Centro 2020 e ao PACTO da Região de Aveiro), adiando as receitas de capital inicialmente previstas.

- A venda de bens de investimento/património tem vindo a ser inconstante e residual, com um montante próximo dos 220 milhares de euros, em 2018, resultantes da venda de lotes em S. João de Ovar – Loteamento Municipal do Barreiro.
- O Município não contraiu qualquer empréstimo na banca nos últimos 5 anos, tendo amortizado extraordinariamente alguns dos financiamentos contratados em anos anteriores.
- As outras receitas de capital incluem, normalmente, revisões de preços negativas recebidas pelo Município, sendo que, em 2017, incluiu a ativação de uma garantia bancária relativa à empreitada de obras públicas da “Construção do Centro Escolar dos Combatentes”, no montante superior a 180 milhares de euros, e, em 2018, o reembolso da CIRA relativo a projetos pagos no âmbito da POLIS, não sendo, contudo, os seus montantes expressivos, no âmbito da receita total arrecadada para o período em análise.

De reforçar que, o capítulo do relatório de gestão dedicado aos **Proveitos e Ganhos** apresenta, detalhadamente, a evolução de cada uma das rubricas de proveitos, construídas a partir da execução orçamental do ano, pelo que nos dispensamos de uma maior abordagem à execução da receita, para não duplicar informação e conclusões.





4.3. Execução Orçamental da Despesa

O quadro resumo seguinte apresenta a execução da Despesa do Município de Ovar, no ano de 2018, segundo o critério da sua classificação económica e permite avaliar a evolução das várias componentes nos últimos dois anos.

Q5. Execução do Orçamento da Despesa

(euros)

Rubricas	Orçamento Inicial 2018	Orçamento Final 2018	Despesa Paga 2018	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2017	Variação 2018/2017
DESPESAS CORRENTES							
Pessoal	8 700 000,00	8 343 561,50	7 919 082,55	94,91%	29,73%	7 838 936,71	1,02%
Aquisição de bens e serviços	10 047 326,00	10 745 988,50	9 430 695,92	87,76%	35,40%	8 727 019,25	8,06%
Juros e outros encargos	40 218,00	45 218,00	13 731,79	30,37%	0,05%	17 358,72	-20,89%
Transferências correntes	3 853 418,00	3 864 254,14	3 504 339,75	90,69%	13,15%	3 573 189,20	-1,93%
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Outras despesas correntes	390 910,00	709 848,00	668 188,36	94,13%	2,51%	265 617,41	151,56%
Total Despesa Corrente	23 031 872,00	23 708 870,14	21 536 038,37	90,84%	80,84%	20 422 121,29	5,45%
DESPESAS CAPITAL							
Aquisição de bens de capital	9 522 759,00	10 232 520,00	4 226 080,65	41,30%	15,86%	8 230 304,64	-48,65%
Transferências de capital	752 141,00	967 831,00	431 619,96	44,60%	1,62%	1 217 564,46	-64,55%
Ativos financeiros	205 782,00	154 337,00	154 336,50	100,00%	0,58%	205 782,00	
Passivos financeiros	292 000,00	292 100,00	292 069,46	99,99%	1,10%	291 948,37	0,04%
Outras despesas de capital	1 100,00	1 100,00	0,00	0,00%	0,00%	586,85	
Total Despesa Capital	10 773 782,00	11 647 888,00	5 104 106,57	43,82%	19,16%	9 946 186,22	-48,68%
Total Geral da Despesa	33 805 654,00	35 356 758,14	26 640 144,94	75,35%	100,00%	30 368 307,61	-12,28%

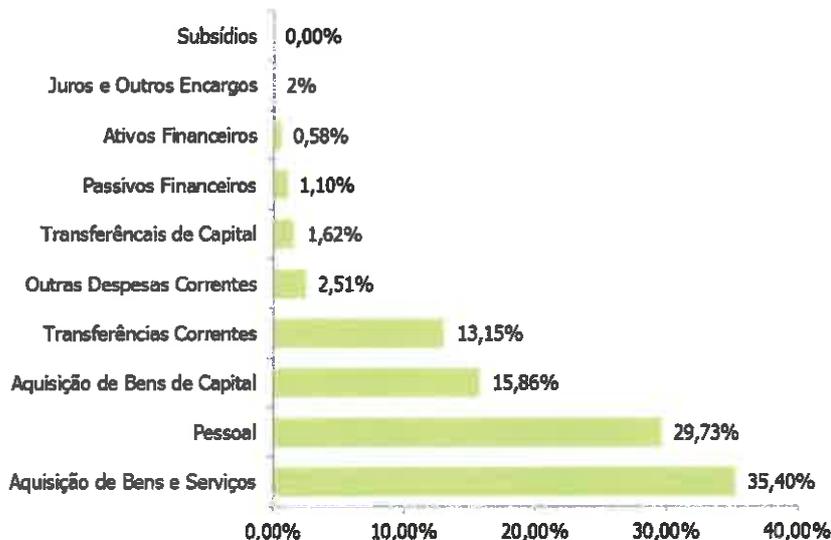
Durante o ano de 2018, o Município de Ovar pagou de Despesa Total o montante de 26 640 144,94 euros, sendo que 21 536 038,37 euros se referem a despesas correntes e 5 104 106,57 euros a despesas de capital.

À semelhança do verificado para a receita, a composição da estrutura das despesas alterou ligeiramente, sendo que as despesas correntes consolidaram a sua posição, representando 80,84% dos pagamentos efetuados em 2018 e as despesas de capital 19,16%. A aquisição de bens e serviços continua a ser a principal grandeza da despesa, representando 35,40% dos pagamentos efetuados, seguidos das despesas com pessoal que representaram 29,73% dos valores realizados e pagos, sendo a terceira rubrica com maior peso, no total de pagamentos, a aquisições de capital, com 15,86%. Por último, as transferências correntes concedidas representaram 13,15% do total dos pagamentos efetuados em 2018. Em conjunto, as principais grandezas anteriormente referidas representam mais de 94% do total da despesa, paga no exercício de 2018.





G13. Despesa Paga



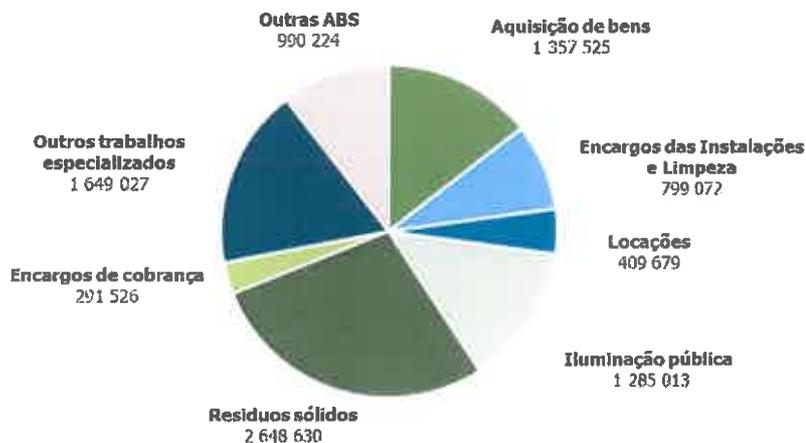
Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Victor' and initials 'A.S.', 'A.', and '9.'.

Em termos globais, a despesa paga decresceu, face ao ano anterior, em 12,28%, fortemente influenciada pelas despesas de capital, que decresceram 48,68%, devido à reprogramação dos projetos cofinanciados, essencialmente no âmbito do PEDU E PACTO.

Em sentido inverso, as Despesas Correntes pagas aumentaram 5,45% face ao ano anterior, com destaque para as Aquisições de Bens e Serviços (que incluem com representatividade a recolha de resíduos sólidos, a iluminação pública, os encargos com instalações e limpeza, a aquisição de refeições confeccionadas, as assistências técnicas e os trabalhos com a limpeza e prevenção da floresta, entre outros).

Handwritten initials 'A' and 'w' in blue ink.

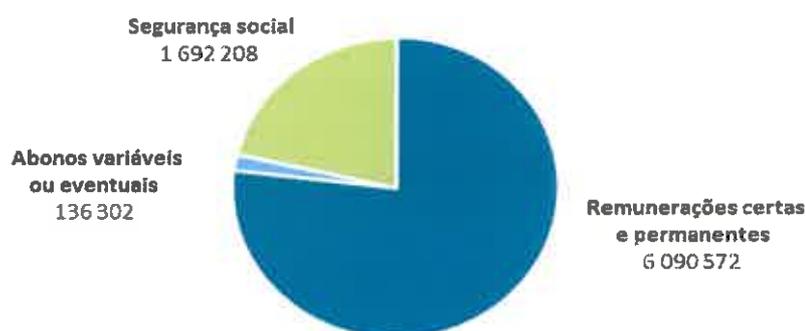
G14. Aquisições de Bens e Serviços (€)





As despesas com pessoal, que representam a segunda principal grandeza no total das despesas pagas em 2018, cresceram cerca de 1,02%, face ao ano de 2017, influenciadas pela admissão de novos colaboradores e algumas mobilidades intercarreiras ocorridas e/ou consolidadas, bem como a atualização do subsídio de refeição, repartindo-se pelas principais rubricas, conforme gráfico seguinte.

G15. Despesas com Pessoal (€)



Handwritten notes and signatures:
 GM
 Victor
 [Signature]
 [Signature]

Na especialidade, temos para as principais rubricas os montantes pagos divididos pelos vencimentos (subrubrica mais representativa das remunerações certas e permanentes), as outras remunerações permanentes, os abonos variáveis e eventuais e o capítulo da segurança social (que inclui, para além dos encargos da entidade patronal com a Caixa Geral de Aposentações e a Segurança Social, as comparticipações nos encargos com saúde), a saber:

Handwritten notes and signatures:
 [Signature]
 Bl
 m

G16. Decomposição das Despesas com Pessoal (€)

Vencimentos

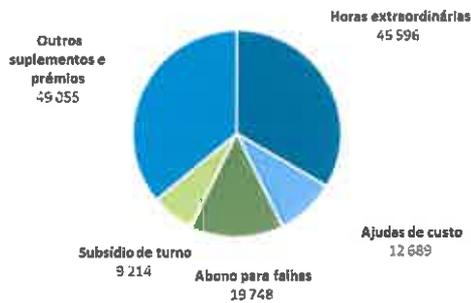


Outras remunerações permanentes

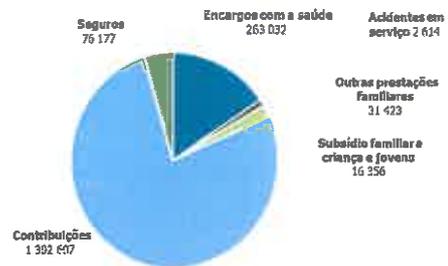




Abonos variáveis



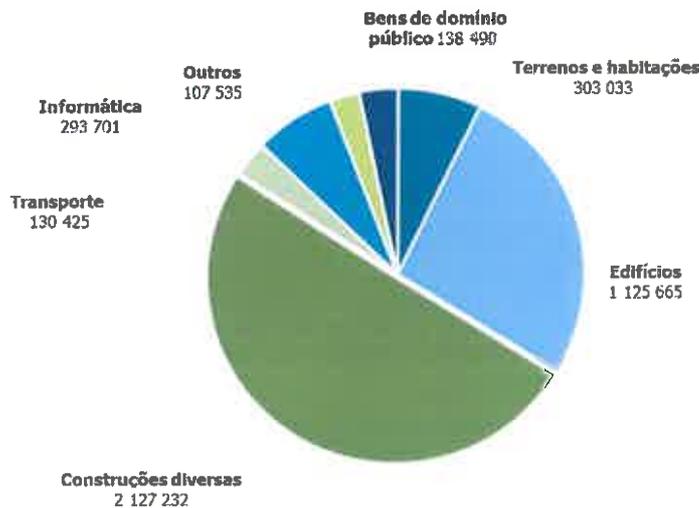
Segurança Social



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Victor' and 'S'.

As aquisições de bens de capital, num montante global superior a 4,2 milhões de euros repartiu-se conforme gráfico abaixo, sendo de destacar as construções diversas, cuja principal componente são os viadutos, arruamentos e respetivas obras complementares, num montante superior a 1,8 milhões de euros.

G17. Aquisição de Bens de Capital (€)



Handwritten initials in blue ink, including 'A' and 'L'.

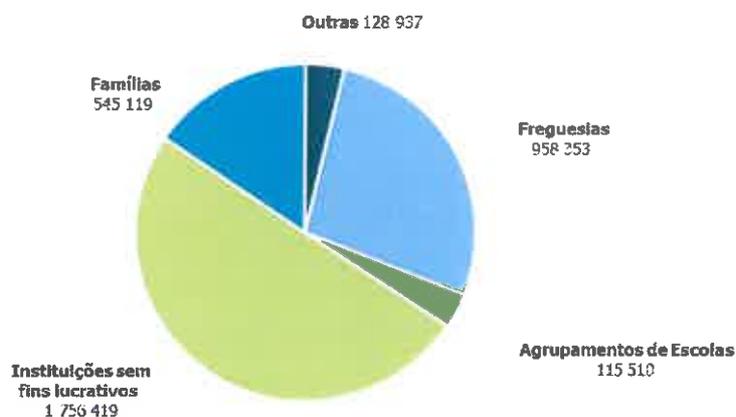
As transferências correntes, que representam cerca de 13,15% do total da despesa paga em 2018, apresentam, nas instituições sem fins lucrativos (com destaque para os protocolo de colaboração com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários), nas Freguesias (no cumprimento da delegação legal





de competências, prevista no nº 1 do artigo 132.º da Lei nº 75/2013, de 12 e setembro) e nas famílias (reforço do programa RASMO – Regulamento de Ação Social do Município de Ovar) as suas principais componentes, como comprova o gráfico seguinte.

G18. Transferências Correntes Concedidas (€)



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Victor' and 'A. J.'.

De referir ainda que, as outras despesas correntes pagas em 2018, apesar de pouco expressivas no total da despesa, com um peso de 2,51%, aumentaram, essencialmente, pelas duas indemnizações pagas em 2018, num montante global de 460 milhares de euros, adiante referenciadas, no capítulo de custos.

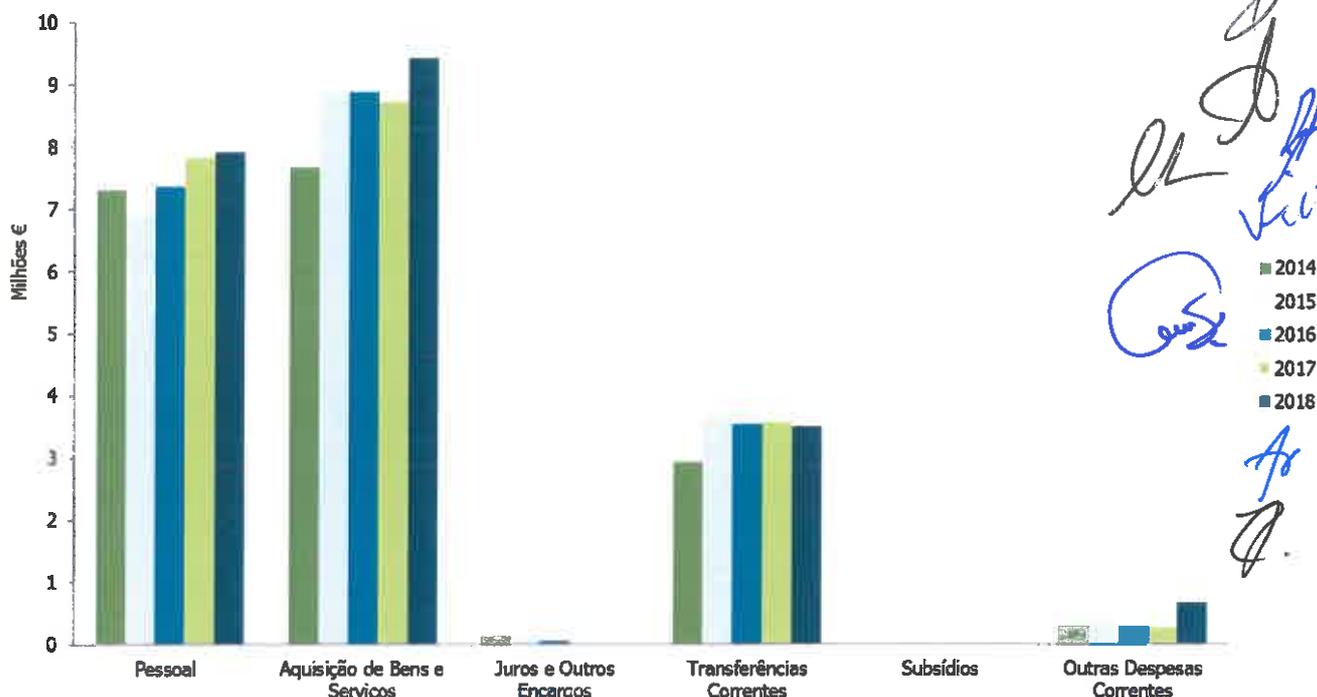
Handwritten initials 'A. J.' in blue ink.

O gráfico seguinte apresenta a evolução de cada uma das **componentes da Despesa Corrente**, nos últimos 5 anos.





G19. Despesa Corrente Paga



Entre 2014 e 2018, verifica-se que:

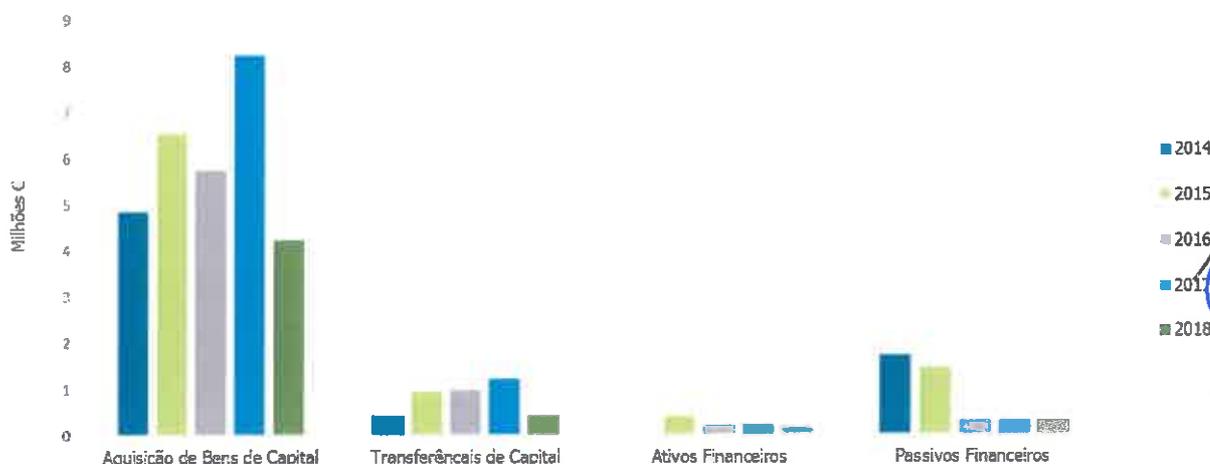
- A despesa processada e paga com a **aquisição de bens e serviços** tem vindo a ser a principal rubrica no total das despesas correntes e despesas globais do Município, com um montante crescente próximo dos 9,4 milhões de euros, subdivididas em conformidade com os anteriores gráficos apresentados. A sua representatividade deriva da relevância das despesas com o funcionamento do Município, como sejam a gestão de resíduos sólidos urbanos, o fornecimento de energia para a iluminação pública, a manutenção de espaços e instalações, entre outros trabalhos especializados.
- As **despesas com pessoal** têm vindo a crescer, essencialmente pela reestruturação do quadro de pessoal do Município, com novas admissões e consolidação de mobilidades, aproximando-se dos 8 milhões de euros, no último ano em análise.
- A terceira grandeza da despesa paga em 2018, as **transferências correntes**, têm mantido o seu valor ao longo dos últimos 5 anos, cifrando-se o seu montante próximo dos 3,5 milhões de euros. A sua representatividade decorre de políticas centrais, como a transferência de competências para as Freguesias; políticas municipais na área da segurança e proteção civil; bem como políticas de apoio municipal, em áreas como a educação, a cultura, o desporto e os direitos sociais.





Por último, do gráfico que representa a evolução das Despesas de Capital pagas entre 2014 e 2018, verifica-se que:

G20. Despesa de Capital Paga



Handwritten notes and signatures in blue ink:
 SM
 Victor
 ll
 G
 A
 Q

As aquisições de bens de capital, que encontra a sua fiel tradução na execução do Plano Plurianual de Investimentos, tem vindo a oscilar ao longo dos anos, quer pela estratégia que vem sendo definida pelo Executivo, com aposta no investimento imaterial, quer pela morosidade e complexidade de alguns dos projetos previstos, essencialmente os cofinanciados ao nível do PEDU e PACTO, por atrasos não imputáveis ao Município.

Handwritten signature in blue ink:
 A
 J
 M

O capítulo dedicado aos Custos e Perdas do exercício detém-se em pormenor a análise de todos os custos e perdas do exercício económico, pelo que, de forma coerente, remetemos para a sua leitura e avaliação, que julgamos pormenorizada e esclarecedora.

4.4. Equilíbrio corrente

O princípio do equilíbrio, descrito no ponto 3.1.1. do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Cumulativamente, o art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, determina ainda que, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das





amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No caso do Município de Ovar, uma vez que os empréstimos em vigor são anteriores a 2014, as amortizações médias correspondem à divisão do capital em dívida em 01 de janeiro de 2014 pelo número de anos de vida útil remanescente de cada contrato, em conformidade com as instruções da DGAL.

De acordo com o entendimento do SATAPOCAL, o cumprimento da referida regra deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos da execução orçamental, a incluir no Relatório e Contas.

Neste sentido, procede-se à verificação do cumprimento da referida regra pelo Município de Ovar, nos últimos 2 anos.

Q6. Equilíbrio Corrente

Equilíbrio Orçamental	2018	2017	Variação 2018/2017
Receitas Correntes Brutas	26 371 754,24	24 966 110,08	5,63%
Despesas Correntes	21 536 038,37	20 422 121,29	5,45%
Passivos Financeiros (amortizações médias)	327 755,55	327 755,55	0,00%
Equilíbrio Corrente (nº2 artigo 40º LFL)	4 507 960,32	4 216 233,24	6,92%

(euros)

Do quadro anterior observa-se que o Município de Ovar continuou em 2018 a respeitar o Princípio do Equilíbrio Corrente, o que demonstra o seu bom desempenho financeiro, com uma significativa libertação de meios correntes, para aplicar em investimentos e na amortização da dívida, num montante superior a 4,5 milhões de euros.





4.5. Execução das Grandes Opções do Plano (GOP's)

As Grandes Opções do Plano refletem as linhas estratégicas de intervenção do Município, para as áreas em que tem atribuídas competências legais, mensurando-se, neste capítulo, o programa definido pelo Executivo municipal, devidamente aprovado pelo órgão deliberativo.

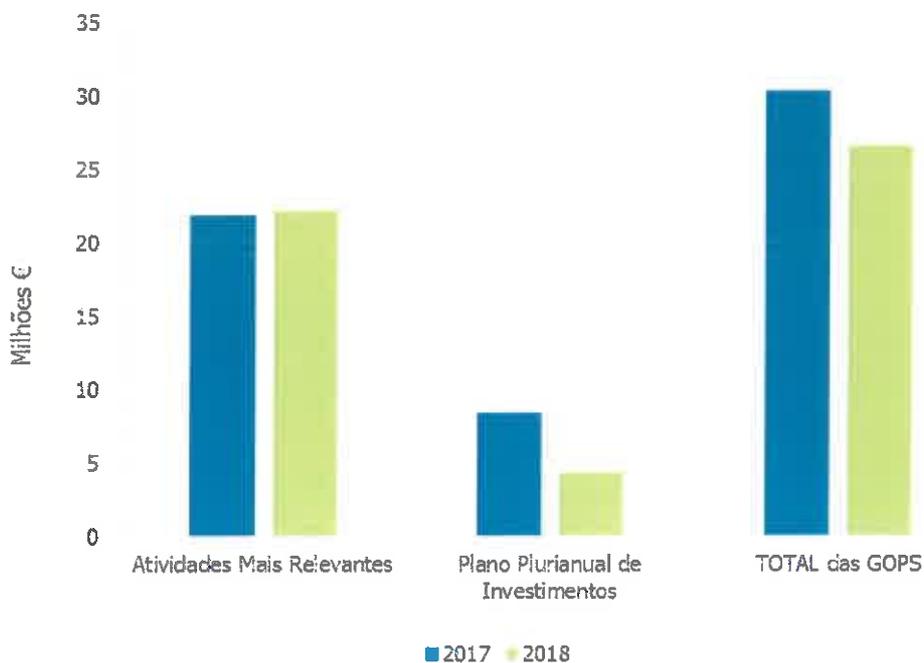
As Grandes Opções do Plano reúnem a execução do Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes. Por forma a obter num só mapa o total da despesa orçamental paga, foram adicionadas para o ano de 2017 as despesas com pessoal aos aglomerados da despesa das GOP's, o que permite que este mapa corresponda a toda a despesa orçamental paga.

Deste modo, o Mapa das GOP's de 2018 apresenta uma despesa paga no valor de 26 640 144,94 euros, repartidos por Atividades Mais Relevantes no montante de 22 259 727,79 euros e Plano Plurianual de Investimentos no valor de 4 380 417,15 euros.

Em 2018, a taxa de execução global das Grandes Opções do Plano, face ao orçamento final aproximou-se dos 75,35%, apresentando um decréscimo de 12,28% face ao ano anterior, fortemente influenciado pelo decréscimo nos investimentos globais, anteriormente justificados.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
 54
 Victor
 [Signature]
 [Signature]

G21. Distribuição das GOP's



Handwritten notes and signatures in blue ink:
 [Signature]
 30
 hu





No âmbito das Grandes Opções do Plano o maior enfoque encontra-se nas seguintes componentes:

Q7. Execução das GOP's

Rubricas	Orçamento Final 2018	Despesa Paga 2018	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2017	Valor Relativo
Administração Autárquica	19 526 962,00	13 417 010,89	68,70%	50,36%	14 507 180,24	47,77%
Assembleia Municipal	70 950,00	53 215,80	75,00%	0,20%	6 986,44	0,02%
Câmara Municipal	3 464 244,50	3 141 541,40	90,68%	11,79%	2 659 339,32	8,76%
Edifícios e Equipamentos Municipais	404 755,00	270 149,31	66,74%	1,01%	1 418 782,77	4,67%
Transferências Municipais	1 519 050,00	1 214 947,97	79,98%	4,56%	1 005 447,31	3,31%
Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano - PEDU	2 776 993,00	567 087,25	20,42%	2,13%	436 526,47	1,44%
PACTO para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Cidade de Ovar	685 415,00	101 318,04	14,78%	0,38%	866 414,99	2,85%
Outros Programas ou Candidaturas	2 103 293,00	96 647,25	4,60%	0,36%	50 316,84	0,17%
Orçamento Participativo	156 000,00	56 000,00	35,90%	0,21%	139 060,76	0,46%
Aquisição de Equipamento	59 600,00	43 197,80	72,48%	0,16%	85 368,63	0,28%
Despesas com pessoal	8 288 561,50	7 872 906,07	94,99%	29,55%	7 838 936,71	25,81%
Transportes Urbanos	100,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Proteção Civil	492 715,00	465 141,36	94,40%	1,75%	400 366,90	1,32%
Tecnologias de Informação e Comunicação	476 970,00	377 663,87	79,18%	1,42%	509 846,07	1,68%
Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo	279,00	252,00	90,32%	0,00%	1 639,00	0,01%
Serviços Veterinários	18 600,00	6 930,53	37,26%	0,03%	5 218,35	0,02%
Comunicação	132 205,00	120 136,54	90,87%	0,45%	116 343,09	0,38%
Serviços Técnicos, de Apoio Jurídico e Fiscalização Municipal	79 209,04	56 423,64	71,23%	0,21%	41 640,09	0,14%
Serviços Financeiros	10 255,00	6 182,37	60,29%	0,02%	9 805,65	0,03%
Serviços Administrativos e de Atendimento	4 149,00	3 947,70	95,15%	0,01%	6 895,92	0,02%
Recursos Humanos	62 875,00	40 920,96	65,08%	0,15%	46 678,42	0,15%
Urbanismo e Planeamento	75 460,50	17 269,61	22,89%	0,06%	35 332,53	0,12%
Aquisição de Bens e Serviços	30 450,50	9 654,66	31,71%	0,04%	35 332,53	0,12%
Planeamento Urbanístico	45 010,00	7 614,95	16,92%	0,03%	0,00	0,00%
Projetos e Obras Municipais	2 437 804,30	1 925 962,05	79,00%	7,23%	4 021 217,92	13,24%
Aquisição de Bens e Serviços	31 202,00	15 069,04	48,30%	0,06%	96 015,44	0,32%
CEIS - DPOM	1 263,00	1 261,39	99,87%	0,00%	0,00	0,00%
Rede Viária	2 008 052,30	1 620 179,10	80,68%	6,08%	3 144 033,06	10,35%
Arranjos e Infraestruturas Urbanísticas	397 287,00	289 452,52	72,86%	1,09%	781 169,42	2,57%
Conservação e Serviços Urbanos	743 416,14	599 666,12	80,66%	2,25%	646 075,75	2,13%
CEIS - DCSU	2 529,14	2 527,51	99,94%	0,01%	9 449,17	0,03%
Sinalização, Trânsito e Toponímia	71 352,00	58 961,65	82,63%	0,22%	113 264,84	0,37%
Estacionamentos	60,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Mercados e Feiras	12 560,00	728,16	5,80%	0,00%	76 837,61	0,25%
Cemitérios	7 120,00	5 990,10	84,13%	0,02%	0,00	0,00%
Maquinaria e Equipamento	351 260,00	290 962,31	82,83%	1,09%	212 935,40	0,70%
Materials Diversos	87 935,00	60 956,41	69,32%	0,23%	85 589,04	0,28%
Plano de Eficiência Energética	46 500,00	39 066,26	84,01%	0,15%	53 615,13	0,18%
Outras Despesas	164 100,00	140 473,72	85,60%	0,53%	94 384,56	0,31%
Ambiente e Proteção da Natureza	3 708 847,00	3 227 870,03	87,03%	12,12%	2 645 512,92	8,71%
CEIS - DA	23 681,00	23 679,24	99,99%	0,09%	88 841,93	0,29%
Resíduos e Gestão Ambiente	2 776 485,00	2 692 951,25	96,99%	10,11%	1 973 192,19	6,50%
Recursos Hídricos	346 720,00	214 105,38	61,75%	0,80%	274 121,65	0,90%
Parques e Jardins	277 250,00	108 803,46	39,24%	0,41%	192 949,45	0,64%
Gabinete do Agricultor	1 370,00	0,00	0,00%	0,00%	22 105,33	0,07%
Educação Ambiental	76 720,00	62 208,28	81,08%	0,23%	56 783,43	0,19%
Turismo de Natureza e Mobilidade Sustentável	12 651,00	5 702,98	45,08%	0,02%	4 564,88	0,02%
Floresta	143 040,00	92 140,27	64,42%	0,35%	0,00	0,00%
Diversos	50 930,00	28 279,17	55,53%	0,11%	32 954,06	0,11%
Desenvolvimento e Ação Social e Saúde	934 245,00	765 118,38	81,90%	2,87%	921 708,18	3,04%
Apoios Sociais/Fundos Sociais	450 165,00	380 272,32	84,47%	1,43%	447 370,23	1,47%
Apoio ao Associativismo	427 420,00	339 430,62	79,41%	1,27%	358 060,63	1,18%
Unidades de Saúde	20,00	0,00	0,00%	0,00%	50 000,00	0,16%
Habituação e Urbanização	13 030,00	4 520,25	34,69%	0,02%	33 777,30	0,11%
Outras Despesas	43 610,00	40 895,19	93,77%	0,15%	32 500,02	0,11%

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including the word "with" and various initials.





Q7. Execução das GOP's - continuação

Rubricas					(euros)	
	Orçamento Final 2018	Despesa Paga 2018	Taxa de Execução	Valor Relativo	Despesa Paga 2017	Valor Relativo
Cultura	2 658 497,20	2 234 614,25	84,06%	8,39%	2 247 125,95	7,40%
Rede Concelhia de Bibliotecas	105 465,00	84 036,02	79,68%	0,32%	87 150,25	0,29%
Centro de Arte de Ovar	270 046,00	216 060,92	80,01%	0,81%	429 855,70	1,42%
Escola de Artes e Oficinas	32 230,00	29 977,42	93,01%	0,11%	41 882,08	0,14%
Museus	26 710,00	21 396,27	80,11%	0,08%	17 437,82	0,06%
O FESTA	50 740,00	50 733,00	99,99%	0,19%	94 387,20	0,31%
Cantar os Reis	9 475,00	8 659,83	91,40%	0,03%	18 522,57	0,06%
Festival Literário	37 621,00	36 009,25	95,72%	0,14%	33 561,90	0,11%
FESTIM	0,00	0,00	-	0,00%	20 000,00	0,07%
CEIS DCDJ	13 144,00	13 142,01	99,98%	0,05%	13 091,72	0,04%
Eventos do Exterior	59 949,00	37 600,80	62,72%	0,14%	47 004,88	0,15%
Serviços de Produção e da Programação	290 246,50	249 060,99	85,81%	0,93%	280 752,90	0,92%
Apoio ao Associativismo e Agentes Culturais	474 167,00	314 137,30	66,25%	1,18%	330 239,29	1,09%
Diversos	19 720,00	12 678,74	64,29%	0,05%	14 539,80	0,05%
Equipamentos/Edifícios Municipais	490 145,70	398 017,47	81,20%	1,49%	72 026,63	0,24%
Carnaval	759 833,00	744 635,84	98,00%	2,80%	746 673,21	2,46%
ACRA	14 915,00	14 409,39	96,61%	0,05%	0,00	0,00%
Edições	10,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Juventude	4 080,00	4 059,00	99,49%	0,02%	0,00	0,00%
Desporto	1 095 706,00	880 054,90	80,32%	3,30%	1 794 626,56	5,91%
CEIS - SDJ	4 965,00	4 963,15	99,96%	0,02%	8 269,84	0,03%
Piscina Municipal de Ovar	280 535,00	234 966,44	83,76%	0,88%	204 836,97	0,67%
Apoio ao Associativismo e Agentes Desportivos	638 366,00	493 870,11	77,36%	1,85%	1 458 695,11	4,80%
Instalações e Equipamentos Desportivos	119 340,00	99 221,36	83,14%	0,37%	77 347,94	0,25%
Outras Atividades Desportivas	52 500,00	47 033,84	89,59%	0,18%	45 476,70	0,15%
Turismo	366 751,00	351 287,74	95,80%	1,32%	366 671,11	1,21%
Educação	2 018 156,96	1 683 554,25	83,42%	6,32%	1 530 224,03	5,04%
CEIS - DE	59 538,00	59 536,37	100,00%	0,22%	63 691,78	0,21%
Edifícios Escolares	215 290,00	150 645,00	69,97%	0,57%	144 585,54	0,48%
Agrupamentos Escolares	158 400,00	115 509,90	72,92%	0,43%	138 680,50	0,46%
Programa Educativo Municipal	352 458,96	278 773,68	79,09%	1,05%	243 824,03	0,80%
Outras Aquisições de Bens e Serviços	39 810,00	37 067,53	93,11%	0,14%	16 966,47	0,06%
Transportes e Refeições Escolares	1 192 660,00	1 042 021,77	87,37%	3,91%	922 475,71	3,04%
Operações Financeiras	491 655,00	460 137,75	93,59%	1,73%	514 198,93	1,69%
Juros e Outros Encargos	45 218,00	13 731,79	30,37%	0,05%	16 468,56	0,05%
Ativos Financeiros	154 337,00	154 336,50	100,00%	0,58%	205 782,00	0,68%
Passivos Financeiros	292 100,00	292 069,46	99,99%	1,10%	291 948,37	0,95%
Total Geral das GOP's	35 356 758,14	28 640 144,84	75,35%	100,00%	30 368 307,61	100,00%

Em 2018, a composição da estrutura das Grandes Opções do Plano mantém-se praticamente inalterada para a maioria dos programas apresentados, com exceção dos Projetos e Obras Municipais que diminuíram o seu peso de 13,24% para 7,23%, entre 2017 e 2018; e do Desporto, que passou de um peso relativo de 5,91% em 2017, para 3,30% em 2018. Em sentido inverso, de destacar o aumento verificado no Ambiente e Proteção da Natureza, justificado essencialmente pelo aumento da despesa paga com Resíduos Sólidos, e pelo investimento na área da Floresta. Em suma, temos:

- A Administração Autárquica**, com um montante pago de cerca de 13,42 milhões de euros, ocupa mais de 50,36% do total da despesa paga em 2018, incluindo a maioria das despesas de índole municipal, comuns ao território, com destaque para a Iluminação Pública, para os encargos com edifícios municipais, para as transferências municipais (essencialmente para as Juntas de Freguesia), para os projetos comparticipados e para as despesas com pessoal.





- O conjunto de despesas pagas com **Cultura, Desporto e Turismo** totalizou um montante global de 3,47 milhões de euros, as quais representam, em 2018, um investimento de cerca de 13,01% do total pago nas GOP's.
- O **Ambiente e Proteção da Natureza**, com um montante pago de 3,23 milhões de euros, a que corresponde um peso relativo de 12,12% do total das GOP's de 2018, inclui, com principal destaque, as despesas com a recolha, tratamento e transporte de resíduos sólidos urbanos, num montante acima dos 2,69 milhões de euros, seguidos dos gastos com recursos hídricos, parques e jardins, e com a floresta.
- Os **Projetos e Obras Municipais** apresentam um valor de despesa paga de cerca de 1,93 milhões de euros, os quais correspondem a 7,23% do total das GOP's de 2018, reportando as principais intervenções na rede viária, os arranjos e as infraestruturas urbanísticas, sob gestão do Município.
- A **Educação** apresentou uma despesa paga num montante acima dos 1,68 milhões de euros representando 6,32% do total das GOP's pagas em 2018, sendo os transportes e as refeições escolares as grandezas com maior valor de despesa paga, num montante acima de 1,05 milhões de euros.
- O **Desenvolvimento, Ação Social e Saúde**, bem como a **Conservação e os Serviços Urbanos** apresentam no seu conjunto um montante de despesa paga de cerca de 1,36 milhões de euros, representando cada uma *de per si* um peso relativo inferior a 2,9% no total das GOP's.
- A **Proteção Civil** apresenta um montante pago inferior a 500 milhares de euros, sendo o seu peso individual, no valor total das GOP's, inferior a 1,75%.
- Por último, as **Operações Financeiras** ascenderam a cerca de 500 milhares de euros, não sendo o seu peso representativo no total das GOP's (1,73%).

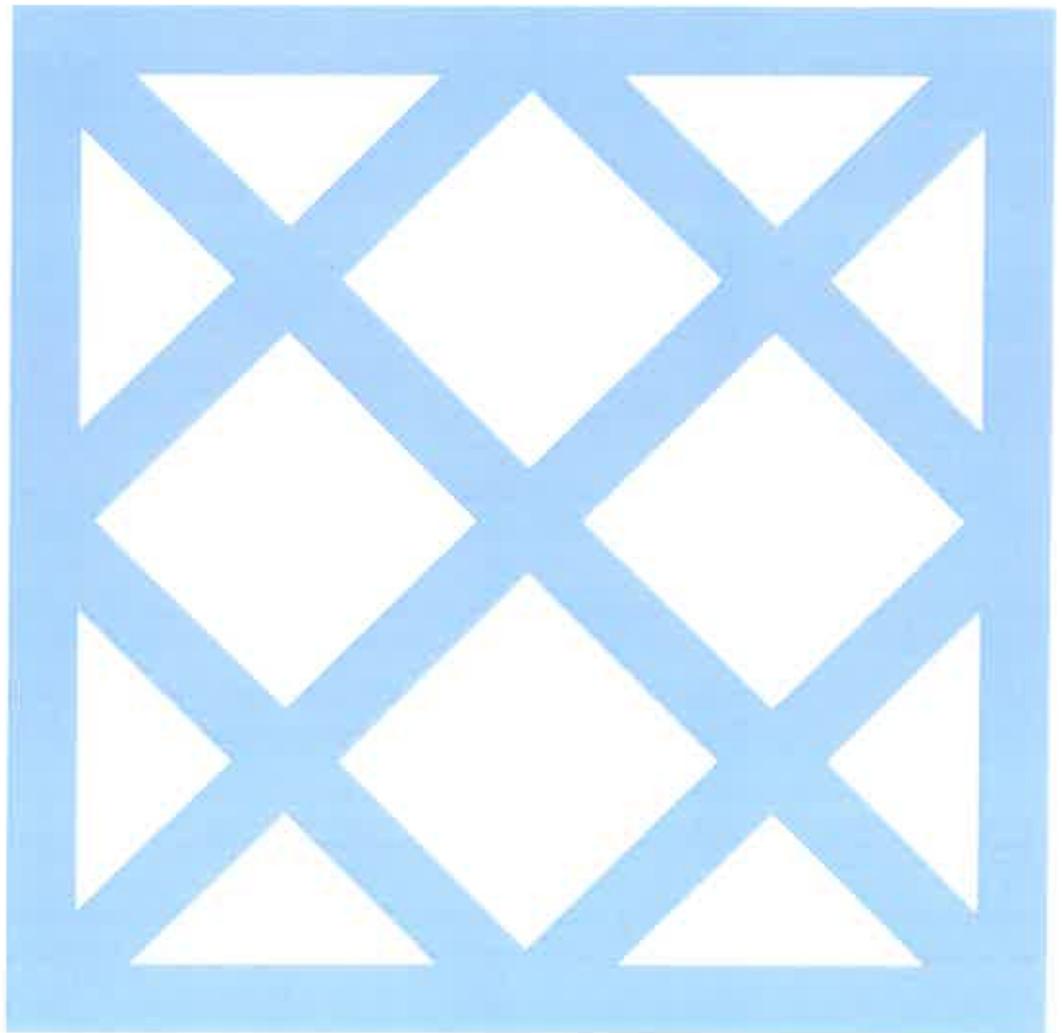
JFM
Victor
S
J

A
32
M



Análise Económico Financeira

94
L
L
BF
victa
L
S
76
2



R
L
L



5. Análise Económico – Financeira

A contabilidade pública só poderá ser eficaz e útil se fornecer informação necessária a uma gestão racional e integrada dos recursos públicos, integrando informação orçamental (classificando as operações de acordo com a classificação económica das despesas e das receitas), financeira (classificando os documentos de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro) e de custos (atualmente com um plano de contas facultativo).

A informação fornecida neste capítulo, do Relatório de Gestão e Contas, obedece aos parâmetros estabelecidos nos pontos 5, 6, 7, e 8, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro.

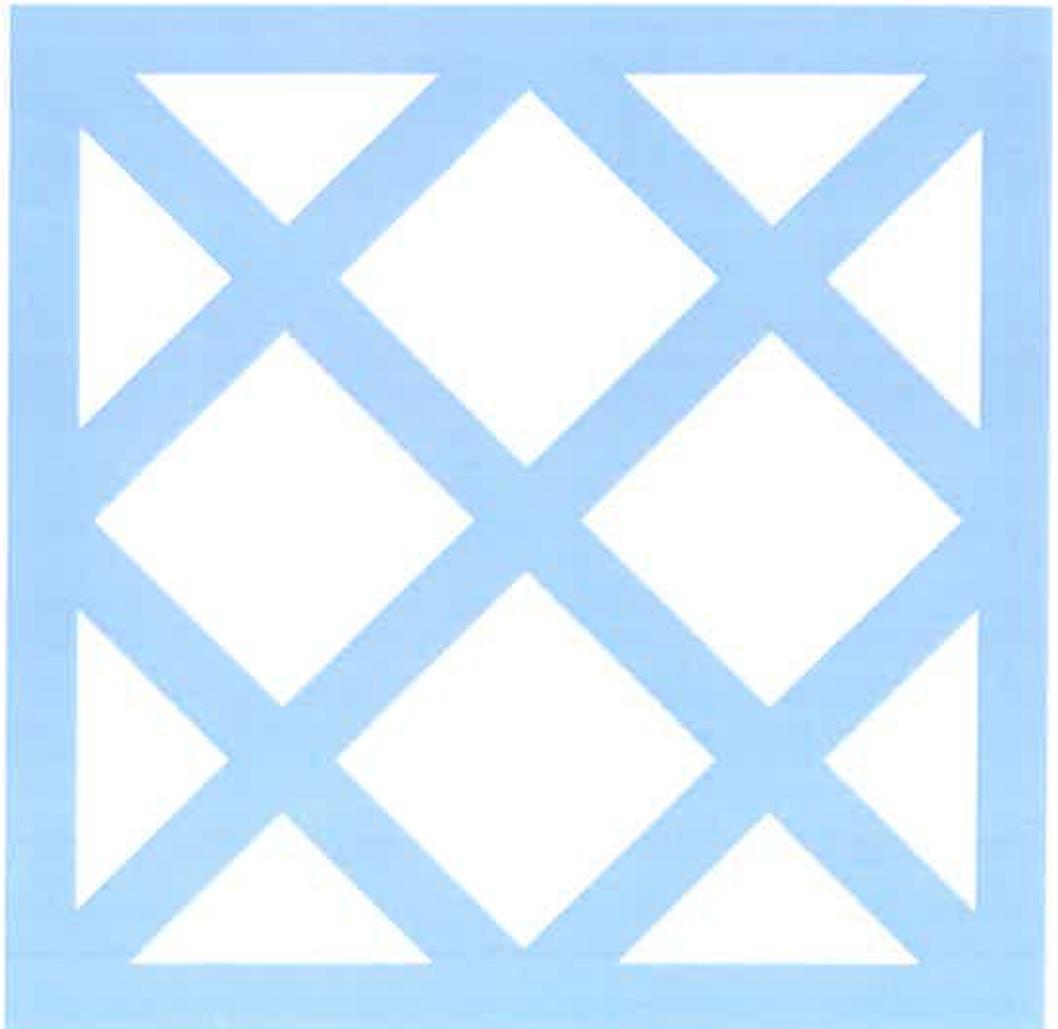
Os objetivos do relato financeiro que se apresentará consistem em proporcionar informação que seja útil para os utilizadores das demonstrações financeiras e população em geral, permitindo a possível avaliação do grau de desempenho do Município, nomeadamente no que se refere à prossecução dos serviços que deve prestar, ao cumprimento dos seus objetivos operacionais e à gestão dos recursos disponíveis.

No presente relatório, optou-se por iniciar a análise patrimonial pelo Balanço dado que esta é uma ferramenta contabilística, por excelência, que nos permite aferir, de imediato, a posição económica e financeira do Município. Da leitura do Balanço é possível analisar a capacidade do Município em gerir a sua atividade de um modo sustentável e equilibrado, cumprindo com as suas obrigações perante Terceiros. Após análise ao Balanço segue-se a Demonstração de Resultados, que permitirá analisar os custos e perdas incorridos com a prossecução da atividade autárquica no exercício em análise.



Evolução da Estrutura do Balanço

GM
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z



A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z



5.1. Balanço

As informações a apresentar neste capítulo resultam da contabilidade patrimonial, sistema que tem como principal objetivo o registo de todas as operações que possam modificar a constituição, qualitativa e quantitativa, do património do Município.

De acordo com o POCAL, o balanço é o mapa por excelência que disponibiliza informação acerca da composição do património da instituição (Ativo), da suficiência dos Fundos Próprios para financiar a sua atividade e da sua vulnerabilidade aos capitais alheios (Passivo), informação essa relevante para com quem se relaciona, desde os munícipes, aos seus colaboradores, mas também a fornecedores, instituições financeiras e entidades fiscalizadoras. Entre as peças que compõem o relatório e contas é a que melhor permite avaliar a posição económica e financeira do Município, e a sua evolução, para posterior tomada de decisões.

Na especialidade, o **Ativo**, que evidencia o conjunto de bens e direitos do Município, inclui tudo aquilo que a entidade possui e que é suscetível de ser avaliado em dinheiro - disponibilidades (dinheiro em numerário, depósitos bancários e títulos negociáveis), créditos sobre clientes/utentes e contribuintes, stocks de matérias primas, subsidiárias e de consumo, equipamentos, instalações, organizados de forma crescente, pelo critério da liquidez.

Em particular, o **Passivo**, que reflete as obrigações e deveres perante terceiros, representa o conjunto de fundos obtidos externamente pela entidade, seja através de empréstimos, seja através do diferimento de pagamentos (aos fornecedores, ao Estado, entre outros credores).

Por fim, os **Fundos Próprios**, também designados de património líquido, expressam o valor do património do Município, das reservas constituídas e dos resultados.

Da análise do balanço, é possível quantificar a riqueza líquida gerada até ao final do exercício, permitindo perspetivar tendências quanto à capacidade do Município para assegurar a sua atividade de modo sustentável e equilibrado, bem como honrar compromissos e obrigações assumidos perante terceiros.

Neste sentido, o mapa seguinte apresenta a estrutura patrimonial do Município de Ovar a 31 de dezembro de 2018 e a sua evolução/comparação face a idêntico momento de 2017.





Q8. Balanço – Ativo, Fundos Próprios e Passivo

Descrição	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor Líquido	%	Valor Líquido	%	Variação	%
(euros)						
Ativo						
Imobilizado	151 328 504,93	95,78	157 784 372,81	96,52	-6 455 867,88	-4,09
Existências	99 685,21	0,06	95 607,97	0,06	4 077,24	4,26
Dívidas de Terceiros	496 097,04	0,31	290 496,75	0,18	205 600,29	70,78
Disponibilidades	5 898 861,35	3,73	5 162 032,19	3,16	736 829,16	14,27
Acréscimos e Diferimentos	177 420,45	0,11	135 185,42	0,08	42 235,03	31,24
Total Ativo	158 000 568,98	100,00	163 467 695,14	100,00	-5 467 126,16	-3,34
Fundos Próprios						
Património	47 844 362,90	30,28	47 844 362,90	29,27	0,00	0,00
Ajustamento partes capital em empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	4 457 060,06	2,82	4 457 060,06	2,73	0,00	0,00
Subsídios	1 216 926,43	0,77	913 515,40	0,56	303 411,03	33,21
Doações	388 987,74	0,25	388 987,74	0,24	0,00	0,00
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7 659 478,89	-4,85	-7 659 478,89	-4,69	0,00	0,00
Resultados Transitados	78 508 716,83	49,69	83 851 009,88	51,30	-5 342 293,05	-6,37
Resultado Líquido	-3 657 349,97	-2,31	-5 851 738,96	-3,58	2 194 388,99	-37,50
Total Fundos Próprios	121 099 225,10	76,64	123 943 718,13	75,82	-2 844 493,03	-2,29
Passivo						
Provisões para riscos e encargos	134 431,51	0,09	0,00	0,00	134 431,51	
Dívidas a Terceiros						
Dívidas a Terceiros - M/L prazo	882 896,22	0,56	1 650 828,11	1,01	-767 931,89	-46,52
Dívidas a Terceiros - Curto prazo	4 045 215,29	2,56	5 143 598,53	3,15	-1 098 383,24	-21,35
Acréscimos e Diferimentos	31 838 800,86	20,15	32 729 550,37	20,02	-890 749,51	-2,72
Total Passivo	36 901 343,88	23,36	39 523 977,01	24,18	-2 622 633,13	-6,64
Total Passivo + Fundos Próprios	158 000 568,98	100,00	163 467 695,14	100,00	-5 467 126,16	-3,34

Em 31 de dezembro de 2018, o Ativo Líquido do Município de Ovar totalizava 158 000 568,98 euros, os Fundos Próprios ascendiam a 121 099 225,10 euros e o Passivo totalizava 36 901 343,88 euros, não alterando particularmente a sua estrutura.

Quando comparados com o ano transato, o **Ativo Líquido** diminuiu 5 467 126,16 euros (-3,34%) influenciado pelo Imobilizado Líquido, que decresceu 6 455 867,88 euros (-4,09%), mas compensado pelos aumentos das Disponibilidades no valor de 736 829,16 euros (+14,27%), das Dívidas de Terceiros no montante de 205 600,29 (+70,78%), dos Acréscimos e Diferimentos no valor de 42 235,03 (+31,24%) e das Existências que cresceram 4 077,24 euros (+4,26%).

De salientar que, a diminuição no **Imobilizado Líquido** tem vindo a ser justificada essencialmente pelo aumento das amortizações acumuladas dos bens do domínio público – outras construções e infraestruturas,





desde 2015, com a reclassificação e incorporação de bens daquela tipologia no inventário do Município, já devidamente relatada em sede de prestação de contas do ano de 2015.

O aumento verificado nas **Disponibilidades** encontra a sua principal razão na variação positiva das receitas correntes arrecadas (+1 405 644,16 euros) e na diminuição das despesas de capital pagas em 2018 (- 4 842 079,75 euros), entretanto atenuados pelo aumento das despesas correntes (+1 113 917,08 euros) e na diminuição das receitas de capital (-2 214 745,82 euros).

A variação positiva ocorrida nas **Dívidas de Terceiros** tem como principal justificação o aumento das dívidas por cobrar relativas a resíduos sólidos, refeições escolares, bem como rendas e alugueres e, ainda, a revisões de preços negativas, a favor do Município, relativas a empreitadas de obras municipais.

O **Passivo** do Município apresenta uma diminuição de 2 622 633,13 euros (-6,64%), influenciado em primeira linha pelas Dívidas de Curto Prazo que diminuíram 1 098 383,24 euros (-21,35%), seguidas pelos Acréscimos e Diferimentos, que decresceram 890 749,51 euros (-2,72%) e pelas Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo que decresceram 767 931,89 euros (-46,52%). Em sentido inverso, foram constituídas Provisões para Riscos e Encargos no montante de 134 431,51 euros, no exercício de 2018.

A diminuição verificada na **Dívida de Médio e Longo Prazo** deveu-se à redução do endividamento junto da banca e, essencialmente, à redução dos valores em dívida ao Fundo de Apoio Municipal, em conformidade com o art.º 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, na atual redação, dada pela Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova do Orçamento do Estado para 2018, que refere que *"nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios será reduzido em 25 %, 50 %, 75 % e 100 %, respetivamente, face ao valor das prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social os previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 17.º, ajustados em conformidade"*.

À semelhança de anos anteriores, a diminuição verificada nos **Acréscimos e Diferimentos** teve origem na redução dos Proveitos Diferidos que incluem, na sua essência quer os proveitos associados a Subsídios para Investimentos, quer os decorrentes da adesão pelo Município à AdRA – Águas da Região de Aveiro, SA e as Águas do Douro e Paiva, S.A.

Por último, a diminuição das **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo** resulta dos esforços de contenção da despesa por parte do Município e ao pagamento da totalidade das faturas já devidamente conferidas, no ano a que respeitam.





Na mesma linha do Ativo e do Passivo, os **Fundos Próprios** apresentam uma diminuição global de 2 844 493,03 euros (-2,29%), essencialmente justificada pelos Resultados Transitados de exercícios anteriores e do Resultado Líquido do exercício de 2018.

GM
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]





5.1.1. Análise do Ativo

Analisado em detalhe, em 31 de dezembro de 2018, o **Ativo Líquido** do Município de Ovar totalizava 158 000 568,98 euros, abaixo do verificado no ano anterior, no montante de 5 467 126,16 euros (-3,34%).

Q9. Ativo Líquido

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imobilizado	151 328 504,93	95,78	157 784 372,81	96,52	-6 455 867,88	-4,09
Existências	99 685,21	0,06	95 607,97	0,06	4 077,24	4,26
Dívidas de terceiros	496 097,04	0,31	290 496,75	0,18	205 600,29	70,78
Disponibilidades	5 898 861,35	3,73	5 162 032,19	3,16	736 829,16	14,27
Acréscimos e diferimentos	177 420,45	0,11	135 185,42	0,08	42 235,03	31,24
TOTAL	158 000 568,98	100,00	163 467 695,14	100,00	-5 467 126,16	-3,34

(euros)

Com base na análise do quadro acima apresentado, destaca-se que:

- O **Imobilizado Líquido** ascendeu a um montante superior a 151,3 milhões de euros, mantendo o seu peso estrutural no total do ativo acima dos 95%, com uma redução em termos absolutos próxima dos 6,5 milhões de euros.
- As **Disponibilidades**, num montante próximo dos 5,9 milhões de euros, continuam a ser o segundo elemento patrimonial com maior peso estrutural no ativo (3,73%), aumentando 736 829,16 euros face ao ano de 2017.
- As **Dívidas de Terceiros**, com um montante residual de cerca de 500 milhares de euros, aumentaram o seu peso estrutural, passando de 0,18% em 2017 para 0,31% em 2017, com um aumento em termos absolutos de 205 600,29 euros.
- Os **Acréscimos e Diferimentos e as Existências** apresentam valores absolutos de 177 420,45 euros e 99 685,21 euros respetivamente, com um peso global na estrutura do ativo total de 0,17%.





5.1.1.1. Análise da Estrutura do Imobilizado

O **Imobilizado Líquido** ascendia, em 31 de dezembro de 2018, a 151 328 504,93 euros, representando a única variação absoluta negativa do Ativo, no montante de 6 455 867,88 euros, face a idêntica data de 2017.

Q10. Imobilizado líquido

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Bens de domínio público	73 319 020,29	48,45	79 461 066,82	50,36	-6 142 046,53	-7,73
Imobilizações incorpóreas	28 202,41	0,02	56 879,79	0,04	-28 677,38	-50,42
Imobilizações corpóreas	74 768 208,23	49,41	74 538 896,81	47,24	229 311,42	0,31
Investimentos financeiros	3 213 074,00	2,12	3 727 529,39	2,36	-514 455,39	-13,80
TOTAL	151 328 504,93	100,00	157 784 372,81	100,00	-6 455 867,88	-4,09

Na especialidade, constata-se que os elementos patrimoniais com maior peso na estrutura do Imobilizado continuam a ser os Bens de Domínio Público (48,45%) e as Imobilizações Corpóreas (49,41%), sendo que, em 2017, representavam 50,36% e 47,24%, respetivamente.

Q11. Imobilizado Bruto

Rubricas	Conta	2018		2017		Variação	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Terrenos e recursos naturais	451	7 929 314,55	3,72	7 749 718,13	3,70	179 596,42	2,32
Edifícios	452	26 694,52	0,01	26 694,52	0,01	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	453	106 698 065,45	50,03	102 166 922,70	48,71	4 531 142,75	4,44
Bens do património histórico, artístico e cultural	455	824 248,67	0,39	824 248,67	0,39	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	459	141 765,18	0,07	141 765,18	0,07	0,00	0,00
Imobilizações em curso	445	1 723 648,56	0,81	4 160 986,69	1,98	-2 437 338,13	-58,58
Despesas de investigação e desenvolvimento	432	498 809,70	0,23	475 020,27	0,23	23 789,43	5,01
Propriedade industrial e outros direitos	433	97 550,78	0,05	97 550,78	0,05	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	421	16 521 795,39	7,75	16 654 238,72	7,94	-132 443,33	-0,80
Edifícios e outras construções	422	63 185 917,12	29,63	58 958 810,92	28,11	4 227 106,20	7,17
Equipamento básico	423	2 814 124,73	1,32	2 757 362,97	1,31	56 761,76	2,06
Equipamento de transporte	424	1 523 316,65	0,71	1 310 358,79	0,62	212 957,86	16,25
Ferramentas e utensílios	425	568 543,76	0,27	565 997,22	0,27	2 546,54	0,45
Equipamento administrativo	426	4 168 139,81	1,95	3 936 359,57	1,88	231 780,24	5,89
Outras imobilizações corpóreas	429	2 879 781,74	1,35	2 838 085,10	1,35	41 696,64	1,47
Imobilizações em curso	442	458 042,75	0,21	3 338 307,46	1,59	-2 880 264,71	-86,28
Partes de capital	411	2 287 055,00	1,07	2 287 055,00	1,09	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	412	926 019,00	0,43	1 440 474,39	0,69	-514 455,39	-35,71
TOTAL		213 272 833,36	100,00	209 729 957,08	100,00	3 542 876,28	1,69

No exercício de 2018, o **Imobilizado Bruto** ascendeu a 213 272 833,36 euros. Aquando da análise do imobilizado, não se pode desassociar todo o processo de "Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio



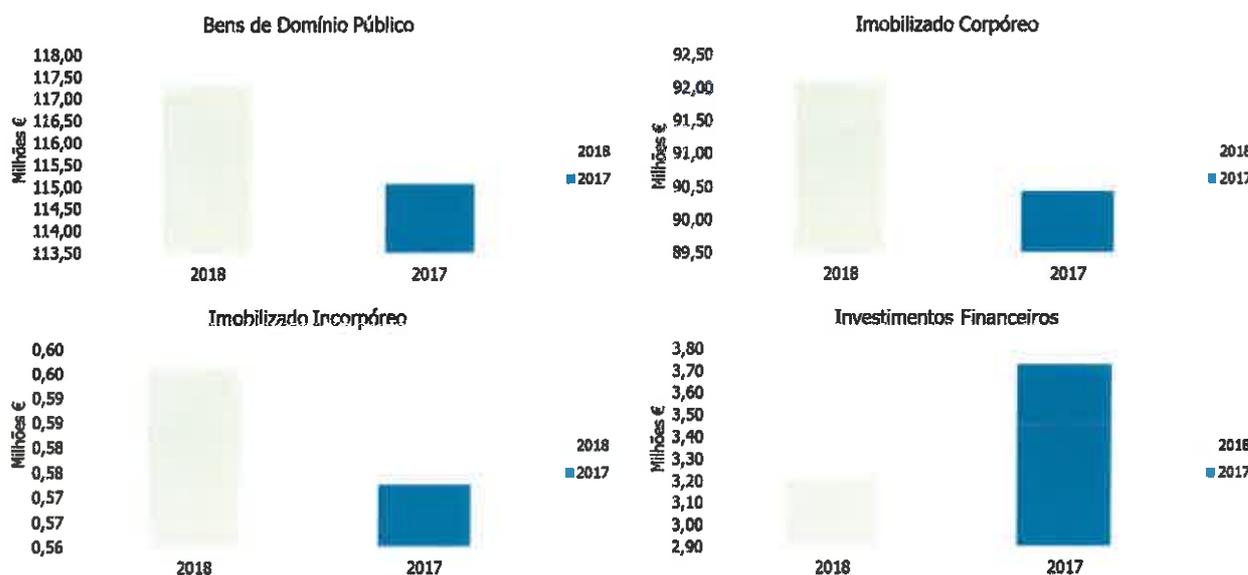


"Público" realizado pelo Município de Ovar, de acordo com as instruções regulamentares de cadastro dos bens como a sua classificação geral, previstas no diploma do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado através da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril. Este procedimento envolveu um conjunto de movimentos contabilísticos efetuados no exercício de 2015, que aumentaram o valor do imobilizado do Município de Ovar.

Pela análise do quadro conclui-se que o ativo imobilizado bruto do Município de Ovar aumentou, no exercício de 2018, no montante de 3 542 876,28 euros (+1,69%), comparativamente ao ano de 2017. A variação observada justifica-se, essencialmente, pelo aumento generalizado das rubricas que compõem a estrutura do imobilizado, com destaque para as rubricas de Outras Construções e Infraestruturas e dos Edifícios e Outras Construções que aumentaram 4 531 142,75 euros e 4 227 106,20 euros, respetivamente.

Handwritten notes and signatures:
 29/14
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

G22. Ativo Imobilizado Bruto



Handwritten notes and signature:
 [Signature]

Do quadro e gráficos anteriores, é possível sumarizar algumas notas, nomeadamente:

- ⚙️ A redução observada nas classificações de **Imobilizações em Curso**, comparativamente ao exercício de 2017, pelas transferências de imobilizado em curso para imobilizado definitivo, durante o ano de 2018, após os autos de receção provisória devidamente lavrados. A destacar as seguintes empreitadas transferidas para imobilizado definitivo: "Arranjo Urbanístico Rua Jornal Povo de Cortegaça", "Construção da Alameda Padre Manuel Dias da Silva e Arranjos Urbanísticos





Envolventes – Cortegaça”, “Beneficiação da Rua e Travessa da Escola Lugar Gondesende – Esmoriz”, “Reabilitação da EN 327 - S. João de Ovar” e “Repavimentação de Várias Ruas em Maceda”.

- O aumento na rubrica de **Despesas de Investigação e Desenvolvimento** refere-se à inventariação, no exercício de 2018, do estudo de impacto ambiental dos projetos de “Obras de Proteção Costeira Complementares, na Praia do Furadouro e Cortegaça”.
- **O Equipamento de Transporte e Equipamento Administrativo** tiveram, no ano de 2018 e comparativamente a 2017, um aumento de 16,25% e 5,89%, respetivamente. Estes aumentos justificam-se pelas necessidades decorrentes, do normal funcionamento do Município.
- As **Obrigações e Títulos de Participação** reduziram-se no exercício de 2018, em 514 455,39 euros, na rubrica do Fundo de Apoio Municipal, pela aplicação da nova redação do art.º 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto.

SM
Victor
M
S
A.
D.

R
ze
h





Q12. Ativo Imobilizado Líquido

(euros)

Rubricas	2018		2017		Variação 2018/2017		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
De Bens de Domínio Público							
Terrenos e recursos naturais	451	7 929 314,55	10,81	7 749 718,13	9,75	179 596,42	2,32
Edifícios	452	14 692,68	0,02	17 005,74	0,02	-2 313,06	-13,60
Outras construções e infra-estruturas	453	62 778 447,74	85,62	66 650 670,84	83,88	-3 872 223,10	-5,81
Bens do património histórico, artístico e cultural	455	753 731,57	1,03	760 518,65	0,96	-6 787,08	-0,89
Outros bens de domínio público	459	119 185,19	0,16	122 166,77	0,15	-2 981,58	-2,44
Imobilizações em curso	445	1 723 648,56	2,35	4 160 986,69	5,24	-2 437 338,13	-58,58
Total		73 319 020,29	100,00	79 461 066,82	100,00	-6 142 046,53	-7,73
De Imobilizações Incorpóreas							
Despesas de investigação e desenvolvimento	432	28 202,41	100	56 879,79	100,00	-28 677,38	-50,42
Total		28 202,41	100,00	56 879,79	100,00	-28 677,38	-50,42
De Imobilizações Corpóreas							
Terrenos e recursos naturais	421	16 521 795,39	22,10	16 654 238,72	22,34	-132 443,33	-0,80
Edifícios e outras construções	422	53 905 981,57	72,10	50 582 987,48	67,86	3 322 994,09	6,57
Equipamento básico	423	361 867,61	0,48	467 973,24	0,63	-106 105,63	-22,67
Equipamento de transporte	424	362 531,79	0,48	205 419,96	0,28	157 111,83	76,48
Ferramentas e utensílios	425	29 317,95	0,04	44 458,11	0,06	-15 140,16	-34,05
Equipamento administrativo	426	561 613,75	0,75	658 022,30	0,88	-96 408,55	-14,65
Outras imobilizações corpóreas	429	2 567 057,42	3,43	2 587 489,54	3,47	-20 432,12	-0,79
Imobilizações em curso	442	458 042,75	0,61	3 338 307,46	4,48	-2 880 264,71	-86,28
Total		74 768 208,23	100,00	74 538 896,81	100,00	229 311,42	0,31
De Investimentos Financeiros							
Partes de capital	411	2 287 055,00	71,18	2 287 055,00	61,36		
Obrigações e títulos de participação	412	926 019,00	28,82	1 440 474,39	38,64	-514 455,39	-35,71
Total		3 213 074,00	100,00	3 727 529,39	100,00	-514 455,39	-13,80
Total Final		151 328 504,93		157 784 372,81		-6 455 867,88	-4,09

As variações verificadas no **Ativo Imobilizado Líquido** do Município apresentam-se, com maior detalhe, no quadro acima ilustrado, sendo que os seus aumentos podem ainda ser observados no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos.

Não se podendo dissociar a análise do ativo líquido, das amortizações, considera-se para o efeito a seguinte fórmula³:

$$\text{Ativo Líquido} = \text{Ativo Bruto} - \text{Amortizações}$$

³ Os ativos imobilizados não se "consomem" num só ano, pelo que, dando cumprimento ao princípio da especialização do exercício, o custo total é dividido pelos vários exercícios através da denominada amortização.





Q13. Amortizações Acumuladas

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Amortizações Acumuladas (euros)	
Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851				
Edifícios	4852	9 688,78	2 313,06	12 001,84	
Outras construções e infra-estruturas	4853	35 516 251,86	8 403 365,85	43 919 617,71	
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	63 730,02	6 787,08	70 517,10	
Outros bens de domínio público	4859	19 598,41	2 981,58	22 579,99	
Total	35 609 269,07	8 415 447,57		44 024 716,64	
Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831				
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	418 140,48	52 466,81	470 607,29	
Propriedade Industrial e outros direitos	4833	97 550,78		97 550,78	
Total	515 691,26	52 466,81		568 158,07	
Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821				
Edifícios e outras construções	4822	8 375 823,44	918 842,21	14 730,10	9 279 935,55
Edifícios	48221				
Outras construções	48222				
Equipamento básico	4823	2 289 389,73	163 819,44	952,05	2 452 257,12
Equipamento de transporte	4824	1 104 938,83	55 846,03		1 160 784,86
Ferramentas e utensílios	4825	521 539,11	17 686,70		539 225,81
Equipamento administrativo	4826	3 278 337,27	355 149,24	26 960,45	3 606 526,06
Taras e vasilhame	4827				
Outras imobilizações corpóreas	4829	250 595,56	62 128,76		312 724,32
Total	15 820 623,94	1 573 472,38	42 642,60	17 351 453,72	
Total Final	51 945 584,27	10 041 386,76	42 642,60	61 944 328,43	

As **amortizações acumuladas** totalizavam, em 31 de dezembro de 2018, o montante de 61 944 328,43 euros – conforme Mapa das Amortizações no ponto 8.2.7 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados, o que significa que o imobilizado líquido atingiu o montante de 151 328 504,93 euros, perfazendo uma diminuição de 6 455 867,88 euros (-4,09%).

Importa referir que, "As *amortizações* são a expressão contabilística da depreciação que sofrem normalmente os bens do imobilizado devido ao funcionameno, uso e fruição e permitem reconhecer, de um ponto de vista contabilístico, o custo provocado pela aplicação do ativo às atividades da autarquia, bem como a atualização do valor desses imobilizados.", nos termos do ponto i) do comentário n.º178 do POCAL.

Do quadro anterior é possível concluir que as amortizações acumuladas aumentaram, no exercício de 2018, no montante de 10 041 386,76 euros.

Tal variação é justificada, essencialmente, pelas amortizações provenientes da rubrica de Outras Construções e Infra Estruturas, em virtude quer da reclassificação efetuada à rede viária no exercício de





2015, decorrente do processo "Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público", quer das transferências de imobilizado em curso para definitivo, ocorridas no exercício de 2018.

5.1.1.2. Análise das Existências

A rubrica de **Existências**, que inclui apenas materiais de consumo, apresentava, em 31 de dezembro de 2018, um montante de 99 685,21 euros, a que corresponde um aumento pouco representativo de 4,26% face ao ano anterior. Tal evolução apresenta justificação no capítulo dos custos, do presente relatório.

Q14. Existências

(euros)

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Material de consumo - Armazéns	99 685,21	100,00	95 607,97	100,00	4 077,24	4,26
TOTAL	99 685,21	100,00	95 607,97	100,00	4 077,24	4,26





5.1.1.3. Análise das Dívidas de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2018, o Município de Ovar apresentava **Dívidas de Terceiros**, no montante de 496 097,04 euros, repartidas de acordo com o quadro seguinte, valor acima do verificado em idêntica data de 2017. De referir que, este valor se encontra expurgado de provisões para cobranças duvidosas estimadas, no montante de 338 757,89 euros, (cfr nota 8.2.27 das Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados).

Q15. Dívidas de Terceiros

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Cientes c/c						
Outros	1 088,55	0,22	917,00	0,32	171,55	18,71
Contribuintes – Impostos Indirectos						
Mercados e feiras	110,88	0,02	0,00	0,00	110,88	
Toldos	683,47	0,14	369,17	0,13	314,30	85,14
Tubos subterrâneos	1 674,00	0,34	1 664,00	0,57	10,00	0,60
Publicidade	517,50	0,10	736,00	0,25	-218,50	-29,69
Outros	282,27	0,06	110,55	0,04	171,72	155,33
Contribuintes – Taxas						
Mercados e feiras	10 918,46	2,20	3 372,92	1,16	7 545,54	223,71
Toldos	586,04	0,12	392,96	0,14	193,08	49,13
Tubos subterrâneos	12,00	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00
Outras	165,94	0,03	229,22	0,08	-63,28	-27,61
Utentes c/c						
Serviços culturais	3 270,00	0,66	2 766,50	0,95	503,50	18,20
Serviços desportivos	9 618,20	1,94	9 618,20	3,31	0,00	0,00
Resíduos sólidos	163 598,93	32,98	95 686,44	32,94	67 912,49	70,97
Mercados e feiras	133,77	0,03	0,00	0,00	133,77	
Parque de campismo	9 765,82	1,97	13 471,33	4,64	-3 705,51	-27,51
Fotocópias e regulamentos	22,30	0,00	35,90	0,01	-13,60	-37,88
Cantinas Escolares	46 119,61	9,30	21 822,76	7,51	24 296,85	111,34
Outros	3 263,79	0,66	299,82	0,10	2 963,97	988,58
Rendas e alugueres	54 324,77	10,95	36 176,40	12,45	18 148,37	50,17
Cientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	3 912,91	0,79	2 820,80	0,97	1 092,11	38,72
Estado e Outros Entes Públicos	11 415,85	2,30				
Outros devedores						
Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo	35 431,01	7,14	35 431,01	12,20	0,00	0,00
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REFER, E.P.	302,36	0,06	302,36	0,10	0,00	0,00
ADRA-Águas da Região de Aveiro	11 851,94	2,39	11 851,94	4,08	0,00	0,00
Outros	127 026,67	25,61	52 409,47	18,04	74 617,20	142,37
TOTAL	496 097,04	100,00	290 496,75	100,00	194 184,44	66,85





Na especialidade, a rubrica de **Clientes e Contribuintes**, no montante global de 16 039,11 euros, inclui sobretudo faturação das áreas mercados e feiras e tubos subterrâneos. Quando comparada com idêntica data de 2017, os montantes por cobrar aumentaram 8 235,29 euros, influenciados pela generalidade das rubricas, com destaque para os mercados e feiras e a publicidade.

A dívida registada na rubrica de **Utentes** ascendia a 290 117,19 euros, em 31 de dezembro de 2018, apresentando um aumento substancial de 110 239,84 euros face ao ano de 2017, essencialmente influenciado pelos Resíduos Sólidos (+67 912,49 euros), pelas Cantinas Escolares (+24 296,85 euros) e pelas Rendas e Alugueres (+18 148,37 euros). Em sentido inverso, de realçar a diminuição da dívida relativa a Parques de Campismo no montante de 3 705,51 euros.

A rubrica de **Estado e Outros Entes Públicos**, no montante de 11 415,85 euros, refere-se ao Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), a recuperar pelo Município, decorrente do imposto deduzido relativo ao Carnaval de Ovar de 2018.

A rubrica de **Outros Devedores**, que havia ocupado o valor mais significativo do saldo da Dívida de Terceiros até 2016, apresentou em 31 de dezembro de 2018, um valor em dívida de 174 611,98 euros, essencialmente, pela rubrica de Outros, no valor de 127 026,67 euros, onde são registadas as verbas relativas a revisões de preços negativas, de obras em curso, que aguardam cobrança.

5.1.1.4. Análise das Disponibilidades

As **Disponibilidades** do Município de Ovar totalizaram 5 898 861,35 euros, em 31 de dezembro de 2018, distribuídas por um montante residual em caixa no valor de 1 146,33 euros e por depósitos em Instituições Financeiras no valor global de 5 897 715,02 euros. Os depósitos à ordem repartiam-se pelo Banco Santander Totta, S.A. no montante de 2 510 703,41 euros, pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. no montante de 2 183 367,98 euros, pelo Novo Banco, S.A. no valor de 1 171 405,94 euros e pelo Banco Português de Investimento, S.A., no montante de 32 237,69 euros.





Q16. Disponibilidades

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa	1 146,33	0,02	1 035,61	0,02	110,72	10,69
Depósitos em Instituições Financeiras						
Caixa Geral de Depósitos	2 183 367,98	37,01	2 327 685,96	45,09	-144 317,98	-6,20
BPI	32 237,69	0,55	9 863,90	0,19	22 373,79	226,82
Novo Banco	1 171 405,94	19,86	2 140 125,03	41,46	-968 719,09	-45,26
Banco Santander	2 510 703,41	42,56	683 262,32	13,24	1 827 441,09	267,46
Millennium BCP	0,00	0,00	59,37	0,00	-59,37	-100,00
TOTAL	5 898 861,35	100,00	5 162 032,19	100,00	736 829,16	14,27

O valor total de Disponibilidades indicado divide-se em **Saldo de Gerência** de Execução Orçamental, no montante de 4 610 273,88 euros e de Operações de Tesouraria no montante de 1 288 587,47 euros – conforme Mapa de Fluxos de Caixa. Durante o exercício de 2018, as Disponibilidades do Município apresentam um aumento de 736 829,16 euros, face ao ano de 2017. Para tal, contribuíram as receitas correntes, que aumentaram 1 405 644,16 euros e as despesas de capital, que diminuíram 4 842 079,75 euros. Tais variações foram atenuadas pela diminuição das receitas de capital, no montante de 2 214 745,82 euros, e pelo aumento das despesas correntes, no valor de 1 113 917,08 euros.

As Operações de Tesouraria contribuíram negativamente para o saldo da gerência, quer pelo aumento das despesas, no valor de 254 880,32 euros, quer pela diminuição das receitas, no montante de 213 391,62 euros.

Por último, o saldo corrente, apurado pela diferença entre as receitas correntes brutas e as despesas correntes, foi positivo, no montante de 4 835 715,87 euros. Em sentido inverso, o saldo de capital, calculado pela diferença entre as receitas e as despesas de capital, foi negativo em 3 834 678,92 euros.

Q17. Saldo da Gerência

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Saldo da gerência anterior	5 162 032,19	14,90	6 880 682,23	18,41	-1 718 650,04	-24,98
Receitas correntes brutas	26 371 754,24	76,13	24 966 110,08	66,80	1 405 644,16	5,63
Receitas de capital	1 269 427,65	3,66	3 484 173,47	9,32	-2 214 745,82	-63,57
Outras receitas	12 084,79	0,03	7 394,66	0,02	4 690,13	63,43
Operações de Tesouraria	1 824 723,87	5,27	2 038 115,49	5,45	-213 391,62	-10,47
Total	34 640 022,74	100,00	37 376 475,93	100,00	-2 736 453,19	-7,32
Despesas correntes	21 536 038,37	62,17	20 422 121,29	54,64	1 113 917,08	5,45
Despesas de capital	5 104 106,57	14,73	9 946 186,32	26,61	-4 842 079,75	-48,68
Operações de Tesouraria	2 101 016,45	6,07	1 846 136,13	4,94	254 880,32	13,81
Saldo para a gerência seguinte	5 898 861,35	17,03	5 162 032,19	13,81	736 829,16	14,27
Total	34 640 022,74	100,00	37 376 475,93	100,00	-2 736 453,19	-7,32





5.1.1.5. Análise dos Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de **Acréscimos e Diferimentos** ascendia a 177 420,45 euros, com um acréscimo de 26 901,69 euros, face a idêntica data de 2017. Tal variação, ocorreu sobretudo na rubrica de **Acréscimos de Proveitos**, com um acréscimo de 62 164,12 euros, na receita de Resíduos Sólidos do mês de dezembro de 2018, só possível de registar em 2019, no montante global de 158 173,93 euros. Em sentido inverso, a rubrica de Custos Diferidos diminui na subrubrica de Seguros, no valor de 35 557,65 euros, uma vez que, no final do ano de 2018, já não foram processadas e pagas as despesas respeitantes a exercícios futuros, como vem ocorrendo em anos anteriores.

Handwritten notes and signatures:
 - "GM" (top)
 - "V. Costa" (middle)
 - "Ar" (bottom)
 - "A" (bottom)

Q18. Acréscimos e Diferimentos

(euros)

Designação	2018		2017		Variação 2018/ 2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Acréscimo de proveitos						
Juros a receber	42,25	0,02	61,85	0,05	-19,60	-31,69
Juros de mora IMI IMT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Resíduos Sólidos + Outros	158 173,93	89,15	96 009,81	71,02	62 164,12	64,75
Custos diferidos						
Rendas	3 870,93	2,18	3 556,11	2,63	314,82	8,85
Seguros	0,00	0,00	35 557,65	26,30	-35 557,65	-100,00
Outros	15 333,34	8,64				
TOTAL	177 420,45	100,00	135 185,42	100,00	26 901,69	19,90

Handwritten initials:
 - "A" (next to Resíduos Sólidos + Outros)
 - "Be" (next to Seguros)
 - "M" (next to Outros)





5.1.2. Análise do Passivo

O Município de Ovar apresenta um **Passivo** de 36 901 343,88 euros, em 31 de dezembro de 2018, mantendo-se os Acréscimos e Diferimentos o elemento patrimonial de maior relevância, com um peso estrutural de 86,28%, essencialmente constituídos por Proveitos Diferidos no montante de 29 766 038,13 euros.

Q19. Passivo

Designação	2018		2017		Variação 2018/ 2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões para riscos e encargos	134 431,51	0,36	0,00	0,00	134 431,51	
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	882 896,22	2,39	1 650 828,11	4,18	-767 931,89	-46,52
Dívidas a terceiros - curto prazo	4 045 215,29	10,96	5 143 598,53	13,01	-1 098 383,24	-21,35
Subtotal	5 062 543,02	13,72	6 794 426,64	17,19	-1 731 883,62	-25,49
Acréscimos e Diferimentos	31 838 800,86	86,28	32 729 550,37	82,81	-890 749,51	-2,72
TOTAL	36 901 343,88	100,00	39 523 977,01	100,00	-2 622 633,13	-6,64

Com base no quadro anteriormente apresentado, é possível destacar as variações negativas ocorridas, quer na **Dívida de Médio e Longo Prazo**, no montante de 767 931,89 euros, quer na **Dívida de Curto Prazo**, no montante de 1 098 383,24 euros, quer nos **Acréscimos e Diferimentos** no montante de 890 749,51 euros. Em sentido inverso, foram constituídas **Provisões para Riscos e Encargos** no montante de 134 431,51 euros relativas a processos em contencioso, referidos nas notas ao balanço e demonstração de resultados.

De salientar que, o decréscimo das dívidas de médio e longo prazo foi particularmente originado pela atualização dos valores do Fundo de Apoio Municipal (FAM), decorrente da nova redação do art.º 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, bem como pela redução das dívidas junto das Instituições Financeiras, relativas a empréstimos bancários.

Por último, a diminuição na rubrica de Acréscimos e Diferimentos, num montante global de 890 749,51 euros, refletiu-se, essencialmente, na rubrica dos Proveitos Diferidos (- 1 394 425,89 euros), entretanto atenuada pelo aumento verificado nos Acréscimos de Custos (+503 676,38 euros).





5.1.2.1. Análise do Passivo – Médio e Longo Prazo

O **Passivo de Médio e Longo Prazo** do Município de Ovar é constituído pelas dívidas a Instituições de Crédito, no montante de 831 450,72 euros, e pela participação no Fundo de Apoio Municipal, no montante de 51 445,50 euros.

Em 2018, com a aplicação da nova redação do art.º 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, o valor global em dívida ao FAM passou a ser de 154 336,50 euros apurado pela diferença entre o valor inicialmente subscrito (1 440 474,39 euros), as tranches já liquidadas de 2015 a 2017 (205 782,00 euros/ano), aos pagamentos de 2018 (154 336,50 euros), e ainda à redução prevista no referido artigo, no montante global de 514 455,39 euros – conforme notas de crédito emitidas, em 2018, pelo Fundo. Tal montante subdivide-se em curto prazo e médio e longo prazo, no valor de 102 891,00 euros e 51 445,50 euros, respetivamente.

Q20. Passivo de Médio e Longo Prazo

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
(euros)						
Médio e Longo Prazo						
Empréstimos Bancários						
Caixa Geral de Depósitos	831 450,72	94,17	949 974,38	57,55	-118 523,66	-12,48
BPI	0,00	0,00	48 591,39	2,94	-48 591,39	-100,00
NOVOBANCO	0,00	0,00	34 915,95	2,12	-34 915,95	-100,00
Fundo de Apoio Municipal	51 445,50	5,83	617 346,39	37,40	-565 900,89	-
TOTAL	882 896,22	94,17	1 650 828,11	62,60	-767 931,89	-46,52

No final de 2018, a **Dívida de Médio e Longo Prazo** estimada para com as Instituições de Crédito foi reduzida em 202 031,00 euros (correspondente à estimativa das amortizações de dívida a pagar em 2019 no montante de 201 938,38 euros, acrescidos de 92,62 euros, relativos a acertos nas estimativas de 2018), mantendo a tendência verificada em anos anteriores.

Em complemento, poderá ser consultado o Mapa dos Empréstimos, no ponto 8.3.6 das Notas ao Balanço e Demonstração dos Resultados, que contém informação detalhada das Dívidas do Município a Instituições de Crédito, e os respetivos encargos pagos durante o exercício de 2018. Da sua análise sobressai o valor residual dos encargos associados à dívida de médio e longo prazo, por se tratarem de empréstimos contraídos com taxas de juros bastante vantajosas para o Município de Ovar.

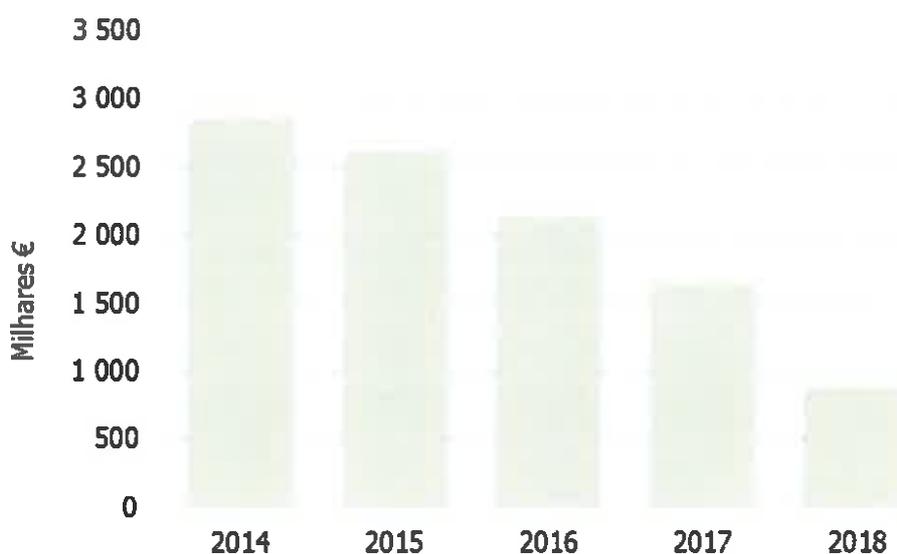




De destacar que, a diferença entre o valor apresentado no Balanço, relativo a Dívidas de Terceiros de Médio e Longo Prazo e o Mapa do Endividamento resulta do critério do Município em discriminar as dívidas a Instituições de Crédito com base na sua maturidade, com a adoção do critério da exigibilidade da dívida e não da sua natureza, conforme preconiza o POCAL. Idêntico critério foi utilizado para o Fundo de Apoio Municipal, conforme instruções da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '99' and the name 'Vicky'.

G23. Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'S. J.' and other initials.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'R' and other initials.

5.1.2.2. Análise do Passivo – Curto Prazo

Em 31 de dezembro de 2018, as **Dívidas a Terceiros de Curto Prazo** ascendiam a 4 045 215,29 euros, o que representa uma diminuição de 1 098 383,24 euros, quando comparadas com as verificadas em idêntica data de 2017, distribuídas conforme quadro seguinte.





Q21. Dívidas de Curto Prazo

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívidas de curto prazo						
Dividas a instituições crédito	201 938,38	4,99	291 976,84	5,92	-90 038,46	-30,84
Fornecedores	0,00	0,00	568 512,77	1,72	-568 512,77	0,00
Fornecedores - Facturas em recepção e conf.	152 280,35	3,76	202 814,63	5,50	-50 534,28	-24,92
Fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	19 445,79	3,49	-19 445,79	-100,00
Forn.imobilizado - Faturas em recepção e conf.	42 541,41	1,05	27 268,82	3,87	15 272,59	
Estado e outros entes públicos	103 442,49	2,56	105 032,85	2,42	-1 590,36	-1,51
Adiantamentos de clientes	1 904,91	0,05	880,96		1 023,95	
Outros credores	3 543 107,75	87,59	3 927 665,87	77,08	-384 558,12	-9,79
TOTAL	4 045 215,29	100,00	5 143 598,53	100,00	-1 098 383,24	-21,35

Da sua leitura, verifica-se que a generalidade das rubricas de curto prazo tem vindo a diminuir, sendo de referir um aumento residual dos adiantamentos de clientes, no montante de 1 023,95 euros, relativos a receita arrecada no espaço cidadão, só transferida para a Agência para a Modernização Administrativa (AMA) no início do mês seguinte à sua cobrança, e ainda, a receita antecipada de vales educação entregues para pagamento de despesas escolares futuras.

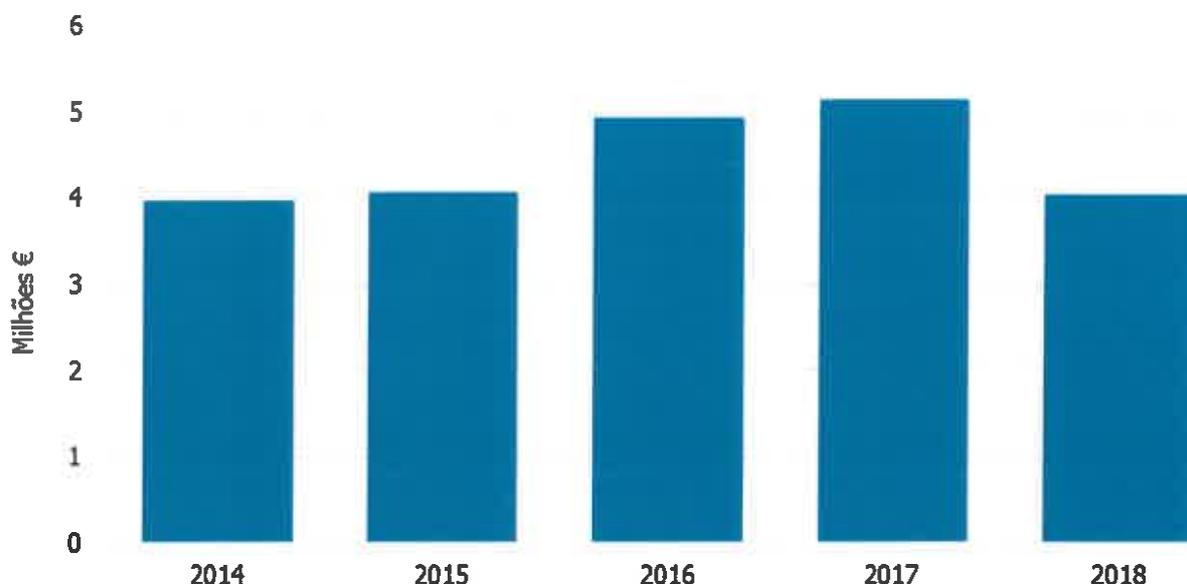
Na especialidade, há a destacar as diminuições verificadas na rubrica de fornecedores conta corrente, no montante de 568 512,77 euros, resultado do esforço do Município em liquidar a totalidade das despesas com a aquisição de bens e serviços no respetivo ano a que se reportam, independentemente do prazo estipulado contratualmente ou por Lei. No mesmo sentido, a rubrica de **Outros Credores** diminuiu no valor de 384 558,12 euros, influenciada sobretudo pela variação na rubrica de cauções de fornecedores.

Por último, denota-se que, em 31 de dezembro de 2018, as principais dívidas de curto prazo se reportam a Fornecedores com faturas em recepção e conferência, no montante de 194 821,76 euros, e a dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, no montante de 103 442,49 euros, relativos a encargos da entidade patronal de dezembro a pagar em 2019. De salientar ainda que, o montante mais elevado da rubrica de outros credores inclui, para além das cauções de fornecedores, no valor de 1 131 318,58 euros, uma verba global de 2 256 976,68 euros, resultante do acordo transaccional celebrado entre o Município de Ovar e as Águas do Centro Litoral, S.A., em novembro de 2008, no qual ficou estabelecido que a liquidação desse montante seria efetuada na exata medida da distribuição de dividendos e por montantes não inferiores aos mesmos, situação que está a ser analisada/renegociada entre as partes.





G24. Dívidas a Terceiros – Curto Prazo



Handwritten signatures and notes in blue ink, including the word 'variação'.

De destacar que, os valores apresentados como **Dívidas a Instituições de Crédito de Curto Prazo** não se referem à contratação de empréstimos de curto prazo, mas ao valor das amortizações de capital a pagar em 2019, relativas a empréstimos de médio e longo prazo já contratados, procedimento idêntico ao adotado em anos anteriores por este Município, o qual segue as instruções da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e do POCAL.

No mesmo sentido, as duas tranches a entregar ao Fundo de Apoio Municipal, durante o ano de 2019, no montante de 102 891,00 euros, encontram-se registadas como Dívidas a Terceiros de Curto Prazo, por forma a normalizar procedimentos entre os Municípios.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Q22. Dívidas a Instituições de Crédito de Curto Prazo e FAM

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Curto Prazo						
Empréstimos Bancários						
Caixa Geral de Depósitos	118 523,66	38,88	118 523,63	23,81	0,03	0,00
BPI	48 498,77	15,91	103 621,51	20,82	-55 122,74	-53,20
NOVOBANCO	34 915,95	11,45	69 831,70	14,03	-34 915,75	-50,00
Fundo de Apoio Municipal	102 891,00	33,75	205 782,00	41,34	-102 891,00	-50,00
TOTAL	304 829,38	100,00	497 758,84	100,00	-192 929,46	-38,76





No que respeita à dívida patrimonial de curto prazo contabilizada, no montante global de 4 045 215,29 euros, em 31 de dezembro de 2018, o Município de Ovar não apresenta dívida orçamental, sendo que o seu valor se subdivide em Operações de Tesouraria, em Faturas em Receção e Conferência, na dívida à Águas do Centro Litoral, S.A. – ex SIMRIA, e nas dívidas a Instituições de Crédito e ao Fundo de Apoio Municipal, conforme revela o quadro a seguir apresentado.

Q23. Dívida Orçamental

(euros)	
Designação	Valor
Endividamento -> Outras Dívidas a Terceiros	3 894 722,41
+ Empréstimos (Responsabilidades a Curto Prazo)	201 938,38
- FAM Responsabilidades a Longo Prazo	51 445,50
= Balanço -> Passivo Curto Prazo	4 045 215,29
Valores a abater	
- Operações de Tesouraria	1 288 587,47
- Águas do Centro Litoral, S.A. (ex SIMRIA)	2 256 976,68
- Facturas em recepção e conferência	194 821,76
- Dívidas a Instituições de Crédito CP	201 938,38
- Fundo de Apoio Municipal de CP	102 891,00
Valor da dívida orçamental	0,00

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Vilho'.

Handwritten initials 'A' and '32 h' in blue ink.

5.1.2.3. Análise dos Acréscimos e Diferimentos

Este elemento do Passivo abrange dois grandes fatores de especialização do exercício: a rubrica de **Acréscimos de Custos** - que inclui a estimativa quer dos custos com Férias, Subsídio de Férias e respetivos Encargos Patronais referentes a 2018, a pagar no ano 2019, quer os custos com Fornecimentos e Serviços Externos só faturados em 2019, reportados ao exercício de 2018, e ainda uma indemnização decorrente de transação efetuada judicialmente, no âmbito de processo em curso, em 2018, a pagar parcialmente em 2019, bem como a rubrica de **Proveitos Diferidos** - que inclui fundamentalmente os subsídios recebidos, destinados a investimento.





Q24. Acréscimos e Diferimentos

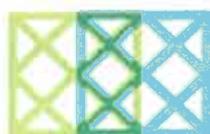
Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Acréscimos de custos	2 072 762,73	6,51	1 569 086,35	4,79	503 676,38	32,10
Proveitos diferidos	29 766 038,13	93,49	31 160 464,02	95,21	-1 394 425,89	-4,47
TOTAL	31 838 800,86	100,00	32 729 550,37	100,00	-890 749,51	-2,72

Na especialidade, na rubrica de **Acréscimos de Custos** foram registados custos relativos a Fornecimentos e Serviços Externos no montante de 772 283,68 euros, e a parte pagável em 2019 do acordo judicial, no montante de 270 milhares de euros, bem como os custos com Férias, Subsídios de Férias e respetivos Encargos Patronais, no valor de 902 770,20 euros, o que permite o cumprimento de alguns dos princípios contabilísticos preconizados no POCAL.

Q25. Acréscimos de Custos com Pessoal

Designação	(euros)		
	Férias e Subsídio de Férias	Encargos Patronais	Total
Orgãos Autárquicos	44 519,08	10 571,28	55 090,36
Pessoal CTFP Tempo Indeterminado	621 137,80	147 520,23	768 658,03
Pessoal Outras Situações	63 857,54	15 164,27	79 021,81
TOTAL	729 514,42	173 255,78	902 770,20

Na rubrica de **Proveitos Diferidos** encontra-se registado o montante de 8 284 131,69 euros resultante do contrato de concessão estabelecido com a AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. e do auto de cedência de infraestruturas celebrado com a entidade Águas do Douro e Paiva, S.A., desagregado conforme quadro a seguir apresentado:





Q26. Proveitos Diferidos

(euros)

Designação	Valor do Contrato	Proveitos de Exercícios Anteriores	Proveito do Exercício	Proveito para Exercícios Seguintes
ADRA – Águas da Região de Aveiro	9 058 490,01	1 268 188,52	181 169,80	7 609 131,69
Águas do Douro e Paiva, SA	1 350 000,00	590 625,00	84 375,00	675 000,00
TOTAL	10 408 490,01	1 858 813,52	265 544,80	8 284 131,69

Cumulativamente, para a análise da rubrica de **Proveitos Diferidos**, o quadro a seguir apresentado ilustra a desagregação dos subsídios para investimento, bem como os valores que vão sendo movimentados numa base sistemática para a conta de proveitos, na percentagem correspondente à amortização do respetivo imobilizado ou do custo associado – o que permite estabelecer uma correlação entre os custos e os proveitos registados anualmente nas contas do Município de Ovar. No exercício de 2018 foi contabilizado na rubrica 7983 – Transferências de Capital um montante de 1 020 740,06 euros. Na rubrica 575 – Subsídios foi registado o valor de 303 411,03 euros, relativo a participações recebidas, que não se destinam a investimento amortizáveis, nem à exploração, como são exemplo os terrenos. Tais movimentos determinaram um valor final de 21 481 906,44 euros, para a rubrica 2745 – Subsídios para Investimentos.





Q27. Subsídios para Investimentos

Designação	Total Valores Imputáveis	Amortizações Acumuladas Anteriores	Amortizações Contabilizadas no Exercício		Amortizações Acumuladas do Exercício	Total Líquido
			Amortizações do Exercício	Instituto amortizáveis		
Sede da Junta de Freguesia de Ovar	37 409,83	3 097,55	258,13	0,00	3 355,68	34 054,15
Rua Alexandre Sá Pinto	6 251,49	3 675,89	367,59	0,00	4 043,48	2 208,01
Requalificação do parque urbano - Ovar	1 264 713,90	442 143,99	60 200,38	0,00	502 344,37	762 369,53
Posto de Turismo Fureadouro	145 826,78	16 624,23	1 866,58	0,00	18 490,81	127 335,97
IMTT - PI Cam.Ferro Km300,176 Linha Norte/Madria	42 518,28	40 392,38	2 125,90	0,00	42 518,28	0,00
IMTT - PS à Linha Norte ao Km 304,681	465 577,67	232 788,81	23 278,88	0,00	256 067,69	209 509,98
I.N.D - Polidesportivos Descobertos -	44 891,83	31 424,27	2 244,59	0,00	33 668,86	11 222,97
Cave do Edifício dos Paços Concelho	144 542,06	25 392,52	1 806,78	0,00	27 199,30	117 342,76
Protocolo de Sinalização Automática	26 684,93	16 010,99	1 324,25	0,00	17 345,24	9 339,69
Sinalização Automática - Av. Correios/EN 327	5 893,48	4 125,42	294,67	0,00	4 420,09	1 473,39
Passagem Superior Pedões - Válega	100 055,41	50 027,70	5 002,77	0,00	55 030,47	45 024,94
Beneficção Caminho Chão Rijo	131 033,68	90 937,36	7 704,78	0,00	98 642,14	32 391,54
Constr. Escada PS Km 295,499 Linha Norte - Válega	31 922,30	19 153,42	1 596,12	0,00	20 749,54	11 172,76
R. Cipriano e 1º Mato e dos Silvas Drenag. Agu. Pluv. PS Rodoviaris ao km 304,681 da Linha Norte Arada	98 751,93	45 654,30	6 169,50	0,00	51 823,80	46 888,13
POE - REM. da Ilumín. Pública no Concelho de Ovar	190 392,80	76 157,12	9 519,64	0,00	85 676,76	104 716,04
Requalificação EM 527 - Av. Da Praia de Cortegaça	79 957,48	47 974,48	3 997,87	0,00	51 972,35	27 985,13
Aquisição Reab. 6 fogos no empreendimento Sarçaçal	128 439,55	17 739,35	1 708,25	0,00	19 447,60	108 991,95
Construção de 20 fogos no antigo Matadouro - Ovar	400 579,00	57 122,58	7 290,54	0,00	64 413,12	336 165,88
Arranjo Urbanístico do Largo S. João	5 944,97	3 439,78	312,71	0,00	3 752,49	2 192,48
Beneficção da Rua Nova - Válega/Avanca	103 869,83	76 292,38	7 987,59	0,00	84 279,97	19 589,86
Arruamento nascente Quartel S.V. Esmortz	87 157,78	67 808,75	4 845,97	0,00	72 654,72	14 503,06
Beneficção Rua da Ordem - Maceda	106 006,28	91 342,89	8 151,88	0,00	99 494,77	6 511,51
Remodelação Amp. - Cortegaça Esc. Gavinho	85 901,33	7 009,56	584,13	0,00	7 593,69	78 307,64
Ligação Carvalho de Cima a Carv. de Baixo	126 168,98	98 853,40	8 415,47	0,00	107 268,87	18 900,11
Pavimentação R. da Igreja Válega	73 809,75	58 828,03	4 613,11	0,00	63 441,14	10 368,61
Alargamento Pontão Fontinha - Válega	185 756,43	130 029,49	9 287,82	0,00	139 317,31	46 439,12
Benef. Rua Nova Válega/Avanca	264 388,23	212 606,02	20 331,45	0,00	232 937,47	31 450,76
Arranjo envol. Capela N.Sra. Desterro-Arada 1ªe2ª	302 340,11	209 824,06	17 777,60	0,00	227 601,66	74 738,45
Arranjo Envolv. Capela N.Sra. Desterro-Arada 3ªF	197 408,54	137 366,45	11 607,62	0,00	148 974,07	48 434,47
Esc. Primária Ponte Nova nº 2 - S. João-1ª e 2ª Fase	104 654,58	17 263,04	1 308,18	0,00	18 571,22	86 083,36
Benef. CM1156/Tr.Jogal-Arada e R.Jogal-1ª2ªF-Maceda	157 913,17	115 609,36	7 895,66	0,00	123 505,02	34 408,15
Remodelação da Avenida da Régua	594 633,20	416 243,24	29 731,66	0,00	445 974,90	148 658,30
Remod. e Ampliação da Escola Primária da Ribeira	20 288,57	3 347,62	263,75	0,00	3 611,37	16 677,20
Construção Jardim Infância de Regedoura - Válega	115 438,13	11 543,84	1 442,98	0,00	12 986,82	102 451,31
Construção Jardim Infância da Vinha - Esmortz	115 769,99	12 086,38	1 528,16	0,00	13 614,54	102 155,45
Construção Jardim Infância Ponte Nova n.º 1 - S. João	112 125,00	6 245,38	784,88	0,00	7 030,26	105 094,74
Capela S. Lourenço-Aran. Urb. Zona Env. - SV Pereira	92 925,46	51 108,98	4 646,27	0,00	55 755,25	37 170,21
Requalificação EM 527 - Av. Da Praia de Cortegaça	496 603,62	283 660,00	35 457,50	0,00	319 117,50	177 486,12
Centro de Arte de Ovar	1 731 107,95	173 110,80	21 638,85	0,00	194 749,65	1 536 358,30
Consolid. Marg. Rio Cáster e Ribeira. Nº Sª Graça - Ovar	617 620,09	236 166,06	29 398,72	0,00	265 564,78	352 055,31
Requalificação da Fonte dos Combatentes - Ovar	49 540,45	2 997,96	336,88	0,00	3 334,84	46 205,61
Req. da Praça Republica e Arruam. Envolv. Ovar	286 235,83	99 027,74	14 311,79	0,00	113 339,53	172 896,30
Benef. Mercado Municipal Ovar - Exec. Muro Sup.	183 211,71	10 019,26	1 319,12	0,00	11 338,38	171 873,33
Beneficção da Rua Dr. Manuel Arala - Ovar	76 797,31	32 081,69	4 039,54	0,00	36 121,23	40 676,08
Remodelação Av. da Praia/Alargam. Da Ponte - Esmortz	929 952,27	385 558,78	48 915,49	0,00	434 474,27	495 478,00
Renovação da Iluminação Pública do Centro de Ovar	99 271,77	36 473,54	4 963,59	0,00	41 437,13	57 834,64
HECO-Habít. Experimentação Cristividade Ovar	4 110,25	4 110,25	0,00	0,00	4 110,25	0,00
Centro Escolar de Maceda	1 437 233,46	98 790,05	19 402,65	0,00	118 192,70	1 319 040,76
Centro Escolar dos Combatentes	2 411 229,39	87 174,82	17 119,73	0,00	104 294,55	2 306 934,84
Com Ovar	28 890,30	28 890,30	0,00	0,00	28 890,30	0,00
Palco	1 197,90	1 197,90	0,00	0,00	1 197,90	0,00
Benef. R. Dr. Francisco Zagalo e João de Deus	186 954,29	56 086,26	9 347,71	0,00	65 433,97	121 520,32
Benef. R. Fonte Casa/R. N. Lamarão/R. Luis Camões	163 445,24	61 895,62	9 087,56	0,00	70 983,18	92 462,06
Parque Urbano de Ovar	998 566,58	368 366,08	47 531,77	0,00	415 897,85	582 668,73
Beneficção Fonte Casa/Júlio Dinis	15 844,62	5 098,83	864,28	0,00	5 963,11	9 881,51
Beneficção R. Gondozende	397 956,23	138 302,20	19 897,81	0,00	158 200,01	239 756,22
Beneficção Rua Graça/Travessa Graça	213 861,53	78 013,39	11 249,12	0,00	89 262,51	124 599,02
Pavim. Dren. Aguas Pluviais R. Trilhões Oliveira Lopes	234 234,45	90 188,41	14 639,65	0,00	104 828,06	129 406,39
Beneficção cidade Penik	287 304,18	109 587,06	15 979,93	0,00	125 567,01	161 737,17
Pavilhão Gimnodesportivo de Maceda	954 720,00	71 290,21	12 086,84	0,00	83 377,05	868 342,95
Beneficção do Mercado Municipal de Ovar	1 254 139,24	320 007,39	62 706,96	0,00	382 714,35	871 424,89
Ebb. Plano Mun. Emergência de Protecção Civil Ovar	18 314,10	18 314,10	0,00	0,00	18 314,10	0,00
Pav. Gimnodesportivo Arada	1 112 263,14	73 867,08	14 459,42	0,00	88 326,50	1 023 936,64
Ecopista - Mobilidade Territorial	591 612,86	95 085,81	29 580,64	0,00	124 666,45	466 946,41
Qualificação Ambiental do Buçaquinho - Cortegaça	1 324 005,82	344 855,06	66 200,29	0,00	411 055,35	912 950,47
Valorização Empresarial Azulejo Tradicional Ovar	66 614,57	21 190,50	3 330,73	0,00	24 521,23	42 093,34
Reab/Ampliação Casa Museu Júlio Dinis - PRU	317 733,65	11 374,41	2 287,68	0,00	13 662,09	304 071,56
Escola Arte e Oficinas - PRU	690 185,39	62 558,24	11 526,10	0,00	74 084,34	616 101,05
Projeto Cicloria-POVT - Ciclovia	129 103,56	25 274,12	7 178,16	0,00	32 452,28	96 651,28
Projeto Cicloria-POVT - Bicicletas	28 413,00	28 413,00	0,00	0,00	28 413,00	0,00
Projeto Cicloria-POVT - Terminais mov.guia multim.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projeto Cicloria-POVT - Sinalética painéis informativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Centro Esc. Regedoura - Requal.rede escolar 1º ciclo e	1 231 545,91	46 404,54	15 394,32	0,00	61 798,86	1 169 747,05
Reabilitação do Edifício Parque da Sra. Da Graça	303 411,03	0,00	0,00	303 411,03	303 411,03	0,00
Combate à Erosão e Defesa Costeira do Concelho	744 266,65	0,00	0,00	0,00	744 266,65	0,00
Requl. das Infraestruturas Area de Acochimento Emp.	864 122,11	102 823,56	34 206,11	0,00	137 029,67	547 092,44
Mob. Sustentável e Seg. Rodoviária - Esmortz	1 041 182,48	236 761,06	80 066,93	0,00	316 827,99	724 354,49
Ligação Ciclovía Esmortz/Cortegaça - Benef. Passad.	275 795,80	41 369,37	13 789,79	0,00	55 159,16	220 636,64
Atéla do Caminhão	367 564,69	45 994,86	15 331,62	0,00	61 326,48	306 238,21
Casa da Junta de Freguesia S. João - Polo Capac.	1 111 777,63	28 461,50	14 230,75	0,00	42 692,25	1 069 085,38
Beneficção da Rua do Salgueiral de Cima - SJ Ovar	242 167,59	23 054,36	11 527,18	0,00	34 581,54	207 586,05
Revitalização do Centro Histórico de Ovar	114 329,01	62 880,95	5 716,45	0,00	68 597,40	45 731,61
Programa Avelto Digital - Sal On Line	68 535,29	68 535,29	0,00	0,00	68 535,29	0,00
Programa Avelto Digital - Sal On Line	7 464,51	7 464,51	0,00	0,00	7 464,51	0,00
Avelto Digital - SIGRIA	16 704,55	16 704,55	0,00	0,00	16 704,55	0,00
Avelto Digital - BIBRIA	1 676,62	1 676,62	0,00	0,00	1 676,62	0,00
Avelto Digital - BIBRIA	2 171,61	2 171,61	0,00	0,00	2 171,61	0,00
Avelto Digital - SECURRIA	6 351,23	6 351,23	0,00	0,00	6 351,23	0,00
Avelto Digital - AMBIRIA	712,55	712,55	0,00	0,00	712,55	0,00
Operação + Maria	61 391,42	61 391,42	0,00	0,00	61 391,42	0,00
PEDU - Largo Almeida Garrett	237 855,18	0,00	0,00	237 855,1800	237 855,18	0,00
PEDU - Largo Daniel das Pupilas	117 324,90	0,00	5 866,25	0,00	5 866,25	111 458,65
PACTO - Construção da USF Válega	717 508,94	0,00	9 868,86	0,00	9 868,86	708 540,08
POSEUR - ECOCENTRO	31 574,11	0,00	0,00	0,00	0,00	31 574,11
Fundo Ambiental - Veículo Elétrico	24 415,50	0,00	2 441,55	0,00	2 441,55	21 973,95
CIRA-Eficiência hídrica-Pisina	4 782,94	381,66	63,61	0,00	445,27	4 337,67
Subs. Coberturas Pluv. EB Ant. D. Simões	115 133,71	115 133,71	0,00	0,00	115 133,71	0,00
Totais	31 062 740,44	8 018 827,73	1 020 740,06	541 266,21	9 580 834,00	21 481 906,44

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Victor', 'A', and 'h'.





5.1.3. Análise dos Fundos Próprios

Em 31 de dezembro de 2018, os **Fundos Próprios** do Município de Ovar ascendiam a 121 099 225,10 euros o que representa uma diminuição de 2 844 493,03 euros, quando comparados com idêntica data de 2017.

Q28. Fundos Próprios

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património	47 844 362,90	39,51	47 844 362,90	38,60	0,00	0,00
Ajustamento partes capital em empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Reservas Legais	2 294 649,35	1,89	2 294 649,35	1,85	0,00	0,00
Reservas Livres	2 162 410,71	1,79	2 162 410,71	1,74	0,00	0,00
Subsídios	1 216 926,43	1,00	913 515,40	0,74	303 411,03	33,21
Doações	388 987,74	0,32	388 987,74	0,31	0,00	0,00
Reservas decorrentes de transf. ativos	-7 659 478,89	-6,32	-7 659 478,89	-6,18	0,00	0,00
Resultados transitados	78 508 716,83	64,83	83 851 009,88	67,65	-5 342 293,05	-6,37
Resultado líquido do exercício	-3 657 349,97	-3,02	-5 851 738,96	-4,72	2 194 388,99	37,50
TOTAL	121 099 225,10	100,00	123 943 718,13	100,00	-2 844 493,03	-2,29

Com base no quadro anterior, verifica-se que as principais variações ocorreram na rubrica de Resultados Transitados (-5 342 293,05 euros), no Resultado Líquido do Exercício (+2 194 388,99 euros) e na rubrica de Subsídios (+303 411,03 euros). A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos em cada uma das contas da classe 5 - Fundo Patrimonial estão explanadas com maior detalhe no ponto 8.2.28. das Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.





5.1.4. Indicadores de Análise

Os rácios associados aos indicadores do Ativo e Passivo, apresentados no quadro seguinte, evidenciam, em resumo, a informação anteriormente especificada, respeitante à **Evolução e Estrutura do Balanço**.

Q29. Rácios da Estrutura do Ativo e Passivo

Indicadores	2018	2017
Estrutura do Ativo		
Ativo fixo / Ativo Total	95,78%	96,52%
Ativo Circulante / Ativo Total	4,22%	3,48%
Ativo fixo / Ativo Circulante	2268%	2776%
Estrutura do Passivo		
Passivo Médio e Longo Prazo / Passivo Total	17,92%	24,30%
Passivo Curto Prazo / Passivo Total	82,08%	75,70%
Passivo Médio e Longo Prazo / Passivo de Curto Prazo	21,83%	32,09%

No que se refere aos indicadores de **Estrutura do Ativo** observa-se que as principais alterações decorrem da diminuição do Ativo Fixo, no montante superior a 6,4 milhões de euros, decorrente das amortizações do exercício e, ainda, do aumento do Ativo Circulante em quase 1 milhão de euros, justificado quer pela variação ocorrida nas dívidas de terceiros, quer nas disponibilidades, permitindo, contudo, ao ativo fixo manter o seu peso, quer quanto ao ativo circulante, quer quanto ao ativo total.

Quanto aos indicadores de **Estrutura do Passivo** mantém-se a tendência verificada nos últimos exercícios, de diminuição do peso do Passivo de Médio e Longo Prazo no Passivo Total. Esta variação é reflexo das amortizações de capital efetuadas pelo Município junto das Instituições Financeiras e pela redução da dívida relativa à comparticipação do Município no Fundo de Apoio Municipal.





Q30. Indicadores de Curto e Médio Longo Prazo

Indicadores	2018	2017
Curto Prazo		
Liquidez Geral		
Ativo Circulante / Passivo curto prazo	1,65	1,10
Liquidez Reduzida		
Ativo Circulante - Stocks / Passivo curto prazo	1,62	1,09
Liquidez Imediata		
Ativo Disponível / Passivo curto prazo	1,46	1,00
Médio e Longo Prazo		
Solvabilidade		
Fundo Próprios / Passivo	3,28	3,14
Autonomia Financeira		
Fundo Próprios / Activo Total Líquido	0,77	0,76
Endividamento		
Fundo Próprios / Passivo médio e longo prazo	137,16	75,08

GM
 JF
 Vitor
 J
 J
 J

Os **indicadores de curto prazo** retomam a sua curva ascendente, influenciados quer pelo aumento das Disponibilidades do Município no valor de 736 829,16 euros, quer pelo aumento do ativo circulante no montante de 988 741,72 euros, e pela diminuição do passivo de curto prazo em 1 098 383,24 euros.

Os **indicadores de tesouraria** continuam a espelhar a solidez do Município, no que se refere à sua capacidade no cumprimento das suas obrigações de curto prazo.

Quanto aos **Indicadores de Médio e Longo Prazo** é de salientar a consolidação de todos os rácios, com destaque para o rácio do **Endividamento**, que reflete uma maior capacidade do Município, no financiamento da sua atividade através dos Fundos Próprios.

Por último, o Município de Ovar apresenta, em 2018, um **Prazo Médio de Pagamentos** (definido como o tempo médio que o Município leva a pagar aos seus Credores e cuja forma de cálculo é oficialmente disponibilizada pela Direção Geral das Autarquias Locais) de 15 dias, abaixo dos valores verificados no ano anterior e dos definidos por Lei.

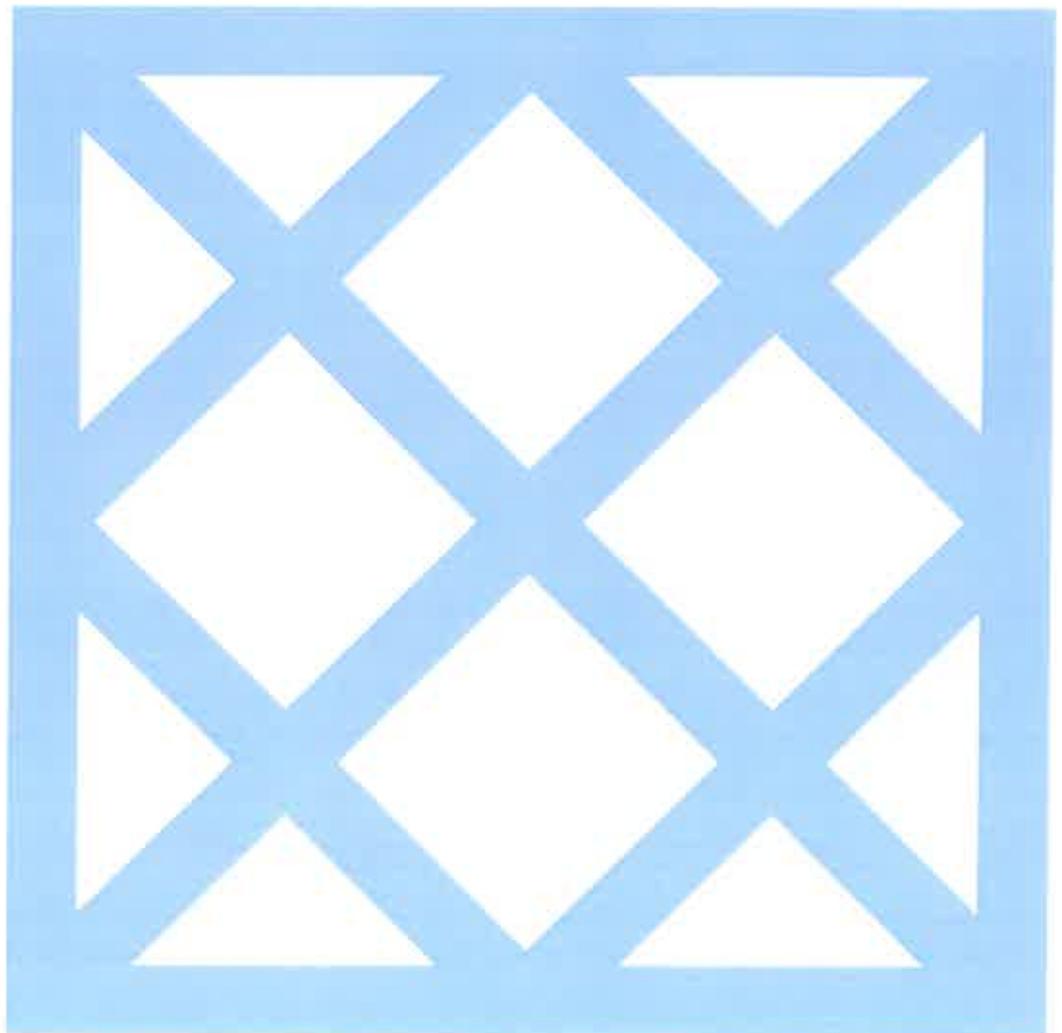
Em adenda, é importante salientar que o Município de Ovar, cumpriu com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), tendo sido assumidos compromissos e efetuado, sempre, a verificação e gestão de fundo disponível para a assunção da despesa. De salientar que, o Município não possui pagamentos em atraso, ou seja com mais de 90 dias, após a data de vencimento das faturas.

A
 3e
 hr



Demonstração de Resultados por Natureza

44
Vitor
U
S
F



A
B
M



5.2. Demonstração de Resultados por Natureza

A **Demonstração de Resultados por Natureza** tem como objetivo apresentar o resultado do exercício do Município, evidenciando os custos e os proveitos pela sua natureza. Os resultados são classificados em resultados correntes e extraordinários, desdobrando-se os primeiros em operacionais e financeiros.

O quadro seguinte representa a Demonstração de Resultados por Natureza para o Município de Ovar, no exercício de 2018, efetuando uma análise comparativa com 2017, permitindo verificar de uma forma célere, onde foram aplicados os recursos disponíveis.

Q31. Demonstração de Resultados por Natureza

(euros)

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e perdas						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	95 376,60	0,29	116 206,58	0,35	-20 829,98	-17,92
Fornecimento e serviços externos	9 707 168,96	29,93	9 486 760,20	28,50	220 408,76	2,32
Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	3 441 180,49	10,61	3 509 507,40	10,54	-68 326,91	-1,95
Custos com o pessoal	7 633 596,71	23,54	7 518 528,65	22,59	115 068,06	1,53
Outros custos e perdas operacionais	88 359,86	0,27	102 614,86	0,31	-14 255,00	-13,89
Amortizações do exercício	10 041 386,76	30,96	10 199 309,23	30,64	-157 922,47	-1,55
Provisões do exercício	136 534,40	0,42	22 281,35	0,07	114 253,05	512,77
Custos e perdas financeiros	13 001,53	0,04	10 326,87	0,03	2 674,66	25,90
Custos e perdas extraordinários	1 275 919,29	3,93	2 318 993,99	6,97	-1 043 074,70	-44,98
Total Custos	32 432 524,60	100,00	33 284 529,13	100,00	-852 004,53	-2,56
Proveitos e ganhos						
Venda de bens e prestações de serviços	2 731 839,70	9,49	2 136 492,88	9,75	595 346,82	27,87
Impostos e taxas	14 259 634,69	49,56	13 342 470,98	47,60	917 163,71	6,87
Transferências e subsídios obtidos	8 613 606,04	29,93	8 467 663,83	30,21	145 942,21	1,72
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 403 584,18	4,88	1 372 238,66	4,90	31 345,52	2,28
Proveitos e ganhos financeiros	255 334,16	0,89	232 504,19	0,83	22 829,97	9,82
Proveitos e ganhos extraordinários	1 511 175,86	5,25	1 881 419,63	6,71	-370 243,77	-19,68
Total Proveitos	28 775 174,63	100,00	27 432 790,17	100,00	1 342 384,46	4,89
Resultados						
Resultados operacionais	-4 134 939,17		-5 636 341,92		1 501 402,75	26,64
Resultados financeiros	242 332,63		222 177,32		20 155,31	9,07
Resultados correntes	-3 892 606,54		-5 414 164,60		1 521 558,06	28,10
Resultados Extraordinários	235 256,57		-437 574,36		672 830,93	-153,76
Resultado Líquido do Exercício	-3 657 349,97		-5 851 738,96		2 194 388,99	37,50





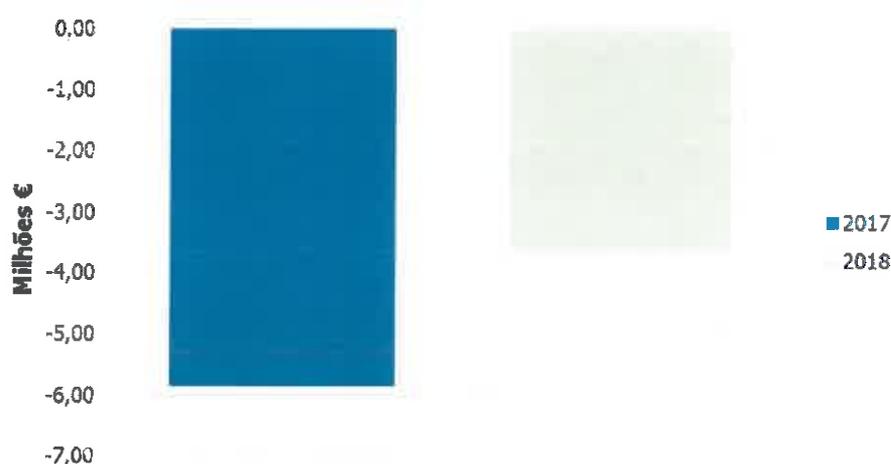
Da análise da situação económica do Município de Ovar, conclui-se que:

- os custos ascenderam a 32 432 524,60 euros, o que significa, comparativamente com o ano de 2017, uma diminuição de 852 004,53 euros.
- os proveitos do exercício 2018 ascenderam a 28 775 174,63 euros, que reflete um aumento, comparativamente com o ano 2017, de 1 342 384,46 euros.
- os resultados operacionais foram negativos, em -4 134 939,17 euros.
- os resultados financeiros ascenderam, em 2018, a 242 332,63 euros.
- os resultados extraordinários foram positivos, no montante de 235 256,57 euros.

GM
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

Em suma, o Município de Ovar apresenta, para o exercício de 2018, um **Resultado Líquido do Exercício (RLE)** negativo, no montante de 3 657 349,97 euros.

G25. Resultados Líquidos



[Handwritten signature]
 Be
 [Handwritten signature]

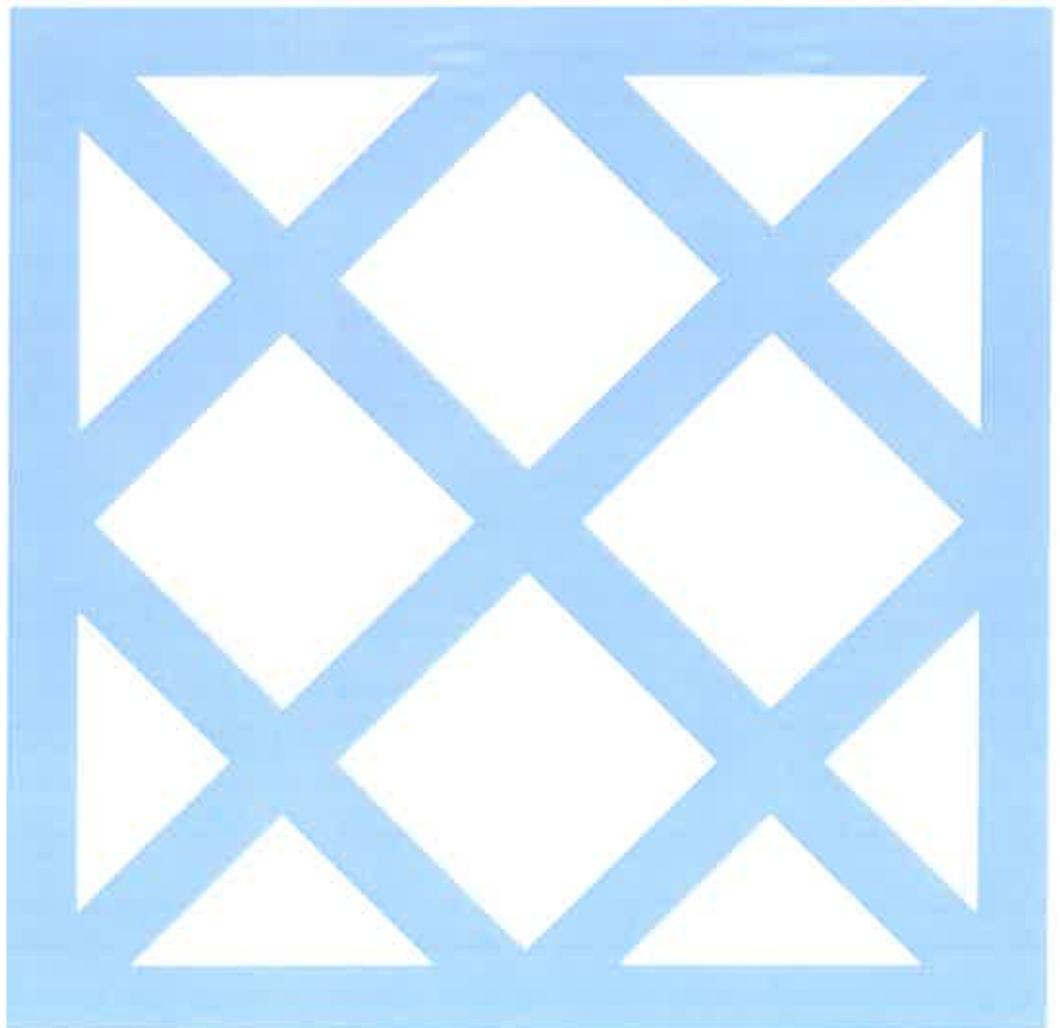
No gráfico anterior, compara-se a evolução dos resultados líquidos do Município de Ovar, nas gerências de 2018 e 2017.

De realçar que o processo de "Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística/Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e de Domínio Público" realizado, de acordo com as instruções regulamentares previstas no diploma do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado através da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, o qual se refletiu contabilisticamente no exercício de 2015, tem vindo a onerar o valor das amortizações dos exercícios seguintes, motivando desta forma, o RLE negativo, do exercício de 2018, em 3 657 349,97 euros.



Evolução dos Custos

SM
JH
VICTOR
M
S
H
J



A
3L
M



5.2.1. Custos e Perdas

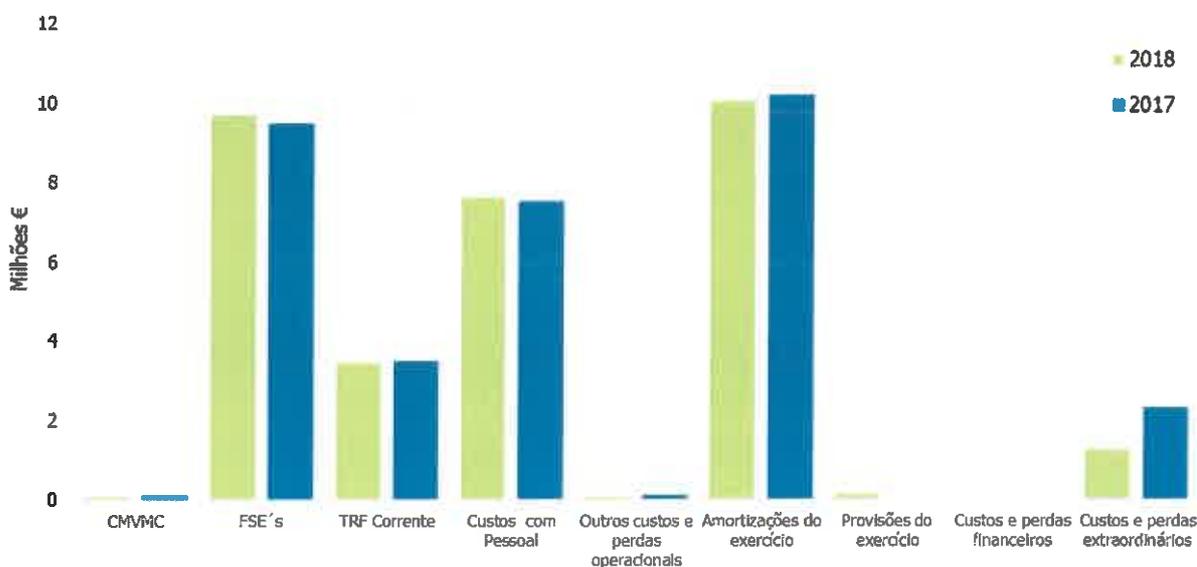
Os Custos totais respeitantes ao exercício de 2018 perfazem o montante de 32 432 524,60 euros, implicando um decréscimo de 852 004,53 euros, comparativamente ao ano anterior e uma variação percentual de -2,56%.

Q32. Custos e Perdas

Conta	Custos	2018		2017		Variação 2018/2017	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias	95 376,60	0,29	116 206,58	0,35	-20 829,98	-17,92
62	Fornecimento e serviços externos	9 707 168,96	29,93	9 486 760,20	28,50	220 408,76	2,32
63	Transf. e subs. correntes concedidos e pres:	3 441 180,49	10,61	3 509 507,40	10,54	-68 326,91	-1,95
64	Custos com o pessoal	7 633 596,71	23,54	7 518 528,65	22,59	115 068,06	1,53
65	Outros custos e perdas operacionais	88 359,86	0,27	102 614,86	0,31	-14 255,00	-13,89
66	Amortizações do exercício	10 041 386,76	30,96	10 199 309,23	30,64	-157 922,47	-1,55
67	Provisões do exercício	136 534,40	0,42	22 281,35	0,07	114 253,05	512,77
68	Custos e perdas financeiros	13 001,53	0,04	10 326,87	0,03	2 674,66	25,90
69	Custos e perdas extraordinários	1 275 919,29	3,93	2 318 993,99	6,97	-1 043 074,70	-44,98
TOTAL		32 432 524,60	100,00	33 284 529,13	100,00	-852 004,53	-2,56

(euros)

G26. Estrutura de Custos 2018





Analisada a estrutura percentual dos custos, são as Amortizações do Exercício com um peso de 30,96% seguidos dos Fornecimentos e Serviços Externos com 29,93%, as componentes de custos mais relevantes, seguidos dos Custos com Pessoal com 23,54% e das Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais com 10,61%. Os restantes custos, concretamente Custos e Perdas Extraordinárias, Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas, Outros Custos e Perdas Operacionais, Custos e Perdas Financeiras e Provisões do Exercício, assumem um carácter residual, representando no seu conjunto 4,96% dos Custos.

No que respeita às variações ocorridas entre anos, salienta-se o facto da maioria das componentes de custos terem diminuído, com maior relevo para os Custos e Perdas Extraordinárias que representam uma diminuição em termos absolutos de 1 043 074,70 euros. Em sentido inverso, mas numa ordem de grandeza inferior, de realçar os Fornecimentos e Serviços Externos com um aumento de 220 408,76 euros e os Custos com Pessoal que registaram um aumento de 115 068,06 euros, embora em termos relativos consubstanciam uma tímida variação de 2,32% e de 1,53%, respetivamente.

Para uma análise mais detalhada apresenta-se, de seguida, quadros resumo para cada uma das principais rubricas dos custos incorridos em 2018, em termos absolutos e relativos, estabelecendo-se ainda um comparativo com o ano anterior.

5.2.1.1. Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

No exercício de 2018, o **Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas** retomaram a trajetória de diminuição dos últimos exercícios, ascendendo a 95 376,60 euros, o que representa uma diminuição em termos absolutos de 20 829,98 euros e em termos relativos de 17,92%, comparativamente ao exercício anterior.

Q33. CMVMC

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Materiais diversos	95 376,60	100,00	116 206,58	100,00	-20 829,98	-17,92
TOTAL	95 376,60	100,00	116 206,58	100,00	-20 829,98	-17,92





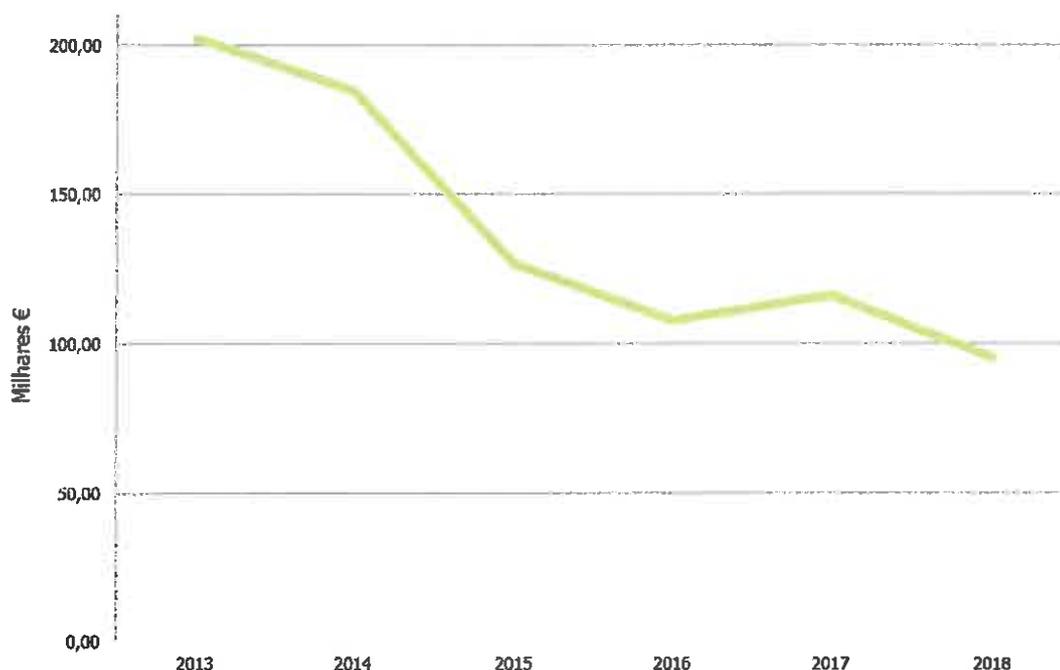
O decréscimo do consumo de mercadorias é justificado, fundamentalmente, pelo carácter excecional que assumiu o consumo de alguns materiais ocorrido no ano anterior, e por isso não replicável no exercício em análise, nomeadamente a assinalável utilização de tintas no skate parque da Habitovar e a utilização de materiais de iluminação destinado ao Carnaval.

[Handwritten signature]

No gráfico que a seguir se apresenta evidencia-se a trajetória de diminuição dos consumos ocorrida nos últimos exercícios:

[Handwritten signature]

G27. Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas



[Handwritten signature]

5.2.1.2. Fornecimentos e Serviços Externos

No exercício de 2018, os custos com **Fornecimentos e Serviços Externos** ascenderam a 9 707 168,96 euros, o que implica um aumento de 220 408,76 euros, representando uma variação positiva de 2,32% face a idêntico período de 2017.



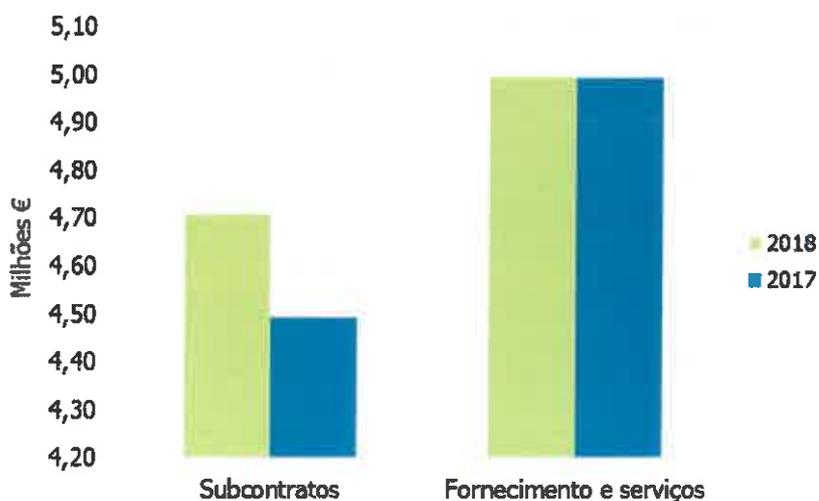


Q34. Fornecimentos e Serviços Externos

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Subcontratos						
Transportes escolares	135 314,21	1,39	143 920,18	1,52	-8 605,97	-5,98
Refeições escolares	853 568,97	8,79	773 416,26	8,15	80 152,71	10,36
Resíduos sólidos	2 073 038,82	21,36	1 948 636,27	20,54	124 402,55	6,38
Limpeza Urbana	345 905,53	3,56	305 530,02	3,22	40 375,51	13,21
Iluminação pública	1 302 420,49	13,42	1 317 771,95	13,89	-15 351,46	-1,16
Outros	0,00	0,00	4 990,73	0,05	-4 990,73	100,00
Fornecimento e serviços						
Electricidade	508 336,48	5,24	387 659,42	4,09	120 677,06	31,13
Combustíveis	250 989,08	2,59	206 219,13	2,17	44 769,95	21,71
Água	196 001,02	2,02	183 543,04	1,93	12 457,98	6,79
Outros fluidos	8,65	0,00	0,00	0,00	8,65	100,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	498,80	0,01	2 245,77	0,02	-1 746,97	-77,79
Livros e documentação técnica	359,00	0,00	557,12	0,01	-198,12	-35,56
Material de escritório	336,55	0,00	1 810,82	0,02	-1 474,27	-81,41
Ofertas	34 090,97	0,35	46 030,10	0,49	-11 939,13	-25,94
Rendas e alugueres	432 209,95	4,45	456 643,28	4,81	-24 433,33	-5,35
Material de educação, cultura e recreio	5 202,56	0,05	5 620,00	0,06	-417,44	-7,43
Comunicação	63 457,60	0,65	55 988,12	0,59	7 469,48	13,34
Seguros	83 132,59	0,86	83 248,59	0,88	-116,00	-0,14
Transportes de pessoal	25 443,68	0,26	20 598,88	0,22	4 844,80	23,52
Deslocações e estadas	10 295,22	0,11	9 072,36	0,10	1 222,86	13,48
Honorários	322 671,60	3,32	0,00	0,00	322 671,60	-
Contencioso e notariado	17 029,63	0,18	16 712,55	0,18	317,08	1,90
Conservação e reparação	322 071,02	3,32	323 880,66	3,41	-1 809,64	-0,56
Publicidade e propaganda	67 247,63	0,69	46 065,62	0,49	21 182,01	45,98
Limpeza, higiene e conforto	191 472,94	1,97	180 628,57	1,90	10 844,37	6,00
Vigilância e segurança	264 163,79	2,72	324 613,98	3,42	-60 450,19	-18,62
Trabalhos especializados	672 227,62	6,93	1 040 851,77	10,97	-368 624,15	-35,42
Formação	12 121,27	0,12	10 275,62	0,11	1 845,65	17,96
Encargos de cobrança	291 526,40	3,00	280 432,60	2,96	11 093,80	3,96
Outros fornecimentos e serviços	1 226 026,89	12,63	1 309 796,79	13,81	-83 769,90	-6,40
TOTAL	9 707 168,96	100,00	9 486 760,20	100,00	220 408,76	2,32

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'Victor', 'A', and '3L'.

G28. Fornecimentos e Serviços Externos





Para uma melhor compreensão dos aumentos e diminuições, apresenta-se de seguida justificações das principais variações ocorridas no exercício de 2018, comparativamente ao ano anterior:

Os **Transportes Escolares** registaram, em 2018, o montante de 135 314,21 euros. Verifica-se uma diminuição de 8 605,97 euros face a 2017, associada à redução do valor despendido nos circuitos especiais.

Os custos incorridos com **Refeições Escolares** ascenderam a 853 568,97 euros, o que representa um aumento de 80 152,71 euros face a idêntico período de 2017. Ressalvando que a cada exercício económico corresponde dois anos letivos distintos, analisados os custos entre anos, apurou-se um aumento do número de refeições servidas em 2018 e um incremento do valor unitário das refeições.

No que se refere aos **Resíduos Sólidos**, foi apurado um aumento de 124 402,55 euros, que representa um crescimento de 6,38%, face a idêntico período de 2017. Para tal, contribuíram os aumentos das tarifas unitárias, tanto ao nível do Tratamento como também da Taxa de Gestão de Resíduos – TGR, que cresceram 1,10 euros/ton e 1,1 euros/ton, respetivamente. Cumulativamente, as quantidades recolhidas e tratadas aumentaram aproximadamente 1 826 toneladas.

Relativamente à **Limpeza Urbana** verificou-se um aumento de 40 375,51 euros (13,21 em termos percentuais), comparativamente a 2017. Este aumento fica a dever-se à ampliação da área de varredura do Concelho, como também à maior regularidade na limpeza dos contentores de Resíduos Urbanos ao longo do ano.

Em 2018, os custos com **Iluminação Pública** ascendem a 1 302 420,49 euros, de onde se releva a estabilização de valores face ao ano anterior, atendendo à ligeira diminuição de apenas 15 351,46 euros.

Os custos com **Eletricidade**, que englobam os consumos com serviços municipais e edifícios escolares, totalizam, em 2018, o montante de 508 336,48 euros, o que significa um aumento comparativamente ao ano anterior de 120 677,06 euros. Este aumento é explicado pelas correções efetuadas aos montantes faturados, por parte da Entidade fornecedora, no ano anterior, no montante aproximado de 110 milhares de euros, que implicou um custo anormalmente baixo.





O custo afeto a **Combustíveis** atingiu em 2018 o montante de 250 989,08 euros, representando um aumento de 44 769,95 euros, comparativamente ao exercício de 2017. Entre os combustíveis que incorporam esta rubrica, no que se refere ao gasóleo e gasolina, verificou-se um aumento do preço por litro e um aumento dos consumos, de onde se evidencia uma avaria ocorrida nos últimos meses de 2018 no sistema de aquecimento do Pavilhão Gimnodesportivo de Arada, que implicou um consumo anormal de gasóleo. Relativamente ao gás, apurou-se ainda um incremento dos consumos nos edifícios municipais, particularmente ao nível dos Centros Escolares.

No que diz respeito ao consumo de **Água**, os custos em 2018 ascenderam a 196 001,02 euros, o que significa um aumento de 12 457,98 euros, face ao ano transato. Este aumento é justificado pela atualização anual dos tarifários e pela realização de novos contratos, que decorrem, essencialmente, da execução de novas obras municipais, neste ano.

No que se refere a **Ofertas**, verificamos uma diminuição de 11 939,13 euros, que resulta do facto de, no ano anterior, terem sido adquiridos bens em maior quantidade, no intuito de serem satisfeitas necessidades futuras, o que implicou uma poupança no corrente exercício.

A rubrica **Rendas e Alugueres** ascendeu a 432 209,95 euros, representando uma diminuição de 24 433,33 euros, face ao ano anterior. Este decréscimo reflete o término do contrato de aquisição dos serviços de impressão, em regime de locação, no final de 2017. De referir que, no corrente exercício, todo o equipamento de impressão englobado no referido contrato resultou em património do Município, deixando, por isso, de onerar a sua estrutura de custos. Em sentido inverso, embora em montante inferior, verificou-se o aumento da despesa com a locação de edifícios que reflete o aumento decorrente da atualização das rendas e o arrendamento de cariz social de duas novas habitações.

A rubrica **Comunicação**, que inclui além das comunicações fixas e móveis, a utilização de Internet, a aquisição de serviços postais e, residualmente, outras comunicações, verificou um aumento de 7 469,48 euros, comparativamente ao ano anterior. É na comunicação móvel que se encontra a maior variação, explicada pelo facto do corrente exercício ter sido onerado com a contabilização de faturas relativas ao ano anterior, em resultado da realização de uma modificação contratual com a entidade fornecedora. Acresce ainda o incremento apurado nos Serviços Postais na sequência da adoção de novos procedimentos ao nível do envio de faturação com referência multibanco aos munícipes, e da utilização de nova plataforma de





correio, *easymail*, cujo custo engloba não só o envio, mas também a impressão e envelopagem de correspondência. De referir que esta alteração permitiu uma poupança dos consumíveis do Município.

No que respeita aos **Honorários**, o montante de 322 671,60 euros contabilizado em 2018, respeita à aquisição de serviços de pessoal em regime de tarefa ou avença. A inexistência de registos em 2017 nesta rubrica deve-se ao facto destes serviços se encontrarem contabilizados, nesse ano, em **Trabalhos Especializados**, sendo de referir que, os montantes apurados foram sensivelmente idênticos aos contabilizados no atual exercício.

Em 2018, a **Conservação e Reparação** registou 322 071,02 euros, montante sensivelmente idêntico ao do ano anterior. Esta rubrica encontra-se desagregada por conservação e reparação de edifícios, viaturas, espaços verdes, desportivos e lazer, arruamentos e outras conservações e reparações (conta residual), sendo nestas últimas duas onde se encontram as variações mais significativas. Refira-se que ao nível dos arruamentos urbanos, verificou-se um aumento em aproximadamente 48 mil euros, decorrente do reforço da aquisição de materiais e serviços na manutenção das vias públicas.

As despesas com **Publicidade e Propaganda** alcançaram um total de 67 247,43 euros, o que resultou num aumento de 21 182,01 euros, comparativamente a 2017. O incremento desta rubrica espelha o trabalho desenvolvido na promoção do Concelho de Ovar.

Por seu lado, os **Trabalhos Especializados**, que perfazem 672 227,62 euros em 2018, exibem uma diminuição acentuada no montante de 368 624,15 euros. Esta redução é justificada, na sua quase totalidade, pela contabilização no presente exercício da aquisição de serviços de pessoal em regime de tarefa ou avença na rubrica Honorários. Apesar da diminuição desta rubrica, verifica-se um aumento com a gestão de combustíveis, limpeza de terrenos e beneficiação e manutenção da rede viária florestal no Concelho de Ovar, embora em montante inferior à diminuição com trabalhos extraordinários realizados em 2017, concorrendo por isso na explicação da variação ocorrida nesta rubrica.

Os custos incorridos em 2018 com **Encargos de Cobrança** ascenderam a 291 526,40 euros o que representa um aumento de 3,96 % face a idêntico período de 2017. Este incremento está diretamente relacionado com o crescimento da receita com impostos diretos, que aumentou aproximadamente na mesma proporção.





Com natureza residual, embora assumindo um peso significativo de 12,63%, no total dos Fornecimentos e Serviços Externos, os custos com **Outros Fornecimentos e Serviços** apresentam uma variação, comparativamente a 2017, de 83 769,90 euros. Esta rubrica, que engloba gastos de índole diversa, é nos serviços culturais e turísticos, recreativos e de animação onde encontra o decréscimo mais significativo, nomeadamente pela diminuição da despesa na contratação de espetáculos, na realização do evento "Festa" e na programação da animação de Verão. Em sentido inverso, embora de montante inferior, verifica-se um aumento dos gastos com a manutenção de jardins e com serviços de educação, sendo esta última, em resultado do aumento do custo hora dos animadores do prolongamento de horário das escolas.

5.2.1.3. Transferências e Subsídios Correntes Concedidos

As **Transferências e Subsídios Correntes Concedidos**, que representam aproximadamente 10,61% do total de custos incorridos em 2018, mantiveram-se próximas dos valores do ano anterior, diminuindo em 68 326,91 euros.

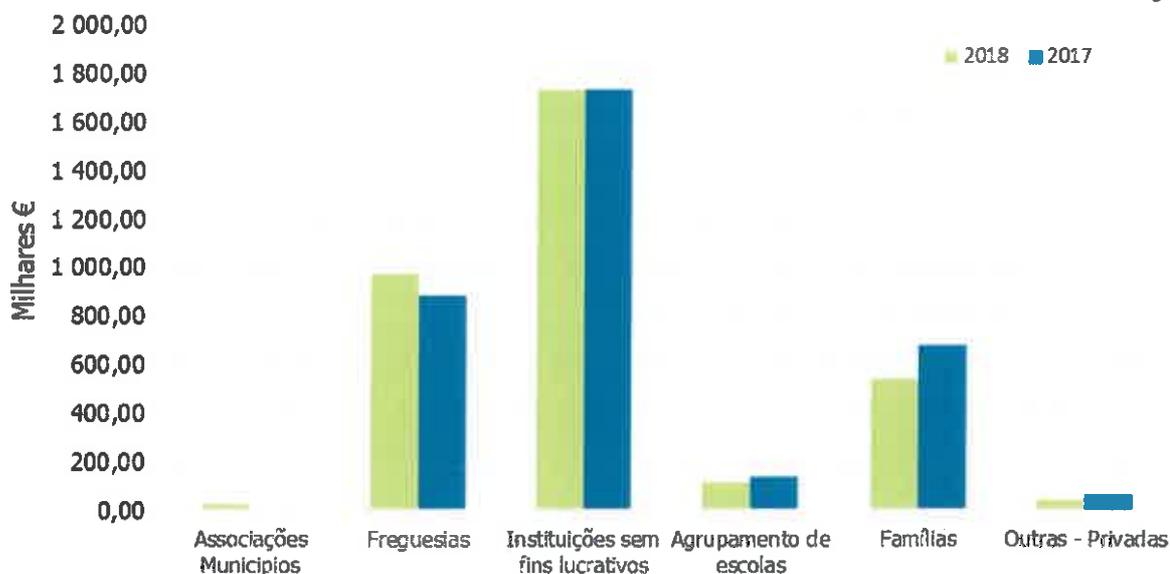
Q35. Transferências e Subsídios Concedidos

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Associações Municipios	26 320,82	0,76	5 077,27	0,14	21 243,55	418,40
Freguesias	974 996,84	28,33	887 590,36	25,29	87 406,48	9,85
Instituições sem fins lucrativos	1 732 934,37	50,36	1 731 486,17	49,34	1 448,20	0,08
Agrupamento de escolas	115 509,90	3,36	138 680,50	3,95	-23 170,60	-16,71
Famílias	544 974,51	15,84	679 973,72	19,38	-134 999,21	-19,85
Outras - Privadas	46 444,05	1,35	66 699,38	1,90	-20 255,33	-30,37
TOTAL	3 441 180,49	100,00	3 509 507,40	100,00	-68 326,91	-1,95





G29. Transferências e Subsídios Concedidos



54
 Victor
 J.
 S.
 A.
 J.

Em 2018, as transferências e subsídios correntes concedidos às **Associações de Municípios** respeitam à comparticipação financeira do Município de Ovar sobre diversos projetos desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro - CIRA, designadamente "Enguias da Região de Aveiro", "Grande Rota da Ria de Aveiro", "Campanha Promocional Ria de Aveiro", "Sistema Primário de Defesa do Baixo Vouga Lagunar", "Aveiro Digital", entre outras.

A.
 B.
 M.

Os valores inscritos na rubrica de **Freguesias** referem-se ao cumprimento da delegação de competências, prevista no nº 1 do artigo 132.º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. O aumento das transferências resulta da assinatura, no decurso de 2018, de um novo acordo de execução entre o Município de Ovar e cada uma das Freguesias, a vigorar durante o mandato 2017-2021, apresentando um reforço da quantia global a transferir para o conjunto das Freguesias.

As transferências correntes para **Instituições sem Fins Lucrativos**, que traduzem o apoio ao Associativismo do Concelho, de diversa índole, quer cultural, social e desportivo, como também ao nível das associações de pais, agrupamentos de escolas e associações humanitárias de bombeiros voluntários, entre outras, representam 50,36% do total dos gastos com transferências correntes, sendo, por isso, a rubrica com maior peso nesta categoria de custos. Estabelecendo a comparação com o ano transato,





verifica-se uma variação pouco significativa, de apenas 0,08%, o que traduz consistência deste tipo de apoios que assumem um papel estratégico para o Executivo Municipal.

No que se refere às transferências para os **Agrupamentos de Escolas**, o montante transferido em 2018 diminuiu 23 170,60 euros face ao ano de 2017. Esta redução fica a dever-se sobretudo à diminuição do valor protocolado, em resultado dos critérios estipulados, bem como a um menor numero de comprovativos de despesa pelos Agrupamentos de Escolas no Município de Ovar (atendendo a que os montantes transferidos estão condicionados à sua apresentação).

Relativamente às transferências para as **Famílias**, o montante transferido em 2018 alcançou o valor de 544 974,51 euros, implicando uma diminuição de 134 999,21 euros, comparativamente ao ano anterior. Esta rubrica engloba, entre outros, as transferências efetuadas para os trabalhadores do Município de Ovar abrangidos pelos Contratos Emprego Inserção, designados de CEI 's e CEI 's +, que em 2018 reduziram em número significativo. O seu decréscimo decorre da não colocação de pessoas, por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP, nas diversas candidaturas formuladas pelo Município de Ovar, para a realização de diversos projetos a serem desenvolvidos nos Serviços Municipais. Acresce ainda ao exposto o facto das transferências correntes ao abrigo do programa RASMO – Fundo de Emergência Social terem diminuído. Efetivamente, tratam-se de apoios pontuais que não gozam de renovação automática, pelo que a sua atribuição fica dependente da demonstração das carências sentidas pelas famílias.

A rubrica **Outros**, que totaliza o montante de 46 444,05 euros, engloba entre outros, apoios a iniciativas de reconhecido interesse público, nomeadamente os apoios concedidos para a realização da 6ª etapa do Grande Prémio de Ciclismo Jornal de Notícias e a 5ª Corrida S. Silvestre. De referir, ainda, que a diminuição dos totais transferidos em 2018 resultam da não realização da Feira Agrícola e da Raça Marinhoa do Concelho de Ovar - "OVARURAL".





5.2.1.4. Custos com o Pessoal

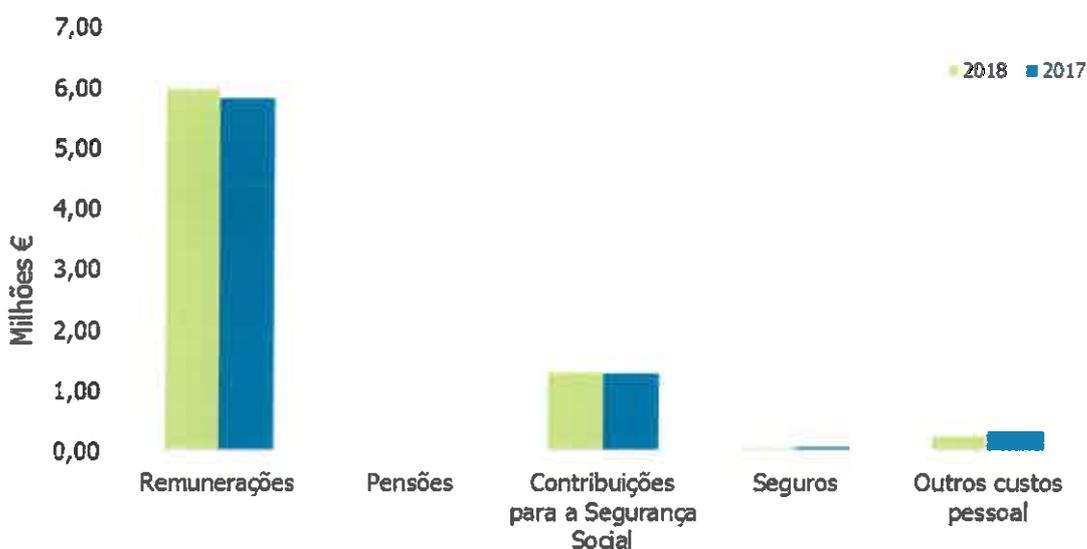
No exercício de 2018, os **Custos com o Pessoal** foram de 7 633 596,71 euros, o que implica um aumento de 115 068,06 euros, face a idêntico período de 2017.

44
 J
 J
 Vactm
 J
 J
 J
 J

Q36. Custos com o Pessoal

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações	5 977 349,47	78,30	5 834 503,29	77,60	142 846,18	2,45
Pensões	2 436,52	0,03	2 410,62	0,03	25,90	1,07
Contribuições para a Segurança Social	1 309 762,96	17,16	1 283 923,68	17,08	25 839,28	2,01
Seguros	82 731,65	1,08	70 490,88	0,94	12 240,77	17,37
Outros custos pessoal	261 316,11	3,42	327 200,18	4,35	-65 884,07	-20,14
TOTAL	7 633 596,71	100,00	7 518 528,65	100,00	115 068,06	1,53

G30. Custos com Pessoal



R
 BL
 h

De entre os Custos com Pessoal, as **Remunerações** assumem a componente mais significativa, representando 78,30% desta categoria de custo.





Em 2018, apurou-se um aumento das remunerações de 2,45% face ao ano anterior, o que representa um aumento em termos absolutos de 142 846,18 euros. Este incremento fica a dever-se a mobilidades intercarreiras e/ou consolidadas em 2018, à regularização extraordinária dos vínculos precários, ocorrida na sequência da publicação da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e à contratação a termo resolutivo certo de trabalhadores para o Município de Ovar.

Na rubrica **Pensões** são registadas as pensões por acidentes de serviço, ascendendo em 2018 ao montante de 2 436,52 euros, o que significa um aumento residual de 25,90 euros face a 2017.

As **Contribuições para a Segurança Social** incluem, essencialmente, os encargos sobre remunerações suportados pela entidade patronal, que aumentaram em 25 839,28 euros, refletindo assim a contratação de pessoal enunciada no ponto anterior.

No que se refere à rubrica de **Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais**, o aumento de 12 240,77 euros deveu-se, essencialmente, à taxa aplicada sobre os vencimentos, utilizada na determinação do prémio comercial por parte da Seguradora. Esta alteração decorreu da renovação contratual ocorrida no 2º semestre de 2018.

Por último, a rubrica de **Outros Custos com Pessoal** diminuiu comparativamente a 2017, o que reflete uma diminuição dos montantes processados e pagos aos trabalhadores do Município de Ovar, a título de despesas de saúde e dos montantes transferidos para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), efetuados de acordo com o artigo 154º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, documento que estabelece que compete às autarquias locais o pagamento à ACSS do montante equivalente aos custos efetivos em que está a incorrer com a prestação de serviços e dispensa de medicamentos aos trabalhadores da própria Autarquia.

5.2.1.5. Outros Custos e Perdas Operacionais

Ao nível dos **Custos e Perdas Operacionais**, em 2018, foram contabilizados 88 359,86 euros, que traduz uma diminuição em termos percentuais de 13,89% e em termos absolutos de 14 255,00 euros, face ao exercício anterior.

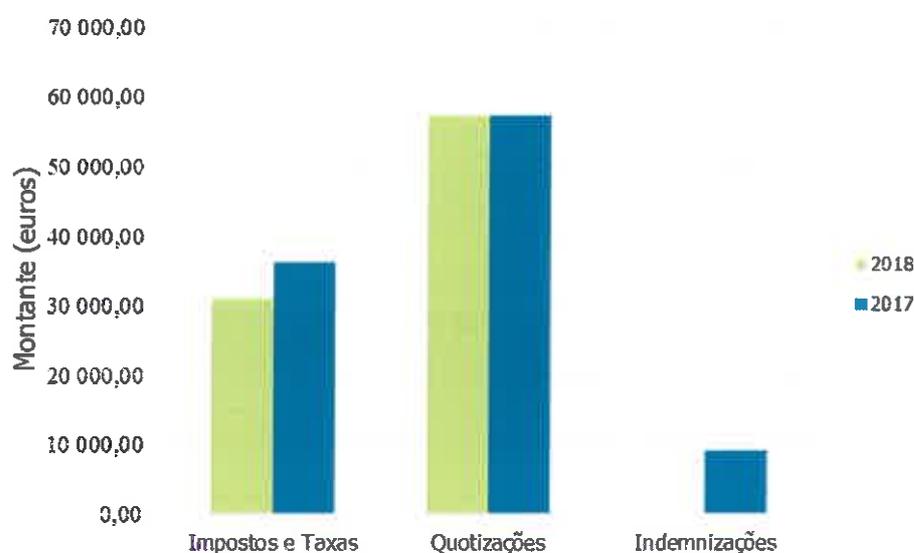




Q37. Outros Custos e Perdas Operacionais

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos e Taxas	31 029,24	35,12	36 263,61	35,34	-5 234,37	-14,43
Quotizações	57 330,62	64,88	57 217,01	55,76	113,61	0,20
Indemnizações	0,00	0,00	9 134,24	0,00	-9 134,24	100,00
TOTAL	88 359,86	100,00	102 614,86	91,10	-14 255,00	-13,89

G31. Outros Custos e Perdas Operacionais



A rubrica de **Impostos e Taxas** alcançou o montante de 31 029,24 euros em 2018, o que representa um decréscimo, face a 2017, de 5 234,37 euros. Este decréscimo é justificado pelo menor número de taxas pagas no corrente exercício, nomeadamente em certificados energéticos, e na Taxa de Recursos Hídricos. Em sentido inverso, mas insuficiente para contrariar a diminuição desta rubrica, aumentaram os custos com IRC, em resultado do crescimento dos dividendos recebidos, conforme se explica na análise dos Proveitos.

No que se refere à rubrica de **Quotizações**, os montantes inscritos referem-se a quotas pagas à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – CIRA, à Associação Nacional de Municípios Portugueses





– ANMP, à Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico – APMCH e à Associação Portuguesa de Casas Museu – APCM.

Relativamente às **Indemnizações** apenas a referir que, em 2018, não se verificou a necessidade de pagamento de indemnizações adstritas aos trabalhadores do Município de Ovar.

5.2.1.6. Amortizações do Exercício

As **Amortizações do Exercício**, que representam a componente de custo mais significativa do Município com um peso de 30,96% no total dos custos, no exercício económico de 2018 ascenderam a 10 041 386,76 euros, o que representa um decréscimo de 157 922,47 euros, sendo que em termos percentuais diminuíram 1,55%.

Q38. Amortizações do Exercício

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Amortizações do exercício	10 041 386,76	100,00	10 199 309,23	100,00	-157 922,47	-1,55
TOTAL	10 041 386,76	100,00	10 199 309,23	100,00	-157 922,47	-1,55

A explicação da variação das amortizações encontra-se neste Relatório, no ponto dedicado à análise do Balanço.

5.2.1.7. Custos e Perdas Financeiras

Em 2018, a rubrica de **Custos e Perdas Financeiras** apresenta um aumento de 2 674,66 euros, a que corresponde um aumento percentual de 25,90%.



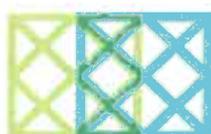
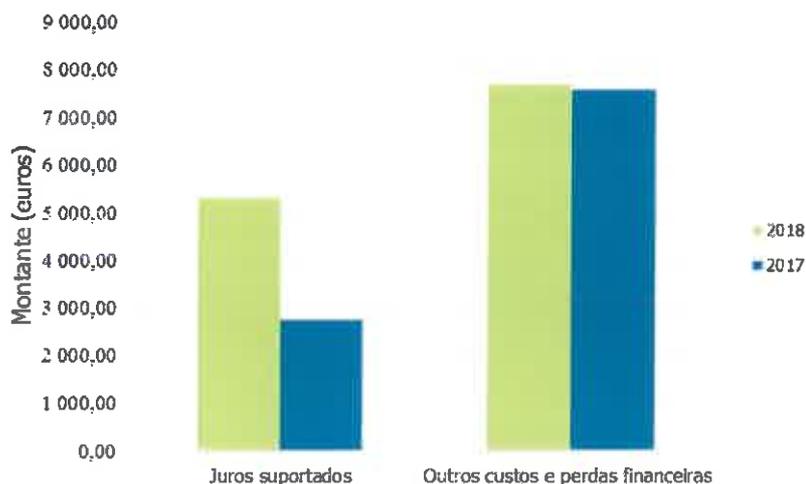


Q39. Custos e Perdas Financeiras

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros suportados	5 313,98	40,87	2 744,88	26,58	2 569,10	93,60
Outros custos e perdas financeiras	7 687,55	59,13	7 581,99	73,42	105,56	1,39
TOTAL	13 001,53	100,00	10 326,87	100,00	2 674,66	25,90

Os Custos e Perdas Financeiras encontram-se desagregados por Juros de Mora e Outros Custos e Perdas Financeiras, sendo esta última rubrica a mais significativa, com um peso de 59,13%, encontrando-se aí contabilizadas as despesas com serviços bancários, que se mantiveram praticamente inalterados em 2018. Já no que respeita aos juros suportados, verifica-se um aumento de 2 569,10 euros, que se ficam a dever sobretudo à contabilização de juros de mora.

G32. Custos e Perdas Financeiras





5.2.1.8. Custos e Perdas Extraordinários

Por fim, a rubrica **Custos e Perdas Extraordinários**, onde se apurou um custo total de 1 275 919,29 euros em 2018, traduzindo-se numa diminuição de 1 043 074,70 euros, face a 2017, o que, em termos absolutos, significa a maior diminuição na estrutura de custos.

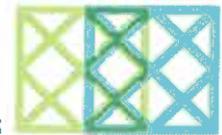
Q40. Custos e Perdas Extraordinários

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Transferências de Capital Concedidas						
Juntas de Freguesia	174 101,11	13,65	50 000,00	2,16	124 101,11	248,20
Associação de Municípios	0,00	0,00	6 666,67	0,29	-6 666,67	
Instituições sem fins lucrativos	236 563,03	18,54	1 093 804,99	47,17	-857 241,96	-78,37
Famílias	17 634,95	1,38	6 145,67	0,27	11 489,28	186,95
Dívidas incobráveis	0,00	0,00	188 696,87	8,14	-188 696,87	
Perdas em existências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Perdas em imobilizações	242 077,92	18,97	729 204,77	31,44	-487 126,85	-66,80
Multas e penalidades	402,00	0,03	120,00	0,01	282,00	235,00
Correções relativas a exercícios anteriores						
Restituições	779,05	0,06	701,68	0,03	77,37	11,03
Outras correções	79,84	0,01	111,16	0,00	-31,32	-28,18
Outros custos extraordinários	0,00	0,00	1 917,25	0,08	-1 917,25	
Indemnizações	604 281,39	47,36	241 624,93	10,42	362 656,46	150,09
TOTAL	1 275 919,29	100,00	2 318 993,99	100,00	-1 043 074,70	-44,98

Com base no quadro anterior, verifica-se que as rubricas que mais contribuíram para esta diminuição foram as Transferências de Capital para Instituições sem Fins Lucrativos, as Dívidas Incobráveis e as Perdas em Imobilizações. Em sentido inverso, a registar o aumento das Indemnizações e das Transferências Extraordinárias para a Juntas de Freguesia.

Relativamente às Transferências de Capital concedidas às Juntas de Freguesia, salienta-se a atribuição de um apoio financeiro ao Investimento, deliberado em Reunião da Câmara Municipal de 21/06/2018 e da Assembleia Municipal de 27/06/2018. Este apoio é destinado a compartilhar despesas de capital contraídas entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, pelas Juntas de Freguesias, sendo o respetivo pagamento dependente da apresentação de relatório de ações realizadas, bem como da entrega de documentos comprovativos da realização da despesa.





Os montantes apresentados na rubrica de **Transferências Extraordinárias para Instituições Sem Fins Lucrativos** suportaram a redução mais significativa quando comparada com o ano anterior, uma vez que as obras associadas aos apoios atribuídos se encontram concluídas, nomeadamente os Relvados Sintéticos de Esmoriz, Cortegaça e Ovar, ao abrigo de contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

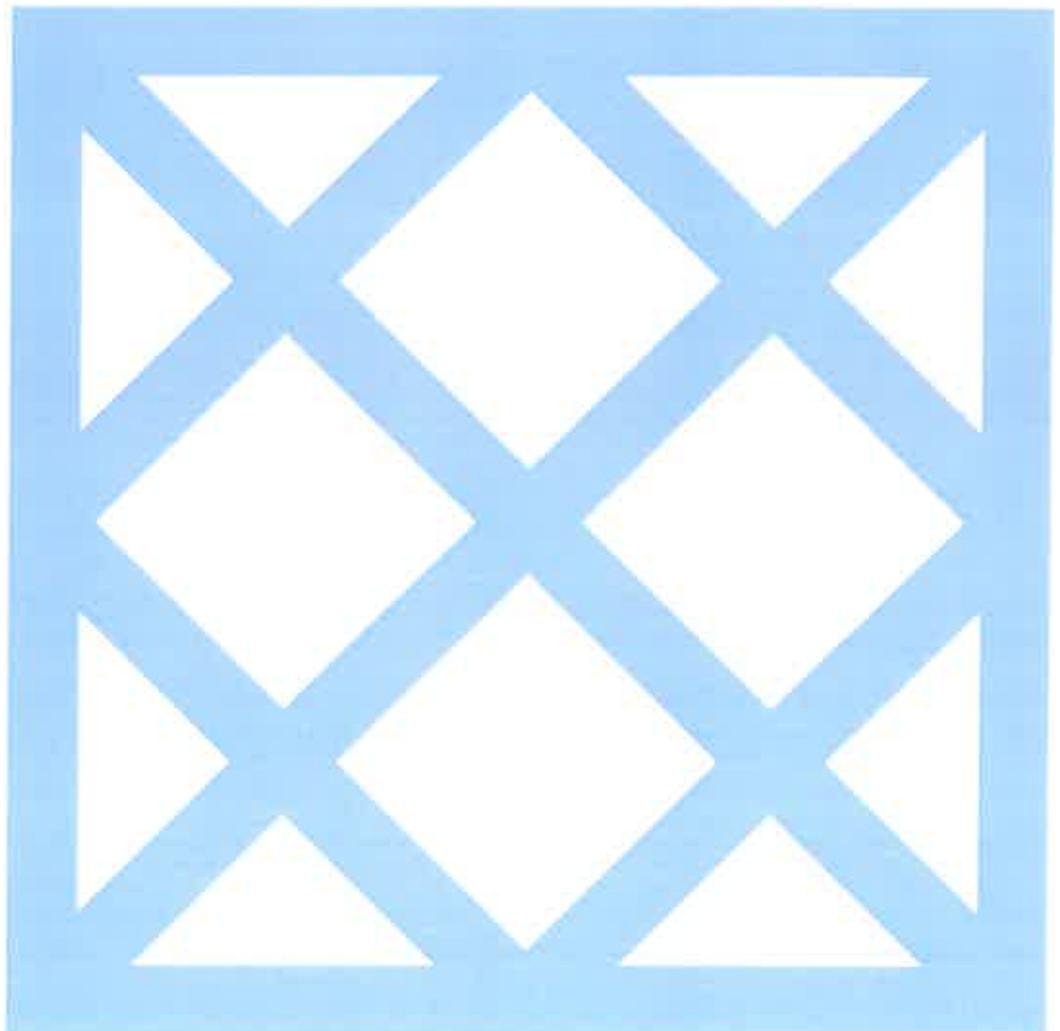
No que se refere às **Perdas em Imobilizações**, a diminuição de 487 126,85 euros face ao ano anterior decorre, por um lado da redução em 301 766,87 euros dos abates efetuados em 2018 e, por outro, de uma redução na alienação de imobilizações corpóreas no montante de 185 359,98 euros. De referir que, de entre as alienações, se destaca o contrato de permuta efetuado entre o Município de Ovar e a Igreja Evangélica referente às casas nº 45 e 46 da Rua João de Deus, em Ovar, sendo, contudo, de montante inferior às efetuadas em 2017, onde assumiu particular destaque nesse ano, a venda de alguns lotes do Loteamento Municipal do Barreiro e da Zona Industrial de Ovar.

Os montantes registados na rubrica de **Indemnizações** são referentes a custos extraordinários decorrentes de acidentes/sinistro e processos judiciais com decisão desfavorável, nos quais o Município de Ovar incorreu numa indemnização a terceiros. Em 2018, o valor de maior relevo reporta-se à execução de acordo judicial no montante de 570 000,000 euros relativo à entidade Assuntadmirável, Lda. De referir ainda que, do valor indicado, o montante de 300 000,00 euros já se encontra liquidado, sendo a parte restante, de 270 000,00 euros, pagável apenas em 2019, conforme previsto na transação homologada judicialmente.



Evolução dos Proveitos

CM
Vetor



BL



5.2.2. Proveitos e Ganhos

Neste ponto, apresenta-se um conjunto de informação relativa aos proveitos e ganhos que o Município obtém na sua atividade, registados na classe 7, de acordo com o estabelecido pelo POCAL. Desta forma, os referidos registos representam os aumentos da situação líquida decorrentes da atividade normal da Autarquia, para determinado ano económico.

Para efeitos de análise aos proveitos, esta dirige-se essencialmente para o ano 2018, efetuando-se uma análise comparativa com o ano 2017.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos proveitos para os anos de 2018 e 2017. A projeção gráfica apoia a leitura evolutiva dos proveitos municipais no período considerado.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Vitor' and various initials.

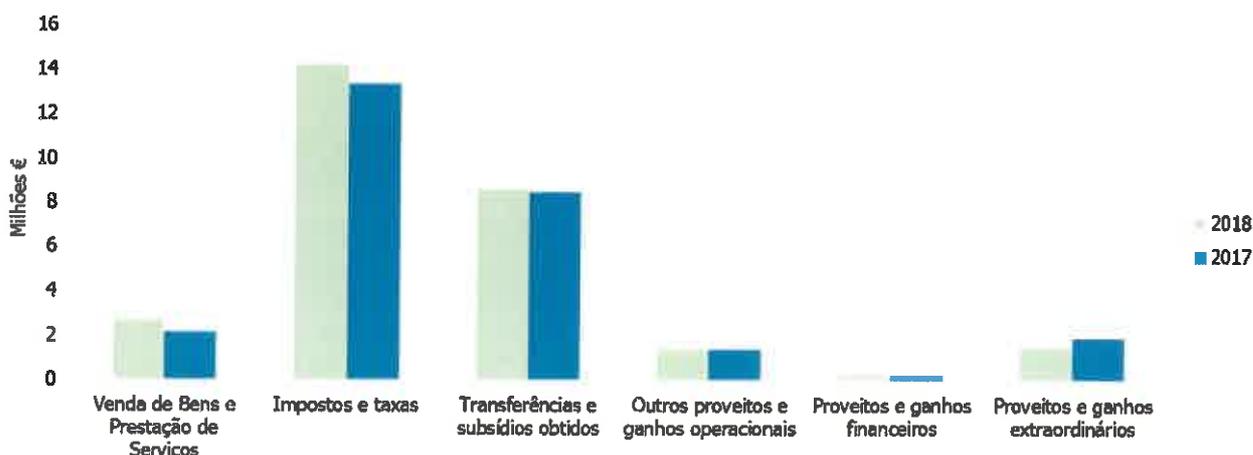
Q41. Evolução dos Proveitos e Ganhos do Exercício

(euros)

Classe Patrimonial	Proveitos	2018		2017		Variação 2018/2017	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
71	Venda de Bens e Prestação de Serviços	2 731 839,70	9,49	2 136 492,88	7,79	595 346,82	27,87
72	Impostos e Taxas	14 259 634,69	49,56	13 342 470,98	48,64	917 163,71	6,87
74	Transferências e Subsídios Obtidos	8 613 606,04	29,93	8 467 663,83	30,87	145 942,21	1,72
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	1 403 584,18	4,88	1 372 238,66	5,00	31 345,52	2,28
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	255 334,16	0,89	232 504,19	0,85	22 829,97	9,82
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 511 175,86	5,25	1 881 419,63	6,86	-370 243,77	-19,68
TOTAL		28 775 174,63	100,00	27 432 790,17	100,00	1 342 384,46	26,89

Handwritten initials and marks in blue ink, including 'A', '30', and 'm'.

G33. Evolução dos Proveitos e Ganhos do Exercício





Do quadro e gráfico acima apresentados, conclui-se o seguinte:

- ❁ O total dos proveitos, no ano 2018, foi de 28 775 174,63 euros, isto é, mais 1 342 384,46 euros (+28,89%) do que os proveitos obtidos no ano precedente.
- ❁ Observando o comportamento da Venda de Bens e Prestação de Serviços em 2018, verifica-se que os mesmos cresceram 27,87% em relação a 2017.
- ❁ Decorrente da estrutura da receita municipal, do grau elevado de execução da receita fiscal e, ainda, do volume de transferências recebidas, verifica-se que as componentes de maior peso na estrutura de proveitos são os Impostos e Taxas e as Transferências e Subsídios Obtidos, cujo peso nos proveitos totais, em 2018, foi respetivamente de 49,56% e 29,93%. Denote-se que o volume total destas duas rubricas contribui em 79,49% para o total dos proveitos do exercício de 2018.
- ❁ A classe 79 – proveitos e Ganhos Extraordinários foi a única que viu os proveitos diminuídos no exercício de 2018, apresentando uma variação negativa de 19,68%, comparativamente a 2017.

Face à breve exposição, apresentam-se de seguida as devidas justificações para as variações em cada classe de contas de proveitos e ganhos.





5.2.2.1. Venda de Bens e Prestações de Serviços

Os proveitos com a **Venda de Bens e Prestação de Serviços**⁴ apresentam, no exercício de 2018, um montante total de 2 731 839,70 euros, registando um aumento de valor absoluto de 595 346,82 euros, comparativamente com o ano de 2017.

Q.42 Evolução da Estrutura de Proveitos de Venda de Bens e Prestação de Serviços

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de bens						
Publicações e impressos	1 830,09	0,07	839,07	0,04	991,02	118,11
Produtos agrícolas	5 506,67	0,20	700,84	0,03	4 805,83	685,72
Outros bens	945,20	0,03	490,25	0,02	454,95	92,80
Prestação de serviços						
Vistorias e ensaios	2 576,15	0,09	4 533,75	0,21	-1 957,60	-43,18
Serviços culturais	264 152,18	9,67	262 576,88	12,29	1 575,30	0,60
Serviços desportivos	238 280,15	8,72	239 603,48	11,21	-1 323,33	-0,55
Resíduos sólidos	1 716 443,93	62,83	1 149 310,95	53,79	567 132,98	49,35
Cemitérios	3 434,33	0,13	3 429,36	0,16	4,97	0,14
Mercados e feiras	3 294,18	0,12	2 897,52	0,14	396,66	13,69
Parques de estacionamento	32 713,91	1,20	21 092,76	0,99	11 621,15	55,10
Parques de campismo	50 768,46	1,86	52 138,72	2,44	-1 370,26	-2,63
Cantinas e Atividades Escolares	341 517,37	12,50	327 242,77	15,32	14 274,60	4,36
Outros serviços	70 377,08	2,58	71 636,53	3,35	-1 259,45	-1,76
TOTAL	2 731 839,70	100,00	2 136 492,88	100,00	595 346,82	27,87

As respetivas variações na rubrica 71 – Venda de Bens e Prestação de Serviços serão explicadas de seguida, iniciando a análise pela venda de bens, seguindo-lhe a análise da prestação de serviços.

Venda de Bens

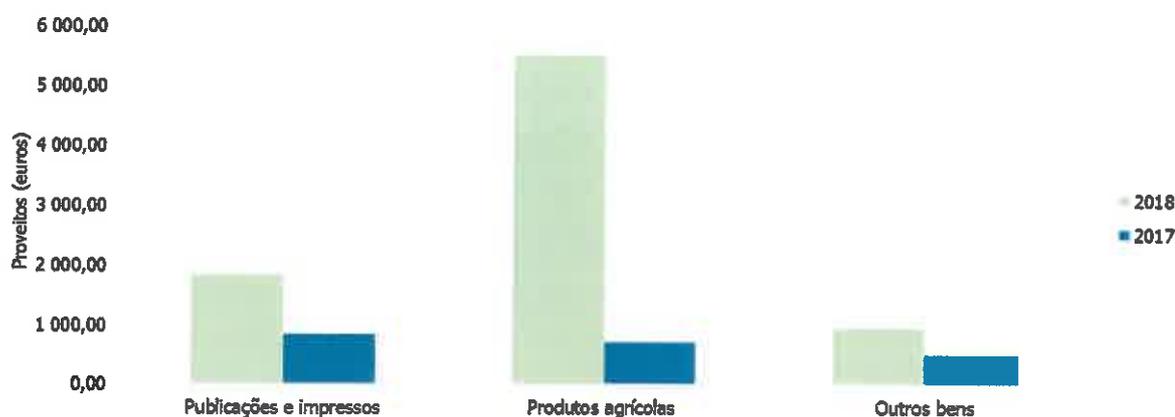
No exercício de 2018, a **Venda de Bens** ascendeu a 8 281,96 euros, refletindo um aumento de 6 251,80 euros, comparativamente com o ano de 2017.

⁴ As vendas e prestações de serviços, representadas pela faturação, são deduzidas dos reembolsos e anulações, para que a análise seja mais precisa e ajustada à realidade.





G34. Evolução da Estrutura de Proveitos de Venda de Bens



Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the page, including the number '44' at the top and various initials and signatures below.

A rubrica de Venda de Bens é composta pelas rubricas associadas às publicações e impressos, produtos agrícolas e outros bens, cujas oscilações de valor serão explicadas de seguida.

Os proveitos associados às **Publicações e Impressos** aumentaram 991,02 euros (+118,11%) no exercício de 2018. Este aumento é justificado pelo maior número de livros vendidos em 2018, nomeadamente as vendas do livro denominado "Dicionário de Ovar".

Os proveitos associados à rubrica de **Produtos Agrícolas** apresentam, em 2018, um aumento de 4 805,83 euros (+685,72%), comparativamente com o exercício de 2017. Os proveitos desta rubrica resultam do contrato estabelecido entre o Município de Ovar e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP., do qual recai o juízo de que 60% da receita proveniente da alienação de arvoredo reverte a favor da Autarquia. Tendo em consideração este pressuposto, o total de proveitos transferidos em 2018 aumentou devido à venda de árvores decorrente das operações de gestão de combustíveis nas faixas marginais às estradas que atravessam o regime florestal, nomeadamente a sul do Torrão do Lameiro e a norte do Furadouro. A referida operação consistiu na diminuição da densidade do arvoredo adulto numa faixa aproximada de 10 metros da plataforma da estrada, onde resultou o corte de muita madeira do mais elevado valor comercial.

Handwritten notes in blue ink on the right side of the page, including the letters 'A', 'B', and 'C' arranged vertically.

A rubrica de **Outros Bens** apresenta um aumento no ano de 2018, comparativamente a 2017, de 454,95 euros, que resulta do incremento nas vendas de material de merchandising. A maior percentagem de vendas deste material está associada aos Postos de Turismo, acompanhando a crescente tendência da taxa de turismo em Ovar.

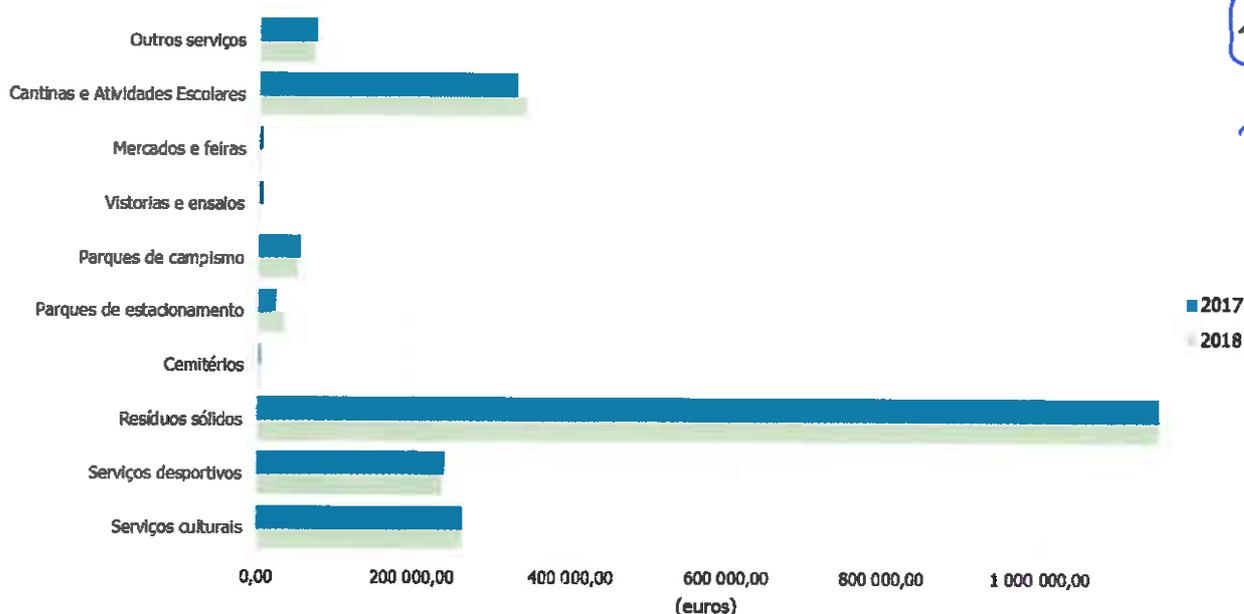




Prestação de Serviços

A **Prestação de Serviços** inclui proveitos associados a trabalhos e serviços prestados, que são próprios dos objetivos e finalidades principais da Autarquia.

G35. Evolução dos Proveitos de Prestação de Serviços



No ano 2018, os proveitos da rubrica em análise, ascenderam a 2 723 557,74 euros, representando um acréscimo absoluto de 589 095,02 euros, comparativamente com o exercício de 2017.

Pela análise do gráfico, verifica-se que as rubricas com maior expressividade no total dos proveitos com a Prestação de Serviços são: os resíduos sólidos (62,83%), as cantinas e atividades escolares (12,50%), os serviços culturais (9,67%) e os serviços desportivos (8,72%).

Comparativamente ao exercício de 2017, constata-se que existem rubricas cujos proveitos diminuíram, destacando-se a rubrica de Vistorias e Ensaios (-43,18%). Por outro lado, verifica-se o aumento de proveitos em diversas rubricas, destacando o aumento de proveitos na classificação de Parques de Estacionamento (+55,10%).

Face ao exposto, apresentam-se de seguida algumas explicações para as variações ocorridas.





Os proveitos auferidos no ano 2018 associados à rubrica **Vistorias e Ensaios** refletem uma diminuição de 1 957,60 euros (-43,18%), comparativamente ao exercício de 2017. A diminuição do número de pedidos para realização de vistorias de ascensores em 2018, justifica este decréscimo de proveitos (2018:29 pedidos; 2017:41 pedidos).

Os proveitos registados na rubrica **Serviços Culturais**, no exercício de 2018, refletem um ligeiro aumento de 1 575,30 euros (+0,60%), comparativamente ao ano 2017. Esta rubrica inclui os proveitos associados ao Carnaval de Ovar, ao Centro de Arte de Ovar e Outros Proveitos. A variação nesta rubrica, é justificada essencialmente pelo aumento, em 2018, de proveitos relacionados com o Carnaval de Ovar 2018. Os proveitos associados ao **Carnaval de Ovar** 2018 ascenderam a 228 185,59 euros, enquanto no exercício de 2017, os proveitos com o Carnaval de Ovar 2017 foram de 221 319,46 euros, verificando-se, portanto, um incremento de 6 859,05 euros. De salientar que o aumento de proveitos se justifica pelo aumento da procura de pulseiras para o *Espaço Folião* bem como, o aumento da procura de bilhetes de bancada para assistência ao Carnaval.

Contrabalançando, o aumento de proveitos no Carnaval de Ovar 2018, o **Centro de Arte de Ovar**, no exercício de 2018 e comparativamente a 2017, regista uma diminuição de proveitos. Os proveitos associados ao Centro de Arte de Ovar, em 2018, registaram 33 379,23 euros, e no exercício de 2017, 39 429,88 euros, refletindo assim um decréscimo de 6 050,65 euros. Justifica este decréscimo o facto de, em 2017, se terem auferido proveitos superiores aos de 2018, devido à elevada procura para os espetáculos, como por exemplo do "Salvador Sobral", "Juntos – Jorge Palma e Sérgio Godinho", entre outros.

Os **Serviços Desportivos** apresentam, para o ano 2018, um ligeiro decréscimo de proveitos de 1 323,33 euros (-0,55%), comparativamente ao exercício de 2017. Tendo em consideração que esta rubrica contempla os proveitos da Piscina Municipal de Ovar, poderão apontar-se como principais razões para o decréscimo observado, o seguinte: i) um ligeiro decréscimo de praticantes adultos, nas classes de hidroginástica e de hidrobike; e ii) o protocolo com Hospital Francisco Zagalo, que isentou os pagamentos dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018.

Os proveitos provenientes da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, no Concelho de Ovar, são registados na rubrica **Resíduos Sólidos**, que apresentam um aumento de 567 132,98 euros (+49,35%) em 2018, comparativamente ao ano 2017. Este aumento de proveitos é justificado pelas tarifas fixadas em





2018, que sofreram um aumento, de forma a atingir um grau de recuperação de custos do sistema de 95%, sendo que, de acordo com o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado em Diário da República - 2.ª Série, Nº 74, de 15 de abril de 2014, passa a ser obrigatória a convergência dos tarifários dos municípios, ou seja os proveitos devem cobrir a totalidade dos custos.

A rubrica de **Cemitérios** regista os proveitos relacionados com a cobrança de inumação, transladação, exumação e ocupação de ossários municipais. O aumento de proveitos 0,14% na rubrica, no exercício de 2018, é justificado pela faturação da ocupação de ossários municipais com carácter perpétuo, cuja taxa é mais elevada.

A rubrica de **Mercados e Feiras** registou um ligeiro aumento de proveitos, no exercício de 2018, de 396,66 euros (+13,69%), comparativamente ao ano de 2017. Este facto é justificado pelo aumento do número de cobranças efetuadas (2018: 577 cobranças de mercado; 2017: 553 cobranças de mercado).

Os proveitos associados às cobranças dos **Parques de Estacionamento** aumentaram 11 621,15 euros (+55,10%) em 2018, comparativamente a 2017. O incremento de proveitos está associado ao aumento de parquímetros instalados, que passaram de 4 para 6 em 2018, entre os quais se incluem os parquímetros instalados no Parque Júlio Dinis, que não existiam.

No exercício de 2018, a rubrica **Parques de Campismo** regista uma diminuição de proveitos de 1 370,26 euros (-2,63%), comparativamente a 2017. De ressaltar que, no exercício de 2018, foi aplicado nesta rubrica o princípio da especialização do exercício⁵ (ou do acréscimo), que pressupõe que os proveitos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam. Assim, a rubrica Parques de Campismo para o ano 2018 passa a conter 12 meses de exploração. Caso este critério não fosse aplicado, o proveito ter-se-ia mantido ligeiramente constante.

Os proveitos da rubrica de **Cantinas e Atividades Escolares** registaram uma variação de 14 274,60 euros (+4,36%), comparativamente ao ano 2017, influenciada, quer pelo aumento do número de refeições

⁵ Conforme ponto 3.2 – Princípios Contabilísticos (pág. 163), do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.





servidas, quer pelo número de alunos a frequentar outras atividades como o prolongamento de horário no 1º ciclo (SAF) e atividades de animação e apoio à família (AAAF).

A rubrica **Outros Serviços** regista uma diminuição residual, em 2018, de 1 259,45 euros (-1,76%) e contempla proveitos de occisão e despesas de cadáveres de canídeos e gatídeos, fotocópias, emissão de plantas topográficas, hastas públicas para arrematação de lugares no Carnaval de Ovar e atividades desenvolvidas no Parque do Buçaquinho. Destes proveitos, destaca-se o aumento de receita, em 2018, no Parque do Buçaquinho, nomeadamente com as atividades desenvolvidas nas férias da Páscoa, Verão e Natal e a promoção de festas de aniversário, atividade iniciada apenas em 2018, cuja adesão foi bastante positiva e incremental, refletindo um aumento de proveitos.

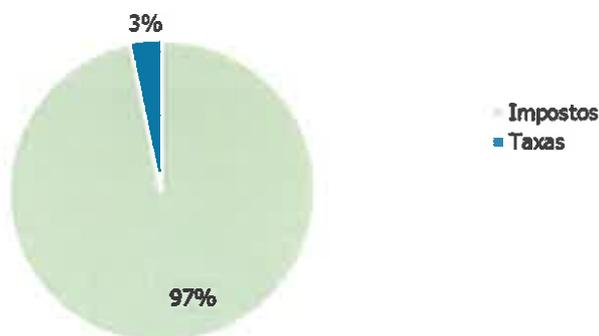
Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '64' and various initials.

5.2.2.2. Impostos e Taxas

A classe 72 - Impostos e Taxas é desagregada de acordo com a classificação setorial aplicável, incluindo as sub-contas de impostos diretos, impostos indiretos e taxas. De ressaltar que esta é a maior componente de proveitos do Município de Ovar.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '32' and various initials.

G36. Percentagem dos Impostos e Taxas



Pela observação do gráfico anterior, constata-se que o volume de proveitos proveniente dos impostos, no exercício de 2018, justifica cerca de 97% do total dos proveitos que compõe a estrutura da classe **Impostos e Taxas**, ascendendo a 13 804 551,90 euros, enquanto os proveitos relacionados com as taxas apenas ascendem a 455 082,79 euros. Esta estrutura mantém uma tendência já observada no ano 2017.





Q43. Impostos e Taxas

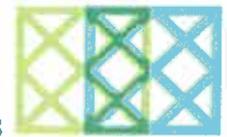
Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos						
Impostos diretos	13 055 198,44	91,55	12 571 635,50	94,22	483 562,94	3,85
Impostos indiretos	749 353,46	5,26	387 778,55	2,91	361 574,91	93,24
Taxas	455 082,79	3,19	383 056,93	2,87	72 025,86	18,80
TOTAL	14 259 634,69	100,00	13 342 470,98	100,00	917 163,71	6,87

5.2.2.2.1. Impostos

Q44. Impostos Diretos e Indiretos

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos						
Impostos diretos						
Imposto Municipal sobre Imóveis	8 453 246,02	61,24	8 273 593,08	63,84	179 652,94	2,17
Imposto Único de Circulação	1 313 180,61	9,51	1 228 234,99	9,48	84 945,62	6,92
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	1 873 287,77 €	13,57 €	1 451 784,19 €	11,20 €	421 503,58 €	29,03 €
Derrama	1 415 484,04	10,25	1 617 665,98	12,48	-202 181,94	-12,50
Contribuição Autárquica	0,00	0,00	357,26	0,00	-357,26	-100,00
Impostos indiretos						
Mercados e Feiras	6 978,99	0,05	6 991,98	0,05	-12,99	-0,19
Loteamento e Obras	542 479,45	3,93	197 341,27	1,52	345 138,18	174,89
Ocupação da Via Pública	185 094,41	1,34	180 712,72	1,39	4 381,69	2,42
Publicidade	1 472,10	0,01	1 443,50	0,01	28,60	1,98
Outros	13 328,51	0,10	1 289,08	0,01	12 039,43	933,96
TOTAL	13 804 551,90	100,00	12 959 414,05	100,00	845 137,85	1 038,69
Taxas						
Mercados e Feiras	133 325,24	29,30	120 766,71	31,53	12 558,53	10,40
Loteamento e Obras	260 083,97	57,15	204 437,12	53,37	55 646,85	27,22
Ocupação da Via Pública	5 181,39	1,14	6 886,01	1,80	-1 704,62	-24,75
Outras Taxas e Licenças	56 492,19	12,41	50 967,09	13,31	5 525,10	10,84
TOTAL	455 082,79	100,00	383 056,93	100,00	72 025,86	23,70





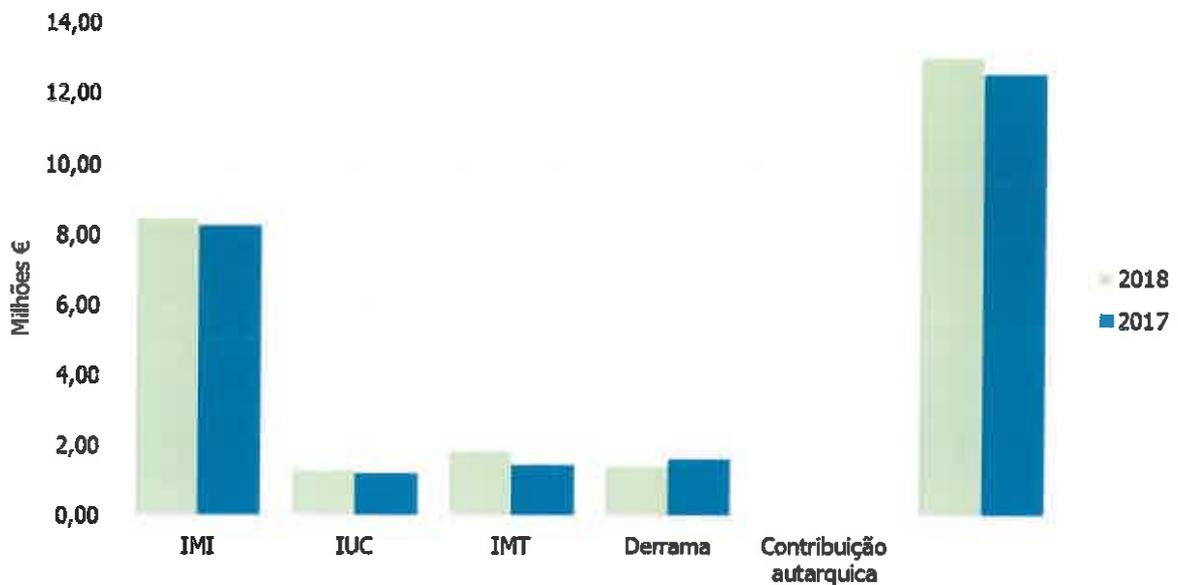
G37. Peso dos Impostos Diretos e Indiretos, na Estrutura dos Impostos e Taxas



Handwritten notes in blue ink:
 54
 Vitor
 LL
 AS
 A
 J

Os **Impostos Diretos**, no exercício de 2018, ascenderam a 13 055 198,44 euros, representando um aumento de 483 562,94 euros, comparativamente ao ano 2017. Este aumento é justificado pelas variações positivas do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) (+2,17%), Imposto Único de Circulação (IUC) (+6,92%) e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) (+29,03%).

G38. Impostos Diretos



Handwritten notes in blue ink:
 A
 Be
 h





Observando o comportamento dos proveitos relacionados com os impostos diretos, verifica-se que:

O **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** é a rubrica que mais contribui para a estrutura dos proveitos dos impostos diretos. No exercício de 2018, os proveitos ascenderam a 8 453 246,02 euros, refletindo um aumento de 179 652,94 euros (+2,17%) comparativamente com o ano 2017. A tendência que se tem vindo a verificar de aumento de inscrições de prédios no Município de Ovar, resultante de um maior número de construções, justifica o aumento de proveitos na rubrica.

Para 2018, e à semelhança dos anos anteriores, foi proposta: i) a fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em 0,38% para os Prédios Urbanos, nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI; ii) a redução em 50% da taxa aplicável aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, de acordo com o previsto no n.º 12 do artigo 112.º do CIMI; iii) a redução a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar; iv) a redução em 12,5% da taxa do IMI, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 44.º - B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética; v) a majoração em 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI; vi) a majoração em 100% da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, nos termos do n.º 9 e n.º 10, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).

O **Imposto Único de Circulação (IUC)** apresenta no ano de 2018 um acréscimo, em termos absolutos, de 84 945,62 euros, comparativamente com o ano de 2017. Em relação a 2017, verificou-se um ligeiro agravamento dos valores do IUC, conforme Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2018. As taxas adicionais que existiam em 2017, para veículos a gasóleo e para veículos que emitam mais de 180g/km CO₂, mantiveram-se em 2018.

Os proveitos com o **Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)** ascenderam a 1 873 287,77 euros em 2018, refletindo um aumento de 421 503,58 euros (+29,03%), relativamente ao exercício de 2017. Contribui para este aumento a crescente venda de imóveis no Concelho de Ovar, acompanhada da dinâmica gradual do mercado imobiliário.





A **Derrama** apresenta, em 2018, um total de proveitos de 1 415 484,04 euros, refletindo uma desaceleração de proveitos, relativamente a 2017, de 202 181,94 euros (-12,50%). Sabendo que a derrama é um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, a diminuição do proveito poderá estar associada a um decréscimo do volume de negócios e lucros empresariais, bem como às políticas de isenções aplicadas pelo Município de Ovar.

94
Victor

Importa aqui referir que as políticas de isenções adotadas para o imposto da Derrama, pelo Município de Ovar, no ano 2018, incidiram sobre: i) a aplicação de uma taxa de derrama reduzida de 0%, para sujeitos passivos cujo volume de negócios, fosse igual ou inferior a 150.000,00 euros; ii) a não aplicação da Derrama, mediante apresentação de requerimento tipo, para sujeitos passivos com sede social no Concelho de Ovar que apresentem, em 30 de setembro de 2018, uma determinada criação líquida de postos de trabalho, comparativamente aos postos de trabalho existentes a 30 de setembro de 2017; iii) o lançamento da taxa normal da Derrama em 1,5% para os restantes sujeitos passivos.

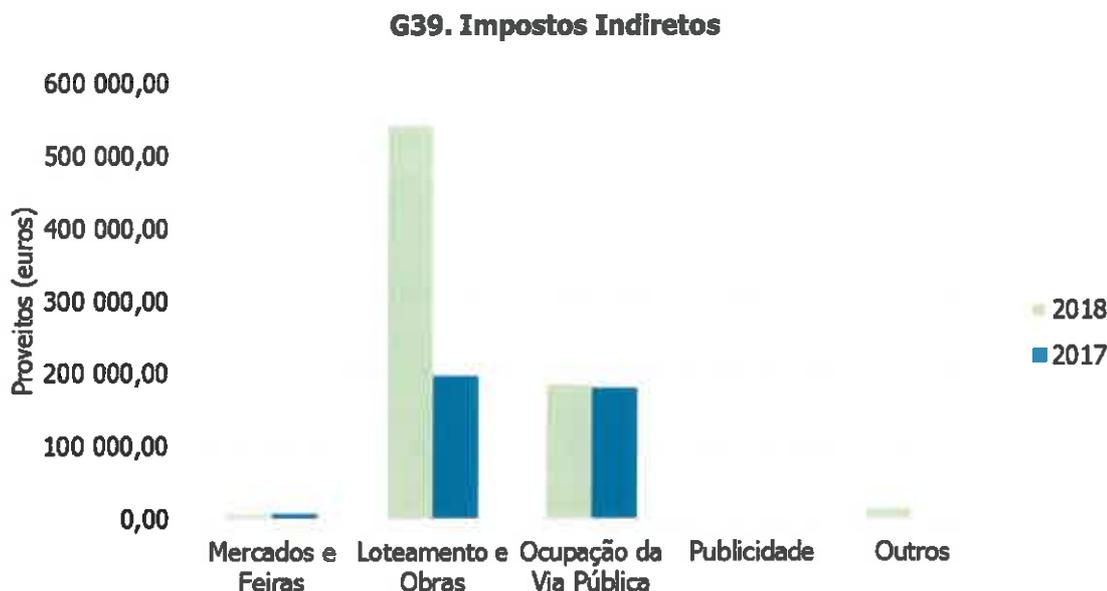
11
am
A
9

No exercício de 2018 foram isentadas mais empresas do imposto da Derrama, do que em 2017. Estas medidas tiveram como propósito potenciar a fixação do tecido empresarial no Município de Ovar, com vista ao desenvolvimento da economia local, e a adoção de medidas de criação de novos postos de trabalho, potenciadoras da manutenção da diminuição da taxa de desemprego e da melhoria das condições económico-financeiras da população.

A
32
h

Os **Impostos Indiretos**, no exercício de 2018, ascenderam a 749 353,46 euros, representando um aumento de 361 574,91 euros, relativamente ao exercício de 2017. O aumento é justificado essencialmente, pelos proveitos das rubricas Outros e Loteamentos e Obras.





Victor

[Handwritten signatures]

Atendendo ao acréscimo de proveitos observado, em 2018, apresentam-se de seguida algumas notas explicativas para este facto.

A rubrica de **Mercados e Feiras** apresenta uma diminuição de proveitos, no ano de 2018, em termos relativos de -0,19%. Este ligeiro decréscimo é explicado pelo número de cobranças efetuadas, pelos alugueres de lugares do terrado e lugares de venda de peixe no Mercado Municipal, que ascenderam no exercício de 2018 a 147 cobranças, enquanto no ano de 2017 ascenderam a 167 cobranças.

[Handwritten initials]

A rubrica de **Loteamentos e Obras** apresenta um total de proveitos em 2018 de 542 479,45 euros, representando um aumento de 345 138,18 euros (+174,89%), relativamente ao apurado em 2017. O forte aumento é justificado pelos proveitos arrecadados com a emissão de alvarás de licença de obras, que, no exercício de 2018, ascenderam a 736 emissões, enquanto que no ano 2017 apenas haviam sido emitidos 355 alvarás de licença.

Os proveitos arrecadados, em 2018, com a **Ocupação da Via Pública** ascenderam a 185 094,41 euros, incrementando em 2,42% comparativamente aos proveitos de 2017. Justifica este incremento o aumento de proveitos resultantes das cobranças efetuadas às empresas, para aplicação de tubos subterrâneos.





A estrutura de proveitos com a **Publicidade**, no exercício de 2018, é muito semelhante à observada em 2017, apresentando apenas um ligeiro incremento (+1,98%). O aumento verificado justifica-se pelo aumento do número de pedidos de campanhas publicitárias em 2018 (N.º pedidos em 2018: 10; N.º de pedidos em 2017: 9).

A rubrica **Outros** apresenta um total de proveitos, em 2018, de 13 328,51 euros, o que reflete um aumento de 12 039,43 euros, relativamente a 2017. Este aumento é justificado pelos proveitos arrecadados com a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP). Nos termos e para efeitos previstos na alínea a) do artigo 106º da Lei n.º 127/2015, de 3 de setembro (alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro), sob proposta da Câmara Municipal de Ovar, datada de 10/11/2017, a Assembleia Municipal de Ovar deliberou na sua reunião de 20/11/2017, aplicar a taxa de 0,25%, em 2018, sobre o total de faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, para todos os clientes finais do respetivo Município.

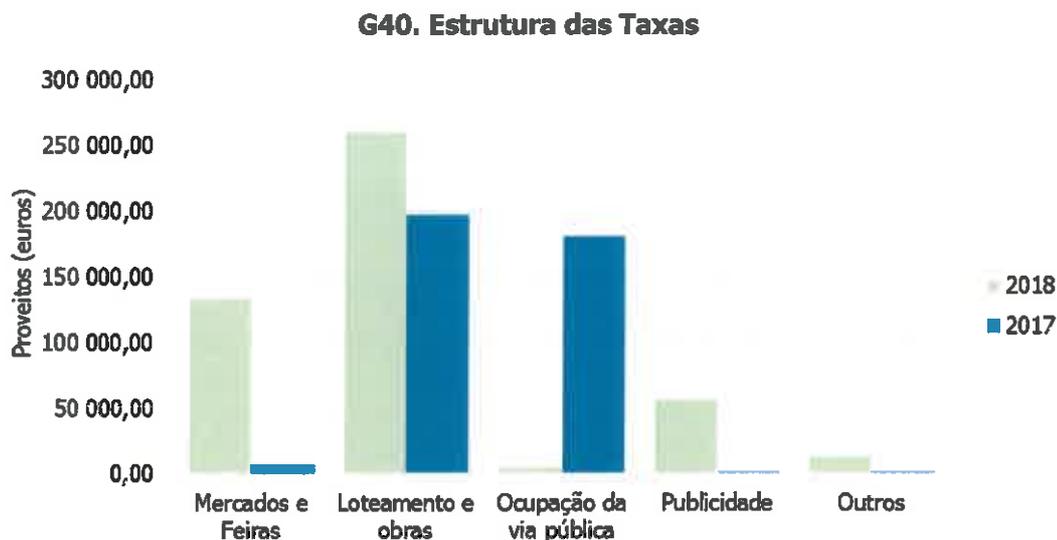
5.2.2.2.2. Taxas

No que compete à estrutura das **Taxas** para 2018, é possível concluir que todos os proveitos associados à rubrica aumentaram, com exceção da rubrica de Ocupação da Via Pública, conforme demonstra o quadro seguinte.

Q45. Proveltos de Taxas

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Taxas						
Mercados e Feiras	133 325,24	29,30	120 766,71	31,53	12 558,53	10,40
Loteamento e Obras	260 083,97	57,15	204 437,12	53,37	55 646,85	27,22
Ocupação da Via Pública	5 181,39	1,14	6 886,01	1,80	-1 704,62	-24,75
Outras Taxas e Licenças	56 492,19	12,41	50 967,09	13,31	5 525,10	10,84
TOTAL	455 082,79	100,00	383 056,93	100,00	72 025,86	23,70





Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Victor'.

Os proveitos associados à rubrica de **Mercados e Feiras** ascenderam, no exercício de 2018, a 133 325,24 euros, o que reflete um aumento de 12 558,53 euros (+10,40%), comparativamente a 2017. Este aumento está associado ao número de operadores do mercado, nomeadamente os pequenos produtores agrícolas e feirantes em geral.

A rubrica de **Loteamentos e Obras** apresenta, no exercício de 2018, um aumento de proveitos de 27,22%, traduzindo-se, em termos absolutos, em 55 646,85 euros, relativamente ao ano de 2017. Este incremento de proveitos está associado ao aumento de volume de receitas arrecadadas com taxas urbanísticas, pagas por particulares, seguindo a tendência de crescimento, que tem vindo a ser observada, do mercado de construção e imobiliário.

Handwritten initials in blue ink.

Os proveitos com a **Ocupação da Via Pública** diminuíram em 2018, comparativamente a 2017, em 24,75%. Em 2018, os proveitos auferidos apenas foram de 5 181,39 euros, justificados pela diminuição de taxas cobradas para licenças de ocupação da via pública, com mesas e cadeiras, nomeadamente face ao atual quadro legal e regulamentar vigente.

A rubrica **Outras Taxas e Licenças** apresenta uma variação positiva no exercício de 2018, comparativamente a 2017. Esta variação traduz-se num aumento de 5 525,10 euros (+10,84%), justificado, essencialmente, pela arrecadação de proveitos com as taxas de secretaria, licenças para espetáculos e divertimentos públicos e licenças de atividade de guarda-noturno.





5.2.2.3. Transferências e Subsídios Obtidos

Os proveitos relacionados com as **Transferências e Subsídios Obtidos** referem-se a transferências a que a Autarquia tem direito por força da Lei das Finanças Locais e em conformidade com os montantes anualmente aprovados e constantes no Orçamento do Estado⁶.

Q46. Transferências e Subsídios Obtidos

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento do Estado	7 969 829,00	92,53	7 879 988,00	93,06	89 841,00	1,14
Serviços e Fundos Autónomos						
Direcção Geral Estabelecimentos Escolares	491 152,89	5,70	359 991,87	4,25	131 161,02	36,43
DGAI - Direcção Geral Administração Interna	0,00	0,00	13 199,29	0,16	-13 199,29	-100,00
ISS - Instituto Segurança Social, IP	37 949,17	0,44	30 923,40	0,37	7 025,77	22,72
IFAP - Inst. Financiamento Agric. e Pescas, IP	13 937,14	0,16	0,00	0,00	13 937,14	
Fundo de Protecção de Recursos Hídricos	10 649,85	0,12	95 848,62	1,13	-85 198,77	-88,89
Universidade de Aveiro	1 594,62	0,02	0,00	0,00	1 594,62	
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	15 852,47	0,18	0,00	0,00	15 852,47	
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	8 782,57	0,10	0,00	0,00	8 782,57	
APA - Agência Portuguesa Ambiente	10 959,95	0,13	0,00	0,00	10 959,95	
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional	52 898,38	0,61	87 712,65	1,04	-34 814,27	-39,69
TOTAL	8 613 606,04	100,00	8 467 663,83	100,00	145 942,21	1,72

Para o exercício de 2018, observa-se um total de proveitos arrecadados que ascende a 8 613 606,04 euros, que se subdividem pelas transferências do Orçamento de Estado e de Serviços e Fundos Autónomos. Comparativamente com o exercício de 2017, assiste-se a um aumento de 145 942,21 euros (+1,72%) dos proveitos arrecadados. Desta forma, apresentam-se, de seguida, algumas notas justificativas para as variações apuradas nas transferências e subsídios obtidos.

A repartição dos recursos públicos entre o Estado e os Municípios, prosseguindo os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical, consubstancia-se nas seguintes formas de participação (n.º 1 do artigo 25.º da RFALEI): 1) Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF); 2) Fundo Social Municipal (FSM) e 3) uma participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS), que se consubstanciam, para o ano 2018,

⁶ Ressalva-se que as transferências destinadas ao financiamento de investimentos específicos e determinadas por lei, por protocolo ou contrato-programa, são registadas na conta 2745 – Subsídios para Investimentos.





no mapa XIX do **Orçamento do Estado**, aprovado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro – Orçamento de Estado para 2018.

Comparativamente ao ano de 2017, as transferências aumentaram em termos absolutos, em 89 841,00 euros, devido ao aumento das transferências relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)⁷ e à Participação Fixa no IRS, visando a promoção da autonomia do poder local. Os proveitos provenientes do Fundo Social Municipal (FSM)⁸ permaneceram inalterados, ascendendo na sua totalidade a 1 045 206,00 euros.

Importa ter presente neste ponto a deliberação dos órgãos executivo e deliberativo do Município de Ovar, que fixaram em 3% da taxa de participação variável no Imposto sobre o rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para o ano de 2017 (cobrada em 2018), dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

Q47. Transferências do Orçamento de Estado

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento do Estado						
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 679 324,00	71,2603	5 649 798,00	71,69805	29 526,00	0,52
Fundo Social Municipal	1 045 206,00	13,11453	1 045 206,00	13,26406	0,00	0,00
Participação Fixa no IRS	1 245 299,00	15,62517	1 184 984,00	15,03789	60 315,00	5,09
TOTAL	7 969 829,00	100,00	7 879 988,00	100,00	89 841,00	1,14

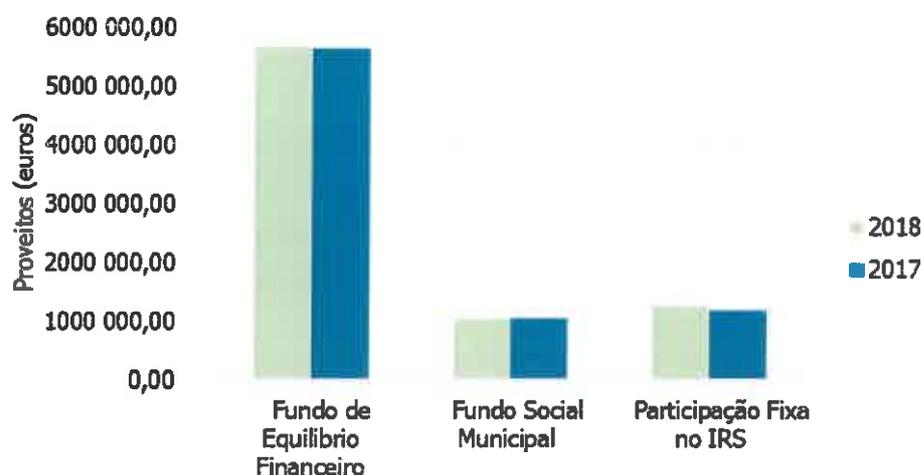
⁷ Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) corresponde a 19,5 % da média aritmética do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC).

⁸ O Fundo Social Municipal (FSM) nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da RFALEI é "(...) uma transferência financeira do Orçamento do Estado consignada ao financiamento de despesas determinadas, relativas a atribuições e competências dos municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na ação social."





G41. Transferências do Orçamento de Estado



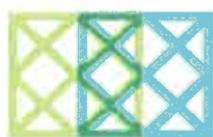
Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Vida' and 'A'.

Os proveitos provenientes da **Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE)** ascenderam, no exercício de 2018, a 491 152,89 euros. Comparativamente com o exercício de 2017, estes proveitos aumentaram em 131 161,02 euros (+36,43%). Os proveitos arrecadados nesta rubrica referem-se: i) a comparticipações relativas ao "Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos Alunos do 1º Ciclo"; ii) ao "Programa Pré-Escolar, Refeições e Prolongamento de Horário, Atividades de Animação a Apoio à Família"; e ao iii) "Apoio ao Pré-Escolar Funcionárias – Assistentes Operacionais" do ano letivo 2017/2018. Nesta rubrica, e uma vez que as transferências reportam a anos letivos e não a anos económicos, aliada ao facto de não existir uma periodicidade fixa nas transferências, não existe um termo linear que permita efetuar uma análise idónea à variação de proveitos apresentada.

Handwritten initials 'A' and 'Bl' in blue ink.

As transferências efetuadas pelo **Instituto da Segurança Social, IP**, em 2018, no montante de 37 949,17 euros, refletem um aumento de 7 025,77 euros (+22,72%). Estes proveitos referem-se à transferência do primeiro e segundo semestre do ano 2018, que se destinam à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Ovar (CPCJ), para os fins sociais dessa instituição, e a uma tranche relativa a projetos PEPAL. De ressaltar que, o aumento de proveitos observado se justifica pelo facto de, no ano 2017, apenas se ter verificado a transferência de proveitos destinados à CPCJ, de apenas um semestre.

As transferências do **IFAP – Instituto Financiamento Agricultura e Pescas, I.P.** ascenderam ao montante de 13 937,14 euros, no ano 2018. Estes proveitos referem-se ao Fundo Florestal Permanente – nomeadamente, ao apoio aos gabinetes técnicos florestais.





No exercício de 2018, foram auferidos proveitos no montante de 10 649,85 euros, transferidos pelo **Fundo de Proteção de Recursos Hídricos**, que correspondem à comparticipação de 10% do total dos custos assumidos pelo Município de Ovar, nas intervenções de emergência no Concelho de Ovar, ao nível da reposição de areia no dique provisório da Barrinha de Esmoriz. No exercício de 2017, a transferência efetuada correspondeu a 90%, do total dos custos assumidos pelo Município de Ovar, nas mesmas intervenções, o que justifica a diminuição do proveito, em 2018.

A **Universidade de Aveiro** transferiu, no exercício de 2018, um montante de 1 594,62 euros, relativo ao "Projeto Azulejar PTDC/ECM/101000/2008".

As transferências da **CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro**, no montante de 15 852,47 euros, referem-se a projetos com comparticipação camarária, nomeadamente os projetos "Cartografia 10K" e "PIMTRA".

A **Agência para o Desenvolvimento e Coesão I.P.** transferiu para o Município de Ovar um montante de 8 782,57 euros, relativo à operação Centro-07-2114-FEDER-000014 - "Programação Cultural em Rede da Região de Aveiro".

O montante de proveitos transferido pela **Agência Portuguesa do Ambiente (APA)** ascendeu a 10 959,95 euros. Este montante refere-se a proveitos oriundos das taxas de gestão de resíduos sólidos.

Comparativamente com o exercício de 2017, as transferências do **Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)** diminuíram, em 2018, em 34 814,27 euros. Este facto é justificado pela maior contratação de projetos de Contratos de Emprego Inserção+, cuja comparticipação do IEFP, entregue ao Município de Ovar, é menor do que a comparticipação dos projetos de Contratos de Emprego Inserção. De salientar que, em 2018, foram admitidas menos pessoas ao abrigo de cada projeto CEI+ contribuindo, também, para a diminuição das transferências do IEFP.





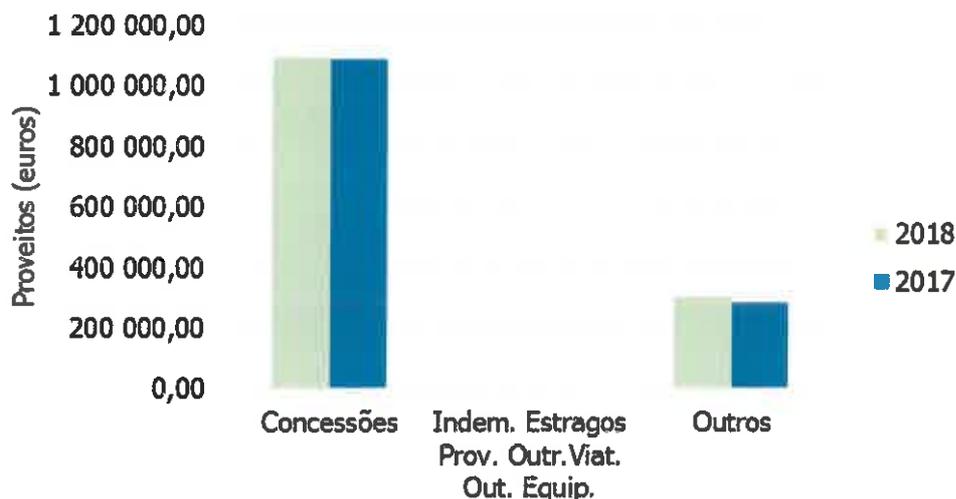
5.2.2.4. Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

A classe de **Outros Proveitos e Ganhos Operacionais** regista, no exercício de 2018, um total de proveitos de 1 403 584,18 euros, traduzindo-se num aumento de 31 345,52 euros (+2,28%), relativamente a 2017.

Q48. Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

Designação	2018		2017		Variação 2018/ 2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Concessões	1 097 901,81	78,22	1 087 077,08	79,22	10 824,73	1,00
Indem. Estragos Prov. Outr.Viat. Out. Equip.	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00	-
Outros	305 622,37	21,77	285 161,58	20,78	20 460,79	7,18
TOTAL	1 403 584,18	100,00	1 372 238,66	100,00	31 345,52	2,28

G42. Outros Proveitos e Ganhos Operacionais



Apresentam-se, de seguida, algumas notas justificativas para as variações apresentadas, nas rubricas que compõe os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais.





A rubrica de **Concessões** reflete um montante de proveitos de 1 097 901,81 euros em 2018, indicando um aumento de 10 824,73 euros (+1,00%), quando comparado com o exercício de 2017. Estes proveitos resultam da renda trimestral, paga pela EDP – Serviço Universal, S.A. ao Município de Ovar, em virtude da concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. O aumento de proveitos em 2018, está assim associado à atualização da renda para um valor superior ao do exercício de 2017, calculada nos termos do anexo II do Decreto-Lei nº 230/2008, de 27 de novembro, a qual prevê que se tenha em consideração a variação do Índice de Preços do Consumidor (IPC), com exclusão da habitação, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), ponderado por um fator aplicativo à variação do consumo de energia em baixa tensão (BT), ambos com base nos dados relativos ao ano anterior àquele em que ocorre o pagamento da renda.

Em 2018, auferiram-se proveitos na rubrica **Indemnização por Estragos Provenientes de Outrem em Viaturas ou Outros Equipamentos da Autarquia Local**, no montante de 60,00 euros, relativos a indemnização por estragos verificados em material cedido, temporariamente pelo Município, a terceiros.

Os proveitos associados à rubrica **Outros**, no exercício de 2018, aumentaram 20 460,79 euros (+7,18%), comparativamente com o ano de 2017. Os incrementos nesta rubrica são justificados: i) pelo aumento de proveitos provenientes da AMA, dos quais resulta uma evolução do número de pedidos de licenciamento industrial; ii) pelos proveitos transferidos pela Direção-Geral de Alimentação Veterinária, resultantes da candidatura para apoio financeiro à esterilização de cães e gatos de companhia -- proveitos transferidos posteriormente, à Associação Protetora dos Animais de Ovar (APADO); iii) pelo aumento de proveitos resultantes da aplicação de penalidades contratuais.

Importante ressaltar, nesta rubrica, o diferimento dos proveitos resultantes dos contratos celebrados com as empresas Águas da Região de Aveiro, S.A. (AdRA) e Águas de Portugal, S.A. (AdP).





5.2.2.5. Proveitos e Ganhos Financeiros

Os **Proveitos e Ganhos Financeiros**, no exercício de 2018, ascenderam a 255 334,16 euros, sendo a rubrica de Rendimentos em Imóveis a que mais contribui para a totalidade destes proveitos, com um peso de 50,27%.

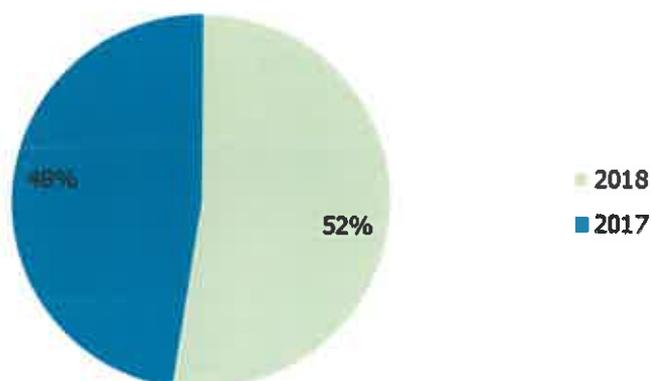
Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Vicky' and 'h'.

Q49. Proveitos e Ganhos Financeiros

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Juros Obtidos	4 174,25	1,63	14 933,02	6,42	-10 758,77	-72,05
Ganhos em Entidades Participadas	122 798,96	48,09	84 231,58	36,23	38 567,38	45,79
Rendimentos de Imóveis	128 360,95	50,27	132 174,07	56,85	-3 813,12	-2,88
Rendimentos de Participação de Capital	0,00	0,00	1 165,52	0,50	-1 165,52	-100,00
TOTAL	255 334,16	100,00	232 504,19	100,00	22 829,97	9,82

(euros)

G43. Proveitos e Ganhos Financeiros



Handwritten initials in blue ink, including 'A', '3e', and 'h'.

Os proveitos e ganhos financeiros sofreram um aumento de 22 829,97 euros (+9,82%), em 2018, relativamente a 2017, justificado, essencialmente, pelo aumento de proveitos verificado na rubrica Ganhos em Entidades Participadas. De seguida, são apresentadas algumas notas justificativas para as referidas variações.





A rubrica de **Juros Obtidos** registou, em 2018, um total de proveitos de 4 174,25 euros. Comparativamente ao exercício de 2017, constata-se um decréscimo de proveitos de 10 758,77 euros (-72,05%), justificado pela diminuição dos saldos médios nas contas bancárias e de depósitos a prazo.

Os **Ganhos em Entidades Participadas** registaram um total de proveitos, em 2018, de 122 798,96 euros. O aumento significativo de proveitos na rubrica, quando comparado com o exercício de 2017, resulta, essencialmente, do facto de, em 2018, terem sido distribuídos dividendos das entidades Águas da Região de Aveiro, S.A. (AdRA), Águas de Portugal, S.A. (AdP) e Lusitaniagás – Companhia do Gás do Centro, S.A., decorrentes da participação financeira detida pelo Município de Ovar, enquanto, no exercício de 2017, apenas haviam sido distribuídos dividendos da entidade AdRA.

Q50. Ganhos em Entidades Participadas

(euros)

Entidade		Dividendos		Variação 2018/2017	
Denominação	N.I.P.C.	2018	2017	Valor	%
Lusitaniagás-Companhia de Gás do Centro, S.A.	502761024	1 915,86	0,00	1 915,86	-
Águas de Portugal - SGPS, S.A.	503093742	34 995,61	0,00	34 995,61	-
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509107630	85 887,49	84 231,58	1 655,91	1,97
TOTAL		122 798,96	84 231,58	38 567,38	45,79

A rubrica de **Rendimento de Imóveis** é composta por diversas componentes, nomeadamente rendas de terrenos, rendas de habitações (habitações sociais), rendas de edifícios e outras rendas, conforme ilustra o quadro abaixo. No exercício de 2018, os proveitos desta rubrica ascenderam a 128 360,95 euros, traduzindo-se num decréscimo, quando comparado com o ano 2017, de 3 813,12 euros (-2,88%). Este decréscimo é justificado pela diminuição de proveitos nas rubricas de Rendas de Terrenos (-19,17%) e Rendas de Habitações (-4,36%).

Q51. Rendimentos de Imóveis

(euros)

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Rendimentos de Imóveis						
Rendas de Terrenos	2 644,58	2,06	3 271,68	2,48	-627,10	-19,17
Rendas Habitações	91 860,15	71,56	96 049,67	72,67	-4 189,52	-4,36
Rendas Edifícios	31 911,30	24,86	31 702,72	23,99	208,58	0,66
Rendas Outras	1 944,92	1,52	1 150,00	0,87	794,92	69,12
TOTAL	128 360,95	100,00	132 174,07	100,00	-3 813,12	-2,88





A rubrica de **rendas de terrenos** engloba os proveitos resultantes dos contratos de constituição de direito de superfície, entre a Câmara Municipal de Ovar e terceiros. A diminuição de proveitos de 627,10 euros resulta do facto de, em 2017, a rubrica contemplar mais uma anuidade de renda do que em 2018.

As **rendas de habitações** é a componente que mais contribui para a estrutura de proveitos de rendimentos em imóveis, ascendendo, em 2018, a 91 860,15 euros. Esta rubrica reflete um decréscimo de 4 189,52 euros (-4,36%) em 2018, comparativamente a 2017, devido à revisão do valor de renda em regime de arrendamento apoiado ao abrigo da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, alterada pela Lei n.º 32/2016, de 24 de agosto, de alguns fogos de habitação social que traduziu uma diminuição do valor da renda, por alterações na composição do agregado familiar e condição económica.

As rubricas de **rendas de edifícios** e **outras rendas** apresentam uma variação positiva de 0,66% e 69,12% respetivamente, em 2018 e comparativamente a 2017. As **rendas de edifícios** contemplam as rendas das lojas, quiosques, bares, cafés e demais edifícios. O acréscimo na rubrica é justificado pela renda do edifício da OvarForma (EProfCor - Escola Profissional de Cortegaça), que começou a ser cobrada no exercício de 2018. As **outras rendas** englobam os proveitos com a Incubadora de Empresas da Região de Aveiro (IERA)⁹, que resultam dos pedidos de auxílio por parte de futuros empreendedores, que têm o propósito de criar as condições para o início da implementação e da operacionalização de determinados projetos. O aumento desta rubrica em 69,12%, em 2018, comparativamente a 2017, resulta do aumento do número de candidaturas ao Programa de Incubação.

⁹ "A Incubadora de Empresas da Região de Aveiro (IERA) é um desafio estratégico assumido pelos Municípios da Região de Aveiro, a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA), a Associação Industrial do Distrito de Aveiro (AIDA) e a Universidade de Aveiro (UA), com o objetivo de potenciar economicamente as estratégias territoriais de promoção e de desenvolvimento do empreendedorismo e da inovação social, através de ações diferenciadoras e qualificadoras, de espaços (polos) e de serviços de apoio à incubação de ideias de negócio e de empresas. (...)" (Fonte: <http://www.iera.pt/conceito/>)





5.2.2.6. Proveitos e Ganhos Extraordinários

Os **Proveitos e Ganhos Extraordinários** registam, para o ano de 2018, um montante de proveitos de 1 511 175,86 euros, sendo a componente de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários aquela que possui um maior peso (89,14%) na estrutura global.

Q52. Proveitos e Ganhos Extraordinários

Designação	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ganhos na Alienação de Imobilizações	114 195,26	7,56	103 795,61	5,52	10 399,65	10,02
Benefícios de Penalidades Contratuais						
Multas e Penalidades Diversas	5 853,82	0,39	682,99	0,04	5 170,83	757,09
Juros de Mora	14 650,43	0,97	14 459,65	0,77	190,78	1,32
Juros Compensatórios	5 472,70	0,36	2 558,51	0,14	2 914,19	113,90
Coimas e Penalidades por Contra-Ordenações	11 890,33	0,79	16 327,98	0,87	-4 437,65	-27,18
Reduções de Amortizações e Provisões						
Provisões	0,00	0,00	368 696,87	19,60	-368 696,87	-100,00
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	12 084,79	0,80	7 394,66	0,39	4 690,13	63,43
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 347 028,53	89,14	1 367 503,36	72,68	-20 474,83	-1,50
TOTAL	1 511 175,86	100,00	1 881 419,63	100,00	-370 243,77	-19,68

No ano de 2018, os Proveitos e Ganhos Extraordinários expressam uma diminuição, comparativamente ao exercício de 2017, de 370 243,77 euros (-19,68%). Contribui para esse facto a diminuição de proveitos nas rubricas Coimas e Penalidades por Contraordenações (-27,18%), Reduções de Provisões (-100,00%) e Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários (-1,50%).





G44. Proveitos e Ganhos Extraordinários



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'SM', 'J. Silva', 'L.', 'S.', 'A.', and 'D.'.

Os **Ganhos na Alienação de Imobilizações** registam ganhos provenientes da alienação de imobilizações, sendo as respetivas subcontas creditadas pelo produto de venda, pela indemnização ou pelo valor atribuído à saída e, ainda, pelas amortizações respetivas e debitadas pelos custos correspondentes. No ano de 2018, o montante de proveitos nesta rubrica, de 114 195,26 euros, está associado à venda de imóveis, nomeadamente, os lotes n.ºs 13, 16, 20, 22 e 27 do Loteamento Municipal do Barreiro.

Handwritten initials in blue ink, including 'A', 'ZL', and 'h'.

A rubrica **Multas e Penalidades Diversas** apresenta um total de proveitos, em 2018, de 5 853,82 euros, refletindo um aumento, comparativamente ao ano de 2017, de 5 170,83 euros. Este facto é justificado pelo incremento de proveitos, provenientes de indemnizações recebidas pelo Município de Ovar, em 2018, resultantes de incapacidades temporárias absolutas (ITA), e da aplicação de multas ao ICNF, das infrações no âmbito da regulamentação legal das ações de arborização e rearborização.

No exercício de 2018, os **Juros de Mora** ascendem, na sua totalidade, a 14 650,43 euros. Assiste-se, assim, a um ligeiro aumento de 190,78 euros (+1,32%), comparativamente com o ano 2017. Esta rubrica contempla proveitos procedentes dos juros de mora do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Único de Circulação (IUC). Tendo isto em consideração, pode afirmar-se que o ligeiro crescimento na rubrica é justificado pelo facto de, no





exercício de 2018, se ter auferido um montante elevado de proveitos de juros de mora de IMT e IUC, do que no exercício de 2017.

Os proveitos de **Juros Compensatórios** provêm de juros da cobrança coerciva de valores relacionados com o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e Imposto Único de Circulação (IUC). No exercício de 2018 estes proveitos ascenderam a 5 472,70 euros, traduzindo-se num aumento, em termos absolutos, de 2 914,19 euros, facto justificado pelo aumento generalizado dos juros cobrados coercivamente de valores de IMI, IMT e IUC.

As **Coimas e Penalidades por Contraordenações** apresentam um total de proveitos, no exercício de 2018, de 11 890,33 euros. Os proveitos da rubrica referem-se a processos de contraordenações por falta de gestão de combustíveis, falta de licenças de utilização de habitação, realização de obras sem licença, ocupação de via pública indevida, colocação de publicidade sem prévio pedido de licença, entre outros. Estes proveitos reduziram face ao ano 2017, em 4 437,65 euros (-27,18%) devido ao facto de, em 2018, as cobranças de multas efetuadas serem de montante inferior às de 2017, em consequência do número cobrado (2018: 64 coimas; 2017: 80 coimas).

A rubrica de **Correções Relativas a Exercícios Anteriores** regista correções favoráveis derivadas de erros ou omissões relacionadas com exercícios anteriores. Para o exercício de 2018, foi registado um montante de proveitos de 12 084,79 euros, que, quando comparado com o ano de 2017, revela um aumento de 4 690,13 euros (+63,43%), justificado pelo número de reposições não abatidas nos pagamentos efetuadas.

A rubrica de **Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários** regista proveitos associados: i) às imputações a título de proveitos dos subsídios ao investimento, na proporção das respetivas taxas de amortização, em conformidade com o princípio da especialização do exercício¹⁰; ii) ao acionamento de garantias e; iii) outros proveitos extraordinários. No ano de 2018, a rubrica teve uma diminuição de 20 474,83 euros (-1,50%), comparativamente ao período homólogo.

¹⁰ De acordo com a alínea d) do ponto 3.2 do POCAL, o Princípio da Especialização refere-se aos proveitos e aos custos que são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.





Q53. Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários

Designação	(euros)					
	2018		2017		Variação 2018/2017	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários						
Transferências de Capital	1 020 740,06	75,78	1 030 938,07	75,39	-10 198,01	-0,99
Acionamento de Garantias	3 000,00	0,22	285 183,66	20,85	-282 183,66	-98,95
Outros	323 288,47	24,00	51 381,63	3,76	271 906,84	529,19
TOTAL	1 347 028,53	100,00	1 367 503,36	100,00	-20 474,83	-1,50

Pelo quadro anterior, verifica-se que as **transferências de capital** diminuíram, em 2018, em 0,99%, comparativamente ao exercício de 2017, devido à redução dos proveitos dos subsídios ao investimento, na proporção das respetivas taxas de amortização.

A rubrica de **acionamento de garantias** reflete uma diminuição de proveitos, em 2018, de 282 183,66 euros (-98,95%), comparativamente a 2017. No exercício de 2018 apenas foi acionada uma caução no montante de 3 000,00 euros, relativa um contrato de cessão de exploração do "Pé de Vento", enquanto, no ano 2017, foi acionada uma garantia bancária de montante superior, 285 183,66 euros relativa à empreitada de obras públicas "Construção do Centro Escolar dos Combatentes". Estas cauções são acionadas em virtude do não cumprimento de obrigações contratuais, estabelecidas com o Município de Ovar, no âmbito de contratos de aquisição de serviços ou empreitadas de obras públicas.

Os **outros proveitos extraordinários** registam um montante de 323 288,43 euros, em 2018. Esta classificação contempla, na sua generalidade, as revisões de preços definitivas das empreitadas de obras públicas. No entanto, justifica o aumento verificado na rubrica, de 271 906,84 euros, comparativamente a 2017, o proveito arrecadado com o reembolso da Comunidade Intermunicipal dos Municípios da Região de Aveiro (CIRA), no montante de 137 775,89 euros, referente a um encontro de contas referente ao projeto PÓLIS RIA DE AVEIRO.





Mapas do Balanço e Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL	ATIVO	Exercício			
		2018		2017	
		AE	AP	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público:				
451	Terenos e recursos naturais	7 929 314,56		7 929 314,55	7 749 718,13
452	Edifícios	26 694,52	12 001,84	14 692,68	17 005,74
453	Outras construções e infra-estruturas	106 698 065,45	43 919 617,71	62 778 447,74	66 650 670,84
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	824 248,67	70 517,10	753 731,57	760 518,65
459	Outros bens de domínio público	14 1765,18	22 579,99	119 185,19	122 166,77
445	Imobilizações em curso de domínio público	1723 648,56		1723 648,56	4 160 986,89
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		17 343 736,93	44 024 716,64	73 319 020,29	79 461 066,82
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	498 809,70	470 607,29	28 202,41	56 879,79
433	Propriedade Industrial e outros direitos	97 550,78	97 550,78	0,00	0,00
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas				0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				0,00
		596 360,48	568 158,07	28 202,41	56 879,79
	Imobilizações corpóreas				
421	Terenos e recursos naturais	16 521 795,39		16 521 795,39	16 654 238,72
422	Edifícios e outras construções	63 185 917,12	9 279 935,55	53 905 991,57	50 582 987,48
423	Equipamento básico	2 814 124,73	2 452 257,12	3 018 671,61	4 671 973,24
424	Equipamento de transporte	1 523 316,65	1 160 784,86	3 621 531,79	2 054 419,96
425	Ferramentas e utensílios	568 643,76	539 225,81	2 913 317,95	44 458,11
426	Equipamento administrativo	4 168 139,81	3 606 526,06	5 616 613,75	6 580 022,30
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	2 879 781,74	3 12 724,32	2 567 057,42	2 587 489,54
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	458 042,75		458 042,75	3 338 307,46
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		92 119 661,95	17 351 453,72	74 768 208,23	74 538 896,81
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	2 287 055,00		2 287 055,00	2 287 055,00
412	Obrigações e títulos de participação	926 019,00		926 019,00	1 440 474,39
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	0,00			
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		3 213 074,00		3 213 074,00	3 727 529,39
	Circulante:				
	Existências				
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	99 685,21		99 685,21	95 607,97
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias				
37	Adiantamentos por conta de compras				
		99 685,21		99 685,21	95 607,97
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes, c/c	1 088,55		1 088,55	917,00
212	Contribuintes, c/c	14 950,56		14 950,56	6 886,62
213	Utentes, c/c	290 117,19		290 117,19	179 877,35
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	342 670,80	338 757,89	3 912,91	2 820,80
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamento a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	114 15,85		114 15,85	
264	Administração autárquica				
204 + 203 + 267 + 260	Outros devedores	174 611,98		174 611,98	99 994,78
		834 854,93	338 757,89	496 097,04	290 496,75
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos da dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	5 897 715,02		5 897 715,02	5 180 996,58
11	Caixa	146,33		146,33	1 035,61
		5 898 861,35		5 898 861,35	5 182 032,19
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos e provelhos	158 216,18		158 216,18	96 071,66
272	Custos diferidos	19 204,27		19 204,27	39 113,76
		177 420,45		177 420,45	135 185,42
	Total de amortizações.....		61 944 328,43		
	Total de provisões.....		338 757,89		
	Total do ativo.....	220 283 655,30	62 283 086,32	158 000 568,98	163 467 695,14

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Victor', 'A', and 'B'.





Código das Contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercício	
		2018	2017
	Fundo próprio		
51	Património	47 844 362,90	47 844 362,90
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	2 294 649,35	2 294 649,35
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres	2 162 410,71	2 162 410,71
575	Subsídios	1 216 926,43	913 515,40
576	Doações	388 987,74	388 987,74
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	-7 659 478,89	-7 659 478,89
59	Resultados transitados	78 508 716,83	83 851 009,88
88	Resultado líquido do exercício	-3 657 349,97	-5 851 738,96
		121 099 225,10	123 943 718,13
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	134 431,51	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	831 450,72	1 033 481,72
268126	Fundo de Apoio Municipal	51 445,50	617 346,39
		882 896,22	1 650 828,11
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Dívidas a instituições de crédito	201 938,38	291 976,84
268126	Fundo de Apoio Municipal	102 891,00	205 782,00
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	0,00	568 512,77
228	Fornecedores - Faturas em recepção e conferência	152 280,35	202 814,63
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
214/219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 904,91	880,96
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	19 445,79
2618	Fornecedores de imobilizado - Faturas em rec conf.	42 541,41	27 268,82
24	Estado e outros entes públicos	103 442,49	105 032,85
264	Administração autárquica		
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	3 440 216,75	3 721 883,87
		4 045 215,29	5 143 598,53
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	2 072 762,73	1 569 086,35
274	Proveitos diferidos	29 766 038,13	31 160 464,02
		31 838 800,86	32 729 550,37
	Total dos fundos próprios e do passivo.....	158 000 568,98	163 467 695,14

Orgão Executivo

Em.....de.....de.....

Orgão Deliberativo

Em 17 de 4 de 2019

Pedro Dias da Cruz





(euros)

Custos e Perdas		Exercício			
		2018		2017	
61	Custo das merc. vend. e das mat. cons. Mercadorias				
	Matérias	95 376,60	95 376,60	116 206,58	116 206,58
62	Fornecimentos e serviços externos	9 707 168,96		9 486 760,20	
	Custos com o pessoal :				
641+642	Remunerações	5 977 349,47		5 834 503,29	
643 a 648	Encargos Sociais:	1 656 247,24	17 340 765,67	1 684 025,36	17 005 288,85
63	Transferências correntes e prestações sociais	3 441 180,49	3 441 180,49	3 509 507,40	3 509 507,40
66	Amortizações do imob. corp. e Incorp.	10 041 386,76		10 199 309,23	
67	Provisões do exercício	136 534,40	10 177 921,16	22 281,35	10 221 590,58
65	Outros custos operacionais	88 359,86	88 359,86	102 614,86	102 614,86
	(A)		31 143 603,78		30 955 208,27
68	Custos e perdas financeiras	13 001,53	13 001,53	10 326,87	10 326,87
	(C)		31 156 605,31		30 965 535,14
69	Custos e perdas extraordinários	1 275 919,29	1 275 919,29	2 318 993,99	2 318 993,99
	(E)		32 432 524,60		33 284 529,13
88	Resultado líquido do exercício		-3 657 349,97		-5 851 738,96
			28 775 174,63		27 432 790,17
Proveitos e Ganhos					
71	Vendas e prestação de serviços				
7111	Vendas de mercadorias				
7112+7113	Vendas de produtos	8 281,96		1 304,01	
712	Prestações de serviços	2 723 557,74	2 731 839,70	2 135 188,87	2 136 492,88
72	Impostos e taxas	14 259 634,69		13 342 470,98	
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:	8 613 606,04		8 467 663,83	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1 403 584,18	24 276 824,91	1 372 238,66	23 182 373,47
	(B)		27 008 664,61		25 318 866,35
78	Proveitos e ganhos financeiros	255 334,16	255 334,16	232 504,19	232 504,19
	(D)		27 263 998,77		25 551 370,54
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1 511 175,86	1 511 175,86	1 881 419,63	1 881 419,63
	(F)				
			28 775 174,63		27 432 790,17

RESUMO :

Resultados Operacionais: (B) - (A)	-4 134 939,17	-5 636 341,92
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	242 332,63	222 177,32
Resultados Correntes: (D) - (C)	-3 892 606,54	-5 414 164,60
Resultados Líquido do Exercício: (F) - (E)	-3 657 349,97	-5 851 738,96

Orgão Executivo

Em.....de.....de.....

Orgão Deliberativo

Em..17..de..4..de..2019

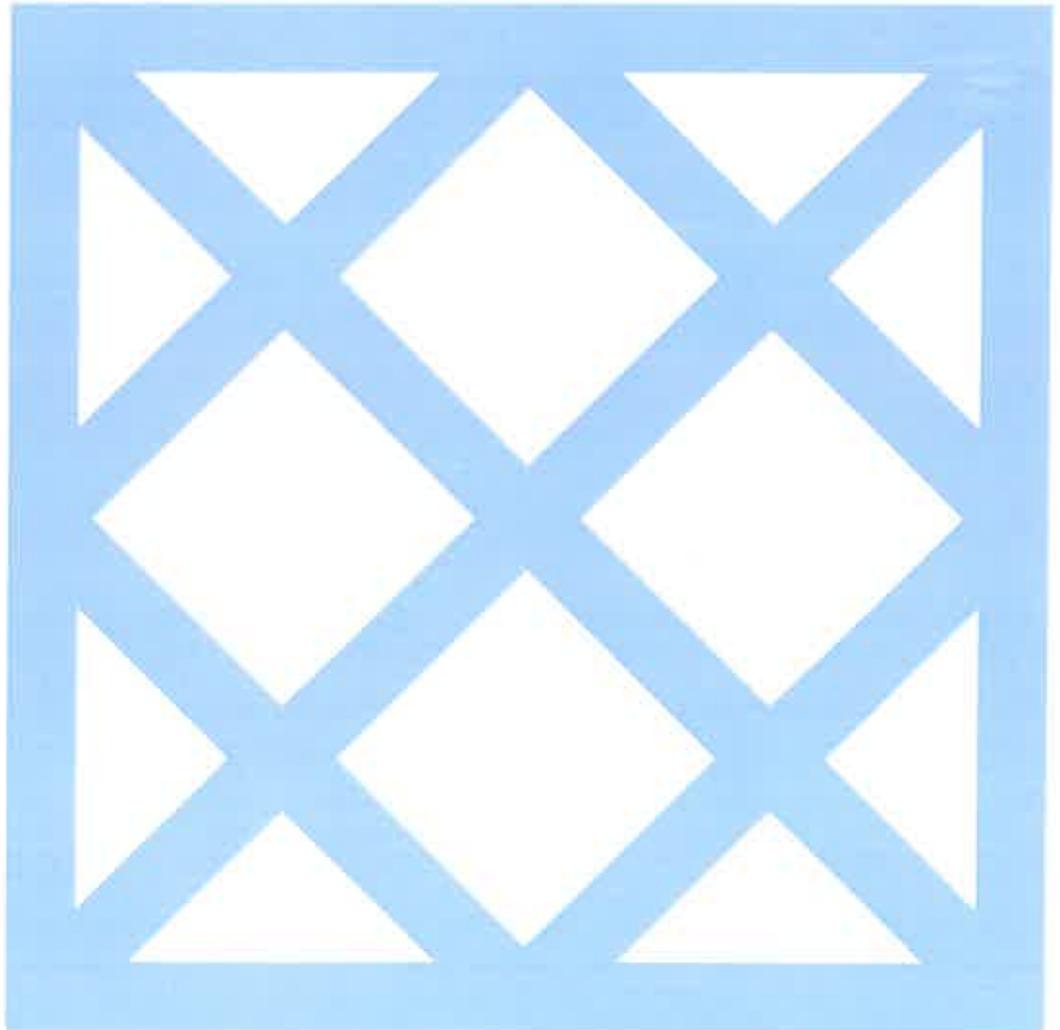
Pedro Braga da Cruz



Movimentos Financeiros

54
L
Vários

h
D
P



h
D
P



6. Movimentos Financeiros

6.1. Fluxos de Caixa

Os **Fluxos de Caixa** refletem, de forma discriminada, as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

O Município de Ovar iniciou o exercício de 2018 com um saldo de gerência de 5 162 032,19 euros, decompondo-se em operações orçamentais no montante de 3 597 152,14 euros e operações de tesouraria no montante de 1 564 880,05 euros.

Os **recebimentos**, no ano de 2018, ascenderam a 29 477 990,55 euros, subdivididos em:

- 🌀 operações orçamentais, no montante de 27 653 266,68 euros dos quais, 26 371 754,24 euros de receitas correntes, 1 269 427,65 euros de receitas de capital e 12 084,79 euros de outras receitas,
- 🌀 operações de tesouraria, no montante de 1 824 723,87 euros.

Os **pagamentos**, por sua vez, ascenderam no ano 2018, a 28 741 161,39 euros, subdivididos em:

operações orçamentais - no montante total de 26 640 144,94 euros dos quais, 21 536 038,37 euros de despesas correntes e 5 104 106,57 euros de despesas de capital;

operações de tesouraria, no montante de 2 101 016,45 euros.

Q54. Fluxos de Caixa

(euros)

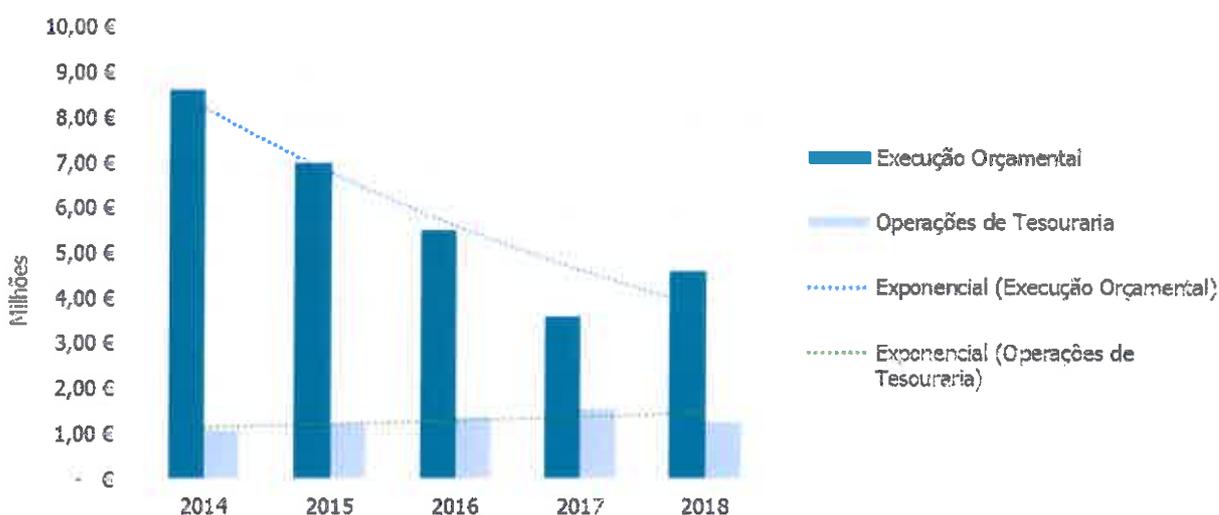
Designação	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria	Total
Saldo da Gerência Anterior (Ano 2017)	3 597 152,14	1 564 880,05	5 162 032,19
Recebimentos (Ano 2018)	27 653 266,68	1 824 723,87	29 477 990,55
Pagamentos (Ano 2018)	26 640 144,94	2 101 016,45	28 741 161,39
Saldo para a Gerência Seguinte	4 610 273,88	1 288 587,47	5 898 861,35





A adição dos recebimentos do ano 2018 ao saldo da gerência anterior, deduzidos dos pagamentos do exercício, perfaz um **saldo para a gerência seguinte**, que ascende a 5 898 861,35 euros, sendo 4 610 273,88 euros de operações orçamentais e 1 288 587,47 euros de operações de tesouraria.

G45. Saldo de Gerência – Evolução da Execução Orçamental e Operações de Tesouraria



Conforme estabelecido nos pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL, os saldos de gerência, cujo apuramento resulta dos documentos de prestação de contas, são incorporados no orçamento das gerências subsequentes à sua aprovação, para ocorrer ao aumento global da despesa orçada, circunstância que implica a elaboração de uma revisão orçamental.

6.2. Saldo da Gerência de Operações Orçamentais

O quadro abaixo apresenta o cálculo do **Saldo Real do Exercício** de 2018, do Município de Ovar. Este indicador que inclui, também, os encargos não pagos no exercício, ascende a 1 606 123,21 euros. O **Saldo do Exercício** de operações orçamentais ascendeu, no ano 2018, a 1 013 121,74 euros.

De ressaltar que o **Saldo da Gerência de Operações Orçamentais** aumentou no ano 2018, comparativamente ao ano 2017, em 1 013 121,74 euros.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Vitter', 'A', '32', and 'm'.

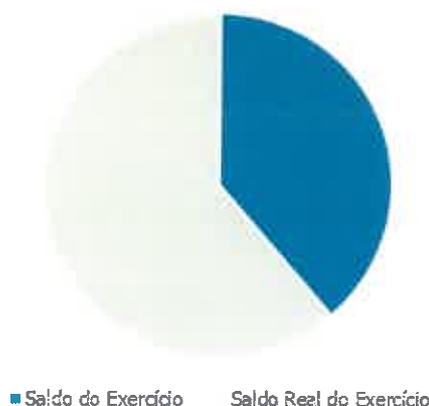


Q55. Saldo da Gerência de Operações Orçamentais

Designação	(euros)		
	2018	2017	Variação 2018/2017
Saldo Inicial de Gerência	3 597 152,14	5 507 781,54	-1 910 629,40
Receitas Correntes Brutas	26 371 754,24	24 966 110,08	1 405 644,16
Receitas de Capital	1 269 427,65	3 484 173,47	-2 214 745,82
Receitas Outras	12 084,79	7 394,66	4 690,13
Receitas Totais	27 653 266,68	28 457 678,21	-804 411,53
Despesas Correntes	21 536 038,37	20 422 121,29	1 113 917,08
Despesas de Capital	5 104 106,57	9 946 186,32	-4 842 079,75
Despesas Totais	26 640 144,94	30 368 307,61	-3 728 162,67
Saldo Corrente	4 835 715,87	4 543 988,79	291 727,08
Receitas Correntes - Despesas Correntes			
Saldo de Capital	-3 834 678,92	-6 462 012,85	2 627 333,93
Receitas de Capital - Despesas de capital			
Saldo do Exercício	1 013 121,74	-1 910 629,40	2 923 751,14
Saldo Corrente + Saldo de Capital + Receitas Outras			
Encargos não pagos*	0,00	593 001,47	-593 001,47
Encargos transitados de anos anteriores	593 001,47	337 211,75	255 789,72
Saldo Real do Exercício	1 606 123,21	-2 166 419,12	3 772 542,33
Saldo do exercício - Encargos não pagos + Encargos transitados de anos anteriores			
Saldo da Gerência	4 610 273,88	3 597 152,14	1 013 121,74
Saldo Inicial da Gerência + Saldo do exercício			

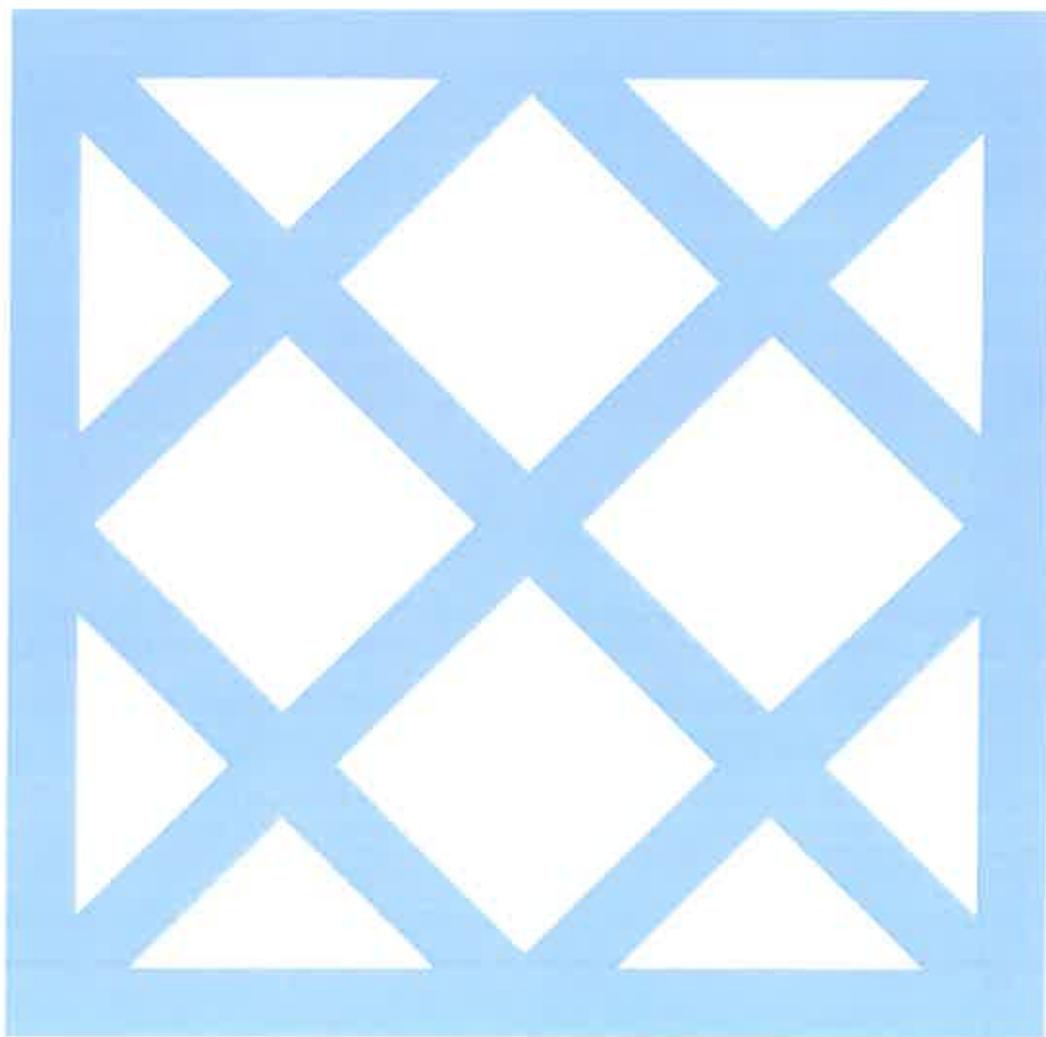
* Corresponde à diferença entre o valor facturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

G46. Saldo do Exercício vs Saldo Real do Exercício de Operações Orçamentais



Dívida Total do Município

64
K
J
Victor
J
S.
J.



A
B
L



7. Endividamento

O presente capítulo é dedicado à temática do endividamento municipal, podendo o mesmo ser entendido em sentido estrito – delimitado à avaliação do endividamento do Município, com base no seu balanço, ou em sentido lato, considerando a influência das entidades participadas.

Em conformidade com o n.º 2 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a **dívida total de operações orçamentais** do Município *"engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais"*.

No que diz respeito ao **limite da dívida**, o n.º 1 do mesmo artigo impõe que *"A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores"*.

Acresce, ainda, do n.º 3 do referido artigo que *"Sempre que um município: a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III; b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios"*.

Neste sentido, para efeitos de **apuramento do montante da dívida total** relevante para o limite de cada Município, são, então, incluídas as seguintes entidades, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da referida Lei:

- i. Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- ii. As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento;





- iii. As empresas locais e participadas, de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelo setor empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs. 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º daquela lei;
- iv. As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município;
- v. As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do Município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir dos Municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (art.º 61.º).

Nos quadros seguintes são apresentadas as entidades participadas pelo Município de Ovar e respetiva situação face à dívida total deste Município, em 31 de dezembro de 2018:

Q56. Participação da Câmara em Entidades Societárias

(euros)

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação inicial			Inclusão no limite da Dívida Total	
Denominação	N.L.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado		
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503 537 624	S.A.	36001	20 902 500	190 375,00	0,910	190 375,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Lusitanlagás-Companhia de Gás do Centro, S.A.	502 761 024	S.A.	35220	20 500 000	4 850,00	0,024	4 850,00	Sim	Se apresentarem resultado líquido antes de impostos negativo, na proporção da participação social do município
Águas do Centro Litoral, S.A.	513 606 181	S.A.	37002	39 974 968	642 155,00	1,61	642 155,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
ADRA - Águas da Região de Avelro, S.A.	509 107 630	S.A.	36002	17 500 000	1 449 175,00	8,28	1 449 175,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Caba Crédito Agrícola Mútuo de Ovar, CRL	501 293 191	C.R.L.	65120	11 026 440	500,00	0,005	500,00	Sim	É uma Cooperativa
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	650 000 000	926 019,00	0,14246	617 346,00	Não	Lei nº 42/2016, de 28/12 - Lei do Orçamento do Estado para 2017 (artº 74º - nº 4)





Q57. Participação da Câmara em Entidades Não Societárias

Entidades Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição		Inclusão no limite da Dívida Total
Denominação	N.I.P.C.				Quota	% afetação	
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	508 771 935	Comunidade Intermunicipal	84130	N/A*	50 174	14,76%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501 627 413	Associação Municípios	94110	N/A*	5 999	0,394%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Associação Portuguesa Munic.Centro Histórico	502 131 047	Associação Municípios	91333	N/A*	658	1,143%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Fundação de Serralves	502 266 643	Fundação	91020	N/A*	-	0,76% **	Sim, proporcional à participação direta ou indireta do município

*N/A - Não Aplicável

** Na data de realização do presente relatório, a Fundação de Serralves não apresenta contas encerradas, podendo a afetação desta % ser diferente.

Em 2018, o **Limite da Dívida Total do Município de Ovar**, apurado pela Direção Geral das Autarquias Locais - DGAL, devidamente publicado no SIIAL, ascendeu a 36 447 234,00 euros.

Para o cálculo da **Dívida Total** do Município para o ano de 2018, o montante atribuído à contribuição das entidades participadas corresponde a um valor provisório, pois nem todas as entidades remeteram as suas contas encerradas e/ou aprovadas, apesar das várias diligências efetuadas pelo Município no sentido da obtenção das Demonstrações Financeiras definitivas destas entidades.

No quadro seguinte é apresentado o valor da contribuição de cada entidade no cálculo da dívida total do Município de Ovar.

Q58. Contribuição das Entidades no Cálculo da Dívida Total

Entidade Participada	€ a imputar ao Município de Ovar	Notas
Lusitâniagás-Companhia de Gás do Centro	0,00	1
Caixa Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde	7 540,87	2
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	195 950,85	3
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	535,50	4
Associação Portuguesa Munic.Centro Histórico	0,00	5
Fundação de Serralves	0,00	6
TOTAL	204 027,22	

*N/A - Não Aplicável

** Valor da quota





1. A Lusitaniagás apresentou um resultado líquido antes de imposto positivo, pelo que não é considerada para efeitos de cálculo da dívida total do Município.
2. No que se refere à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde, foi possível obter as suas Demonstrações Financeiras a 31.12.2018.
3. A contribuição mais significativa para a dívida do Município é dada pela CIRA, sendo estes valores provisórios.
4. O valor do contributo para a dívida municipal comunicado pela ANMP é definitivo, conforme Ofício Circular 1/2019/AR.
5. A APMCH, à data deste relatório, apresentou os seus valores relativos ao seu contributo para a dívida do Município.
6. Até ao encerramento deste relatório a Fundação de Serralves não apresentou as contas encerradas, nem valores provisórios. Contudo, atendendo à reduzida % de participação, não é expectável uma contribuição significativa para a Dívida Total do Município.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including '94', 'Sicim', and others.

Do exposto e, ressalvando as limitações decorrentes da informação obtida pelas entidades participadas, o Município de Ovar apresenta, no exercício de 2018, uma Dívida Total estimada de 5 132 138,73 euros, o que se traduz numa margem positiva de 32 758 019,24 euros, em relação ao limite estabelecido nos termos legais que é de 36 447 234 euros.

Handwritten initials 'A' and 'B' in blue ink.

De ressaltar que, o montante relativo à contribuição de cada Município para o FAM não tem vindo a relevar para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, dos exercícios constantes do quadro abaixo apresentado.

Q59. Cálculo do Limite da Dívida Total

		(euros)			
		2018	2017	2016	2015
Limite da dívida total art.º 52º da Lei nº 73/ 2013	(1)	36 447 234,00	35 088 142,00	34 986 917,00	33 992 585,00
Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais	(2)	4 928 111,51	6 794 426,64	7 080 495,27	6 698 523,85
Entidades participadas	(3)	204 027,22	1 121 326,44	1 147 964,13	1 147 448,92
Dívida Total	(4)=(2)+(3)	5 132 138,73	7 915 753,08	8 228 459,40	7 845 972,77
Dívidas não orçamentais	(5)	1 288 587,47	1 564 880,05	1 306 120,08	1 241 386,28
FAM	(6)	154 336,50	823 128,39	1 028 910,39	1 234 692,39
Dívida Total Excluindo Dívidas não Orçamentais e FAM	(7)=(4)-(5)-(6)	3 689 214,76	5 527 744,64	5 893 428,93	5 369 894,10
Margem em excesso	(8)=(1)-(7)	32 758 019,24	29 560 397,36	29 093 488,07	28 622 690,90





Em suma, o montante global da dívida do Município de Ovar tem vindo a diminuir, sendo a sua variação em 2018 de 2 783 614,35, face ao ano anterior, cumprindo o limite definido na alínea b) do nº 3 do art.º 52º do RFALEI.

Redução dos pagamentos em atraso

Na gerência de 2018 mantiveram-se em vigor as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, preconizadas na Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso-LCPA), alterada pela Lei nº 20/2012 de 14 de maio, Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro, Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro e Lei nº 22/2015, de 17 de março, e operacionalizadas através do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro.

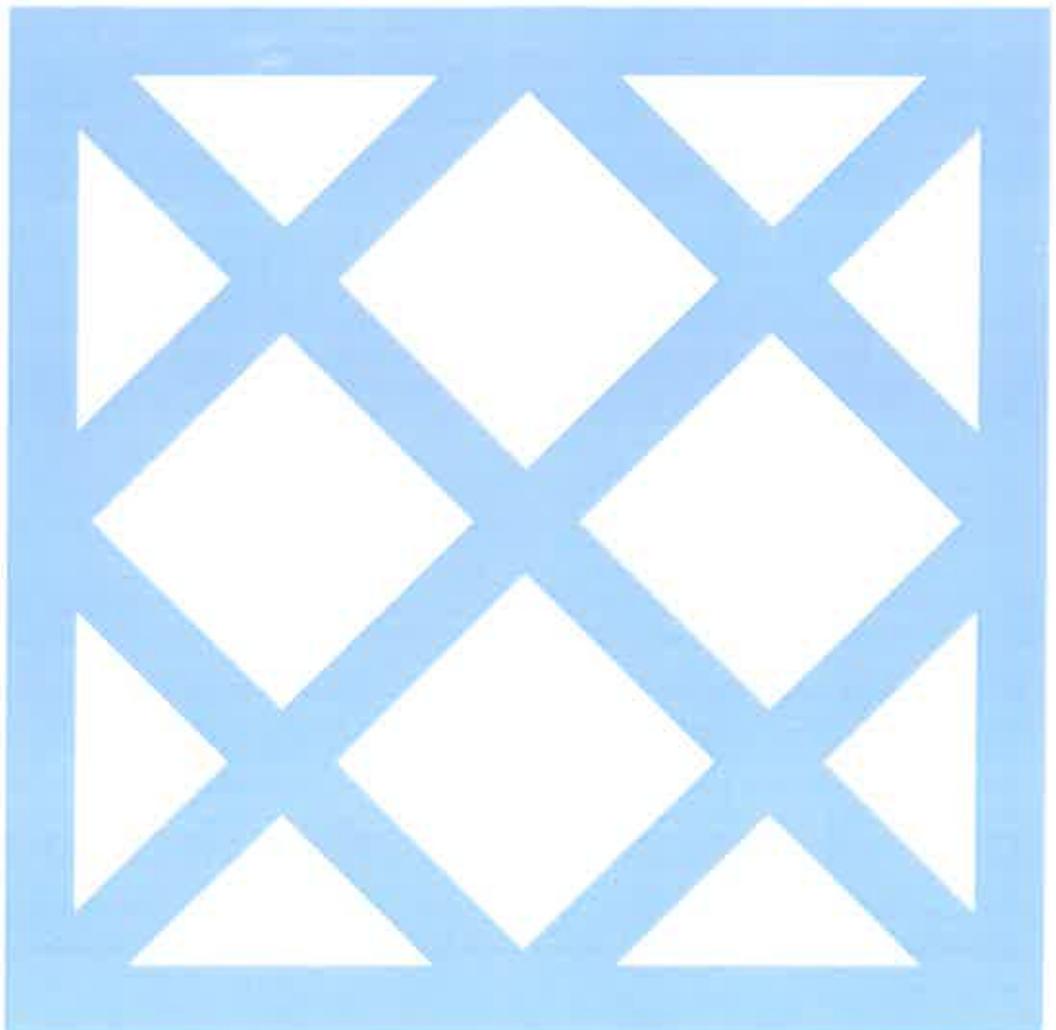
Cumulativamente, a Lei do Orçamento do Estado para 2018 estabelece no nº 1, do artigo 93º, que *"até ao final do ano, as entidades incluídas no subsetor da administração local reduzem no mínimo 10 % dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL) à data de setembro de 2017, para além da redução já prevista no Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), criado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, alterada pela presente lei."*

No que diz respeito a esta redução, a mesma não é aplicável ao Município de Ovar, uma vez que esta Autarquia não apresentava pagamentos em atraso em setembro de 2017, nem em dezembro de 2018.



Contabilidade de Custos

54
Victor
P. J.



P
30
h



8. Contabilidade de Custos

A Contabilidade de Custos assume-se nas Autarquias Locais como uma ferramenta relevante de análise e controlo de custos e proveitos, constituindo para o Executivo Municipal um instrumento de gestão na planificação e tomada de decisão no que respeita à elaboração de orçamentos, controlo e redução dos custos, determinação de taxas e preços públicos, medição de proveitos, mensuração e avaliação de desempenho de projetos e fundamentação económica de decisões de gestão.

À Contabilidade é exigível a produção de informação relevante, fiável, comparável, cada vez mais detalhada e por períodos mais curtos. A este nível, a Contabilidade de Custos apresenta-se como um auxílio essencial no apuramento pormenorizado dos resultados da Autarquia, encontrando no POCAL fundamento legal para a sua aplicabilidade.

Neste sentido, além da Contabilidade Orçamental e Patrimonial, a Contabilidade de Custos assume um carácter obrigatório, vocacionado para a gestão, capaz de apurar resultados por funções e determinar os custos subjacentes à determinação das tarifas e preços dos bens e serviços (ponto 2.8.3.1 do POCAL), ou seja, proporciona informação dos custos, proveitos e resultados por produtos, serviços e atividades.

A informação que agora se apresenta foi elaborada numa ótica de complementaridade face à Contabilidade Orçamental, pelo que, a sua leitura deve ser interpretada nesta perspetiva e não como confronto/validação de valores. Uma das diferenças substanciais é o facto de a Contabilidade Orçamental seguir uma ótica de caixa (recebimentos vs pagamentos), enquanto que a Contabilidade de Custos tem por base os Custos e Proveitos do exercício, seguindo o Princípio do Acréscimo. Outro aspeto a relevar é a presença de Custos Indiretos na Contabilidade de Custos, que, segundo o POCAL, devem ser apurados por coeficientes de imputação de cada função, bem ou serviço, correspondendo à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total geral dos custos diretos apurados em todas as funções, bens ou serviços.

Com o propósito de prestar informação agregada numa ótica CBA – Custo Baseado nas Atividades, apresenta-se o quadro seguinte:




Q60. Distribuição dos Custos e Proveitos por Atividades no ano de 2018

ATIVIDADES		CUSTOS	PROVEITOS	RESULTADOS
Proteção Civil	(a)	491 405,30	0,00	-491 405,30
Ensino Não Superior	(b)	1 677 921,18	371 892,44	-1 306 028,74
Serviços Auxiliares de Ensino	(c)	379 937,93	1 536 358,89	1 156 420,96
Serviços Individuais de Saúde	(d)	34 665,03	1 225,00	-33 440,03
Ação Social	(e)	799 157,73	15 461,70	-783 696,03
Habitação	(f)	429 139,80	11 306 680,48	10 877 540,68
Resíduos Sólidos	(g)	2 562 030,00	1 716 443,93	-845 586,07
Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	(h)	1 405 882,69	26 131,31	-1 379 751,38
Cultura	(i)	3 012 130,53	267 452,15	-2 744 678,38
Desporto, Recreio e Lazer	(j)	1 264 019,22	289 849,60	-974 169,62
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	(k)	72 327,64	3 434,33	-68 893,31
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	(l)	0,00	5 506,67	5 506,67
Indústria e Energia	(m)	1 215 001,47	2 513 385,85	1 298 384,38
Transportes Rodoviários	(n)	7 401 668,35	1 536 920,32	-5 864 748,03
Comércio	(o)	0,00	513,00	513,00
Mercados e Feiras	(p)	216 749,55	143 598,41	-73 151,14
Turismo	(q)	60 432,67	627,47	-59 805,20
Operações da Dívida Autárquica	(r)	13 001,53	0,00	-13 001,53
Transferências entre Administrações	(s)	1 412 609,64	153 628,36	-1 258 981,28
Outras Funções Económicas	(t)	9 984 444,34	8 886 064,72	-1 098 379,62
TOTAL		32 432 524,60	28 775 174,63	-3 657 349,97

(a) Custos com Proteção Civil e Bombeiros Voluntários.

(b) Custos com ensino pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico; Proveitos com cantinas escolares, prolongamento de horário e atividades de animação e apoio à família.

(c) Custos com transportes escolares, associações de pais, agrupamentos de escolas, ação social escolar, manuais escolares, programa de saúde oral e bolsas de estudo; Proveitos com Fundo Social Municipal e DGEST – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.

(d) Custos com Unidades de Saúde Familiar, Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho, Canídeos e Gatídeos; Proveitos com Canídeos e Gatídeos.

(e) Custos com transferências para Associações do Concelho de cariz social e iniciativas do Município neste âmbito como o RASMO- Regulamento de Ação Social do Município de Ovar e o Passeio Sénior; Proveitos com transferências do Instituto de Segurança Social relativas à proteção de menores.

(f) Custos com habitação social; Proveitos com IMI, IMT, rendas da habitação social, inspeção de ascensores, loteamentos e obras, plantas topográficas, vistorias a habitações, entre outras.

(g) Custos com a recolha e tratamento de Resíduos Urbanos (RU), limpeza viária, casas de banho públicas; Proveitos com RU.





- (h)** Custos com jardins municipais, praias, horto municipal, rede de águas pluviais, manutenção do Parque Urbano de Ovar e Parque Ambiental do Buçaquinho, preservação florestal; Proveitos com o Parque Ambiental do Buçaquinho, venda de árvores e pecuários e Fundo Florestal Permanente.
- (i)** Custos com Centro de Arte, Biblioteca Municipal e Polos, Museus, Atelier de Conservação e Restauro de Azulejos (ACRA), Carnaval de Ovar, transferências para Associações culturais e iniciativas do âmbito cultural promovidas pelo Município; Proveitos com Centro de Arte, Biblioteca Municipal, Museu Júlio Dinis, Carnaval de Ovar, ACRA.
- (j)** Custos com a piscina municipal, pavilhões gimnodesportivos, associações desportivas e iniciativas do Município de apoio ao desporto, recreio e lazer; Proveitos com a piscina municipal, parques de campismo, licenças para espetáculos desportivos e divertimento público.
- (k)** Custos com cemitérios igrejas e capelas; Proveitos com o cemitério.
- (l)** Proveitos com a venda de produtos agrícolas;
- (m)** Custos com eletricidade e zona industrial de Ovar; Proveitos com Derrama e Concessão à EDP.
- (n)** Custos com vias públicas (com um peso significativo de amortizações), rotundas, controlo de tráfego, parques de estacionamento; Proveitos com IUC, licenças para ocupação da via pública, licença de táxi, parcómetros.
- (o)** Proveitos com Publicidade.
- (p)** Custos e Proveitos com mercados municipais.
- (q)** Custos e Proveitos com Postos de Turismo.
- (r)** Custos Financeiros.
- (s)** Custos com Juntas de Freguesia e CIRA; Proveitos com transferências da CIRA.
- (t)** Custos e Proveitos não imputáveis a uma única atividade especificada nas alíneas anteriores.

SM
S
S
S

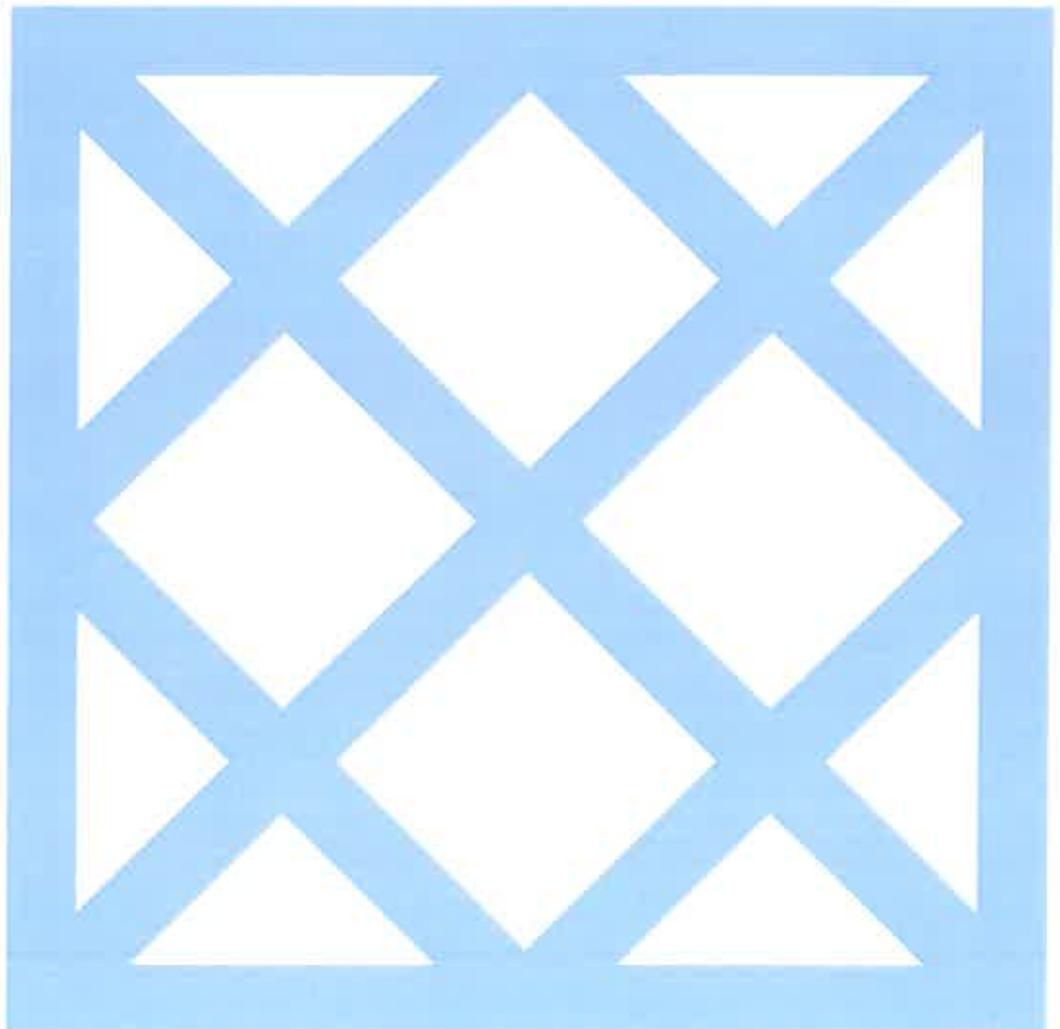
S
S
S
S

S
S
S



Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

94
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



A
[Handwritten signature]



9. Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

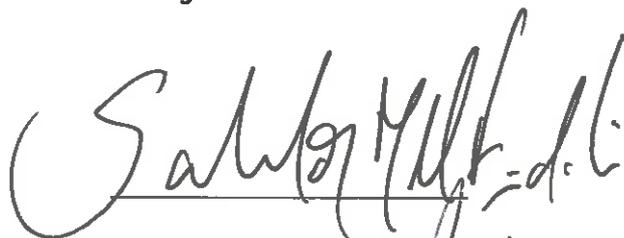
Em cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2018, no montante negativo de 3 657 349,97 euros, tenha a seguinte aplicação:

-3 657 349,97 euros para Resultados Transitados (Classe Patrimonial 59).

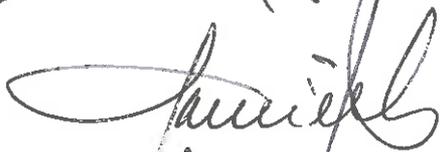
Ovar, ____ de _____ de 2019

Órgão Executivo

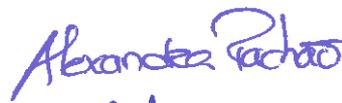
Órgão Deliberativo







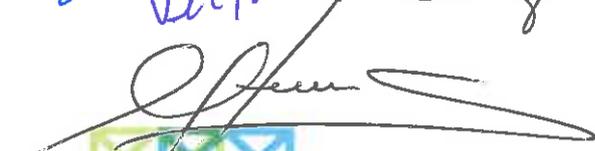




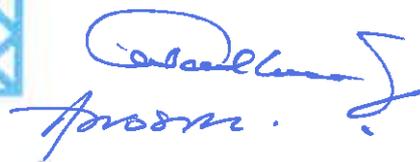

Victor









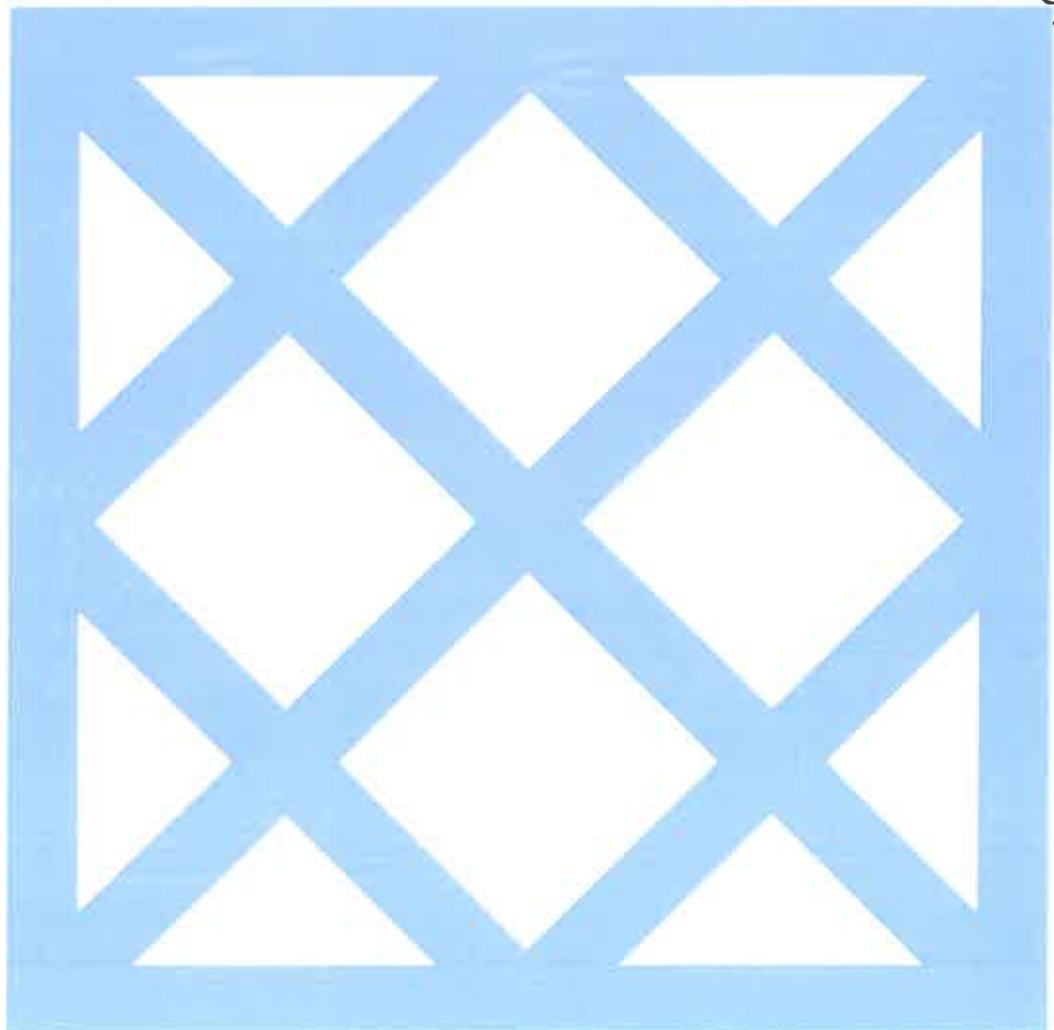


Anexos às Demonstrações Financeiras

GM
A
D
H

Victor

Q
S. P.
D.



D
S
S
S



Anexos às Demonstrações Financeiras

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município de Ovar, nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e da Resolução do Tribunal de Contas nº 4/2001, na sua atual redação.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem a seguinte estrutura:

- 8.1 – Caracterização da entidade;
- 8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
- 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL, os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.





Caracterização da Entidade

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE		8.1
1- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Município de Ovar		8.1.1
1.1	ENDEREÇO POSTAL: Praça da República, 3880-141 Ovar	
	Telefone / Fax: 256581300 / 256586611	
	Nº de Identificação fiscal: 501 306 269	
1.2	NÚMERO DE ELEITORES	
Município	Até 10 000	
	Mais de 10 000 e menos de 40 000	
	Igual ou superior a 40 000	X
Fonte:	Direção Geral Administração Interna	
2- LEGISLAÇÃO		8.1.2
Data de constituição: Foral Velho com data de 1251		
Há dados que indicam a existência do concelho de Ovar nas Inquirições de D. Afonso III, de 1251		
3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL		8.1.3
3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS		
A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados?		NÃO
Especifique quais e indique os respectivos grupos:		
3.2 EMPRESAS MUNICIPAIS		
A Câmara Municipal tem Empresas Municipais?		NÃO
Especifique quais e indique os respectivos grupos:		
3.3 ÓRGÃOS		
Tem órgãos de natureza consultiva?		SIM
Tem órgãos de fiscalização?		SIM
3.4 ORGANIGRAMA		
Em anexo		
4- DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES		8.1.4
Desenvolvimento de todas as atribuições consignadas na lei, para as Autarquias Locais		
5- RECURSOS HUMANOS		8.1.5
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
De 01/01/2018 a 31/12/2018:		
Presidente	Salvador Malheiro Ferreira da Silva	
Vereadores	Domingos Manuel Marques Silva Ana Isabel Tavares Cunha Vitor Manuel Reis Amaral Alexandre Valente Rosas Caetano António Pedro Albergaria Coelho de 01/01/2018 a 12/10/2018 Maria Júlia Lopes Oliveira Artur Manuel Borges Duarte Ruben Americo Jorge Ferreira - desde de 13/10/2018 Joana Isabel Soares Ferreira - de 01/01/2018 A 17/05/2018 Vitor Manuel Soares de Oliveira - desde 17/05/2018	

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the number '64' at the top and various initials and signatures throughout the page.





5.2 NÚMERO DE VEREADORES	
Em regime de permanência	3
A meio tempo	1
Restantes vereadores	4

6- ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		8.1.6
1- Descrição das Características do Sistema Informático	Aplicação Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA)- AIRC	
2- Demonstrações Financeiras Intervalares	SIM	
2.1 - Periodicidade	SEMESTRAL	
3- Descentralização Contabilística	NÃO	
4- Outras informações		

7- OUTRA INFORMAÇÃO 8.1.7

7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS				
Designação	Data de Aprovação		Data de Alteração	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
Inventário	06/07/2000	29/09/2000		
Norma de Controlo Interno	06/07/2000	29/09/2000	17/10/2002	06/03/2003
			05/01/2012	20/01/2012
Balanço Inicial	06/03/2003	23/05/2003		
Normas Regulamentares à execução do orçamento	07/12/2017	21/12/2017		
Outros				

7.2 | AÇÕES INSPECTIVAS

Entidade	Data Ação	Período Abrangido	Nº Proc.
Inspeção Geral das Finanças (IGF)	01/07/2017	élio de 2014-2016 e 1º semestre de 20	2017/234/A5/557

7.3 | DOCUMENTOS DE GESTÃO

Documentos	Data de Aprovação		Observações
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo	
Grandes Opções do Plano	07/12/2017	21/12/2017	
Orçamento	07/12/2017	21/12/2017	
Documentos de Prestação de Contas			
Outros			

8- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) Montantes dos Fundos:

Descrição	Correntes	Capital	Total
Fundo Equilíbrio Financeiro	5 111 392,00	567 932,00	5 679 324,00
Fundo Social Municipal	1 045 206,00		1 045 206,00
Participação Fixa no IRS	1 245 299,00		1 245 299,00
		Total	7 969 829,00

b) Montante dos pagamentos relativos a investimentos (agrupamento 07) efetuados em 2018: 4 226 080,65euros

c) O Município de Ovar não participou em amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos pelas Associações de Municípios nas quais esta autarquia participa





Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

8.2.3. Valorimetria – Critérios Valorimétricos aplicados relativamente às várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados

Imobilizado: A identificação, classificação e valorização dos bens municipais detidos com continuidade ou permanência e que não se destinam a ser vendidos ou transformados no decurso normal das operações, resultam: i) da aplicação dos critérios definidos no ponto 4 do POCAL; ii) dos pressupostos definidos no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série); iii) dos critérios resultantes da aplicação do Regulamento de Inventário e Cadastro do Património Municipal, aprovado em reunião de Câmara de 6/07/2000 e em Assembleia Municipal de 29/09/2000.

Os investimentos financeiros efetuados pelo Município de Ovar, no exercício de 2018, foram contabilizados de acordo com o preço de aquisição, tal como o ativo imobilizado, foi valorizado ao custo de aquisição ou produção, ou seja, o valor de compra ou construção, acrescido de gastos adicionais.

Amortizações: O método aplicado pelo Município de Ovar para apuramento das amortizações, é o método das quotas constantes, tendo como referência as taxas fixadas no classificador do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série). Os bens adquiridos no exercício de 2018, amortizaram, pela primeira vez, no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Existências: Conforme prevê o ponto 4.2 do POCAL as existências, no Município de Ovar, são valorizadas pelo custo de aquisição, pelo que, nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado método do custo médio ponderado (como método de custeio das saídas de armazém).

Dívidas 'de' e 'a' Terceiros: As dívidas 'de' e 'a' terceiros englobam as operações derivadas de relações com terceiros e são expressas de acordo com o ponto 4.3.1 do POCAL, pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam.

Disponibilidades: Em cumprimento do ponto 4.4 do POCAL, as disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas, pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.





Acréscimos e Diferimentos: Em cumprimento do princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo), os proveitos e custos são registados conforme o previsto no ponto 3.2 do POCAL, pelo que são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, incluindo-se no período a que respeitam.

8.2.6. Despesas de Instalação, Investigação e de Desenvolvimento

As despesas associadas com a investigação original e planeada, com o objetivo de obter novos conhecimentos científicos ou técnicos, anteriores à fase de produção, designam-se "Despesas de Investigação e Desenvolvimento" (classe 432), as quais ascendem, no exercício de 2018, a um montante líquido de 28 202,41 euros. Por sua vez, a "Propriedade Industrial e Outros Direitos" (classe 433), que inclui registos de licenças e direitos, ascende a 97 550,78 euros, já totalmente amortizadas.

8.2.7. Ativo Imobilizado, Amortizações e Provisões

O imobilizado, em sentido genérico, pode definir-se como um conjunto de elementos patrimoniais, refletidos no ativo com caráter permanente, e que não estão destinados para venda. Os movimentos ocorridos durante o exercício de 2018, nas rubricas do ativo imobilizado, encontram-se evidenciados no quadro seguinte:





Mapa do Ativo Bruto 2018

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação / Ajustam.	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Doações+Tr. Outras Entidades	(euros)	
								Saldo Inicial	Saldo Final
De Bens de Domínio Público									
Terrenos e recursos naturais	451	7 749 718,13		79 018,66		100 577,76			7 929 314,55
Edifícios	452	26 694,52	-53 580,07	58 281,13		-4 701,06			26 694,52
Outras construções e infra-estruturas	453	102 166 922,70	229 594,22	95 617,29		4 205 931,24			106 698 065,45
Bens do património histórico, artístico e cultural	455	824 248,67							824 248,67
Outros bens de domínio público	459	141 765,18							141 765,18
Imobilizações em curso	445	4 160 986,69		1 978 840,49		-4 416 178,62			1 723 648,56
Adiantamentos por conta de bens de domínio	446								
Total	115 070 335,89	176 014,15	2 211 757,54	0,00	-114 370,68	0,00	0,00	0,00	117 343 736,93
De Imobilizações Incorpóreas									
Despesas de instalação	431			23 789,43					498 809,70
Despesas de investigação e desenvolvimento	432	475 020,27							97 550,78
Propriedade Industrial e outros direitos	433	97 550,78							
Imobilizações em curso	443								
incorpóreas	449								
Total	572 571,05	0,00	23 789,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	596 360,48
De Imobilizações Corpóreas									
Terrenos e recursos naturais	421	16 654 238,72	0,00		135 655,33	3 212,00			16 521 795,39
Edifícios e outras construções	422	58 958 810,92	-53 108,97	818 612,00	84 172,14	3 545 775,31			63 185 917,12
Equipamento básico	423	2 757 362,97	-6 129,36	59 580,61		4 262,56	952,05		2 814 124,73
Equipamento de transporte	424	1 310 358,79		212 957,86		0,00			1 523 316,65
Ferramentas e utensílios	425	565 997,22		1 249,50		1 297,04			568 543,76
Equipamento administrativo	426	3 936 359,57	-40 576,11	299 573,79			703,37	-26 514,07	4 168 139,81
Tarax e vasilhame	427								
Outras imobilizações corpóreas	429	2 838 085,10	-17 834,22	64 096,62		-4 565,76			2 879 781,74
Imobilizações em curso	442	3 338 307,46		555 345,76		-3 435 610,47			458 042,75
corpóreas	448								
Total	90 359 520,75	-117 648,66	2 011 416,14	219 627,47	114 370,68	1 655,42	-26 514,07	0,00	92 119 661,95
De Investimentos Financeiros									
Partes de capital	411	2 287 055,00							2 287 055,00
Obrigações e títulos de participação	412	1 440 474,39		-514 455,39					926 019,00
Investimentos em Imóveis									
Terrenos e recursos naturais	4141								
Edifícios e outras construções	4142								
Outras aplicações financeiras									
Depósitos em instituições financeiras	4151								
Títulos de dívida pública	4152								
Outros títulos	4153								
Imobilizações em curso	441								
financeiros	447								
Total	3 727 529,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 213 074,00
Total final	209 720 957,08	58 365,49	4 246 963,14	219 627,47	0,00	1 655,42	-26 514,07	0,00	213 272 833,26

Para a análise do mapa do Ativo Bruto 2018 do Município de Ovar, deve ter-se em consideração as seguintes notas:

- Os montantes referentes aos *Ajustamentos* referem-se a transferências de bens entre classes patrimoniais.
- Os montantes constantes na coluna dos *Aumentos* referem-se ao imobilizado regular, adquirido e inventariado durante o exercício de 2018.
- A coluna alienações reflete a venda, a título oneroso, dos lotes n.ºs 13, 16, 20, 22 e 27 do Loteamento Municipal do Barreiro, e o abate dos terrenos e das respetivas casas de r/c e 1.º andar na Rua João de Deus, em Ovar, em virtude do contrato de permuta celebrado entre o Município de Ovar e a Igreja Evangélica.
- Os montantes associados à coluna de *Transferências* resultam de movimentos contabilísticos decorrentes de alteração de conta patrimonial dentro da mesma classe, pelo que o total da mesma totaliza zero.





- Os montantes constantes na coluna de *Abates* refletem o imobilizado abatido no ano de 2018, nomeadamente bens móveis, resultante do seu estado danificado.
- A coluna doações reflete a cedência, a título definitivo, de um conjunto de material informático a associações do Concelho de Ovar, no intuito de auxiliar na promoção da sua atividade.

Mapa de Amortizações 2018

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	(euros) Amortizações Acumuladas
Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851			
Edifícios	4852	9 688,78	2 313,06	12 001,84
Outras construções e infra-estruturas	4853	35 516 251,86	8 403 365,85	43 919 617,71
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	63 730,02	6 787,08	70 517,10
Outros bens de domínio público	4859	19 598,41	2 981,58	22 579,99
Total	35 609 269,07	8 415 447,57		44 024 716,64
Imobilizações Incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831			
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	418 140,48	52 466,81	470 607,29
Propriedade industrial e outros direitos	4833	97 550,78		97 550,78
Total	515 691,26	52 466,81		568 158,07
Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821			
Edifícios e outras construções	4822	8 375 823,44	918 842,21	14 730,10
Edifícios	48221			9 279 935,55
Outras construções	48222			
Equipamento básico	4823	2 289 389,73	163 819,44	952,05
Equipamento de transporte	4824	1 104 938,83	55 846,03	2 452 257,12
Ferramentas e utensílios	4825	521 539,11	17 686,70	1 160 784,86
Equipamento administrativo	4826	3 278 337,27	355 149,24	539 225,81
Taras e vasilhame	4827			26 960,45
Outras imobilizações corpóreas	4829	250 595,56	62 128,76	3 606 526,06
Total	15 820 623,94	1 573 472,38	42 642,60	17 351 453,72
Total Final	51 945 584,27	10 041 386,76	42 642,60	61 944 328,43

Do mapa acima apresentado é possível concluir que, no final do exercício de 2018, as amortizações acumuladas dos bens do ativo imobilizado ascenderam a 61 944 328,43 euros, sendo as amortizações anuais de 10 041 386,76 euros, conforme ilustra, também, a classe 66 da Demonstração de Resultados.





8.2.8. Desagregação das Rubricas do Ativo Imobilizado e Respetivas Amortizações

Para cada uma das rubricas dos mapas anteriores, as mesmas foram desagregadas de forma a evidenciar as seguintes informações:

- Descrição do ativo imobilizado.
- Indicação dos valores dos bens adquiridos em estado de uso.
- Datas de aquisição e reavaliação.
- Valores de aquisição, ou outro valor contabilístico na sua falta, e valores de reavaliação.
- Taxas de amortização.
- Amortizações do exercício e amortizações acumuladas.
- Alienações, transferências e abates de elementos do ativo imobilizado, no exercício, devidamente justificados.
- Valores líquidos dos elementos do ativo imobilizado.

Dado o volume de informação a que se refere esta nota, toda esta informação será apresentada em anexo a este documento.

8.2.12. Imobilizações Corpóreas e em Curso em poder de Terceiros, Implantadas em Propriedade Alheia, Reversíveis e Respetivos Custos Financeiros Capitalizados no Exercício

Foi assinado um contrato de parceria pública entre o Município de Ovar e a empresa AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., cujo propósito visa a gestão e exploração dos serviços de água e saneamento, e com base no qual foi transferido, no ano de 2011, imobilizado no montante líquido de 7 118 980,00 euros.

No mesmo enquadramento, e em virtude da assinatura do contrato estabelecido entre o Município de Ovar e as Águas do Douro e Paiva, S.A., foi lavrado auto de entrega de infraestruturas de abastecimento de água da rede em alta, através do qual foi transferido pelo Município, no ano de 2011, imobilizado no valor líquido de 540 499,00 euros, àquela entidade.





No exercício de 2018, foram efetuados lançamentos contabilísticos em imobilizado em curso, referentes aos projetos de execução do "Buçaquinho Scout Camp – Cortegaça" e do "Centro Escutista do Buçaquinho – Cortegaça", bem como da empreitada de "Requalificação do Cais do Puchadouro – Válega". Após autos de receção provisória e/ou definitiva das obras, os lançamentos, no montante de 144 321,51 euros, foram regularizados para a classificação patrimonial de custos (conta 6945), uma vez que não é possível a sua inventariação no balanço, por se tratarem, efetivamente, de intervenções em propriedade que não é do Município de Ovar.

Handwritten signature and initials in blue ink.

8.2.15. Bens de Domínio Público que não são Objeto de Amortizações

Os terrenos inventariados nas classes de contas patrimoniais 451 e 421 não se encontram sujeitos a amortização, de acordo com o previsto no artigo n.º 36 do Decreto-Lei n.º 477/80, de 15 de outubro, que aprova o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

Handwritten signature and initials in blue ink.

8.2.16. Entidades Participadas

Com base na Resolução nº 6/2013 – 2ª Secção, do Tribunal de Contas, foram elaborados os mapas relativos às entidades participadas do Município de Ovar, conforme demonstra o quadro seguinte:

Handwritten signature and initials in blue ink.

PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS

(euros)

Entidade Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação Inicial			Inclusão no limite da Dívida Total	
Denominação	N.I.P.C.				Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado		
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503 537 624	S.A.	36001	20 902 500	190 375,00	0,910	190 375,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Lusitanlagás-Companhia de Gás do Centro, S.A.	502 761 024	S.A.	35220	20 500 000	4 850,00	0,024	4 850,00	Sim	Se apresentarem resultado líquido antes de impostos negativo, na proporção da participação social do município
Águas do Centro Litoral, S.A.	513 606 181	S.A.	37002	39 974 968	642 155,00	1,61	642 155,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	509 107 630	S.A.	36002	17 500 000	1 449 175,00	8,28	1 449 175,00	Não	Pertence ao setor público empresarial
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Ovar, CRL	501 293 191	C.R.L.	65120	11 026 440	500,00	0,005	500,00	Sim	É uma Cooperativa
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Outras Pessoas Coletivas de Direito Público	84114	650 000 000	926 019,00	0,142464462	617 346,00	Não	Lei nº 42/2016, de 28/12 - Lei do Orçamento do Estado para 2017 (artº 74º - nº 4)





Assim, o Município de Ovar apresenta participações Águas do Douro e Paiva S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro S.A., Águas do Centro Litoral, S.A. (ex-SIMRIA – Saneamento Integrado dos Municípios da Ria), AdRA – Águas da Região de Aveiro S.A., Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Costa Verde CRL e Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Contrapondo a participação do Município em entidades societárias, apresentam-se, de seguida, as entidades não societárias nas quais o Município de Ovar detém participação.

PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS

Entidades Participada		Tipo de Entidade	CAE	Capital estatutário	Contribuição		Inclusão no limite da Divida Total
Denominação	N.I.P.C.				Quota	% afetação	
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	508 771 935	Comunidade Intermunicipal	84130	N/A*	50 174	14,76%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses	501 627 413	Associação Municípios	94110	N/A*	5 999	0,394%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Associação Portuguesa Munic. Centro Histórico	502 131 047	Associação Municípios	91333	N/A*	658	1,143%	Sim, na proporção da quota do município nas despesas de funcionamento
Fundação de Serralves	502 266 643	Fundação	91020	N/A*	-	0,76% **	Sim, proporcional à participação direta ou indireta do município

*N/A - Não Aplicável

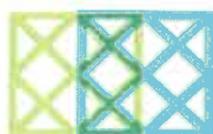
** Na data de realização do presente relatório, a Fundação de Serralves não apresenta contas encerradas, podendo a afetação desta % ser diferente.

8.2.22. Valor Global das Dívidas de Cobrança Duvidosa Incluídas nas Rubricas das Dívidas de Terceiros

O saldo da dívida de clientes, contribuintes ou utentes, cuja cobrança se apresenta duvidosa, é registado na conta patrimonial 218 – Clientes de Cobrança Duvidosa. No exercício de 2018, a referida rubrica apresenta um saldo de 342 670,80 euros e pode ser decomposta conforme ilustra o quadro seguinte.

Clientes de Cobrança Duvidosa

		(euros)	
Código de Contas	Descrição	Saldo	
218	Venda de Produtos Agrícolas e Pecuários	32 371,13	
	Venda de Água	188 554,77	
	Prestação de Serviços de Saneamento	66 966,41	
	Resíduos Sólidos Urbanos	54 778,49	
Total		342 670,80	





8.2.26. Responsabilidade, por Garantias e Cauções Prestadas e Recibos para Cobrança – Contas de Ordem

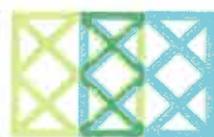
De acordo com o POCAL, as contas de ordem refletem informação extrapatrimonial relevante, em termos contabilísticos, através da contabilização de factos que não produzem alterações no património, mas que representam possibilidades de futuras alterações. As contas de ordem refletem, assim, para o Município de Ovar, as cauções e garantias prestadas por fornecedores, fornecedores de imobilizado e credores diversos.

Contas de Ordem 2018

Contas		Saldo		Movimento Anual		Saldo	
		Gerência Anterior				Gerência Seguinte	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	3 612 740,93		1 281 208,17		4 893 949,10	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	161 184,45		775 740,89		936 925,34	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	3 451 556,48		505 467,28		3 957 023,76	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				590 255,46		590 255,46
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c				90 275,39		90 275,39
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				499 980,07		499 980,07
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas				3 000,00		3 000,00
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Acionadas a Outros Credores				3 000,00		3 000,00
Total de Garantias e Cauções		3 612 740,93		1 281 208,17	593 255,46	4 300 693,64	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Recelta Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro						
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
Total de Recibos para Cobrança							
Total		3 612 740,93		1 281 208,17	593 255,46	4 300 693,64	

No que respeita às contas de ordem do exercício de 2018, constata-se o seguinte:

- foram prestadas, ao Município de Ovar, cauções de terceiros no montante de 1 281 208,17 euros, das quais 775 740,89 euros prestadas por fornecedores de bens e serviços e 505 467,28 euros prestadas por fornecedores de imobilizado.
- o Município de Ovar procedeu à liberação de cauções, no montante de 590 255,46 euros, sendo 90 275,39 euros, relativos a prestações de bens e serviços e 499 980,07 euros, de empreitadas de obras públicas.
- foi acionada uma caução no montante de 3 000,00 euros, relativa a um contrato de cessão de exploração do "Pé de Vento".





8.2.27. Provisões Acumuladas com Explicação dos Movimentos Ocorridos no Exercício

De acordo com o previsto no POCAL, uma provisão é um ajustamento do valor contabilístico em elementos patrimoniais, nas quais se detete uma perda reversível e periódica, ou uma obrigação futura para a entidade.

Provisões 2018

Código de Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	336 655,00	2 102,89		338 757,89
292	Provisões para Riscos e Encargos		134 431,51		134 431,51
Total		336 655,00	136 534,40	0,00	473 189,40

(euros)

Ao nível das provisões para o exercício de 2018, destaca-se o aumento nas Provisões para Cobranças Duvidosas, no montante global de 2 102,89 euros, referente a dívidas de clientes de Resíduos Sólidos Urbanos, conforme estabelecido no ponto 2.7.1 das considerações técnicas do POCAL, acompanhado do aumento das Provisões para Riscos e Encargos relativo aos seguintes processos judiciais:

Processo	Descrição	Montante
1017/15.6BEAVR	Bruno Miguel Freitas Monteiro	15 190,30
779/18.3BEAVR	David Silva Andrade	1 815,33
535/17.6BEAVR	Frankim Silva Marques	14 640,05
1030/18.1BEAVR	Joaquim António Marques Couto	78 725,71
668/18.5BEAVR	José António Oliveira Rodrigues	9 607,93
359/12.7BEAVR	Lusitânia – Companhia de Seguros, SA	13 272,64
27/18.6BEAVR	Serralharia Matos, Lda	1 179,55
		134 431,51

(euros)





8.2.28. Explicitação e Justificação dos Movimentos Ocorridos em Cada uma das Contas da Classe 5 - Fundo Patrimonial

Fundos Próprios

Conta	Saldo Inicial	Movimento do Exercício		Saldo Final
		Aumentos	Diminuições	
Património	47 844 362,90			47 844 362,90
Ajustamento Partes Capital em Empresas	0,00			0,00
Reservas Legais	2 294 649,35			2 294 649,35
Reservas Livres	2 162 410,71			2 162 410,71
Subsídios	913 515,40	303 411,03		1 216 926,43
Doações	388 987,74			388 987,74
Reservas Decorrentes de Transf. Ativos	-7 659 478,89			-7 659 478,89
Resultados Transitados	83 851 009,88	509 445,91	5 851 738,96	78 508 716,83
Resultado Líquido do Exercício	-5 851 738,96	-3 657 349,97	-5 851 738,96	-3 657 349,97
Total	123 943 718,13	-2 844 493,03	0,00	121 099 225,10

Em 31 de dezembro de 2018, os Fundos Próprios ascenderam a 121 099 225,10 euros, decorrentes das variações apresentadas de seguida.

- Subsídios – o aumento de 303 411,03 euros resulta de participações recebidas que não se destinam a investimento amortizáveis, nem à exploração, como é o caso dos terrenos.
- Resultados Transitados – o montante contabilizado reflete o valor do resultado líquido do exercício anterior, nos termos do ponto 2.7.3.3. do POCAL. Em 2018, esta rubrica decresce, pelo efeito do resultado líquido de 2017, que foi negativo, no montante de 5 851 738,96 euros.

8.2.29. Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Demonstração do CMVMC

Movimentos	(euros)	
	Materiais Diversos	Total
Existências Iniciais	95 607,97	95 607,97
Compras	100 673,64	100 673,64
Regularização de Existências	-1 219,80	-1 219,80
Existências Finais	99 685,21	99 685,21
Custos no Exercício	95 376,60	95 376,60





Os custos do exercício, no montante de 95 376,60 euros, foram apurados pelo somatório das existências iniciais, compras e regularização de existências, posteriormente deduzidos das existências finais. De ressaltar que o saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente, conforme ponto n.º 1 do comentário n.º 158 das notas explicativas do POCAL.

8.2.31. Demonstração dos Resultados Financeiros

Demonstração de Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros suportados	5 313,98	2 744,88	781	Juros obtidos	4 174,25	14 933,02
682	Perdas em entidades ou subentidades			782	Ganhos em entidades participadas	122 798,96	84 231,58
683	Amortização de Investim. em Imóveis			783	Rendimentos de Imóveis	128 360,95	132 174,07
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de particip. de capital		1 165,52
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Desconto de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	7 687,55	7 581,99	787	Ganhos na alienação de aplic. de tesouraria		
	Resultados financeiros	242 332,63	222 177,32	788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Total	255 334,16	232 504,19			255 334,16	232 504,19

Ao nível dos proveitos e ganhos financeiros, constata-se uma diminuição na rubrica de Juros Obtidos, que resulta, na sua maioria, do facto de, em anos anteriores, se terem auferido juros credores da remuneração do depósito a prazo, facto que não se verificou no exercício de 2018. Os Ganhos em Entidades Participadas registaram um aumento de proveitos, em 2018, resultado do acréscimo de dividendos distribuídos. Os Rendimentos de Imóveis decresceram, no exercício de 2018, em virtude do decréscimo de proveitos das rendas de habitação social. Em sentido inverso, o aumento dos Juros Suportados resulta sobretudo do aumento de juros de mora sustentado pelo Município. Daqui decorre, para o exercício de 2018, o apuramento de Resultados Financeiros no montante de 242 332,63 euros.





8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários

Demonstração de Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2018	2017			2018	2017
691	Transf. de capital concedidas	428 299,09	1 156 617,33	791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis		188 696,87	792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências		
694	Perdas em imobilizações	242 077,92	729 204,77	794	Ganhos em imobilizações	114 195,26	103 795,61
695	Multas e penalidades	402,00	120,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	37 867,28	34 029,18
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões		368 696,87
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	858,89	812,84	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	12 084,79	7 394,66
698	Outros custos e perdas extraordinários		1 917,25	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 347 028,53	1 367 503,36
699	Indemnizações	604 281,39	241 624,93				
	Resultados extraordinários	235 256,57	-437 574,36				
		1 511 175,86	1 881 419,63			1 511 175,86	1 881 419,63

No que respeita ao quadro anterior, é de referir a diminuição verificada nas Transferências de Capital Concedidas, relativas a apoios a instituições sem fins lucrativos, no âmbito social, cultural e desportivo. No mesmo sentido, as Perdas em Imobilizações (que decorrem da venda de lotes do Barreiro – S. João de Ovar, efetuadas no exercício de 2018) também diminuem. Em sentido contrário, o aumento observado na rubrica de Indemnizações decorre de acidentes/sinistro e processos judiciais com decisão desfavorável, nos quais o Município de Ovar incorreu numa indemnização a terceiros. Em 2018, o valor de maior relevo reporta-se à execução de acordo judicial no montante de 570 000,000 euros relativo à entidade Assuntadmirável, Lda. De referir, ainda, que, do valor indicado, o montante de 300 000,00 euros já se encontra liquidado, sendo a parte restante, de 270 000,00 euros, pagável apenas em 2019, conforme previsto na transação homologada judicialmente.

Do lado dos Proveitos e Ganhos, os valores de 2018 aproximam-se dos montantes de 2017, com exceção das Reduções de Amortizações e Provisões, registadas no exercício de 2017, resultantes da anulação de dívida de clientes respeitante a Resíduos Urbanos (RU) e Taxa de Gestão de Resíduos (TGR).

Do exposto, contrariamente ao ano anterior, no exercício de 2018 apuraram-se Resultados Extraordinários positivos no montante de 235 256,57 euros.





8.2.33. Compromissos Plurianuais

Os compromissos plurianuais, existentes à data de 31 de dezembro de 2018, encontram-se devidamente registados em contas adequadas, pelos seguintes montantes globais:

Compromissos Plurianuais

		(euros)
Ano	Montante	
2019	12 340 204,68	
2020	3 694 981,50	
2021	8 375 983,09	
Seguintes	6 643 356,60	

8.2.34. Pagamentos e Recebimentos em Atraso

À data de 31 de dezembro de 2018, o Município de Ovar não possuía pagamentos em atraso e os recebimentos em atraso, reportados à mesma data, ascendem a 216 275,91 euros, relativos a vendas e prestações de serviços.

Recebimentos em Atraso

			(euros)
Entidade	Descrição	Montante	
Clientes c/c, contribuintes e utentes	Vendas e prestações de serviços	216 275,91	





8.2.35. Outras Informações Relevantes

À data de 31 de dezembro de 2018, encontram-se em curso os seguintes processos, conforme ilustra o quadro abaixo, cujo resultado não é possível adivinhar, com expectativas dignas de segurança e certeza, mas que são suscetíveis de determinar a assunção de responsabilidades e encargos pelo Município de Ovar, em função dos termos dos pedidos formulados e/ou das consequências futuras incertas quanto a eventuais pretensões indemnizatórias delas advenientes, traduzindo-se, conseqüentemente, em passivo contingente, que, por razões de prudência e cautela para a gestão municipal, se considera relevante mencionar no presente Relatório de Gestão.

Passivos Contingentes

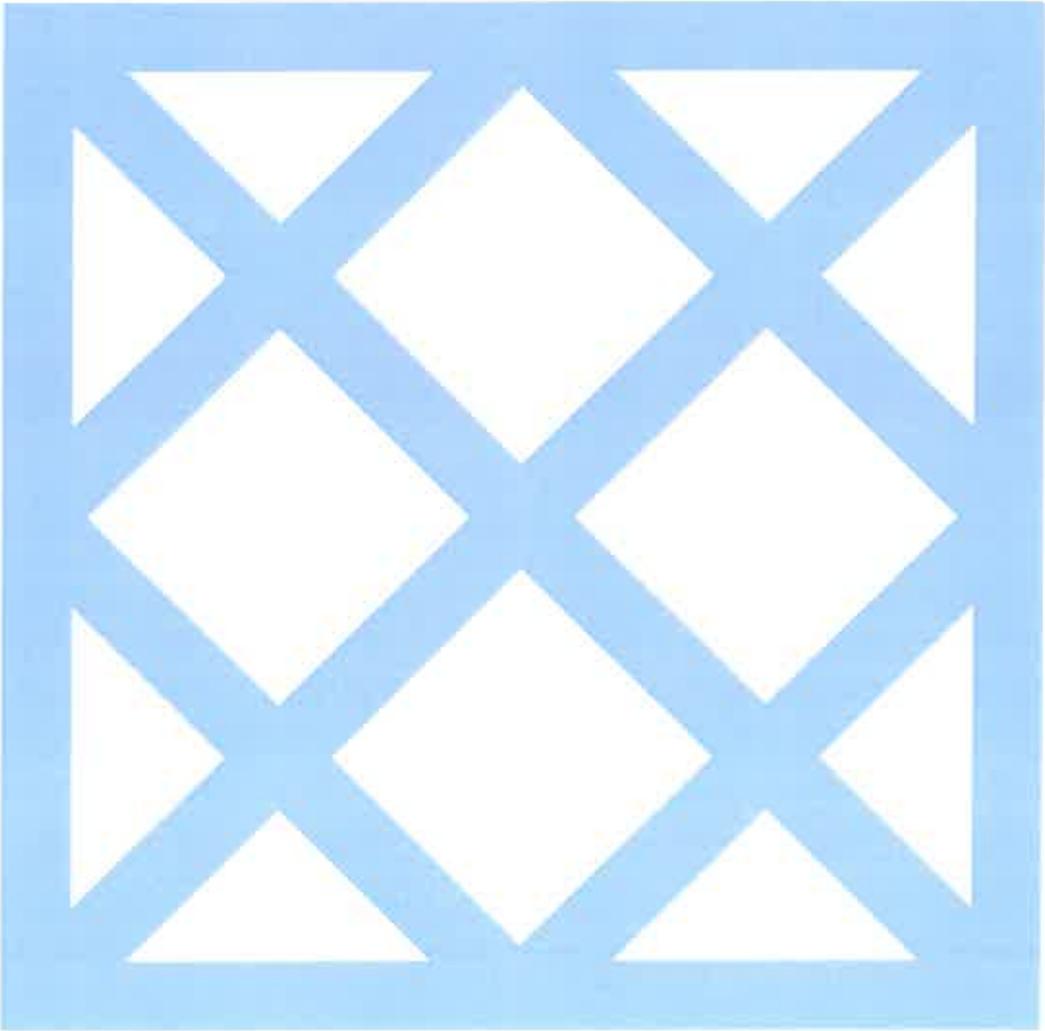
Processo	Descrição	Montante
1017/15.6BEAVR	Bruno Miguel Freitas Monteiro	15 190,30
779/18.3BEAVR	David Silva Andrade	1 815,33
535/17.6BEAVR	Frankim Silva Marques	14 640,05
1030/18.1BEAVR	Joaquim António Marques Couto	78 725,71
668/18.5BEAVR	José António Oliveira Rodrigues	9 607,93
359/12.7BEAVR	Lusitânia – Companhia de Seguros, SA	13 272,64
27/18.6BEAVR	Serralharia Matos, Lda	1 179,55



Certificação Legal de Contas

[Handwritten signature]
Victor

[Handwritten signature]
A. S. F.



[Handwritten signature]
A. S. F.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Câmara Municipal de Ovar** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 158.000.569 euros e um total de fundos próprios de 121.099.225 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.657.350 euros), a demonstração de resultados, o mapa de fluxos de caixa e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 26.640.145 de euros de despesa paga e um total de 31.243.070 euros de receita cobrada líquida, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Câmara Municipal de Ovar** em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão executivo pelas demonstrações financeiras

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na DROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

GA



 J. Pinto






 BL

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 22 de Março de 2019



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)



Vieta

